



**RELATÓRIO  
E CONTAS**

**2018**



Construção do Hospital CUF Tejo  
LISBOA - PORTUGAL

# RELATÓRIO E CONTAS

## **2018**



# Índice

006	Identificação da Sociedade
007	Introdução
009	Relatório de Gestão do Conselho de Administração
010	I. O Grupo Teixeira Duarte em 2018
011	I.1 Perfil
020	I.2 Destaques
029	I.3 Principais Indicadores
034	II. Análise aos Setores de Atividade
036	II.1 Construção
046	II.2 Concessões e Serviços
054	II.3 Imobiliária
058	II.4 Hotelaria
062	II.5 Distribuição
066	II.6 Automóvel
069	III. Informação Não Financeira
100	IV. Perspetivas de Evolução Futura
101	V. Proposta de Aplicação de Resultados
102	VI. Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração
107	Relatório Sobre o Governo da Sociedade 2018
155	Demonstrações Financeiras Individuais 2018
187	Demonstrações Financeiras Consolidadas 2018
267	Relatórios, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização 2018

## Identificação da Sociedade

### **Teixeira Duarte, S.A.**

Sede: Lagoas Park, Edifício 2 – 2740-265 Porto Salvo

Capital Social: € 210.000.000

Número Único de Pessoa Coletiva e de Matrícula na Conservatória  
do Registo Comercial de Cascais (Oeiras) 500 234 526

# INTRODUÇÃO

## O Relatório Consolidado de Gestão

O Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." (TD,SA), no cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem as sociedades com o capital aberto ao investimento do público, apresenta o seu Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2018.

O presente Relatório analisará de forma consolidada a atividade desenvolvida pelas participadas da TD,SA e abordará também alguns aspetos sobre a Sociedade a título individual, nomeadamente no que respeita à proposta de aplicação de resultados, assumindo-se deste modo a opção prevista no Artigo 508.º-C, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, de apresentar um relatório único.

Nesta exposição ter-se-á em conta que cada uma dessas participadas dispõe de órgãos de gestão próprios, que tratam igualmente de disponibilizar a respetiva informação pertinente, pelo que aqui serão feitas somente algumas referências com o propósito de configurar uma perspetiva de conjunto.

A este documento são anexados, nos termos da legislação aplicável, mapas com as diversas informações relativas às participações sociais no capital da TD,SA (nomeadamente de acordo com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e no Regulamento da CMVM n.º 5/2008, já na sua versão alterada pelo Regulamento n.º 7/2018).

## Reporte de Informação Não Financeira

Em cumprimento da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho), é incluído um capítulo autónomo no âmbito do Relatório de Gestão, para prestar reporte de "Informação Não Financeira".

## Relatório do Governo da Sociedade

Apresenta-se também neste conjunto o relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário em 2018 (elaborado em conformidade com o artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e com o Regulamento da CMVM n.º 4/2013), este ano tomando por base o novo Código do Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), que entrou em vigor dia 1 de janeiro de 2018.

## Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Para além disso, consideram-se aqui também integradas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com os respetivos anexos, as primeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e as segundas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, bem como os respetivos Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização, as Certificações Legais das Contas e Relatório de Auditoria produzidos por auditor registado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

## Declaração de Conformidade

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários declaram que, tanto quanto seja do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais e os demais documentos de prestação de contas anexos foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TD,SA e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, bem como que tais documentos expõem fielmente as respetivas evoluções dos negócios, dos desempenhos e das posições de cada uma dessas entidades, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que as mesmas se defrontam.



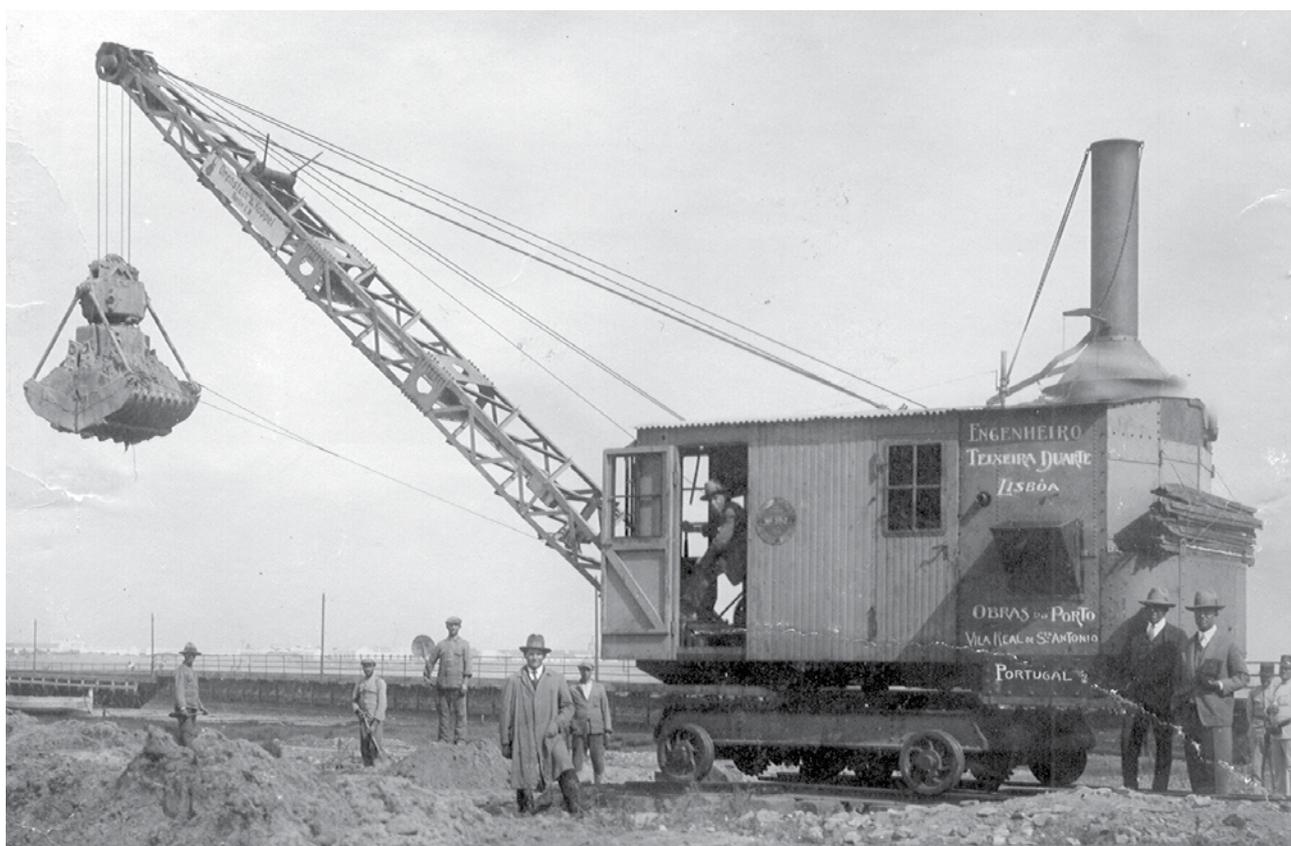
**Teixeira Duarte**

Relatório e Contas 2018

# Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2018

## I. O GRUPO TEIXEIRA DUARTE EM 2018

# UM GRUPO PORTUGUÊS FUNDADO NUMA CASA DE ENGENHARIA



Teixeira Duarte é a identidade de um Grupo empresarial que se apresenta através daquela que é a sua imagem de marca: um Grupo português fundado numa Casa de Engenharia – algo inerente à sua génese e ao seu fundador – que, com espírito empreendedor e apoio nos seus recursos humanos e meios técnicos, estendeu, desde há décadas, a sua atuação a outros setores e mercados com uma identidade vivida e defendida por todos, com brio e carinho, ao longo de cerca de cem anos de atividade.

O Senhor Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte, iniciou a atividade do Grupo Teixeira Duarte em 1921, tendo a sociedade

hoje denominada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." sido também por ele constituída em 1934 e assumido, desde então e até 2010, o papel de entidade de topo do Grupo, tendo passado a sociedade anónima em 1987 e passado a ser cotada na então Bolsa de Valores de Lisboa, em 1998.

A "Teixeira Duarte, S.A.", constituída em 2009, adquiriu em 2010 e no âmbito de Oferta Pública de Troca, a totalidade do capital social da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e passou a ser a sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte, hoje composto por um conjunto de entidades que integram o seu perímetro de consolidação.

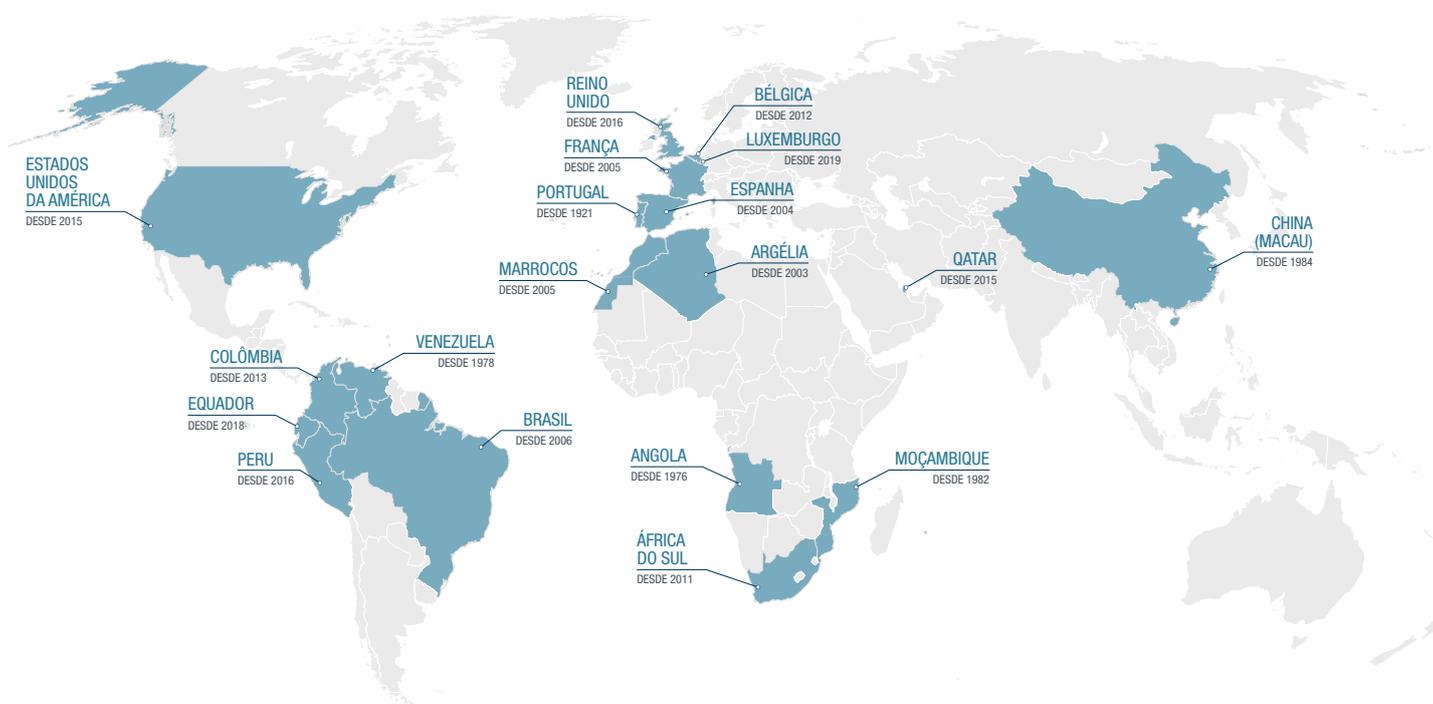
## I.1 PERFIL

MAIS DE  
**180**  
EMPRESAS

**11.000**  
COLABORADORES

**4**  
CONTINENTES

**19**  
PAÍSES



# 6

## SETORES DE ATIVIDADE

**CONSTRUÇÃO**  
DESDE 1921

**IMOBILIÁRIA**  
DESDE 1973

**DISTRIBUIÇÃO**  
DESDE 1996

**CONCESSÕES  
E SERVIÇOS**  
DESDE 1984

**HOTELARIA**  
DESDE 1992

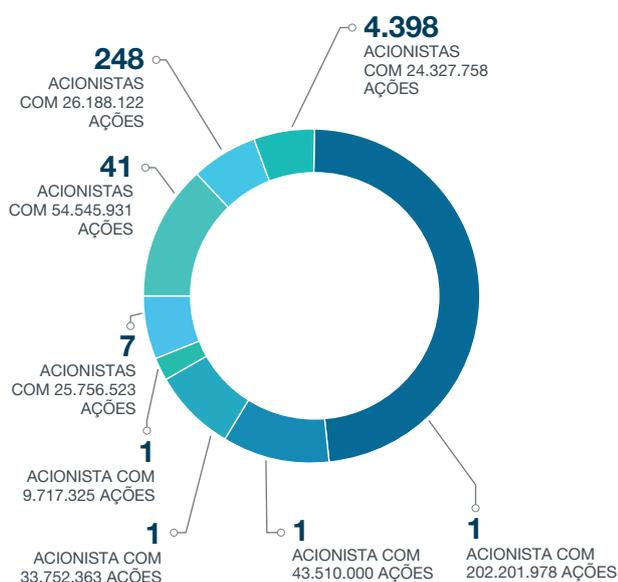
**AUTOMÓVEL**  
DESDE 1991



Restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz  
FLORIANÓPOLIS - BRASIL

## ACIONISTAS

A sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte está cotada na Euronext Lisbon desde 1998 e, já desde então, com base acionista maioritária da família Teixeira Duarte. Com efeito, em 31 de dezembro de 2018 as participações acionistas da "Teixeira Duarte, S.A." eram as seguintes:



Distribuição das ações que representam o capital social da TD,SA no final do exercício de 2018, distribuídas por um total de 4.697 acionistas.

## MODELO SOCIETÁRIO

A sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte tem mantido desde 1987 um modelo societário designado comumente como modelo monista: tendo um único órgão de gestão (o Conselho de Administração), atualmente com cinco membros, todos executivos, e (desde 2008) dois órgãos de fiscalização: Um Conselho Fiscal (com três membros) e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. É, pois, essa a estrutura dos órgãos sociais da "Teixeira Duarte, S.A.", cujos membros são os seguintes:

### Mesa da Assembleia Geral:

Presidente  
 Dr. Rogério Paulo Castanho Alves  
 Vice-Presidente  
 Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla  
 Secretário  
 Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira

### Conselho de Administração:

Presidente  
 Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte  
 Administradores  
 Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte  
 Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos  
 Eng.º Carlos Gomes Baptista  
 Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

### Conselho Fiscal:

Presidente  
 Dr. Óscar Manuel Machado de Figueiredo  
 Vogais  
 Dr. Mateus Moreira  
 Miguel Carmo Pereira Coutinho  
 Suplente  
 Dr. Rui Pedro Ferreira de Almeida

### Revisor Oficial de Contas:

"Moore Stephens & Associados, SROC S.A."  
 representada por Dr. António Gonçalves Monteiro

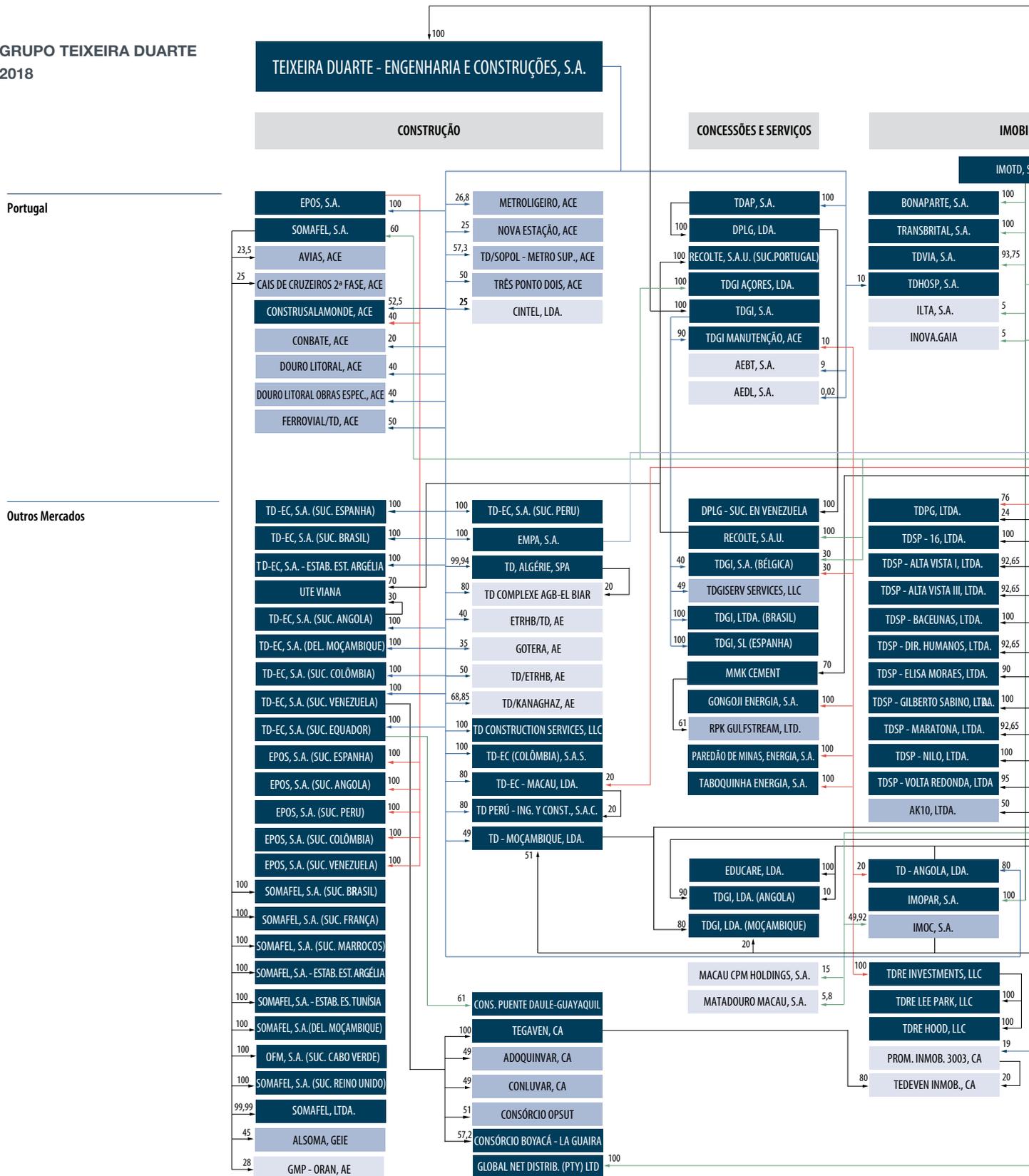
### Secretário da Sociedade:

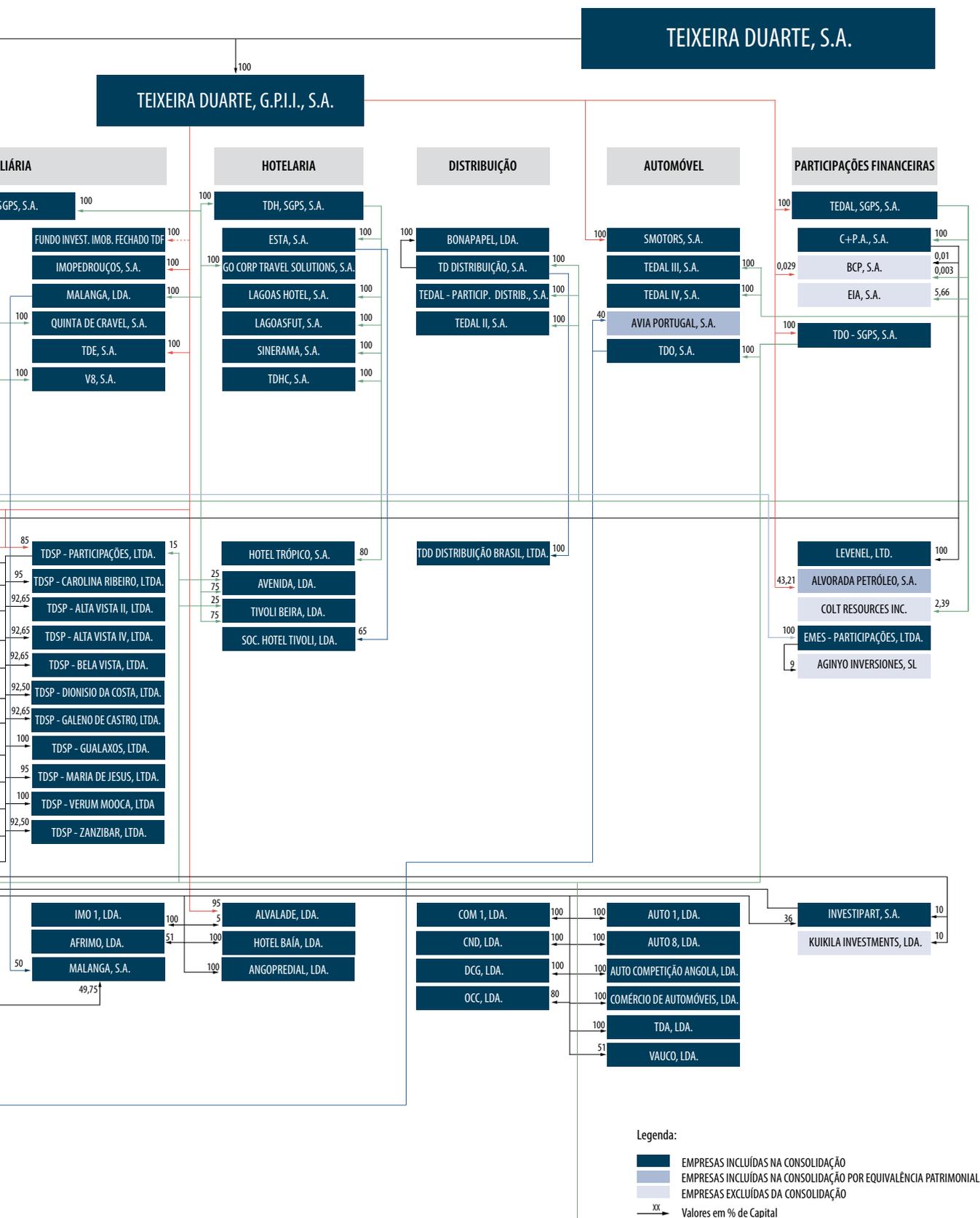
Efetivo  
 Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira  
 Suplente  
 Dr.ª Maria António Monteiro Ambrósio

### Representante para as Relações com o Mercado:

Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira

**GRUPO TEIXEIRA DUARTE  
2018**





## MODELO ORGANIZACIONAL

Para além dos órgãos sociais da "Teixeira Duarte, S.A." e das demais entidades integradas no seu perímetro de consolidação, bem como dos responsáveis pelos diferentes setores de atividade em que atuam tais participadas, cumpre destacar a estrutura organizativa da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." (adiante designada abreviadamente de Teixeira Duarte - Engenharia e Construções) que, sendo a principal sociedade integrada no Grupo, desenvolve a sua atividade em diferentes Áreas de Atuação do Setor da Construção, que dividem as valências de produção e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira e que integram Centros de Exploração e Direções, dispondo essa participada também de um conjunto de Estruturas de Apoio específicas para este setor da Construção, em particular nas áreas das Cofragens e Pré-Esforço, de Gestão do Equipamento e da Logística das Propostas e de um Laboratório de Materiais.

Também integradas na Teixeira Duarte – Engenharia e Construções existem outras duas Estruturas que embora mais focadas para a atividade da Construção, apoiam também outros setores do Grupo na vertente dos Sistemas de Gestão e Tecnologia e dos Aprovisionamentos.

Para além de todas aquelas estruturas mais diretamente ligadas à área operacional do Grupo, existe um conjunto de Estruturas Centrais e Serviços com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários setores de atividade, que constituem a denominada Área Corporativa, a qual cabe promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios.

Assim, integrados nas diversas entidades que constituem o Grupo Teixeira Duarte, existem vários colaboradores qualificados como pertencentes à Alta Direção que são responsáveis por diferentes sociedades, setores, áreas de atuação, ou outras estruturas organizativas, os quais se apresentam identificados no organograma que se segue:

## ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE

### ÁREA CORPORATIVA

#### Auditoria Interna

Dr. Mário Faria

#### Contabilidade

Dr. Alexandre de Jesus  
Dr. Sérgio Castro

#### Finanças

Dr. Sérgio Pereira

#### Jurídicos

Dr.<sup>a</sup> Maria António Ambrósio

#### Recursos Humanos

Dr.<sup>a</sup> Isabel Amador

#### Secretaria Corporativa

Dr. José Pedro Cobra Ferreira

#### Tecnologias de Informação

Dr. Rui Pedroso  
Eng.<sup>o</sup> Rui Miranda

### SETORES DE ATIVIDADE

## Construção

#### Geotecnia e Reabilitação

#### Obras Marítimas

#### I Centros de Exploração

Eng.<sup>o</sup> Hélder Matos  
Eng.<sup>o</sup> João Pedro Lopes  
Eng.<sup>o</sup> António Diniz

#### I Direção de Estudos e Projetos

Eng.<sup>o</sup> Paulo Serradas  
Eng.<sup>o</sup> Baldomiro Xavier  
Eng.<sup>o</sup> Pinto Guedes

#### Edificações

#### I Centros de Exploração

Eng.<sup>o</sup> Fernando Martins  
Eng.<sup>o</sup> Luís Santos  
Eng.<sup>o</sup> Carlos Timóteo  
Eng.<sup>o</sup> Luís Mendonça  
Eng.<sup>o</sup> Carlos Guedes  
Eng.<sup>o</sup> Luís Carreira  
Eng.<sup>o</sup> Gustavo Lebreiro

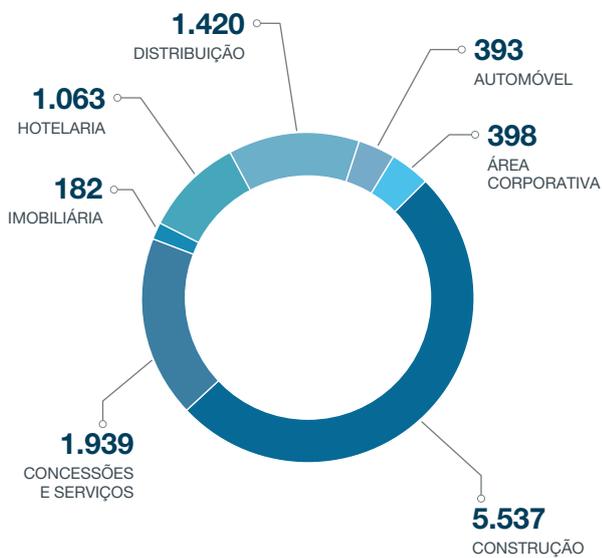
#### I Direção de Estudos

Eng.<sup>o</sup> Garcia Fernandes  
Eng.<sup>o</sup> Pedro Nunes

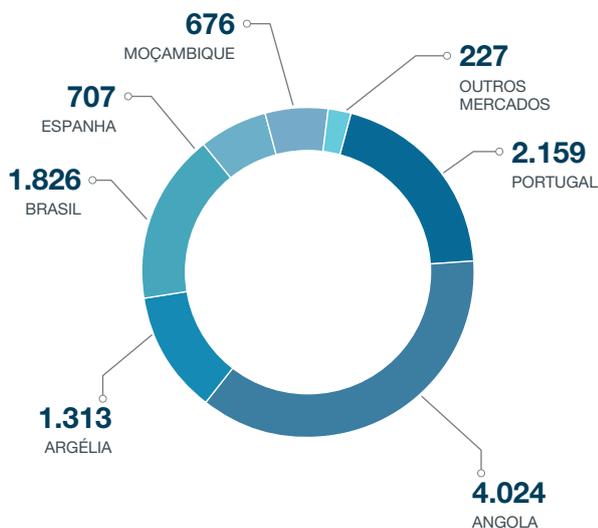
		Concessões e Serviços	Hotelaria
Infraestruturas	Cofragens e Pré-Esforço	Facilities Management	Eng.º Luís Vicente
Centros de Exploração Eng.º Ricardo Acabado Eng.º Rosa Saraiva Eng.º Correia Leal Eng.º Júlio Filho Eng.º Amílcar Teresinho Eng.º Pedro Ferreira	Eng.º Marques dos Santos Aprovisionamentos Eng.ª Rosa Almeida Gestão de Equipamento Eng.º Rodrigo Ouro	Eng.º Rogério Fonseca Eng.º Rodolfo Valentim Eng.ª Mariana Coimbra	Distribuição
Direção de Estudos Eng.º Fernando Frias	Sistemas de Gestão e Tecnologia Eng.º Ivo Rosa	Ambiente Eng.º Rogério Fonseca Eng.º António Carlos Teixeira Duarte	Eng.º Diogo Rebelo Eng.º Hugo Santos
Metalomecânica	Logística das Propostas	Educação	Automóvel
Eng.º Henrique Nicolau	Eng.º Magalhães Gonçalves	Eng.º Diogo Rebelo	Eng.º Pedro Medo
Obras Subterrâneas		Imobiliária	
Eng.º Dias de Carvalho Eng.º Carlos Russo		Eng.º Alfredo Silva Eng.º Guilherme Silva	
Obras Ferroviárias			
Eng.º Paulo Serradas Eng.º Rui Costa			

## COLABORADORES

Sendo o núcleo central da atividade de todas as empresas do Grupo Teixeira Duarte e o seu maior ativo, no total destas entidades colaboram cerca de **11.000 colaboradores**, que em 31 de dezembro de 2018 estavam distribuídos pelos seguintes setores e países de atuação:



Distribuição de Colaboradores por Setor de Atividade



Distribuição de Colaboradores por Mercado

## MISSÃO E VALORES

A conduta dos colaboradores das empresas do Grupo Teixeira Duarte tem sido caracterizada ao longo de cerca cem anos de história por uma ética que é motivo de orgulho e de incentivo para o crescimento do mesmo. O núcleo central dessa ética assenta na sua missão e valores, que de seguida se enunciam:

### A MISSÃO

## FAZER, CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR

Define o que move os seus Colaboradores no dia-a-dia, e constitui o objetivo partilhado por todos independentemente da sua área de atuação, geografia, ou equipa de trabalho.

“Fazer”, porque se pretende sempre fazer acontecer.

“Contribuindo”, porque devemos ter a noção que ninguém faz nada sozinho.

Para a “Construção”, da qual somos parte.

De “um mundo melhor”, que é o objetivo que todos partilhamos dentro e fora da Teixeira Duarte.

### OS VALORES

Os Valores são o modo como se deve agir para alcançar esse objetivo e caracterizam o envolvimento da Empresa com todas as partes relacionadas. São eles:

## ENGENHO

Valor baseado na origem e designio da Teixeira Duarte: “Uma casa de Engenharia”, onde, a partir da investigação e domínio dos princípios da ciência, se inova e se desenvolvem conhecimentos e técnicas para aplicar, com eficiência e o mínimo de desperdício, na resolução de questões práticas, formando, incentivando e confiando nas pessoas “da casa”.

## VERDADE

Consiste na reta apreciação dos factos, expondo as coisas tais como são, com boa-fé e rigor, assumindo os erros e as limitações tal como os sucessos e as capacidades e reportando sempre de forma transparente e adequada aos âmbitos de atuação e responsabilidades da Empresa.

## COMPROMISSO

Corresponde à forma responsável e empenhada com que se aceitam os desafios e as responsabilidades, assente na importância da “Palavra dada” e no cumprimento de todas as obrigações, tanto para com terceiros como na lealdade e cumplicidade para com os próprios colegas e para com a Empresa em si, com respeito pelo próximo, pela dignidade de toda a pessoa humana e pela sustentabilidade da comunidade.

### CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

Fruto de um longo trabalho realizado em 2017 – que incluiu a implementação de um sistema de gestão de *compliance* no Grupo Teixeira Duarte –, em fevereiro de 2018 foi aprovado pela “Teixeira Duarte, S.A.”, e adotado por todas as entidades integradas no Grupo, o designado “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte”, que consagra numa versão revista e atualizada às novas realidades legislativas e conjunturais, desenvolvimentos e adaptações daquele que era o Código existente desde 2015, sendo este novo documento, à semelhança do anterior, de cumprimento obrigatório por todos os colaboradores de tais entidades.

## I.2 DESTAQUES

2018 foi um ano importante para o Grupo Teixeira Duarte, destacando-se aqui os factos mais relevantes.

### HOSPITAL CUF TEJO



A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções iniciou, para uma entidade do Grupo José de Mello Saúde, a execução da empreitada de construção do Hospital CUF Tejo, em Alcântara, Lisboa. O prazo previsto para a execução da obra é de 16 meses e o valor total da empreitada é estimado em 52,3 milhões de euros.

O contrato de empreitada assinado no dia 13 de fevereiro de 2018, envolve a execução da estrutura, instalações especiais, acabamentos e arranjos exteriores do novo Hospital CUF Tejo, que contará com seis pisos acima do solo e quatro pisos enterados. Uma área bruta de construção de cerca de 73.000m<sup>2</sup> que compreenderá áreas destinadas a estacionamento nos pisos -4 a -2 e centros de especialidade e serviços nos restantes pisos.

A participação da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções neste projeto de grande dimensão começou em 2016 com a fase de escavação, contenção periférica e estrutura até ao Piso 0. O valor global de ambas as empreitadas totalizará 65,4 milhões de euros.

### AEROPORTO DE SALVADOR



Um consórcio liderado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções iniciou em 2018, para a “Concessionária do Aeroporto de Salvador, S.A.” – empresa do Grupo Vinci Airports –, os trabalhos no âmbito do “Contrato de engenharia, fornecimento e construção para a expansão do aeroporto de Salvador, em regime de empreitada integral, na modalidade EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) turn-key por preço global”, com vista à execução de reforma e expansão do Aeroporto de Salvador, que inclui a execução de projeto executivo, a construção de um novo terminal e respetivas pontes de embarque, construção de edifício de ligação do novo terminal ao terminal existente e remodelação do terminal existente e a melhoria ao nível das pistas de pouso e descolagem e *taxyways*.

O prazo previsto para execução da obra é de 20 meses e o valor total da empreitada ascende a cerca de 600 milhões de reais, correspondentes a 149,6 milhões de euros.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções é líder do referido consórcio, no qual tem uma participação de 32,99%.

#### RODOVIA BR-116/BA



Um consórcio integrado pela sua participada indireta a 100% “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia” começou, para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, os trabalhos no âmbito do contrato para “Elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras de artes especiais, na rodovia BR-116/BA, Lote 06”, a serem desenvolvidos entre o km 387,41 e o km 427,75, totalizando 40,34 km de extensão.

O prazo previsto para execução da obra é de 1.350 dias e o valor da empreitada é de 297 milhões de reais, correspondentes a 74 milhões de euros, dos quais a “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia” tem uma participação de 45%, ou seja, o equivalente a 33,3 milhões de euros.

#### BARRAGEM ITABIRUÇU



A sua participada indireta a 100% “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia” iniciou os trabalhos para a “VALE S.A.” relativos à “Empreitada total para a execução de obras civis para alateamento do maciço da Barragem Itabiruçu até elevação 850 metros, no município de Itabira/MG, com fornecimento de materiais”, com um valor correspondente a 26,6 milhões de euros e um prazo previsto de 514 dias.

### PONTE DAULE-GUAYAQUIL



Um consórcio liderado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções a 61%, celebrou, no dia 31 de agosto de 2018, no Equador, com “los Gobiernos Autónomos Descentralizados Municipales de Guayaquil y Daule”, o contrato para a execução da “Construcción del Puente Daule-Guayaquil, incluye accesos y pasos elevados en Av. Leon Febres Cordero y en Av. Narcisa de Jesus Martillo Morán”.

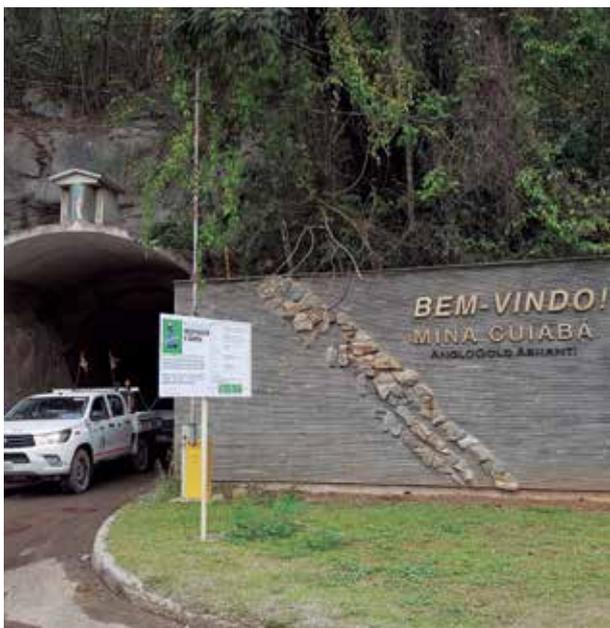
O prazo previsto para execução da obra é de 480 dias e o valor total da empreitada ascende a cerca de 59,2 milhões de dólares americanos.

### PORTO DE NACALA



A sociedade de direito moçambicano “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções Moçambique, Lda.”, participada indireta da “Teixeira Duarte, S.A.” e integrada no seu perímetro de consolidação, celebrou contrato de subempreitada com o consórcio japonês “Penta Ocean/Toa” para a execução, para a “Caminhos de Ferro de Moçambique”, dos trabalhos marítimos “Construction of Port Facilities for Nacala Port Development Project Phase I & II”, em Nacala, Moçambique. A empreitada tem um prazo estimado de 36 meses e o preço previsto ascende a cerca de 123,2 milhões de dólares americanos, correspondentes a 105,2 milhões de euros, cabendo à aludida participada do Grupo Teixeira Duarte 50% deste valor.

## EXPLORAÇÃO MINEIRA NO BRASIL



A EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A. (EPOS) celebrou um contrato para o desenvolvimento mineiro com uma das maiores empresas mineradoras do mundo, a Anglo Gold Ashanti, para a execução de trabalhos de escavação e sustimento numa Mina de Ouro no Brasil localizada no Estado de Minas Gerais, junto à localidade de Caeté, denominada como mina de Sabará. Trata-se de uma mina de grande profundidade e com muitos anos de existência o que coloca grandes desafios em termos de execução e logística.

Este é o primeiro contrato da EPOS no Brasil e totaliza um valor aproximado de 90 milhões de dólares, com um prazo de execução de 60 meses.

## REFERÊNCIA NA ÁREA DE FACILITIES MANAGEMENT



Nas Concessões e Serviços, destaca-se o reforço da TDGI como referência global na área do *Facilities Management* mantendo e celebrando novos contratos com clientes multinacionais de prestígio em diferentes continentes, realçando-se:

- Novos clientes importantes em Portugal, como a SportTV, Novo Banco, Coca-Cola, Microsoft e Tetrapak;
- A presença consolidada no centro da Europa, com clientes como o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu e o alargamento, já em 2019, a clientes privados multinacionais no Luxemburgo;
- Concluído o terceiro ano de atividade no Qatar, a TDGI conseguiu alcançar um volume de negócios e resultados muito expressivos e ser já uma marca reconhecida pelos grandes clientes como a Qatar Foundation, a Qatar Petroleum e a Ooredoo.

## BOM NÍVEL DE ATIVIDADE NO SETOR IMOBILIÁRIO



Bom nível de atividade no setor imobiliário em Portugal, quer na venda de ativos, quer no desenvolvimento urbanístico dos projetos em carteira, destacando-se:

- A realização de todas as escrituras de compra e venda relativas às frações residenciais do empreendimento “Villa Torrinha”, na Rua de Pedrouços, em Lisboa;
- O início da construção e o lançamento comercial do empreendimento “ONE Living”, em edificação nos terrenos da antiga praça de touros de Cascais, com 84 frações de habitação e uma zona de comércio;
- A emissão do alvará do loteamento do empreendimento “Fábrica 1921”, localizado em Benfica, Lisboa, onde se prevê a construção de cerca de 48.000m<sup>2</sup> de área acima do solo, abrangendo mais de 160 frações de habitação e áreas complementares de retalho e equipamento;
- A emissão do alvará de loteamento relativo ao empreendimento “Vila Rio”, localizado na Póvoa de Santa Iria, implantado num terreno com cerca de 17 hectares e onde se prevê a construção de mais de 600 fogos e 32.200m<sup>2</sup> de áreas destinadas a comércio e serviços.

## REMODELAÇÃO DO HOTEL AVENIDA



Na Hotelaria, refira-se que, em adicional à regular prestação das unidades hoteleiras do Grupo em Portugal, Angola e Moçambique, neste último país se concretizou a remodelação do Hotel Avenida, em Maputo, com um investimento de 3,7 milhões de euros.

#### NOVA MAXI VIA EXPRESSO



Na Distribuição realça-se a abertura da “Maxi” Via Expresso com cerca de 2.500 m<sup>2</sup> de placa de venda, junto à localidade do Zango, na cidade de Luanda.

#### REFERÊNCIA NO MERCADO AUTOMÓVEL ANGOLANO



No Setor Automóvel destaca-se, por um lado a regularização dos processos de encomendas junto dos fabricantes, após introdução de mecanismos de crédito documentário e, por outro, o facto da marca Renault – que o Grupo Teixeira Duarte também representa em Angola – ter ganho cada vez mais expressão neste país, tendo concluído 2018 com uma quota de mercado de 9,7%, devido, em grande parte, à sua capacidade de adaptação de produtos ao mercado angolano e boa relação qualidade-preço.

## RECUPERAÇÃO DOS NÍVEIS DE LIQUIDEZ



Em concretização do objetivo de programar a velocidade de redução do endividamento bancário do Grupo, salvaguardando dessa forma níveis adequados de liquidez, a Teixeira Duarte, S.A. e outras entidades do Grupo Teixeira Duarte celebraram no dia 24 de abril de 2018 um “Acordo Quadro relativo à Dívida do Grupo Teixeira Duarte” com o Banco Comercial Português, S.A., a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Novo Banco, S.A. que, no essencial, prevê uma redução significativa do passivo bancário alinhada com um programa de alienação de ativos no valor de cerca de 500 milhões de euros, bem como o aumento da maturidade dos financiamentos e a otimização do custo de financiamento.

## ALIENAÇÃO DE ATIVOS



Refira-se que, nesta sequência, o Grupo celebrou um contrato para alienação da totalidade do capital social da sociedade “Lagoas Park, S.A.” a uma subsidiária do fundo europeu de “private equity” Kildare. Esta operação, juntamente com as relativas à alienação de 90% da “TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.” e de 7,5% na “LUSOPONTE – Concessionária da Travesia do Tejo, S.A.”, fizeram com que o Grupo Teixeira Duarte tenha, em apenas 8 meses e com ganhos significativos, alienado ativos num valor global de cerca de 450 milhões de euros dos anunciados 500 milhões de euros previstos alienar ao longo do programa.

## ASSEMBLEIA GERAL ANUAL



Na sequência da reunião da Assembleia Geral Anual de 26 de maio de 2018, foram aprovadas todas as propostas submetidas a deliberação, nomeadamente a de aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, a proposta referente à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade, a proposta relativa à Declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, a proposta sobre a política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização e a proposta de aquisição e alienação de ações próprias, também apresentada pelo Conselho de Administração.

Conforme proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, os resultados líquidos individuais da TD,SA apurados no exercício de 2017, negativos no montante de 15.359.540,30€ (quinze milhões trezentos e cinquenta e nove mil quinhentos e quarenta euros e trinta cêntimos) foram levados a resultados transitados. A este propósito, refira-se que foi ainda aprovada na mesma Assembleia Geral a proposta de transferência para a rubrica de Resultados Transitados de 13.660.115,78€ correspondente a parte das Reservas Livres integradas na rubrica Outras Reservas da Sociedade.

## EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DA AÇÃO



Evolução da Cotação da Ação da Teixeira Duarte, S.A. entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018

Durante o ano de 2018, as ações sofreram uma desvalorização de 39% baixando de 0,223€ em 31 de dezembro de 2017, para 0,135€ em 30 de dezembro de 2018.

No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa 65.413.800 ações, com um volume de negócios no montante de 15.431.048,94€, sendo que em 2017 haviam sido transacionadas 54.228.820 ações, com um volume de negócios no montante de 16.738.648,59€.

No gráfico verifica-se a evolução da cotação das ações durante o exercício de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, a cotação era de 0,135€ e, na data de hoje, 22 de abril de 2019, é de 0,145€.

#### DIA DA EMPRESA



No dia 15 de outubro – data de aniversário do fundador da Empresa, o Senhor Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte – a Teixeira Duarte celebrou o seu Dia da Empresa e prestou homenagem aos colaboradores que em 2018 completam 30 anos de serviço na Teixeira Duarte.

Depois de uma missa na Igreja Matriz de Porto Salvo, por intenção do fundador e de todos os colaboradores já falecidos, seguiu-se um jantar no Centro de Congressos do Lagoas Park Hotel, no qual a Administração e a Alta Direção da Empresa receberam os Senhores acionistas da “Teixeira Duarte, S.A.” que haviam estado presentes na Assembleia Geral anual, bem como os mencionados colaboradores homenageados.

#### PROGRAMA TODOS DAMOS



No âmbito e ao abrigo do Programa TODOS DAMOS em vigor até 31 de dezembro de 2018, foram apoiadas diversas pessoas através do cofinanciamento por parte de Empresas do Grupo Teixeira Duarte a projetos ou instituições de cariz social que os seus próprios colaboradores também apoiaram diretamente, numa união de esforços entre as Empresas do Grupo e os respetivos colaboradores, em prol de uma Responsabilidade Social que promova o bem-estar das Pessoas.

## I.3. PRINCIPAIS INDICADORES

**PROVEITOS OPERACIONAIS** **1.014 M€**

**VOLUME DE NEGÓCIOS** **874 M€**

**EBITDA** **143 M€**  
Margem de 16%

**RESULTADO LÍQUIDO** **11 M€**  
Atribuível a detentores de capital

**DÍVIDA LÍQUIDA** **689 M€**  
Rácio Dívida Líquida / EBITDA de 4,8x

**AUTONOMIA FINANCEIRA** **21,7 %**

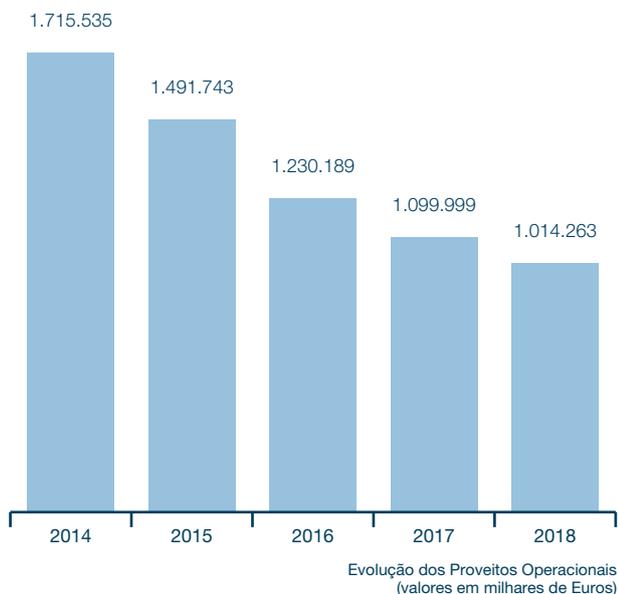
**CARTEIRA DE ENCOMENDAS** **1.794 M€**  
Para o setor da Construção

	2018	2017	Var. %
Proveitos operacionais	1.014.263	1.099.999	(7,8%)
Custos operacionais	(871.582)	(918.645)	5,1%
<b>EBITDA</b>	<b>142.681</b>	<b>181.354</b>	<b>(21,3%)</b>
Amortizações e depreciações	(43.546)	(56.223)	22,5%
Provisões e perdas por imparidade	(15.258)	8.614	-
<b>EBIT</b>	<b>83.877</b>	<b>133.745</b>	<b>(37,7%)</b>
Resultados Financeiros	(54.702)	(102.443)	46,6%
Resultados antes de impostos	29.175	31.302	(6,8%)
Imposto sobre o rendimento	(19.679)	(34.534)	43,0%
<b>Resultado líquido</b>	<b>9.496</b>	<b>(3.232)</b>	<b>-</b>
Atribuível a:			
Detentores de capital	11.127	(4.650)	-
Interesses não controlados	(1.631)	1.418	-

(Valores em milhares de euros)



### APRECIAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



Os **Proveitos Operacionais** registaram uma diminuição de 7,8% face a 2017, atingindo o montante de 1.014.263 milhares de euros. Apesar dos contributos positivos dos setores da Construção e da Imobiliária, não compensaram as diminuições nos restantes setores de atividade, com destaque para a Distribuição e o Automóvel.

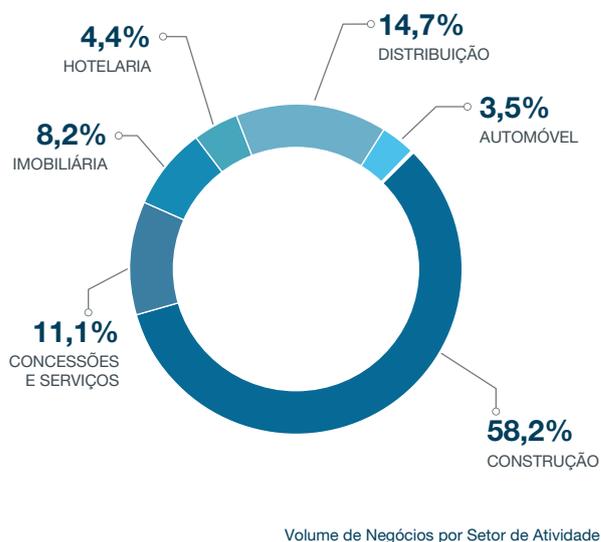
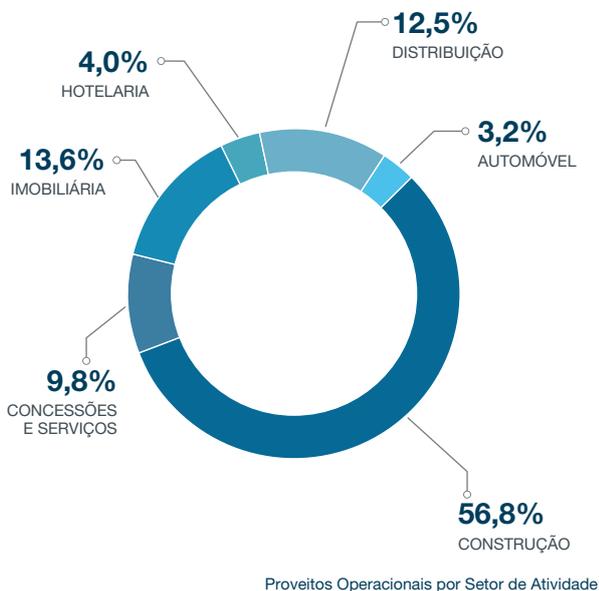
Analisando este indicador por mercados, de referir o crescimento em Portugal de 33,7%, enquanto os mercados externos, na sua globalidade, diminuíram 19,3% face a período homólogo.

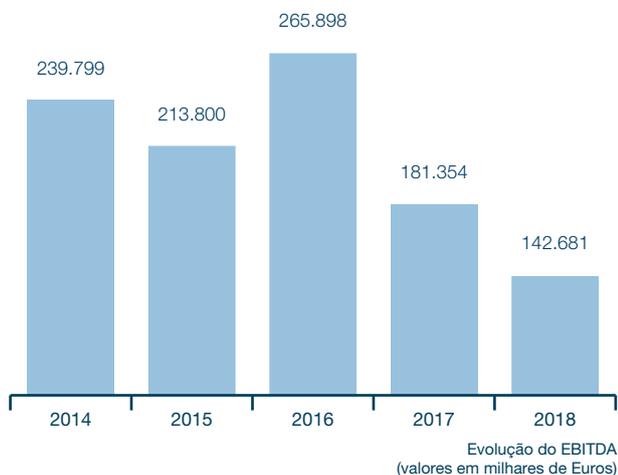


O **Volume de Negócios** atingiu o montante de 873.712 milhares de euros, o que representa uma diminuição de 15,6% face ao ano anterior. Na sua globalidade, todos os setores de atividade registaram diminuições, havendo a destacar o ligeiro crescimento do setor das Concessões e Serviços.

O mercado nacional registou um aumento de 22,8% do volume de negócios, o que se considera positivo, enquanto que, os mercados externos, na generalidade diminuíram, com exceção do mercado Argelino que cresceu 33,8%.

Neste contexto, os mercados externos que representavam 81,7% do volume de negócios do Grupo em 2017, passaram a representar 73,3% do volume de negócios do Grupo Teixeira Duarte.





O EBITDA atingiu 142.681 milhares de euros, uma redução de 21,3% face ao ano anterior. Este indicador foi influenciado por alguns factos que nos cumpre destacar:

- Alienação da participada detida a 100% “Lagoas Park, S.A.”, com ganhos de 24.898 milhares de euros;
- Alienação de 90% da sociedade “TDHOSP – Gestão de Edifício Hospital, S.A.”, com ganhos de 19.202 milhares de euros;
- Diferenças de câmbio operacionais, com impacto positivo de 18.385 milhares de euros, e que em 2017 haviam sido negativas em 2.204 milhares de euros;
- Imparidades líquidas de clientes de 33.339 milhares de euros – que no ano anterior haviam sido de 2.821 milhares de euros – e que resultaram da notação financeira de certos mercados em que o Grupo operou em 2018, nomeadamente na Venezuela
- Outros custos operacionais, não recorrentes de 7.348 milhares de euros.

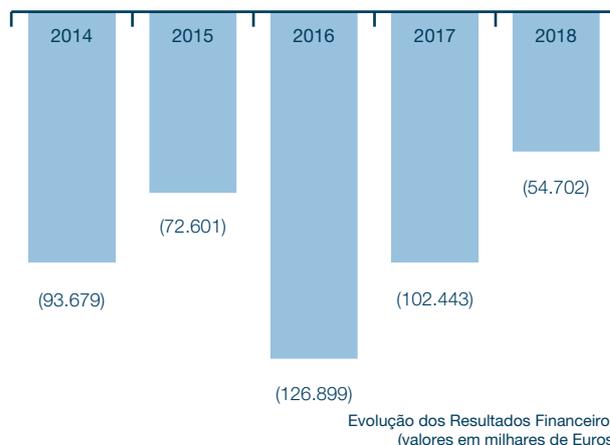
EBITDA por Atividade	2018	2017	Var. %
Construção (*)	55.927	52.922	5,7%
Concessões e Serviços	8.169	7.935	2,9%
Imobiliária (*)	54.902	60.236	(8,9%)
Hotelaria (*)	12.428	13.887	(10,5%)
Distribuição (*)	10.235	25.164	(59,3%)
Automóvel	10.379	26.518	(60,9%)
Não afectos a segmentos	(9.684)	(5.309)	(82,4%)
Eliminações	325	1	s.s.
	142.681	181.354	(21,3%)

(Valores em milhares de euros)  
(\*) valores 2017 reclassificados

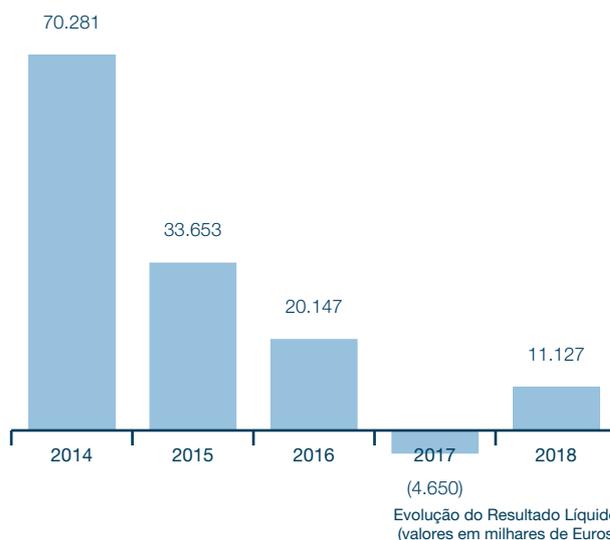
A Margem EBITDA / Volume de Negócios registou uma diminuição face ao ano anterior, passando de 17,5% para 16,3% em 2018.

Os Resultados Financeiros foram negativos em 54.702 milhares de euros, ainda assim, registaram uma melhoria de 47.741 milhares de euros face ao exercício de 2017.

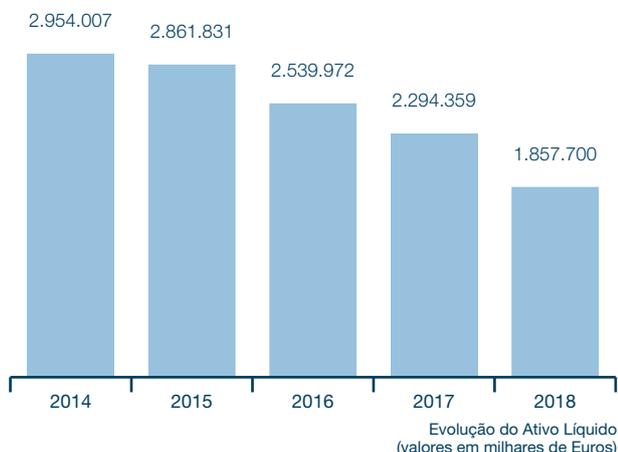
Para esta melhoria, destacamos a redução dos juros suportados no montante de 38.590 milhares de euros e pela variação dos ganhos com alienações de ativos financeiros no montante de 19.206 milhares de euros.



Os Resultados Líquidos Atribuíveis a Detentores de Capital foram positivos em 11.127 milhares de euros, que comparam com os resultados negativos alcançados em 2017 no montante de 4.650 milhares de euros.

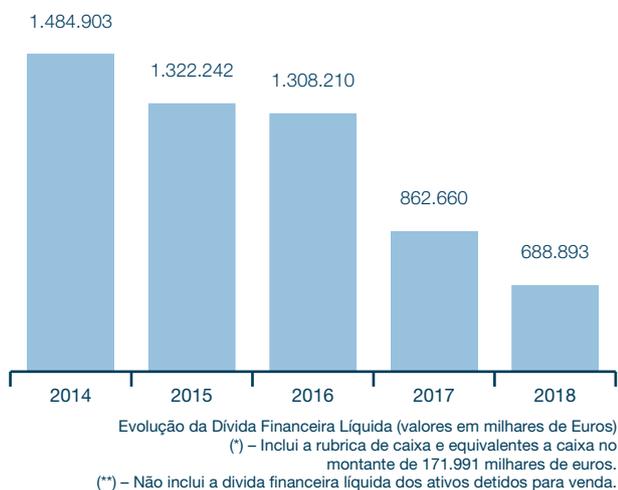


Para além do desenvolvimento normal da atividade, este indicador foi ainda influenciado por diferenças de câmbio desfavoráveis, que em 2018 foram negativas no montante de 68.172 milhares de euros, enquanto no exercício de 2017 haviam sido negativas em 15.363 milhares de euros, e ainda pelo impacto positivo, de 38.445 milhares de euros, da posição financeira líquida decorrente da aplicação da IAS 29 às empresas de Angola e da Venezuela.



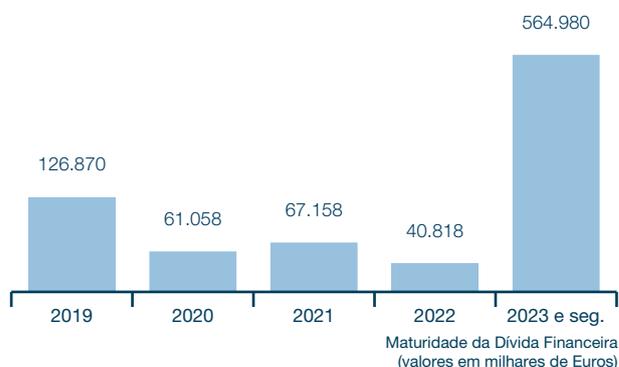
O **Total do Ativo** fixou-se em 1.857.700 milhares de euros, o que representa uma diminuição de 436.659 milhares de euros, o que se deve essencialmente às alienações das sociedades “Lagoas Park, S.A.”, “TDHOSP, S.A.” e “LUSOPONTE, S.A.”.

Pese embora a situação que se tem vindo a verificar na Venezuela, o Conselho de Administração entende apropriado reforçar a convicção de que o valor líquido dos ativos detidos naquela geografia é integralmente recuperável.



A **Dívida Financeira Líquida** registou uma diminuição de 173.767 milhares de euros, fixando-se em 688.893 milhares de euros, o que representa uma redução de 20,1% face ao final de 2017, dando seguimento à concretização da estratégia do Grupo Teixeira Duarte de redução da dívida.

A Teixeira Duarte assinou em 24 de abril de 2018 um Acordo Quadro com o Banco Comercial Português, S.A., a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Novo Banco, S.A., que permitiu o alongamento das maturidades da dívida financeira, conforme apresentado no gráfico.



O rácio **Dívida Financeira Líquida / EBITDA** fixou-se em 4,8x no final de 2018.

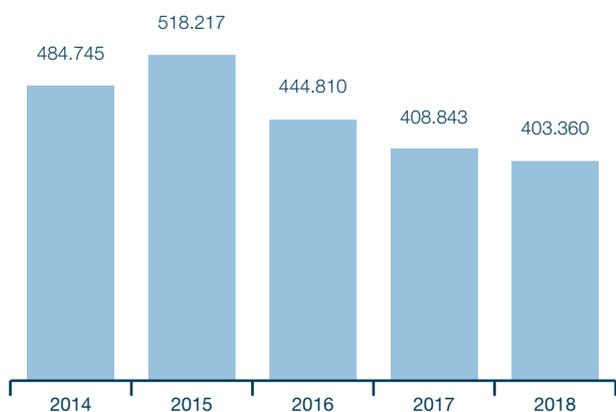
O **Capital Próprio Atribuível a Acionistas** registou montante semelhante a 31 de dezembro de 2017, fixando-se em 367.624 milhares de euros.

As políticas contabilísticas devem ter em conta que o Grupo Teixeira Duarte desenvolve as suas operações em diversas geografias, com particular destaque para Angola, mercado especialmente relevante pelo montante dos correspondentes ativos e contributo para o volume de negócios do Grupo.

Até ao exercício de 2018, o Grupo adotou como política contabilística ao nível da mensuração dos seus ativos fixos tangíveis, o modelo do custo.

Dada a volatilidade da moeda local e a desvalorização significativa que a mesma tem apresentado face ao Euro – moeda de relato do Grupo -, o valor pelo qual os referidos ativos se encontravam transpostos para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo apresentavam desvios significativos relativamente ao valor de mercado, o que se entendeu adequado assinalar em anteriores comunicações ao mercado.

Tendo em vista uma mais apropriada apresentação das demonstrações financeiras do Grupo, o Conselho de Administração entendeu proceder à alteração da política contabilística ao nível da mensuração de uma classe homogénea de ativos fixos tangíveis, nomeadamente edifícios dos setores da Hotelaria, Distribuição e Automóvel, do modelo de custo para o modelo de revalorização. Esta alteração teve um impacto positivo no Capital Próprio, líquido de impostos, de 166.473 milhares de euros.



Evolução dos Capitais Próprios  
(valores em milhares de Euros)

O **Total do Capital Próprio** diminuiu 1,3%, tendo-se fixado em 403.360 milhares de euros, influenciado, essencialmente, pelos seguintes fatores:

- Resultado líquido de 9.496 milhares de euros;
- Impacto negativo de 247.986 milhares de euros, resultante da conversão cambial registada em função da desvalorização das divisas em que o Grupo opera face ao Euro;
- Revalorização de ativos fixos tangíveis, com impacto positivo de 166.473 milhares de euros;
- Impacto positivo da aplicação da IAS 29 às empresas de Angola e Venezuela, no montante de 59.405 milhares de euros, em 1 de janeiro de 2018.

O efeito dos impactos referidos, designadamente ao nível da redução da Dívida Financeira Líquida e das variações do Capital Próprio traduziu-se numa melhoria significativa da **Autonomia Financeira** que, em 31 de dezembro de 2018, alcançou 21,7%.

## II. ANÁLISE AOS SETORES DE ATIVIDADE

De seguida, será feito o relato da atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte nos diversos setores, seguindo-se, para todos eles, uma estrutura semelhante, ou seja, começando por contextualizar o respetivo setor dentro do Grupo Teixeira Duarte, depois apresentando o Volume de Negócios e o EBITDA consolidados, o contributo dessa área de negócio para o Grupo e concluindo com uma exposição sobre a atuação durante 2018, acompanhada de indicadores não consolidados que permitem uma análise e perspetiva sobre o total da atividade e não só o seu contributo final para os números consolidados.





## II.1. CONSTRUÇÃO

A Construção é o *core business* e a gênese das empresas do Grupo Teixeira Duarte que, neste setor, atuam nas áreas da Geotecnia e Fundações, da Reabilitação, das Obras Marítimas, das Edificações, das Infraestruturas, da Metalomecânica, das Obras Subterrâneas e das Obras Ferroviárias. Estas áreas operacionais contam com o apoio de um Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço e de um conjunto de Estruturas de Apoio nas vertentes da Gestão de Equipamento, dos Sistemas de Gestão e Tecnologia, dos Aprovisionamentos e da Logística das Propostas, bem como de um Polo Operacional e de um Laboratório de Materiais, instalados no Montijo, numa área superior a 130.000 m<sup>2</sup> e que constituem uma enorme valia adicional para a atividade e para os serviços prestados aos clientes.

O seu fundador, Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte, que concluiu o primeiro curso de Engenharia Civil ministrado no Instituto Superior Técnico e que desempenhou funções de bastonário da Ordem dos Engenheiros, desde sempre foi reconhecido pelos seus pares pela sua valia técnica e de inovação.

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atuação marcada por esse cunho, assumindo-se sempre como uma verdadeira Casa de Engenharia. Desde grandes infraestruturas como pontes, barragens, estradas e outras obras públicas, bem como hospitais e grandes edifícios que constituem marcos históricos, nomeadamente em Portugal, a Teixeira Duarte é reconhecida como um sinónimo de conhecimento e experiência, sendo uma presença constante no mercado da construção.

Para além da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções - que é a principal sociedade do Grupo - existem também outras sociedades participadas, que operam em áreas específicas da Construção, nomeadamente nas obras Subterrâneas e nas Ferroviárias, bem como diversos Agrupamentos Complementares de Empresas e outras estruturas semelhantes afetas a projetos específicos.

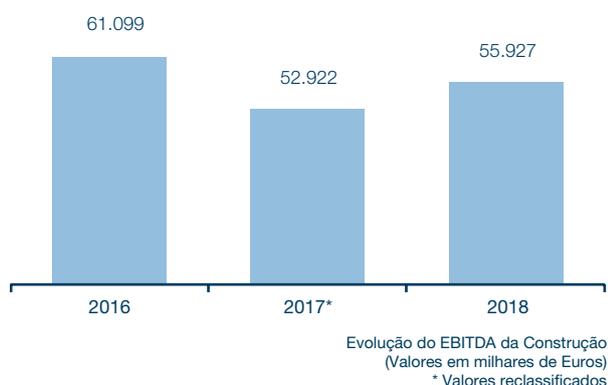
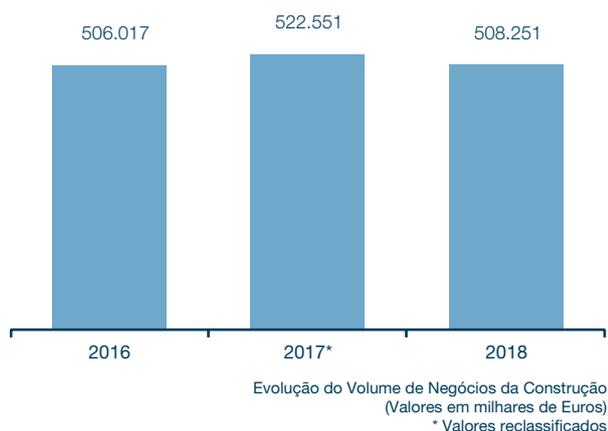
Em 2018 a Teixeira Duarte operou nesta área nos mercados de Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Marrocos, Moçambique, Peru, Reino Unido e Venezuela.





Ministério dos Transportes e Comunicações de Moçambique - Construção das Instalações Portuárias no Porto de Nacala  
NACALA - MOÇAMBIQUE

### CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



O Volume de Negócios da Construção diminuiu 2,7% face ao período homólogo de 2017.

Portugal registou um aumento de 29,1% face ao ano passado, essencialmente devido ao bom desempenho conseguido no mercado privado da Construção. Ainda assim, não foi suficiente para compensar a redução dos mercados externos, na sua globalidade, de 10,9% face a 2017.

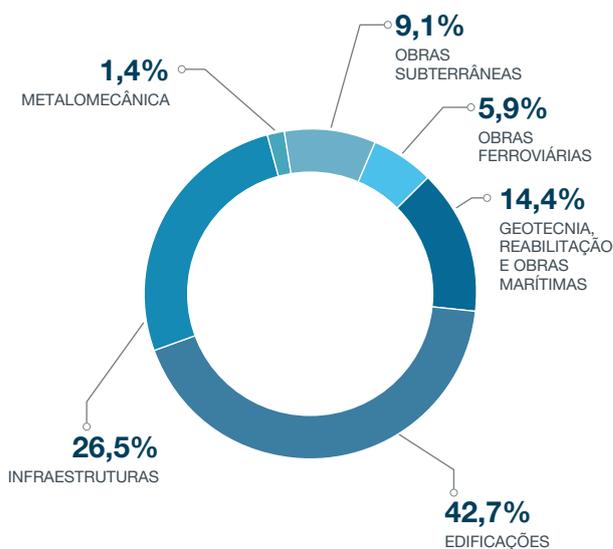
Com efeito, os aumentos alcançados em Angola e na Argélia, não superaram as diminuições registadas no Brasil e em Moçambique.

A atividade no Brasil e em Moçambique reduziu, respetivamente, 38,3% e 55,8% face ao período homólogo, sendo que, no Brasil tal se ficou também a dever à desvalorização do Real.

Em Angola e na Argélia as empresas do Grupo Teixeira Duarte aumentaram a atividade, respetivamente em 25,1% e 33,8%, sendo de referir que tais aumentos não foram superiores uma vez que a relevância em euros dos volumes alcançados ao final deste ano nestes países foram penalizados pela desvalorização das moedas desses mercados.

A atividade desenvolvida nos mercados externos passou assim a representar 73% do volume de negócios da Construção, em vez dos 79,6% que representava em 2017.

Relativamente às diferentes áreas em que as empresas do Grupo Teixeira Duarte operaram em 2018, refira-se que os contributos, em termos consolidados, de cada uma foram os seguintes:



Peso das Áreas de Atuação no Vol. de Negócios da Construção

O EBITDA na Construção registou um acréscimo de 5,7% face ao período homólogo de 2017, tendo atingido 55.927 milhares de euros, sendo que para este valor contribuíram também:

- A mais-valia de 19.202 milhares de euros registada com a alienação de 90% da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.", que atuando noutro setor do Grupo, era detida a 100% pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";
- Imparidades de clientes no montante global de 33.428 milhares de euros.



DGRNSS - Reabilitação do Molhe Nascente da Barra de Tavira  
TAVIRA - PORTUGAL

## ATIVIDADE EM 2018

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2018, informa-se que os proveitos operacionais alcançados pelas empresas do Grupo no setor da Construção atingiram o valor global de 636.061 milhares de euros, um aumento de 4,5% face ao final do ano passado.

## GEOTECNIA E FUNDAÇÕES, REABILITAÇÃO E OBRAS MARÍTIMAS

Na vertente da **Geotecnia e Fundações** concebem-se e executam-se soluções técnicas de engenharia de fundações, estudos geológicos, prospeção mineira, paredes moldadas, estacas, micro estacas, pregagens, ancoragens, consolidações, injeções, *jet-grouting*, betão projetado, entre outros trabalhos da especialidade.

Na área da **Reabilitação** realizam-se trabalhos especializados nos domínios da reabilitação de estruturas e conservação de monumentos e património arquitetónico edificado, bem como inspeções e diagnóstico de estruturas.

No âmbito das **Obras Marítimas** executam-se diversos tipos de obras de infraestrutura portuária, tais como portos comerciais,

de pesca e de recreio náutico; de construção e reabilitação de proteções costeiras, tais como molhes, esporões, praias artificiais e obras de defesa aderentes, aterros hidráulicos, emissários e ainda em operações de dragagem e noutros trabalhos da área marítima e fluvial.

Na vertente dos **Projetos** desenvolvem-se e executam-se Estudos e Projetos Técnicos de Engenharia, para todo o Grupo Teixeira Duarte que se têm revelado de grande importância na apresentação tecnicamente fundamentada de propostas e projetos. Cabe ainda a esta estrutura a coordenação e implementação do BIM (*Building Information Modeling*) no âmbito de todo o Grupo Teixeira Duarte, com a consolidação da formação interna e externa, desenvolvimento de projetos nesta tecnologia e criação de procedimentos internos.

**No global**, contrariando a tendência dos anteriores exercícios, a atividade desenvolvida nestas áreas da Geotecnia e Reabilitação e na área das Obras Marítimas, registou em 2018 uma diminuição dos proveitos totais.

Com efeito, a atividade reduziu em Portugal, Angola, Brasil e Estados Unidos, e aumentou na Argélia, na Colômbia e em Moçambique, sendo que, no global, alcançaram-se cerca de 64,3



Groupe ETRHB - Fundações de Edifício de Escritórios  
BAB EZZOUAR - ARGÉLIA

milhões de euros, o que corresponde a uma redução de 18,5% relativamente ao exercício de 2017.

Em **Portugal**, fruto por um lado das condições de mercado e por outro do facto de no ano de 2017 se terem realizado obras de maior dimensão, como a do Hospital CUF Tejo, em Lisboa, os proveitos reduziram significativamente tendo os mesmos atingido os 12,3 milhões de euros, contribuindo em 19,1% para os proveitos totais alcançados nestas áreas de atuação.

Em **Angola**, o desempenho nestas áreas da construção voltou a ser condicionado pela crise financeira e económica que afeta o país nos últimos anos, tendo-se registado uma descida de cerca de 30% dos proveitos, que se fixaram este ano de 2018 em cerca de 6,6 milhões de euros.

Na **Argélia**, a crise energética continua a afetar este importante mercado, condicionando a abertura de concursos públicos para novas infraestruturas. Apesar das dificuldades sentidas, 2018 foi um ano de recuperação da atividade devido à adjudicação de uma importante obra marítima, sendo que os proveitos mais que duplicaram os do ano anterior.

Prevê-se uma elevada taxa de ocupação de equipamento para 2019, perspetivando-se um crescimento significativo dos proveitos operacionais neste mercado face ao exercício de 2018.

No **Brasil**, o ano foi marcado pelas eleições presidenciais de outubro e pela indefinição e expectativa quanto ao novo governo, que levou a que 2018 tivesse sido um ano em que, quer o investimento público, quer os potenciais investidores do setor privado, se tenham mantido em níveis muito abaixo do que são as expectativas do país no que se refere a projetos de infraestruturas.

Esta conjuntura económica condicionou a atividade e teve como consequência um decréscimo, face ao exercício anterior, de 22,4% do volume de negócios nesta área de atuação, atingindo-se um valor de 23,7 milhões de euros.

Na **Colômbia**, a atividade nestas áreas conheceu um crescimento assinalável, com as várias obras em curso a desenvolverem-se ao longo de todo o período em análise, permitindo que se registasse uma significativa taxa de ocupação de equipamento e um volume de negócios que ascendeu a mais de 5,7 milhões de euros, ou seja, um crescimento face ao exercício



IMOHEALTH - Hospital CUF Tejo  
LISBOA - PORTUGAL

anterior de mais de 170%.

Nos Estados Unidos da América, durante o exercício em análise, foi dado por concluído o contrato de Assistência Técnica com a empresa de construção norte-americana "EIC Associates, Inc", iniciado no ano de 2016, não se prevendo continuidade de atuação no âmbito desta área neste mercado.

Em Moçambique, o ano de 2018 foi marcado por sinais de retoma em relação à crise macroeconómica e política que caracterizou os anos anteriores, refletindo-se na atividade da construção, tendo esta área de atuação registado um volume de negócios de 5,6 milhões de euros, isto é, um crescimento de 62,1% relativamente ao exercício do ano transato.

Em 2019, tendo em consideração as obras em carteira e as perspetivas de curto prazo, prevemos que os proveitos totais desta área de atuação possam duplicar os valores face ao ano anterior.

#### EDIFICAÇÕES

Na área das Edificações, a entidade mais relevante no seu contributo é a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. que

mantém uma atuação importante, abrangendo a construção e reabilitação de todo o tipo de edifícios, nomeadamente de grande dimensão e complexidade, públicos ou privados e destinados às mais variadas utilizações. Em 2018, o Grupo atuou nesta área em Portugal, Angola, Argélia, Brasil e Moçambique.

Ao nível do mercado português, manteve-se a tendência de crescimento, iniciada em 2017, do volume de trabalho realizado no setor da construção, suportado fundamentalmente pelo investimento privado no segmento da reabilitação e construção de edifícios residenciais e de unidades de saúde, que se traduziu num aumento de proveitos da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. de aproximadamente 19% face a 2017.

Ainda assim, perto de 74% do total dos trabalhos foram realizados nos mercados externos, onde se registaram aumentos em Angola e Argélia e reduções no Brasil e em Moçambique.

No global, atingiram-se proveitos nesta área de atuação de 241,2 milhões de euros, o que traduz uma diminuição de 4,6 % relativamente a 2017.

Para 2019, tendo em consideração o volume de trabalho atual-

mente contratualizado e os processos que estão em fase adiantada de negociação, estima-se a obtenção de um volume de faturação nesta área de atuação superior à conseguida em 2018.

### INFRAESTRUTURAS

Na área das **Infraestruturas**, as empresas do Grupo Teixeira Duarte reúnem no seu *portfolio* de realizações todo o tipo de obras, tendo já executado nomeadamente estradas e autoestradas, pontes e viadutos, barragens, túneis, ferrovias, gares ferroviárias e interfaces, obras portuárias, construção ambiental e ainda infraestruturas de água e gás natural.

A atividade desenvolvida nesta área tem acompanhado as variações cíclicas dos principais mercados em que as empresas do Grupo operam.

A atividade comercial continuou centrada num esforço de crescimento sustentado e, tendo sido significativamente intensificada, logrou obter resultados compagináveis com os objetivos traçados para o exercício em análise.

O Grupo atuou, em 2018, nesta área em Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Equador e na Venezuela, tendo também prosseguido a atividade técnica e comercial no Médio Oriente e em alguns países da América Latina, de África e da Europa, o que permite

antever, a curto ou médio prazo, a atribuição de alguns contratos nestas geografias.

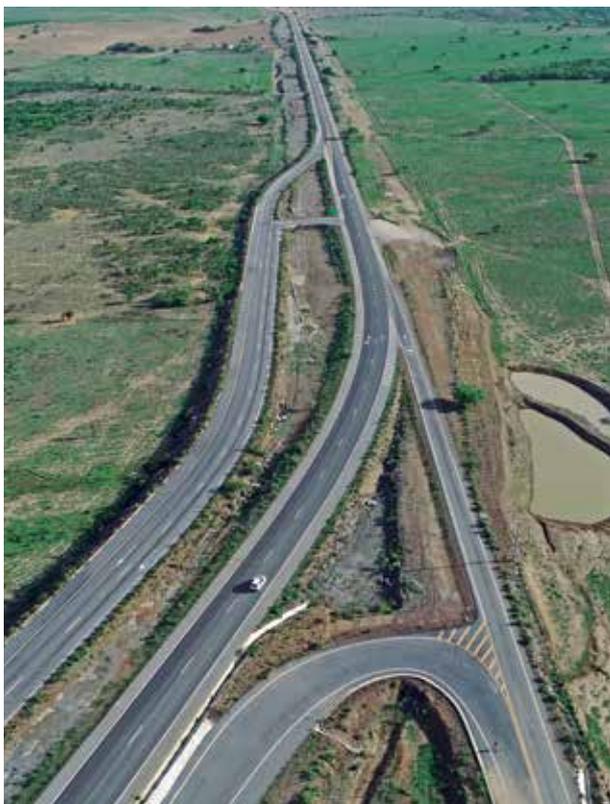
Os proveitos totais alcançados pelo Grupo nesta área de atuação desceram 7,4% em relação ao ano anterior, fixando-se em 125,2 milhões de euros. Este valor foi penalizado pela redução significativa da atividade na Argélia e no Brasil, em razão de condicionalismos de ordem financeira e de desvalorizações cambiais, tendo sido parcialmente compensado por um aumento importante da atividade em Angola.

Para 2019, tendo em consideração o volume de trabalhos em curso e as perspetivas de curto prazo, estimamos que os proveitos totais executados por esta área de atuação, possam crescer cerca de 50% face ao exercício anterior.

### METALOMECÂNICA

Na área da **Metalomecânica** as participadas do Grupo Teixeira Duarte conciliam a vertente de construção metálica com o elevado *know-how* no domínio da mecânica e da óleo-hidráulica, desenvolvendo soluções e efetuando trabalhos de alta complexidade, nomeadamente na movimentação e montagem de estruturas de grande porte.

Com esta valia, o Grupo tem executado ao longo dos anos



DNIT - Construção da rodovia BR235  
ESTADO DA BAHIA - BRASIL



Infraestruturas de Portugal - Modernização da Linha Do Leste  
ELVAS - PORTUGAL

trabalhos de construção e reabilitação de pontes metálicas e mistas, em viadutos metálicos e mistos, edifícios e estruturas metálicas diversas e equipamentos hidromecânicos.

Em 2018, desenvolveu-se atividade em Portugal, Angola, Argélia e Brasil, destacando-se o significativo aumento em Portugal, que compensou a quebra verificada em Angola, fruto da conjuntura macroeconómica registada naquele país.

Os proveitos totais alcançados pelas sociedades do Grupo neste exercício foram de 29,3 milhões de euros, correspondentes a um crescimento de 5%.

#### OBRAS SUBTERRÂNEAS

Nas **Obras Subterrâneas**, o Grupo Teixeira Duarte integra uma empresa especialista, a "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A." (EPOS, S.A.), que, com larga experiência, intervém na área da engenharia civil e na área mineira.

Em 2018, esta área aumentou 32,7% os proveitos totais, que alcançaram 50,9 milhões de euros, dos quais 88,6% obtidos no mercado interno.

Em Portugal, a EPOS manteve a forte componente da sua produção em trabalhos para a indústria mineira, aumentando in-

clusivamente o valor das vendas, atingindo esta cerca de 85% do total dos proveitos operacionais obtidos. Comparativamente com o ano transato, os proveitos em obras de engenharia civil tiveram um decréscimo em consequência do final da participação na obra de Aproveitamento Hidroelétrico de Gouvães.

A receita obtida no mercado externo teve um ligeiro aumento em resultado da atividade desenvolvida em Espanha – concentrada exclusivamente no setor mineiro –, que compensou positivamente o decréscimo registado no Peru.

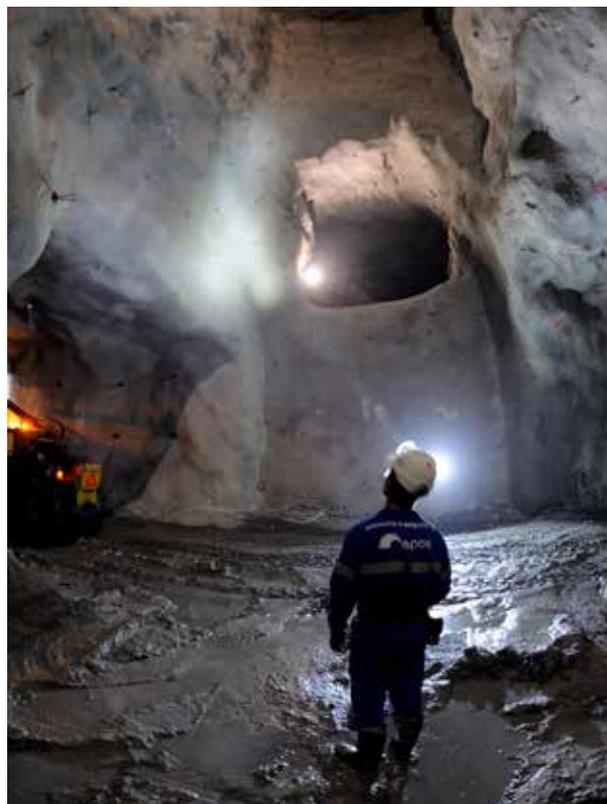
Em Angola, na obra do circuito hidráulico do Aproveitamento Hidroelétrico de Láuca, para a “Construtora Norberto Odebrecht, S.A., Sucursal Angola”, deu-se continuidade à execução do contrato de prestação de serviços de aluguer e operação de robô de projeção de betão.

No Peru, foi celebrado um contrato para execução de trabalhos no Metro de Lima, já realizado em cerca de 70%, tendo-se, no final do ano, celebrado novo contrato com o mesmo cliente para a realização de trabalhos de escavação e outros, num prazo de execução de 15 meses e com um valor previsto de 12,7 milhões de euros.

Este mercado tem um elevado potencial mineiro que tem sido explorado a nível comercial, tendo muito boas perspetivas de



ADA - Gare H'Madna  
ARGÉLIA



SOMINCOR - Minas de Neves Corvo - Câmara de Britagem ZEP  
CASTRO VERDE - PORTUGAL

contratação para 2019.

#### OBRAS FERROVIÁRIAS

Nas Obras Ferroviárias, a "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A." é a sociedade, participada pelo Grupo Teixeira Duarte a 60%, vocacionada para a construção, renovação e conservação de infraestruturas ferroviárias incluindo a sua eletrificação (catenária), a qual atua diretamente, através das suas sucursais e ainda da sua participada brasileira "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda" – todas adiante designadas abreviadamente de SOMAFEL.

Nesta área, a SOMAFEL tem vindo a consolidar a sua atuação operacional na área ferroviária, que atualmente se concentra em Portugal, Argélia, Brasil, França, Marrocos, Moçambique e Reino Unido, tendo estado a desenvolver um processo de otimização da atividade nesses países, onde trabalha em quatro bitolas distintas.

No exercício de 2018 os proveitos totais nesta área atingiram o montante de 33,6 milhões de euros, tendo sofrido, relativamente a 2017, uma variação negativa de 21,9%.

Da atividade desenvolvida pelas participadas nesta área, o mer-

cado nacional aumentou significativamente, passando a representar 53% e o mercado internacional 47%, dos quais 30% no Brasil e 12,8% na Argélia.

Em relação a 2017, a atividade em Portugal teve um acréscimo de 57,5%, enquanto na Argélia reduziu 40,8% e no Brasil 50,2%, neste último caso com influência também da desvalorização do Real.

Os contratos que a nível nacional mais contribuíram para esta variação positiva foram a Prestação de Serviços de Manutenção de Via e Catenária do Lote 5 e a Eletrificação da Linha do Minho, ambos para a IP-Infraestruturas de Portugal.

A nível internacional, mais concretamente no Brasil, destaca-se o contrato de Execução dos Serviços referente à Duplicação Estrada de Ferro Carajás no Estado do Pará, para a "VALE, SA".

A atividade em Moçambique foi praticamente nula à semelhança do que já havia acontecido em 2017 e o Reino Unido e França, corresponderam aos dois mercados com menor expressão na atividade da SOMAFEL, com proveitos, respetivamente, de 0,3 milhões de euros e 0,1 milhões de euros, respetivamente.

Comercialmente, a SOMAFEL continua ativa na América Latina,



Crossrail South East Section Project  
BARKING RIVERSIDE EXTENSION - INGLATERRA

em particular nos mercados da Colômbia e do Peru, aguardando também novos desenvolvimentos na Argentina.

Em África procuram-se projetos ligados à indústria mineira, tal como no Gabão, em que já se iniciou no final de 2018 a negociação de uma proposta de manutenção de via-férrea para uma empresa francesa e, mantém-se a procura de oportunidades em novos mercados, nomeadamente nos países escandinavos, como a Suécia, onde a SOMAFEL já apresentou uma proposta comercial, bem como na Finlândia e Noruega.



Polo Operacional Teixeira Duarte  
MONTIJO - PORTUGAL

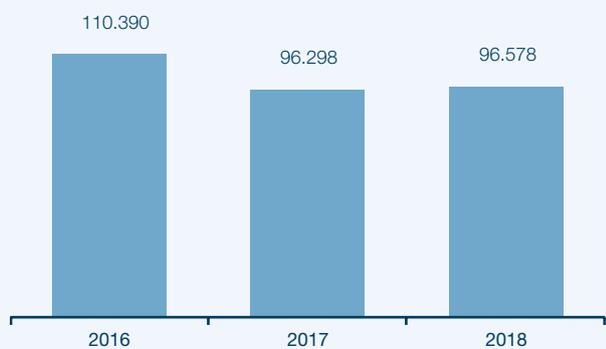
## II.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS

O Grupo Teixeira Duarte começou a operar nesta área em 1984, em Macau, através de uma participação na "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", que ainda hoje mantém e à qual acrescentou outras em Portugal, Angola, Brasil, Bélgica, Espanha, Moçambique, Qatar e Venezuela.

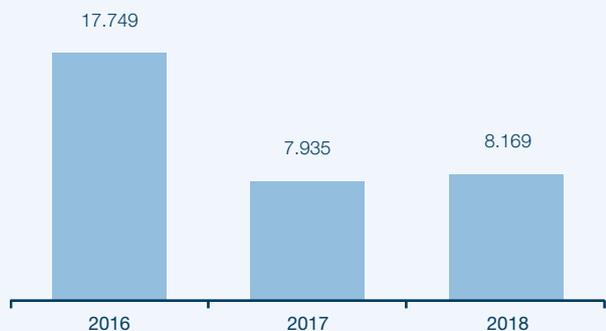
No âmbito das Concessões e Serviços, as empresas do Grupo dedicam-se a áreas de negócios de naturezas distintas, tais como o *Facilities Management* e *Facilities Services*, o Meio Ambiente, as Atividades Educativas em Angola, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) no Brasil, e a Operação e Gestão de um Porto na Venezuela.

Neste setor, a Teixeira Duarte detém também diversas participações minoritárias noutras entidades cuja gestão não é conduzida pelas estruturas do Grupo e que, em quase todos os casos, não integram o seu perímetro de consolidação. Ainda assim, sobre as mais importantes serão também apresentadas algumas notas no final deste capítulo.

### CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução do Volume de Negócios das Concessões e Serviços (Valores em milhares de Euros)



Evolução do EBITDA das Concessões e Serviços (Valores em milhares de Euros)





Recolha de Resíduos  
GALIZA - ESPANHA

Nas Concessões e Serviços, o **Volume de Negócios** registou valores semelhantes aos alcançados em 2017, ainda que, o Grupo já não tenha contado com o contributo das suas participadas da área do ambiente em Portugal (Recolte, S.A. e da Recolte (Porto), S.A.), alienadas em julho de 2017 e que haviam contribuído com 6.157 milhares de euros para este indicador apurado no final do ano de 2017.

Em Portugal, destaca-se o facto de, desconsiderando esse contributo que aquelas participadas haviam tido, este mercado neste setor ter registado um aumento de 10.200 milhares de euros.

Nos restantes mercados em que o Grupo opera neste setor alcançaram-se bons desempenhos, com exceção do mercado angolano que, penalizado também pela desvalorização do Kwana, registou uma diminuição de 26,8% face ao período homólogo de 2017.

O EBITDA nas Concessões e Serviços registou um aumento de 2,9% face ao ano passado.

## ATIVIDADE EM 2018

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2018, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor das Concessões e Serviços atingiram o valor global de 100.679 milhares de euros, 60,9% dos quais reportados a atividade desenvolvida no estrangeiro, sendo que, no global, estes valores refletem uma diminuição de 4,1% em relação a 2017. Para se ter também uma noção do peso das principais áreas de atuação do Grupo neste Setor, regista-se que dos indicados proveitos operacionais não consolidados, 59% são da área do *Facilities Management* e 32% da área do Meio Ambiente.

### FACILITIES MANAGEMENT / FACILITIES SERVICES

Desde o ano 2000 que a "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A." (TDGI, S.A.) atua na área do *Facilities Management / Facilities Services*.

Neste âmbito a TDGI, S.A. mantém como principais áreas de atuação a (i) Gestão Integrada de *Hard e Soft Services*, (ii) Manutenção Técnica, (iii) Análise e Diagnóstico e Soluções de Energia e (iv) Gestão de Espaços e Obras.

Sendo uma empresa de *Facilities Management*, responde, em primeira linha, às necessidades dos clientes, tendencialmente através da criação de um conjunto abrangente de soluções diferenciadoras e personalizadas, mantendo, em paralelo, a aposta em negócios específicos complementares que permitam essa abordagem mais alargada das necessidades do cliente, como

a Restauração Coletiva com a marca *SmartFood*, a Gestão de Parques de Estacionamento com a marca *AutoPark* e a Gestão de Condomínios Empresariais com a marca *SpacePartners*.

Sendo, em simultâneo, uma empresa de engenharia, cria fatores de diferenciação nomeadamente através do desenvolvimento de competências técnicas específicas e de soluções tecnológicas adequadas a um objetivo paralelo de otimização de custos e eficiência das operações e melhoria da qualidade. Destacam-se neste âmbito os projetos desenvolvidos internamente ou em parceria como é o caso das marcas *Glose EAM*, *Inergy* e *Controlo 24*.

A nível internacional, esta atividade é desenvolvida por outras sociedades do Grupo Teixeira Duarte que operam nos atuais oito mercados utilizando, com o apoio de meios e recursos da TDGI, S.A., a marca TDGI: uma insígnia forte, com valores sólidos de engenho, verdade e compromisso e reconhecidos pelo mercado. Com efeito, um dos fatores de alargamento da atuação através da marca TDGI a outros países, tem sido esse reconhecimento assumido pelos parceiros e clientes multinacionais que desafiam depois a participação da TDGI em novas frentes onde eles também estão a atuar.

Em Portugal, o ano de 2018, seguindo a tendência registada nos anos anteriores, foi de crescimento do número de clientes, quer através do reforço das relações contratuais já existentes, quer através da angariação de novos contratos.

Nas áreas de **Gestão Integrada de *Hard e Soft Services*** e de **Manutenção Técnica**, que representam o *core business*, o aumento do volume de negócios foi significativo nos diversos segmentos de mercado em que a empresa trabalha.

A área de **Análise e Diagnóstico / Soluções de Energia** registou também um aumento do volume de negócios, particularmente nas áreas de Auditorias Técnicas e Certificação Energética. A Empresa tem vindo a posicionar-se junto dos seus clientes como um parceiro técnico e estratégico, prestando um serviço contínuo com enfoque na redução dos consumos energéticos. Cada vez mais são os clientes que pedem à TDGI a realização de *due-diligences* técnicas a edifícios que irão ser adquiridos, com o objetivo de saber o real estado das instalações e equipamentos.

A área de **Gestão de Espaços e Obras** continuou a desenvolver processos de relevância no âmbito da remodelação de espaços interiores, quer na área dos edifícios, quer em ambiente industrial.

Os novos conceitos de local de trabalho e de bem-estar têm vindo a criar novas tendências e estilos de arquitetura de espaços. As empresas procuram assim acompanhar as novas tendências.



Microsoft - Facilities Management & Manutenção  
LISBOA - PORTUGAL

Em **Angola**, que continua a ser um dos maiores mercados da TDGI a nível global e uma forte aposta, o ano de 2018 destacou-se pela renovação de vários importantes contratos com clientes de referência como a CHEVRON e a TOTAL, bem como o aumento de âmbito em diversos clientes e ainda a contratação de novos negócios.

O ano de 2018, em Angola foi ainda marcado pela aposta na formação da equipa. A TDGI efetuou diversas formações técnicas com o objetivo de aumentar a capacitação da equipa local sob o ponto de vista técnico. Este é um dos vetores estratégicos da TDGI nos diversos mercados.

A atividade da TDGI na **Argélia** durante o ano de 2018 foi essencialmente de acompanhamento do final de execução da obra do novo edifício sede do Banco AGB, cuja manutenção será da responsabilidade da TDGI por um período de dois anos após a conclusão da obra.

Durante o ano de 2018, a TDGI na **Bélgica** consolidou as suas operações em curso, nomeadamente em edifícios das Instituições Europeias, alargando o âmbito de atuação de alguns deles – o que veio inclusivamente permitir um crescimento do volume global de negócios da empresa neste mercado – e iniciaram-se

contratos de manutenção com entidades privadas que permitem boas perspetivas para o desenvolvimento da atuação neste mercado.

No **Brasil**, manteve-se a linha de crescimento verificado nos anos anteriores, em resultado, essencialmente, do aumento de trabalho nos clientes já existentes e também por novos contratos e trabalhos de remodelações de interiores.

Em **Espanha**, o ano de 2018 representou um ano de consolidação dos contratos já existentes, bem como uma aposta clara na divulgação da marca TDGI e dos seus serviços. Em função da análise que tem sido efetuada das necessidades neste mercado e daquilo que é solicitado pelos clientes, a TDGI em 2018 apostou também no desenvolvimento do Departamento de Análise e Diagnóstico, com a aquisição de novos e modernos equipamentos técnicos para a realização de manutenção corretiva com recurso a pessoal próprio, bem como na criação e desenvolvimento do Departamento de Serviços IT, pelo que se espera que em 2019 se registe um aumento consolidado do número de clientes e do volume de negócios neste mercado.

Em **Moçambique**, a TDGI continuou a desenvolver a sua atividade de forma sustentada, procurando cada vez mais criar va-



Royal Hideaway Sancti Petri, Barceló Hotel Group - Manutenção de jardins  
CÁDIZ - ESPANHA

lor e assim diferenciar-se como empresa de referência na área da Manutenção e *Facilities Management*.

No que diz respeito ao Qatar, a TDGI atua através da entidade de direito local "TDGISERV", detida em conjunto com a empresa local "PETROSERV" – que aí atua há mais de 30 anos na área dos serviços associados ao setor do *Oil and Gas* – essencialmente com um contrato de grande dimensão e projeção para as instalações da *Qatar Foundation*.

O ano de 2018 foi um ano de grande crescimento não só pelos contratos existentes, mas também pela assinatura de novos e importantes contratos com entidades de grande relevo no mercado. No que diz respeito ao contrato da *Qatar Foundation*, que foi o contrato de arranque da empresa neste mercado, de destacar a abertura ao público do *Sidra Medical & Research Centre*, que implicou um aumento significativo da equipa local resultante do aumento de âmbito do contrato.

Em conclusão e apesar dos bons desempenhos nestes outros mercados, que permitem, muitas vezes, potenciar a empresa junto de grandes multinacionais, refira-se que mais de 60% da atividade da TDGI é em Portugal.

## MEIO AMBIENTE

A "RECOLTE - Servicios y Medioambiente, S.A.U" (RECOLTE, S.A.U), detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, dedica-se à prestação de diversos serviços relacionados com o meio ambiente, nomeadamente no mercado da gestão global de resíduos sólidos urbanos e industriais, lavagem e desinfecção de contentores de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana viária, conceção, construção e manutenção de jardins, limpeza e manutenção de praias e orlas costeiras e, ainda, a operações de limpeza e manutenção de bosques e vias de comunicação.

Em 2018 a RECOLTE, S.A.U. registou proveitos de 29,7 milhões de euros, correspondente a cerca de 10,4% mais do que o registado no exercício anterior.

Assinala-se como muito relevante a venda de créditos sobre clientes que permitiu a adequação do balanço da RECOLTE, S.A.U à atividade desenvolvida.

No que respeita à atividade técnico-comercial, foram apresentadas mais de 150 propostas a concursos públicos e privados, com um valor global superior a 20 milhões de euros, que permite perspetivar a manutenção dos níveis de atividade em 2019.



Colégio S. Francisco de Assis  
LUANDA SUL - ANGOLA

## EDUCAÇÃO

A “EDUCARE – Atividades Educativas e Culturais, Lda” é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, que foi constituída em 2007 e desde a sua génese teve como finalidade o desenvolvimento do “Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul”, sediado em Talatona/Luanda Sul, em Angola.

Reconhecido pelo Ministério da Educação Português, trata-se de um estabelecimento educativo que faculta um ensino de referência desde a Educação Pré-Escolar até final do Secundário e, ainda, garante a excelência na divulgação da língua e da cultura portuguesas.

Adotando um Modelo Educacional de índole Construtivista/Positivista, a par da sua função educativa, desenvolve um vasto conjunto de serviços à comunidade em que se integra. O seu Projeto Educativo tem levado a que as famílias o elejam como espaço e ambiente privilegiado para a educação dos seus filhos.

Em 2018, ao nível dos Exames dos 11º e 12º anos o “Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul” posicionou-se no 49º lugar no *ranking* nacional num total de 634 escolas (de realçar que nas

disciplinas de Biologia e Geologia, Físico-Química A e Filosofia ocupou, respetivamente, o 4º, 7º e 8º lugar), e no 1º lugar a nível de escolas portuguesas no estrangeiro.

Nas Provas Finais do 9º ano posicionou-se no 175º lugar a nível nacional, num universo de 1.053 escolas, e passou a ocupar o 1.º lugar a nível de escolas portuguesas no estrangeiro.

Em setembro de 2018, iniciou o ano letivo com 692 alunos disponibilizando no ensino secundário os Cursos de Ciências e Tecnologias (CT), de Línguas e Humanidades (LH) e de Ciências Socioeconómicas (CS), à exceção do 12º ano onde faculta os cursos CT e CS dando continuidade aos alunos do 11º ano.

Para o ano de 2019, dar-se-á continuidade à gestão criteriosa das diversas áreas e recursos do “Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul” prosseguindo-se o sólido trabalho que faz deste Colégio uma referência educativa a nível nacional e internacional.

## PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS

“PAREDÃO DE MINAS Energia, S.A.”, “GONGOJI Montante Energia, S.A.” e “TABOQUINHA Energia, S.A.”, são três socie-

dades de direito brasileiro detidas pelo Grupo Teixeira Duarte detentoras de projetos para a construção de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), sendo que corresponde a uma área de atuação entendida pelo Grupo como não estratégica.

No exercício de 2018 encetaram-se diligências tendo em vista a alienação dos projetos, sendo que os preços de venda de energia e os juros praticados para os financiamentos necessários configuram uma conjuntura desfavorável à venda desses projetos.

#### OPERAÇÃO PORTUÁRIA NA VENEZUELA

Através da licença atribuída à Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, o Grupo tem vindo a proceder à comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do "terminal especializado de contentores (Muelles 27 y 28- Sector Oeste) del Puerto de la Guaira".

Com efeito, foi em 30 de março de 2017 que esta empresa do Grupo recebeu tal autorização no âmbito da "Alianza Estratégica para la operación y gestión portuária del terminal especializado de contentores del Puerto de la Guaira" celebrada com a entidade Venezuelana "Bolivariana de Puertos (BOLIPUERTOS), S.A."

Com esta Aliança pretendeu-se otimizar o desenvolvimento e crescimento da atividade do terminal, convertendo-o num porto de transbordo do mar do Caribe e da América Latina, tendo a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções assumido, por um período de 20 anos, a comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do já referido terminal especializado de contentores do porto de La Guaira, que tem capacidade de pátio para movimentar 1.200.000 TEUS/ano e uma área de 17ha, dispõe de 693m de cais acostável e fundos a profundidade de 15,2m. Está dotado de equipamentos de operação portuária de última geração - 6 gruas STS pórtico de cais, 15 gruas RTG's pórticos de parque, 2 reach-stackers, 6 empilhadores frontais, 32 tratores de terminal e 40 plataformas, além de instalações administrativas e técnicas e de espaços de manutenção e reparação de equipamentos, em áreas que totalizam mais de 5ha.

Posteriormente, em 13 de setembro de 2017, o alcance da referida "Alianza Estratégica" foi ampliado aos "Muelles 1 al 9 - Sector Norte del Puerto de la Guaira".

Pese embora a conjuntura local não tenha permitido o início das operações de transbordo, em 2018 o volume de proveitos da operação portuária aumentou cerca de 40%, tendo atingido um valor correspondente a cerca de 16 milhões de euros.

Das sociedades que atuam no setor das Concessões e Serviços e que são apenas participadas indiretamente pela "Teixeira Duarte, S.A.", ou seja, cuja gestão direta não é conduzida pelo Grupo Teixeira Duarte, destacam-se aqui as seguintes entidades:

A "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A." é uma sociedade que tem como objeto a gestão do Hospital de Cascais por um período de 30 anos, compreendendo as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e manutenção.

Após a conclusão em fevereiro de 2010 da construção do Edifício do Hospital de Cascais, a atividade da TDHOSP concentrou-se desde essa data na gestão e manutenção do edifício hospitalar, bem como na gestão e exploração do respetivo parque de estacionamento.

Em 9 de abril de 2018, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções celebrou um contrato com subsidiárias de um fundo de investimento gerido pela sociedade gestora "3i Investments plc" para alienação de 90% do capital social da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A." (TDHOSP), o que veio a ser concretizado em 20 de dezembro de 2018.

O preço global definido para a operação, incluindo a transmissão das ações e dos direitos de crédito existentes sobre a TDHOSP, foi de cerca de 19,4 milhões de euros, e teve um impacto nas contas da "Teixeira Duarte, S.A." de 2018 nos capitais próprios de cerca de 19 milhões de euros, permitindo uma redução do passivo do Grupo em cerca de 75 milhões de euros.

A "AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.", constituída em 15 de janeiro de 2009, é uma sociedade na qual a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções é titular de uma participação de 9% do respetivo capital social. Celebrou em 24 de janeiro de 2009, alterado pelo instrumento de reforma datado de 28 de abril de 2010 e pelos adicionais assinados em 22 de novembro de 2011 e 7 de setembro de 2012, um contrato de subconcessão com a IP - Infraestruturas de Portugal, S.A. com a duração de 30 anos, para as atividades de conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de autoestrada, estrada regional e conjuntos viários associados no distrito de Setúbal, a contar da data de assinatura do referido contrato.

Trata-se de uma participação já classificada como Ativo para Venda, relativamente à qual o Grupo tem realizado diversas diligências com vista à sua alienação.

A "MTS - Metro Transportes do Sul, S.A." é uma sociedade que desenvolve a sua atividade em regime de concessão, do



TEC - Terminal Especializado de Contentores  
LA GUAIRA - VENEZUELA

projeto, da construção, do fornecimento de equipamentos e de material circulante, do financiamento, da exploração, da manutenção e da conservação da totalidade da rede de metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo, ao abrigo do contrato de concessão assinado em 30 de julho de 2002 com o Estado Português, tendo a concessão tido o seu início em 12 de dezembro de 2002, por um período de 30 anos.

Em 19 de novembro de 2018, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções alienou a participação de 9,11% que detinha no capital social desta sua participada pelo valor de 1.050.000,00€.

A "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", na qual o Grupo Teixeira Duarte mantém uma participação indireta de 15% do capital social desde a sua fundação em meados dos anos 80, após concurso público internacional, foi pioneira e continua como empresa de referência na construção e exploração de parques de estacionamento e atividades conexas, na Região Administrativa Especial de Macau.

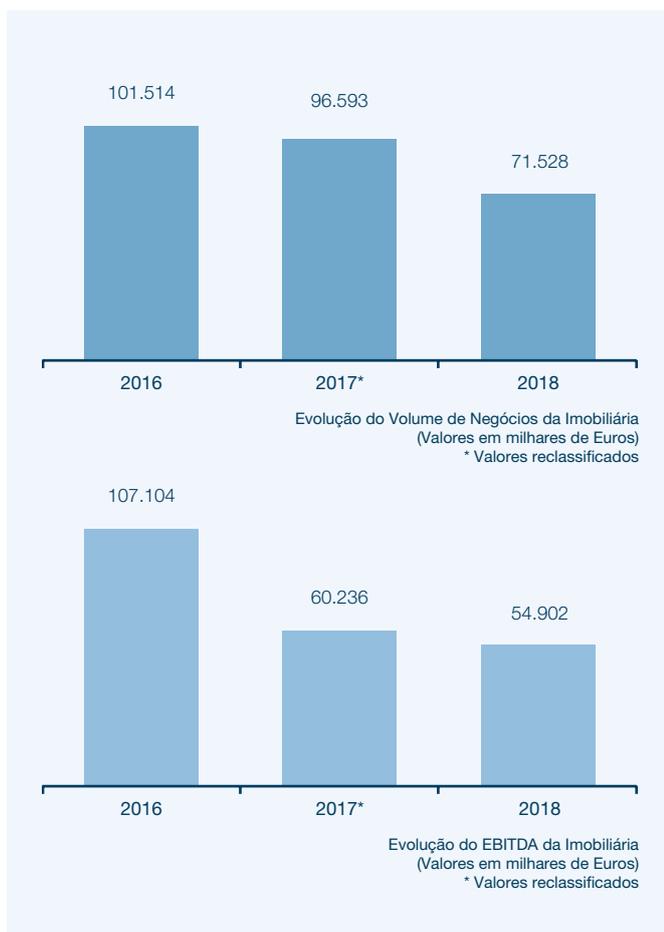
Em 2018 registou-se um incremento da atividade com a exploração de novos parques de estacionamento e a continuação da atividade a bom ritmo e a otimização da operação e das es-

truturas, nomeadamente através da realização de trabalhos de restauro e manutenção dos autossilos públicos explorados pela empresa e pela introdução de alguns sistemas mais avançados no que diz respeito à orientação de estacionamento, reconhecimento de matrícula e pagamento eletrónico.

## II.3. IMOBILIÁRIA

A atuação das empresas do Grupo Teixeira Duarte neste setor remonta ao início da década de setenta e atualmente engloba um vasto conjunto de empresas que atuam em Portugal, Angola, Brasil, Espanha, Moçambique e, mais recentemente, nos Estados Unidos da América.

### CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



A Imobiliária diminuiu o seu **Volume de Negócios** em 25,9% face ao mesmo período do ano passado.

Em **Portugal** registou-se um aumento de 24,2% face a 2017, que se atribui ao facto de este período ter correspondido à fase de concretização das vendas de imóveis antes em comercialização.

Ainda assim, importa referir que este crescimento em Portugal teria sido ainda maior não fora o facto de as empresas “BONA-PARTE, S.A.”, “TDHOSP, S.A.” e “LAGOAS PARK, S.A.”, terem sido classificadas como “Detidas para Venda” em 31 de dezembro de 2017 e, como tal, desde esta data os respetivos volumes de negócios alcançados já não terem sido consolidados.





Empreendimento "ONE Living"  
CASCAIS - PORTUGAL

Refira-se que em 2017 e quando aquelas participadas ainda integravam o perímetro de consolidação do Grupo, o seu contributo para o Volume de Negócios desse ano fora de 28.612 milhares de euros.

No **Brasil**, o Grupo teve uma diminuição de 58,5% face ao período homólogo, para a qual contribuíram também a desvalorização do Real e a alteração do enquadramento do normativo contabilístico aplicável.

O EBITDA da Imobiliária registou um decréscimo de 8,9% face ao ano passado.

Este indicador foi influenciado por alguns factos que nos cumpre destacar:

- Alienação da participada detida a 100% “Lagoas Park, S.A.”, com ganhos de 24.898 milhares de euros;
- Variação dos ganhos de justo valor das propriedades de investimento no montante de 26.725 milhares de euros em 2018, enquanto que, em 2017, os ganhos foram de 16.039 milhares de euros;
- Outros custos operacionais, não recorrentes de 7.348 milhares de euros.

## ATIVIDADE EM 2018

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2018, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Imobiliário atingiram o valor global de 115.570 milhares de euros, o que corresponde a uma diminuição de 10,3% face a 2017, tendo os mercados externos passado a representar 39,7% da atividade e Portugal 60,3%.

Em **Portugal**, durante o ano de 2018, assistiu-se a um desempenho muito positivo em todos os segmentos do mercado imobiliário, consolidando o país como um destino de investimento imobiliário internacional.

No segmento de Escritórios, de destacar a conclusão do processo de venda da totalidade do capital social da “Lagoas Park S.A.”, empresa anteriormente detida a 100% pelo Grupo e especificamente dedicada à gestão e exploração do empreendimento Lagoas Park.

Em relação ao mercado Residencial, particularmente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, verifica-se algum abrandamento no crescimento dos preços, após alguns anos de forte crescimento dos valores dos apartamentos nos centros das cidades.

Neste contexto, destaque para os bons níveis de atividade, quer na venda de ativos, quer no desenvolvimento urbanístico dos projetos em carteira, destacando-se:

- A realização de todas as escrituras de compra e venda relativas às frações residenciais do empreendimento “Villa Torrinhã”, na Rua de Pedrouços, em Lisboa;
- O início da construção e o lançamento comercial do empreendimento “ONE Living”, em edificação nos terrenos da antiga praça de touros de Cascais, com 84 frações de habitação e uma zona de comércio.
- A emissão do alvará do loteamento do empreendimento “Fábrica 1921”, localizado em Benfica, Lisboa, onde se prevê a construção de cerca de 48.000m<sup>2</sup> de área acima do solo, abrangendo mais de 160 frações de habitação e áreas complementares de retalho e equipamento.
- A emissão do alvará de loteamento relativo ao empreendimento “Vila Rio”, localizado na Póvoa de Santa Iria, implantado num terreno com cerca de 17 hectares e onde se prevê a construção de mais de 600 fogos e 32.200m<sup>2</sup> de áreas destinadas a comércio e serviços.

Em **Angola**, face à conjuntura macroeconómica, manteve-se a tendência de abrandamento do mercado imobiliário, caracterizado por reduzidos níveis de procura e pela redução generalizada dos preços de venda e de arrendamento.

Neste contexto, a atividade do setor imobiliário do Grupo ficou marcada, essencialmente, pela gestão do património de rendimento, pelo desenvolvimento de alguns projetos em carteira e, ainda, pelo apoio às atividades de expansão de outros sectores do Grupo, ainda que com níveis de atividade inferiores a anos anteriores.

No **Brasil**, as expectativas relativamente às medidas anunciadas pelo novo governo provocaram um ambiente de otimismo económico nos últimos meses de 2018 favorecendo a comercialização de imóveis residenciais novos na cidade de São Paulo – principal mercado de atuação – passando de 24.000 unidades em 2017 para 30.000 unidades em 2018. A manutenção das taxas de juros no patamar mínimo histórico, atingido no início de 2018, perspetiva uma gradual retoma do mercado imobiliário para o ano de 2019.

Em São Paulo, neste ano de 2018 destaque para a conclusão da construção e entrega de dois empreendimentos, com um total de área de construção de 66.000 m<sup>2</sup> e o início da construção de outros dois empreendimentos com um total de 29.000m<sup>2</sup> de área de construção e ainda o início das vendas de um outro em-

preendimento, com cerca de 25.000m<sup>2</sup> de área de construção.

Em **Espanha**, a atividade neste setor imobiliário está concentrada na região de Madrid e limitada apenas à gestão do "Parking Europa" – parque de estacionamento e respetiva galeria comercial – situado na Avenida de Europa, em San Sebastián de los Reyes, onde foi dada continuidade à gestão do contrato de concessão administrativa.

Em **Moçambique**, verificou-se ao longo do ano de 2018 fraca atividade no mercado imobiliário, fruto da atual difícil conjuntura global do país, pelo que a atividade das empresas do Grupo incidiu no desenvolvimento dos projetos para a execução de uma superfície comercial no terreno da Malanga, localizado num dos principais acessos viários à cidade de Maputo, e para a continuidade dos estudos e tramitação do licenciamento de um projeto "mixed-use" a desenvolver no terreno da Avenida Armando Tivane, na capital de Moçambique.

Nos **Estados Unidos da América**, a Teixeira Duarte desenvolveu os processos de licenciamento das edificações de dois empreendimentos residenciais, "Insignia" e "Infinity", ambos no bairro de Turtle Creek, na cidade de Dallas, cujos terrenos prevê alienar durante o exercício de 2019.

Para 2019, prosseguir-se-ão, nos vários mercados, o desenvolvimento dos empreendimentos em carteira, prevendo-se uma ligeira redução dos proveitos, em função da venda de alguns ativos de rendimento e da conclusão da comercialização de empreendimentos lançados em anos transatos.

Em Portugal, o ano será caracterizado por forte atividade de promoção através da comercialização e construção do empreendimento "ONE Living" em Cascais e do lançamento e início de construção do empreendimento "Fábrica 1921", em Lisboa, bem como pela continuação dos trabalhos preparatórios relativos à execução das infraestruturas do empreendimento "Villa Rio", em Vila Franca de Xira e desenvolvimento dos projetos da 1ª fase deste empreendimento.

No Brasil, e na cidade de São Paulo, perspetiva-se o lançamento de dois novos empreendimentos residenciais, o Loomi Paulista e o Loomi Klabin, com um total de 147 unidades.

Em Angola, Espanha e Moçambique a atividade será centrada na gestão do património edificado, com objetivo de manter níveis de rentabilidade ajustados aos atuais ciclos económicos.



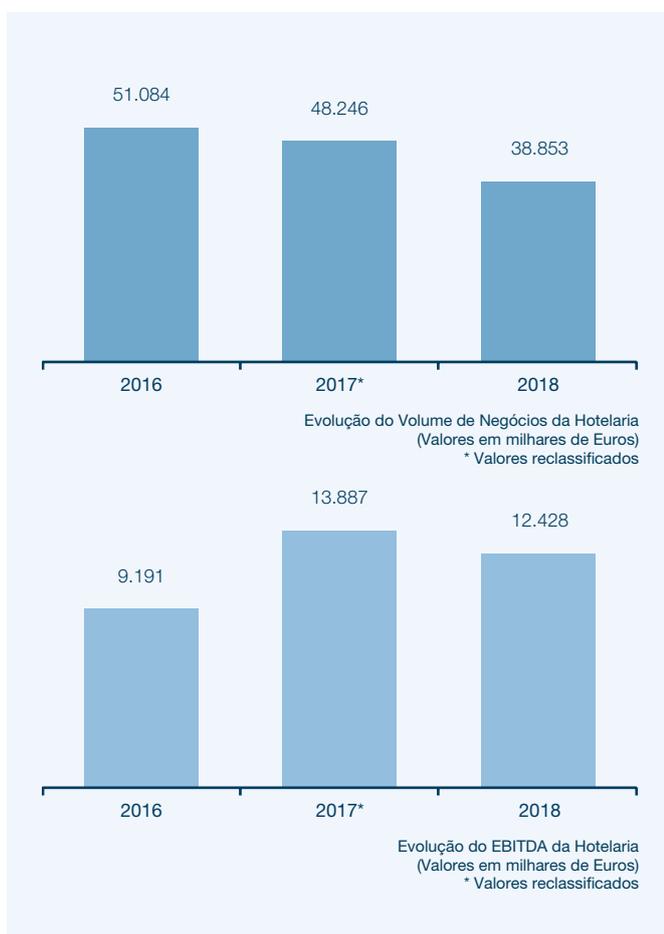
Unique Alta Vista  
SÃO PAULO - BRASIL

## II.4. HOTELARIA

Depois de uma primeira experiência em 1974, no Algarve, o Grupo Teixeira Duarte retomou a sua atuação neste setor em Sines, nos anos 90, operando hoje através de oito unidades hoteleiras, duas sitas em Portugal, três em Angola e três em Moçambique, que totalizam 2.452 camas e 1.228 quartos.

A Teixeira Duarte desenvolve também negócios na área da restauração em Angola.

### CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



O Volume de Negócios da Hotelaria diminuiu, na globalidade, 21% face ao período homólogo de 2017.

Em Portugal, a atividade diminuiu 7,4% face ao ano de 2017.

Em Angola a atividade teve um aumento de 27,4%, mas devido à desvalorização do Kwanza, este indicador registou uma redução de 23,8% face ao final do ano passado.

Em Moçambique, durante o ano de 2018 a atividade registou uma diminuição de 18,3% face ao período homólogo, devido





Lobby do Hotel Avenida  
MAPUTO - MOÇAMBIQUE

essencialmente à redução do volume de negócios no Hotel Avenida, no qual o Grupo realizou obras de remodelação.

O EBITDA da Hotelaria registou um decréscimo de 10,5% face ao ano passado.

#### ATIVIDADE EM 2018

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2018, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Hotelaria atingiram o valor global de 44.617 milhares de euros, sendo que, nesta área de negócio, os mercados externos representam 72% da atividade e Portugal 28%.

Em Portugal, o Grupo atua neste setor com duas unidades hoteleiras:

LAGOAS PARK HOTEL	Oeiras
Unidade de quatro estrelas	182 quartos
SINERAMA	Sines
Unidade de três estrelas	105 quartos

No global, verificou-se nestas duas unidades um aumento de 10% na taxa de ocupação, devido essencialmente ao aumento da procura do mercado *corporate* e *online*, ao mesmo tempo

que se concretizou um acréscimo de cerca de 2% no preço médio. Desta forma, os proveitos operacionais correntes dos hotéis em Portugal registaram um aumento de 11% face a 2017.

Na área de *Fitness*, em 2018 o Grupo terminou a exploração do "LAGOAS Health Club".

Em Angola, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.236 camas e 620 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL TRÓPICO	Luanda
Unidade de quatro estrelas	280 quartos
HOTEL ALVALADE	Luanda
Unidade de quatro estrelas	202 quartos
HOTEL BAÍA	Luanda
Unidade de quatro estrelas	138 quartos

Em 2018, manteve-se o abrandamento da atividade económica no mercado angolano, à semelhança do que sucedera em 2017. Este cenário tem afetado a procura por este destino, o que influenciou negativamente o preço médio das unidades hoteleiras em Angola, levando a uma quebra dos proveitos operacionais de alojamento. Apesar da conjuntura as unidades conseguiram manter a taxa de ocupação face a 2017.



Hotel Avenida  
MAPUTO - MOÇAMBIQUE

Ao longo do exercício deu-se continuidade ao projeto de renovação de algumas áreas do Hotel Alvalade, nomeadamente restaurante, bar e alguns quartos, o qual será concluído em 2019.

Na área da restauração prosseguiu-se a exploração dos refectórios do Grupo.

Em Moçambique, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 642 camas e 321 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL AVENIDA	Maputo
Unidade de cinco estrelas	159 quartos
HOTEL TIVOLI MAPUTO	Maputo
Unidade de três estrelas	88 quartos
HOTEL TIVOLI BEIRA	Beira
Unidade de três estrelas	74 quartos

A atividade económica de Moçambique prosseguiu em desaceleração em 2018, o que, associado ao aumento da concorrência neste segmento, teve um impacto negativo na atuação das unidades hoteleiras do Grupo neste país, levando a uma quebra na taxa de ocupação e à diminuição dos proveitos operacionais.

Refira-se ainda que, em 2018, se procedeu à remodelação do Hotel Avenida, com um investimento de 3,7 milhões de euros.

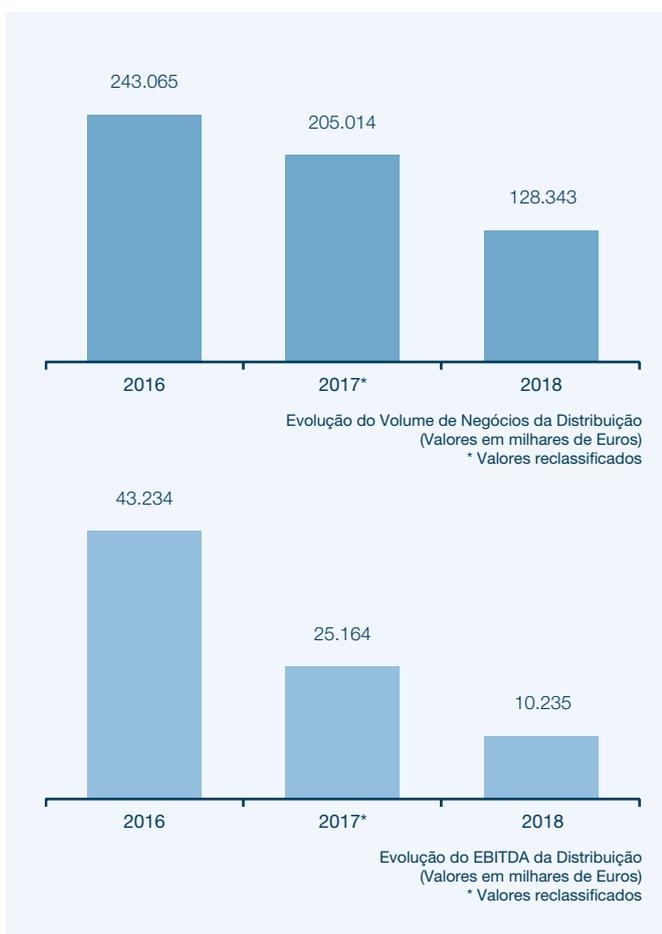


Restaurante do Hotel Alvalade  
LUANDA - ANGOLA

## II.5. DISTRIBUIÇÃO

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor teve início em 1996 e atualmente é realizada por diversas operações internacionais, atuando em Portugal através da "Teixeira Duarte Distribuição, S.A.", em Angola através das participadas "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.", "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda." e "OCC - Operador Central de Comércio, Lda." e na África do Sul através da "Global Net Distributors, (PTY), Ltd.".

### CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Em 2018, o setor da Distribuição diminuiu o seu **Volume de Negócios** em 37,4% face ao período homólogo, penalizado pela desvalorização cambial do Kwanza, sendo que, desconsiderando esse efeito, teria registado um aumento de 5,6%.

O **EBITDA** da Distribuição diminuiu 59,3% face ao ano passado.





Dakaza na Avenida Primeiro Congresso  
LUANDA - ANGOLA

## ATIVIDADE EM 2018

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2018, informa-se que os proventos operacionais do Grupo no setor da Distribuição atingiram o valor global de 160.302 milhares de euros, o que corresponde a uma diminuição de 37,5% face a 2017.

Em Portugal o volume de negócios da participada "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A." reduziu 7% face ao ano anterior, motivado pela difícil conjuntura no mercado angolano.

Na área de "Tecnologias de Informação" e "Cadeia de Abastecimento", consolidaram-se processos e soluções tecnológicas que permitam uma otimização do capital circulante, melhor gestão de inventário e quebras ao longo de toda a cadeia de valor e reforçadas as ferramentas de suporte ao "CRM" e "Business Intelligence".

Foram reforçadas as relações com os parceiros na representação de marcas exclusivas, no sentido de ajustar as várias marcas à nova realidade económica. O ano terminou com a assinatura de contrato com um novo parceiro para uma marca exclusiva de bebidas para Angola.

Em Angola, o Grupo Teixeira Duarte, com diversas Unidades de Negócio opera:

1) Através da empresa "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.":

1.1) No Retalho Alimentar através da insígnia Maxi;

1.2) No Retalho Especializado, na área de Mobiliário e Decoração através da insígnia Dakaza, na área de Saúde e Bem-estar através da insígnia Farmácia Popular e na área da Restauração através da insígnia Nilo;

2) Na Representação de Marcas Exclusivas, através da "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda";

3) Na Comercialização Grossista de Bebidas, através da sociedade "OCC - Operador Central de Comércio, Lda.", que opera com a insígnia TEFAC.

A atividade das diversas Unidades de Negócio ficou em geral marcada pelo difícil contexto económico em Angola.

No Retalho Alimentar, a Maxi conseguiu ao longo do ano um melhor nível de aprovisionamento de mercadoria importada face a anos anteriores. Com a concorrência também bem apro-



Padaria na Maxi Via Expresso  
LUANDA - ANGOLA

visionada e com alguns operadores de primeiro preço em forte expansão, o número de clientes "L4L" (*like-for-like*) foi semelhante ao ano anterior (+1%) e foi registado um crescimento de 7% das vendas em moeda local, insuficiente para compensar a desvalorização cambial face ao Euro. Por último, realça-se a abertura de um novo ponto de venda em outubro, com cerca de 2.500 m<sup>2</sup> de placa de venda, junto ao nó rodoviário do Zango, cidade de Luanda.

No **Retalho Especializado na área de Mobiliário e Decoração**, apesar da forte redução do consumo de bens não essenciais, a Dakaza manteve um desempenho económico satisfatório. Foi dada continuidade ao plano de expansão, tendo sido inaugurado já em 2019, no mês de janeiro, um novo ponto de venda com cerca de 1.300 m<sup>2</sup> de placa de venda no centro de Luanda.

No **Retalho Especializado na área de Saúde e Bem-estar**, através da Farmácia Popular, ficaram consolidados os processos de gestão operacional, de inventário e cadeia de abastecimento deste negócio, o que impactou positivamente no desempenho económico da insígnia.

No **Retalho Especializado na área da Restauração** realça-se a inauguração de um novo ponto de venda Nilo, inserido no MaxiPark do nó rodoviário do Zango, já anteriormente referido.

Deu-se seguimento ao desenvolvimento das vendas "B2B" (*business-to-business*) da fábrica Nilo no Centro de Distribuição do Morro Bento e à melhoria dos processos de gestão operacional dos diversos pontos de venda.

Na **Representação de Marcas Exclusivas**, a DCG prosseguiu a estratégia de reforço da notoriedade das marcas representadas, com foco na moderna distribuição, quer na Unidade de Bebidas, quer na Unidade de Impulso. Após um ano de retração da atividade, pretende-se retomar o crescimento, apostando num total restabelecimento da cadeia de abastecimento e adequação da oferta/posicionamento dos produtos, quer com os atuais parceiros, quer através de novas unidades de negócio.

Na **Comercialização Grossista de Bebidas**, a sociedade que opera com a insígnia "TEFAC" prosseguiu com a consolidação de procedimentos, equipas e infraestruturas. O negócio reduziu ligeiramente a dependência de tara retornável para cerca de 60% e de cerveja para cerca de 70%, tendo também aumentado a variedade da oferta ao longo do ano.

Na **África do Sul** deu-se continuidade à procura de novas oportunidades de negócio, nomeadamente de produtos de primeiro preço e perecíveis/frescos.



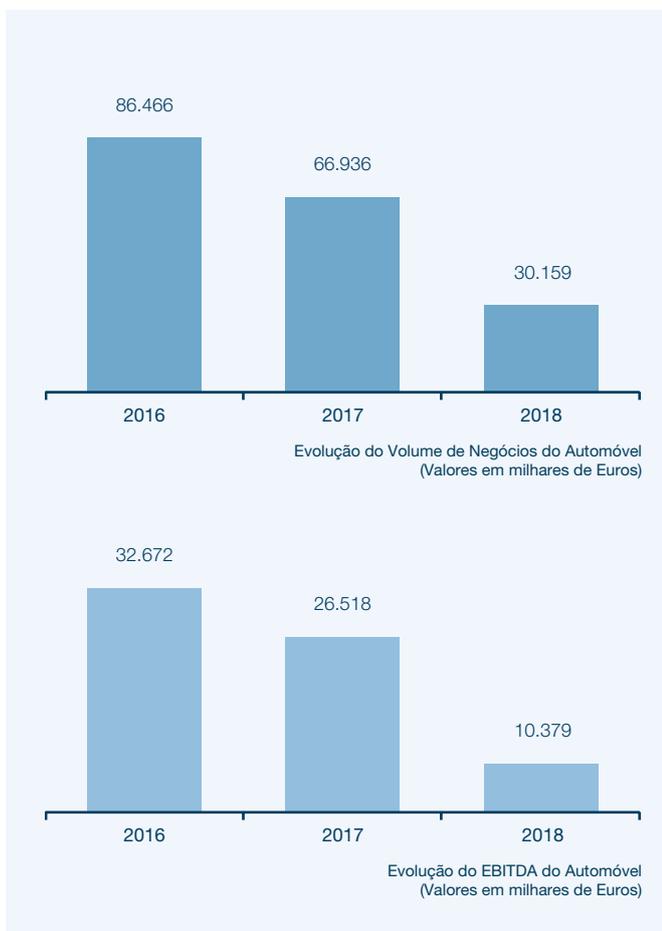
Maxi Via Expresso  
LUANDA - ANGOLA

## II.6. AUTOMÓVEL

As sociedades do Grupo Teixeira Duarte atuam há mais de vinte e cinco anos no setor Automóvel, prosseguindo hoje a sua atividade através da comercialização de produtos de diversos fabricantes internacionais, atuando nos seguintes segmentos de mercado:

- Ligeiros: Nissan, Renault, Peugeot, Mahindra, Honda, JMC, Ssangyong, Chevrolet, Isuzu e Suzuki;
- Pesados: Renault Trucks, UD Trucks e Randon;
- Motociclos: Honda, Piaggio, Vespa, Gilera e Derby;
- Equipamentos: Denyo e Pramac.

### CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



No setor Automóvel, o Grupo teve uma diminuição do **Volume de Negócios** de 54,9% relativamente a 2017, essencialmente pelas dificuldades na importação de veículos e peças para Angola e pela desvalorização cambial do Kwana.

O **EBITDA** do Automóvel registou uma diminuição de 60,9% face 2017.





Stands Nissan e Renault no Polo TDA Talatona  
LUANDA SUL - ANGOLA

## ATIVIDADE EM 2018

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2018, informa-se que os proventos operacionais do Grupo no setor da Distribuição atingiram o valor global de 43.848 milhares de euros, o que corresponde a um decréscimo de 53,4% face a 2017.

Em **Portugal**, a sociedade SMOTORS detém a representação da marca Suzuki com exclusividade para o distrito de Lisboa e durante o ano de 2018 deu continuidade à consolidação da marca como referência de qualidade e fiabilidade automóvel, desenvolvendo atividade na comercialização de viaturas, assistência técnica pós-venda e comercialização de peças ao balcão, operando ainda um Centro de Colisão multimarcas situado em São João da Talha.

Em **Angola**, o ano caracterizou-se pela continuação da redução generalizada da atividade nos vários segmentos de negócio, Ligeiros, Pesados, Motociclos e Equipamentos, fruto da crise económica que este país continua a atravessar.

O mercado angolano de viaturas, e mais especificamente o segmento de Ligeiros, teve uma redução de 42%, passando de 3.969 unidades vendidas em 2017 para apenas 2.298 viaturas

comercializadas em 2018.

Manteve-se em 2018 em todos os segmentos de negócio a gestão criteriosa do nível de *stock*, ajustando o *line-up* das várias marcas em função da redução expectável de vendas. Em paralelo, manteve-se o foco na melhoria dos serviços de Assistência Técnica, prosseguindo com o reforço das competências das várias equipas e o aprofundamento dos processos de organização das oficinas.

Na área de **Assistência Técnica** de veículos Ligeiros, de realçar o decréscimo de 36% no volume de negócios, resultado da dificuldade na aquisição de peças, na menor atividade das empresas e da quebra no poder de compra dos particulares.

Face à conjuntura económica que Angola continua a atravessar, perspetiva-se para 2019 a estabilização, em baixa, da atividade neste mercado, pelo que se dará continuidade à gestão criteriosa dos *stocks*, à otimização de recursos e ao reforço dos processos de organização nas diversas áreas deste negócio.



Stand Renault no Polo TDA Talatona  
LUANDA SUL - ANGOLA

### III. INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

#### A SUSTENTABILIDADE NO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

Para as empresas do Grupo Teixeira Duarte, a sustentabilidade é o resultado de um modo de estar e de agir, com sentido de responsabilidade que se espelha no relacionamento com os seus *stakeholders*.

Essa visão corporativa está consagrada na Missão do Grupo – Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor – e nos seus Valores – Engenho, Verdade e Compromisso – que traduzem uma forma enraizada de atuar ao longo de várias gerações, e que contribuem para uma sustentabilidade global, nas suas perspetivas económica, social e ambiental. Estes valores são prosseguidos pelos colaboradores das empresas do Grupo que, também desta forma, integram a sustentabilidade no seu dia-a-dia.

Havendo neste universo de empresas do Grupo Teixeira Duarte uma grande diversidade de setores de atuação, operando em vários países, a gestão sustentável dos recursos humanos, do ambiente e das comunidades é feita por cada área de negócio, dada a proximidade às operações e maior efetividade das ações.

Cada empresa participada responde assim aos desafios do desenvolvimento sustentável nas suas atividades, tendo orientação por parte do Grupo no que toca a objetivos gerais de

atuação e às prioridades específicas para cada país em matéria de sustentabilidade.

Adicionalmente, as áreas corporativas da Teixeira Duarte promovem a coordenação de políticas conjuntas entre empresas participadas, identificando práticas e sinergias que ajudem os vários negócios a evoluir de forma sustentável e a inovar no âmbito das suas atividades.



Programa Maxi Saúde  
ANGOLA

#### A NOSSA MISSÃO

**FAZER, CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR**

#### COMO FAZEMOS

**COM ENGENHO, VERDADE E COMPROMISSO**

#### PARA O QUE CONTRIBUIMOS

**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

#### AS NOSSAS PRIORIDADES

**DEFINIDAS PARA CADA PAÍS**

## CONFORMIDADE COM ACORDOS INTERNACIONAIS

A atuação das empresas do Grupo Teixeira Duarte tem por base a sua Missão e conforma-se com as Declarações de Direitos Humanos da ONU, os Princípios Orientadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a legislação nacional e internacional e os 10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas nos domínios dos Direitos Humanos, Práticas Laborais, Ambiente e Anticorrupção.

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., em Portugal, possui também a certificação voluntária da Norma Internacional SA 8000, manifestando o compromisso da organização em desenvolver, manter e aplicar práticas responsáveis em questões como o trabalho escravo e infantil, saúde e segurança do trabalho, liberdade de associação e negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho, remuneração e sistemas de gestão.

## ÉTICA E CONDUTA

A 5 de fevereiro de 2018, a Teixeira Duarte, S.A. aprovou um novo Código de Ética e Conduta que veio substituir a anterior versão criada em 2015.

Extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão, em todas as geografias em que estas desenvolvem as suas atividades, o Código de Ética e Conduta consagra os transversais princípios da atuação de todos os colaboradores das empresas do Grupo e, desse modo, o envolvimento da Teixeira Duarte, S.A. com as partes relacionadas, constituindo pois um reforço e desenvolvimento da sua Missão e Valores.

O Código destina-se a todos os Administradores, Trabalhadores e Outros Representantes da Empresa, cabendo adicionalmente a todos estes colaboradores não só conhecer e interiorizar, implementar institucionalmente e defender externamente o Código, mas também promover a aplicação das respetivas regras por terceiros no âmbito e execução das relações que estes mantenham com quaisquer entidades do Grupo Teixeira Duarte.

Resumidamente, de acordo com este Código, todos os colaboradores das empresas do Grupo têm o compromisso de cumprir, defender e fazer cumprir, incluindo junto dos destinatários indiretos, a legislação e a regulamentação em vigor nas geografias onde estas operam, incluindo quaisquer acordos globais ou setoriais e regras deontológicas específicas de cada profissional, bem como todos e quaisquer compromissos contratualmente assumidos.

Globalmente comunicado a todos os colaboradores, o Código de Ética e Conduta em vigor encontra-se disponível no site [www.teixeiraduarte.com](http://www.teixeiraduarte.com).

## OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2018 foi realizada uma nova avaliação à forma como as empresas do universo da Teixeira Duarte abordam a gestão da sustentabilidade e como o modelo seguido melhor se adequaria a um Grupo Económico e a uma sociedade em contínua evolução.

Este estudo evidenciou grandes afinidades entre a visão corporativa da Teixeira Duarte e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas definidos na Agenda 2030.

A resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016, é constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas que foram aprovados por unanimidade por 193 Estados-membros da ONU. O cumprimento destes objetivos depende de todos, inclusive das empresas.

Os principais mercados de atuação da Teixeira Duarte - Portugal, Angola, Brasil, Argélia e Moçambique – estão igualmente empenhados em integrar o Desenvolvimento Sustentável nos seus processos de planeamento, políticas e estratégias nacionais.

Neste sentido, em 2018, a Teixeira Duarte iniciou um processo de adoção dos ODS enquanto quadro global para moldar, conduzir, comunicar e relatar as ações e metas das suas participadas no âmbito do Desenvolvimento Sustentável.

## COMUNICAÇÃO COM STAKEHOLDERS

São muito diversificados os grupos de partes interessadas com que, no conjunto das suas empresas, o Grupo Teixeira Duarte se relaciona. Para melhor compreender as suas expectativas e mais eficientemente comunicar com estes diferentes grupos, as empresas recorrem aos seguintes instrumentos:

### Colaboradores

Estudos de clima social, Portal Corporativo, Dia da Empresa, Reuniões de Quadros, Almoço de Natal, Canal de Ética.

### Clientes e público em geral

Websites, Call centers, Redes Sociais, Sistemas de Sugestões e Reclamações, Canal de Ética.

#### Investidores

Assembleias Gerais, Relatórios Financeiros, Resposta a Questionários Específicos, Comunicados.

#### Fornecedores

Visitas e Auditorias, Formação Recíproca, Avaliação de Desempenho, Canal de Ética.

#### Organizações Profissionais

Participação em diversas organizações.

#### Entidades Reguladoras e Governamentais

Participação em diversas associações setoriais.

#### Comunidades

Parcerias com Instituições Representativas, Projetos de Apoio às Comunidades, Canal de Ética.

#### Instituições de Ensino e Entidades dos Sistemas Científicos e Tecnológicos

Participação em Eventos Académicos, em Conferências, Feiras de Emprego e Parcerias.

#### Media

Comunicados, Respostas a questões específicas.

#### NOTA METODOLÓGICA RELATIVA À COBERTURA DOS INDICADORES

Os indicadores relativos a Recursos Humanos, às Comunidades e Ambiente aqui apresentados cobrem, sempre que possível, 100% do universo de empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Teixeira Duarte.

Contudo, dada a diversidade de setores e as circunstâncias locais das suas áreas de atuação, o âmbito da cobertura pode variar em alguns indicadores sendo tal facto referido quando aplicável no desenvolvimento deste capítulo.

#### GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

Os colaboradores são o mais importante ativo que as empresas do universo do Grupo Teixeira Duarte têm para o desenvolvimento das suas atividades.

Para além da preocupação em assegurar um tratamento digno e o respeito pelos direitos humanos e laborais, bem como em fornecer condições de trabalho adequadas, assegurar o bem-estar dos colaboradores, a par das condições de higiene, saúde e segurança, o desenvolvimento de competências e a retenção do talento são aspetos que assumem elevada relevância em todas as atividades.

Na gestão e desenvolvimento dos recursos humanos, o desempenho das empresas participadas tem permitido à Teixeira Duarte contribuir principalmente para 3 ODS:



#### Os Recursos Humanos em 2018

A 31 de dezembro de 2018, as empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte somavam 10.932 colaboradores, repartidos por diversos tipos de negócios, competências e mercados. Tratou-se de uma variação positiva de 7% face a 2017, gerada em parte pelo retomar da atividade da Construção na Argélia.

Efetivamente, as participadas que operam no setor da Construção representavam, a 31 de dezembro de 2018, 51% da força de trabalho global.

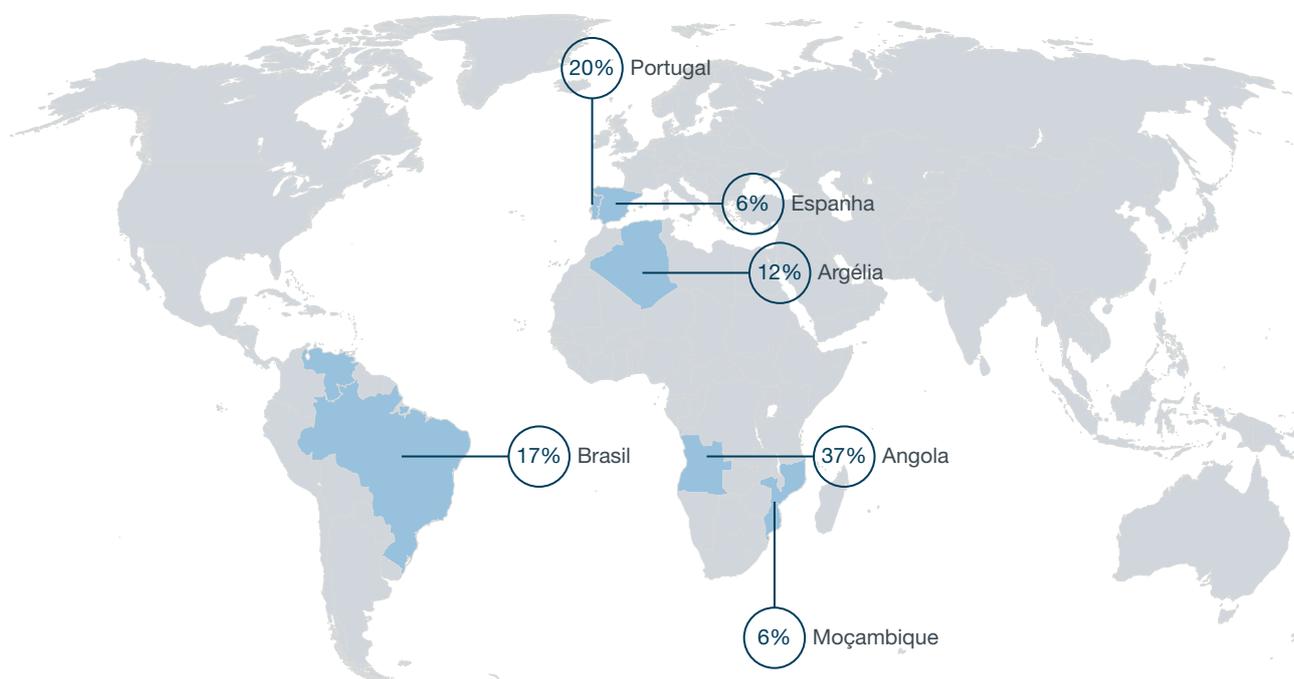


Almoço de Natal do Grupo Teixeira Duarte 2018  
PORTUGAL

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação						
Portugal	174	1.181	534		48	148	39	35	2.159	2.160
Angola	80	968	289	153	105	690	1.381	358	4.024	4.112
Argélia	23	1.283	7						1.313	790
Brasil	68	1.546	188		24				1.826	1.734
Espanha	13	85	609						707	561
Moçambique	40	284	126		1	225			676	636
Outros Mercados		190	33		4				227	252
<b>Total</b>	<b>398</b>	<b>5.537</b>	<b>1.786</b>	<b>153</b>	<b>182</b>	<b>1.063</b>	<b>1.420</b>	<b>393</b>	<b>10.932</b>	<b>10.245</b>

Número de colaboradores a 31 de dezembro de 2018

Angola, Portugal e Brasil eram os 3 mercados com maior número de colaboradores, com 37%, 20% e 17% respetivamente, no universo de 18 países onde as empresas participadas atuavam nesta data.



Distribuição geográfica dos colaboradores nos principais mercados de atuação a 31 de dezembro de 2018

Em linha com os anos anteriores, a maioria dos colaboradores eram, em 2018, do sexo masculino, facto a que não são alheias as áreas de negócio das empresas participadas do Grupo, onde predominam os setores da Construção e de *Facilities Management*, que juntos comportavam 67% da força de trabalho global.

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação						
Mulheres	40%	7%	14%	79%	42%	40%	40%	18%	19%	20%
Homens	60%	93%	86%	21%	58%	60%	60%	82%	81%	80%

Percentagem de colaboradores por género a 31 de dezembro de 2018

Em 2018, a maioria dos colaboradores das empresas do Grupo Teixeira Duarte situava-se na faixa etária entre os 30 e 50 anos. No total global da Teixeira Duarte, este grupo de colaboradores aumentou 5 p.p. em relação a 2017.

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação						
< 30 anos	20%	20%	19%	24%	24%	26%	45%	27%	24%	30%
30 a 50 anos	60%	62%	61%	72%	68%	63%	51%	62%	61%	56%
> 50 anos	20%	18%	20%	5%	8%	11%	4%	11%	15%	14%

Percentagem de colaboradores por faixa etária a 31 de dezembro de 2018

A maioria dos colaboradores encontravam-se em situação contratual com termo, sendo Angola, Argélia e Espanha os mercados que maior tendência apresentam para este regime contratual em função das características das atividades desenvolvidas nesses mercados.

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação						
Contrato sem termo	66%	41%	25%	1%	33%	25%	10%	6%	32%	36%
Contrato com termo	34%	59%	75%	99%	67%	75%	90%	94%	68%	64%

Percentagem de colaboradores por situação contratual a 31 de dezembro de 2018

### Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoas com Potencial Talento

O recrutamento é uma peça fundamental no desenvolvimento do capital humano de uma organização que se pretende inovadora e dinâmica, pois é o ponto de partida da cadeia de valor da gestão dos recursos humanos.

Muitas das empresas participadas do Grupo posicionam-se nos seus mercados como reconhecidas empregadoras, visando, particularmente, a promoção do emprego jovem, com potencial talento, uma vez que oferece a este estrato etário condições e perspetivas de desenvolvimento pessoal e profissional, que valorizam e cujo contributo se tem afigurado como estratégico para a afirmação das empresas do Grupo.

A manutenção deste posicionamento exige por parte destas organizações uma assinalável atividade na área do recrutamento e seleção, incluindo a permanente ampliação de fontes de referência e reforço de parcerias.

Neste âmbito, salientam-se a participação em eventos académicos, celebração de protocolos e concessão de estágios, que promovam candidaturas de formandos, alunos e profissionais diplomados por estas instituições parceiras.

No segundo semestre de 2018, assinalou-se também a adoção de um novo *Applicant Tracking System* por parte de várias empresas do Grupo Teixeira Duarte. Com esta plataforma as organizações passaram a gerir ofertas de emprego e candidatos de forma mais eficiente e viram ampliada a rede de pesquisa para captação de talento, através da integração do sistema com portais de emprego.

No contexto do recrutamento, refere-se também o papel do recrutamento interno que, sustentado em desempenho de reconhecido mérito, tem proporcionado oportunidades a diversos colaboradores para desenvolverem carreira profissional.

Relativamente ao absentismo, as diferentes empresas participadas do Grupo apresentam taxas que variam conforme as áreas de negócio e os países em que operam.

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços					Global 2018	
			FM e Ambiente	Educação	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição		Automóvel
Portugal	3,2%	3,1%	1,7%		0,6%	2,9%	3,1%	3,6%	2,5%
Angola	1,0%	3,2%	1,8%	4,7%	1,8%	2,6%	2,2%	3,1%	2,6%
Argélia	0,4%	3,2%	0,8%						3,2%
Brasil	2,0%	3,9%	2,1%		2,8%				3,6%
Espanha	6,6%	4,3%	8,7%						8,2%
Moçambique	1,2%	0,5%	0,6%			0,4%			0,5%
Outros Mercados		3,6%							3,4%
Total	2,1%	2,7%	3,3%	5,8%	1,0%	0,5%	0,3%	3,1%	2,1%

Taxa de absentismo a 31 de dezembro de 2018

O absentismo global em 2018 foi de 2,1%, tendo descido 3 p.p. em relação a 2017.

#### Conformidade com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A promoção das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos direitos humanos encontra-se consagrada no Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte, S.A., extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação.

O Código manifesta o compromisso das empresas participadas do Grupo no reconhecimento do direito ao associativismo e à

negociação coletiva. As suas práticas empresariais protegem os direitos laborais e promovem ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos os trabalhadores.

Apesar de, em alguns países, não ser possível identificar a totalidade dos colaboradores sindicalizados, são as empresas participadas que operam nos mercados de Moçambique e Brasil que têm apurado maior percentagem de colaboradores abrangidos por convenções coletivas, considerando contratos coletivos, acordos coletivos e acordos de empresa. No Brasil, refira-se que, até 2017, a contribuição sindical era obrigatória, deixando de o ser em 2018, o que explica a redução significativa de colaboradores sindicalizados identificados.

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços					Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição		
Portugal		1%	1%					1%	1%
Angola	1%	5%				29%	10%	26%	12%
Argélia									
Brasil		46%	77%						47%
Espanha			20%						17%
Moçambique	48%	62%	34%			63%			56%
Outros Mercados		3%							2%
Total	5%	17%	18%			32%	10%	23%	17%

Percentagem de colaboradores sindicalizados a 31 de dezembro de 2018

Nos dados acima, não se encontram incluídos os colaboradores abrangidos por associações profissionais.

#### Proteção e promoção da saúde e segurança

A visão corporativa do Grupo Teixeira Duarte incorporou, desde sempre, uma estratégia de gestão de recursos humanos forte em medidas que visam a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que colaboram com as suas empresas participadas, com o intuito de otimizar o binómio trabalho/vida pessoal e de promover a fidelização dos colaboradores, independentemente

da atividade das empresas e dos mercados onde operam.

Esta visão reflete-se na postura socialmente responsável das suas empresas participadas no que toca à promoção da saúde, segurança e higiene no trabalho.

Relativamente à saúde no trabalho, salienta-se a política de vigilância da saúde dos colaboradores, o que se concretiza através da realização, generalizada, de exames de saúde, de visitas aos postos de trabalho e do acompanhamento de situações de doença.

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação						
Portugal	100%	98%	99%	100%	100%	99%	100%	100%	99%	99%
Angola	100%	68%	83%	90%	90%	98%	88%	91%	85%	54%
Argélia		51%							51%	52%
Brasil	96%	98%			100%				98%	98%
Espanha	80%		65%						67%	100%
Moçambique	100%	100%	77%		100%	95%			94%	92%
Outros Mercados		50%							50%	18%

Taxa de cobertura dos colaboradores com exames médicos realizados nas empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2018  
 Nota: Indicador apurado sobre 99% dos colaboradores.

São disponibilizados, nos diversos mercados, mecanismos de apoio no âmbito da medicina curativa, seja de forma direta (serviços internos), seja de forma indireta (protocolos com clínicas privadas e/ou seguros de saúde).

A existência de um serviço interno de medicina curativa permite um acompanhamento mais eficaz das situações problemáticas em matérias de saúde e, paralelamente, melhora a capacidade de atuação em situações de emergência e de gravidade elevada.

É disponibilizada aos colaboradores a possibilidade de acederm a serviços médicos e medicamentosos que, face à realidade de alguns dos países onde as empresas do Grupo operam, são fundamentais no acompanhamento clínico e no acesso aos cuidados de saúde primários por parte dos mesmos. Este acesso é, em algumas situações, feito com recurso a clínicas privadas com as quais são estabelecidas parcerias, procurando tornar os cuidados com a saúde mais eficazes e menos onerosos.

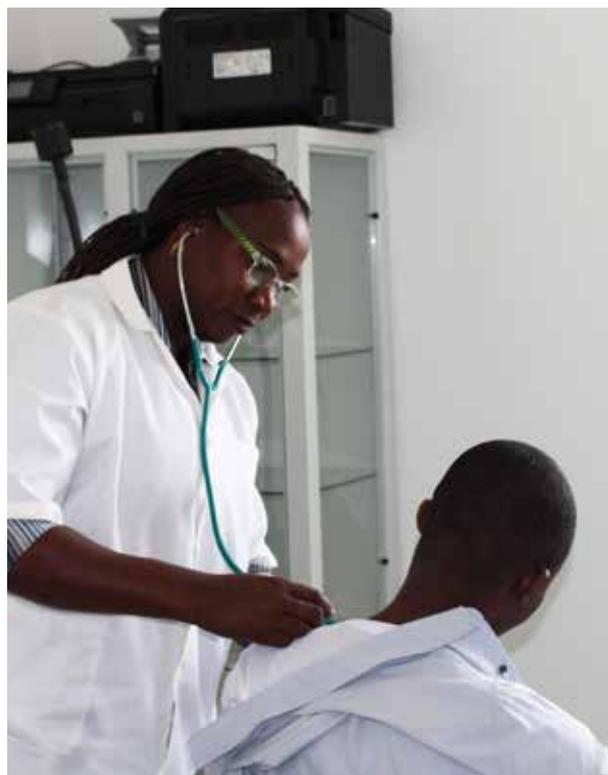
No caso de Angola e de Moçambique, por exemplo, as empresas do Grupo têm definida uma política de assistência médica e medicamentosa que inclui acesso a consultas médicas a todos os colaboradores e familiares de primeiro grau.

Em Moçambique, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. **comparticipa até 8.500 Mzn** as despesas médicas por ano por colaborador e seus familiares próximos, e a aquisição de óculos graduados.

No âmbito da promoção da saúde, são também dinamizadas várias atividades nas empresas do Grupo, como rastreios, ações de formação/educação em saúde, individual e em grupos.

Em Portugal, em 2018, as empresas do Grupo asseguraram aos seus colaboradores:

- 1.871** consultas médicas no âmbito da Medicina do Trabalho;
- 1.801** consultas de Enfermagem do Trabalho;
- 464** consultas de Medicina Curativa;
- 11.578** exames complementares de diagnóstico.



Posto médico da Teixeira Duarte em Luanda  
 ANGOLA

Tendo a sua génese no setor da Construção, o Grupo Teixeira Duarte tem enraizada uma cultura corporativa de constante investimento na segurança e, por conseguinte, no combate aos riscos. Esta postura emana também nas empresas participadas da Teixeira Duarte, cuja aposta passa por políticas de prevenção, que visam garantir a salvaguarda de vidas humanas.

No decorrer de 2018, não se registaram quaisquer fatalidades nas empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte, S.A..

Relativamente à sinistralidade nos principais mercados de atuação das empresas do universo da Teixeira Duarte, a evolução de 2017 para 2018 no que toca à frequência (nº acidentes de trabalho x 1000000 / nº horas trabalhadas) e à gravidade (nº de dias perdidos x 1000000 / nº horas trabalhadas) dos acidentes foi a que se apresenta nas tabelas seguintes.

	Nº de acidentes de trabalho	Taxa de frequência dos acidentes	Taxa de gravidade dos acidentes
<b>PORTUGAL</b>			
<b>Área Corporativa</b>			
2017	0	0	0
2018	1	3	0
<b>Construção</b>			
2017	58	21	408
2018	45	27	603
<b>Concessões e Serviços</b>			
Facilities Management			
2017	38	50	1033
2018	26	33	1275
<b>Imobiliária</b>			
2017	1	15	328
2018	0	0	0
<b>Hotelaria</b>			
2017	8	37	173
2018	8	36	483
<b>Distribuição</b>			
2017	0	0	0
2018	0	0	0
<b>Automóvel</b>			
2017	1	17	702
2018	0	0	0

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2018 em Portugal

	Nº de acidentes de trabalho	Taxa de frequência dos acidentes	Taxa de gravidade dos acidentes
<b>ANGOLA</b>			
<b>Área Corporativa</b>			
2017	1	7	0
2018	1	6	0
<b>Construção</b>			
2017	30	13	76
2018	23	10	66
<b>Concessões e Serviços</b>			
Facilities Management			
2017	6	11	5
2018	11	18	90
Ensino			
2017	0	0	0
2018	0	0	0
<b>Imobiliária</b>			
2017	2	6	74
2018	3	34	0
<b>Hotelaria</b>			
2017	4	3	32
2018	8	6	8
<b>Distribuição</b>			
2017	19	6	26
2018	19	6	43
<b>Automóvel</b>			
2017	10	12	65
2018	11	11	39

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2018 em Angola

	Nº de acidentes de trabalho	Taxa de frequência dos acidentes	Taxa de gravidade dos acidentes
<b>ARGÉLIA</b>			
<b>Construção</b>			
2017	42	18	608
2018	27	18	393

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2018 na Argélia

BRASIL	Nº de acidentados de trabalho	Taxa de frequência dos acidentados	Taxa de gravidade dos acidentados
Construção			
2017	22	10	242
2018	17	12	206
Concessões e Serviços			
Facilities Management			
2017	3	9	9
2018	n/a	n/a	n/a
Imobiliária			
2017	0	0	0
2018	0	0	0

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2018 no Brasil

ESPAÑHA	Nº de acidentados de trabalho	Taxa de frequência dos acidentados	Taxa de gravidade dos acidentados
Concessões e Serviços			
Facilities Management			
2017	2	38	0
2018	n/a	n/a	n/a

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2018 em Espanha

MOÇAMBIQUE	Nº de acidentados de trabalho	Taxa de frequência dos acidentados	Taxa de gravidade dos acidentados
Construção			
2017	0	0	0
2018	3	8	122
Hotelaria			
2017	3	5	24
2018	2	3	17

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2018 em Moçambique  
Nota: indicadores da Sinistralidade cobrem 97% dos colaboradores.

Nos casos de Portugal, Argélia e Brasil, as boas práticas das empresas participadas onde os riscos são superiores no que toca à saúde e segurança dos colaboradores, são reforçadas pela certificação em sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional no âmbito da Norma OHSAS 18001, propiciando uma gestão mais abrangente e eficaz dos riscos operacionais e contribuindo para a proteção dos colaboradores e para um melhor desempenho.

Colaboradores abrangidos pelos sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional (Norma OHSAS 18001) a 31 de dezembro de 2018:

- Portugal: **1.355 colaboradores**
- Argélia: **1.176 colaboradores**
- Brasil: **1.157 colaboradores**
- Moçambique: **323 colaboradores**

As ações para a prevenção de doenças e/ou promoção da saúde desenvolvidas em 2018 nas empresas que operam nas áreas da construção e *Facilities Management* em Portugal, Angola, Brasil e Moçambique foram baseadas nos fatores de risco identificados, nomeadamente comportamentos de risco, ruído laboral, condições laborais, procedimentos de emergência, entre outros, num total de mais de 100 ações realizadas.

Em 2018, foi realizado junto dos colaboradores que se encontravam a trabalhar em Portugal nas diferentes empresas do Grupo, um estudo para avaliação dos fatores de risco psicossociais, com o objetivo de conhecer quais as condições relacionadas com o trabalho que podem estar a influenciar a saúde e bem-estar dos trabalhadores

A avaliação consistiu na aplicação de um questionário que visava medir indicadores de exposição (riscos psicossociais) e indicadores de efeito (na saúde, satisfação e stress). A participação foi de carácter voluntário, tendo registado uma taxa de adesão de cerca de 58%.

Numa primeira fase, os resultados foram apresentados aos responsáveis da gestão dos negócios e partilhadas as principais conclusões com os trabalhadores, com vista a serem recomendadas eventuais propostas de melhoria.

Em consonância com o disposto na legislação dos países onde as empresas do Grupo atuam, todos os colaboradores têm direito a proteção na Parentalidade. No caso de Portugal, os colaboradores têm à sua disposição um conjunto de licenças no âmbito da Maternidade/Paternidade, de acordo com a Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, subsecção IV, no definido no conjunto dos artigos 33º a 65º.

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação						
<b>Portugal</b>										
Mulheres	5	3	4		1	4	2	2	21	19
Homens	5	44	27		4	4	3	1	88	71
<b>Angola</b>										
Mulheres	2	4	3	12	1	14	51	9	96	111
Homens	1	3	1				1	2	8	2
<b>Argélia</b>										
Mulheres		4							4	6
Homens		32							32	16
<b>Brasil</b>										
Mulheres	3	8			3				14	15
Homens		3			1				4	0
<b>Espanha</b>										
Mulheres	1	1	2						4	6
Homens	1	4	16						21	14
<b>Moçambique</b>										
Mulheres	2				1	4			7	4
Homens			1						1	0
<b>Outros Mercados</b>										
Mulheres		1							1	1
Homens									0	0
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>107</b>	<b>54</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>26</b>	<b>57</b>	<b>14</b>	<b>301</b>	<b>265</b>

Nº de colaboradores que usufruiu de licença parental em 2018  
Nota: este indicador cobre 99% do total dos colaboradores.

## Outros benefícios para colaboradores

Nas empresas do universo da Teixeira Duarte existem ainda outros benefícios para os colaboradores, tais como:

### a) Seguros de saúde e de vida

A maioria das empresas do Grupo disponibiliza seguros de saúde aos seus colaboradores de acordo com critérios definidos, que incluem a possibilidade de estender os seguros ao seu agregado familiar.

Em algumas empresas participadas, para além do seguro de saúde, também é disponibilizado um seguro de vida que garante proteção nas situações de acidente pessoal, morte e invalidez.

Estes seguros complementam assim as proteções obrigatórias

aplicáveis em cada país, em matérias de segurança social e de legislação laboral.

### b) Protocolos e Parcerias

É disponibilizado aos colaboradores das empresas do Grupo um conjunto de protocolos e parcerias com entidades externas, em diversas áreas de atuação, tais como telecomunicações, banca, estabelecimentos de ensino, concessionários auto, agências de viagens e companhias aéreas, permitindo o acesso dos colaboradores a bens e serviços em condições de mercado mais vantajosas.

### Qualificação para a expressão do talento: desenvolvimento e formação

No universo de empresas do Grupo Teixeira Duarte, e ao longo da sua história quase centenária, manteve-se sempre e

aprofundou-se uma cultura de ética, de trabalho e de mérito, amplamente reconhecida e sistematicamente aplicada a todos os níveis.

Guiadas pelos Valores do Engenho, Verdade e Compromisso e pela Missão “Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor”, as empresas do Grupo têm promovido de forma consistente a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências dos seus colaboradores, sendo uma área estratégica para a sustentabilidade dos seus negócios.

A diversidade de atividades que hoje existe dentro do Grupo Teixeira Duarte e a dispersão geográfica por vários países têm exigido um modelo cada vez mais robusto de transmissão eficaz de valores e práticas que constituem a visão corporativa do Grupo Teixeira Duarte para todas as áreas de negócio que nele existem.

Em 2018 foi por isso sistematizada uma nova matriz de funcionamento da Política de Desenvolvimento de Competências do Grupo Teixeira Duarte, com vista a restabelecer diretrizes gerais, de aplicação universal, revistas periodicamente, e assistidas por métricas que as áreas de negócio deverão monitorizar. A matriz integra uma componente comum/transversal a todas as áreas de negócio e uma componente específica, sendo desta forma adaptável a qualquer setor, mercado e categoria profissional em que o colaborador se encontrar.

As áreas de negócio, por sua vez, definem, implementam e avaliam os Planos de Desenvolvimento de Competências (PDC) dos seus colaboradores. Tratam-se de programas de formação contínua que possibilitam perspetivar a formação de cada colaborador ao longo do tempo, nomeadamente com vista à atualização de competências e progressão na carreira.

No sentido de reforçar o apoio no desenvolvimento de competências dos colaboradores das empresas do Grupo, ajustando modelos de coordenação para um melhor acompanhamento, foi ainda constituída em 2018 uma Comissão de Coordenação da Qualificação Profissional, cuja missão é apoiar continuamente processos transversais e a promoção de projetos-chave nestas áreas, como o *e-learning* e o *b-learning*, impulsionando a inovação nestas matérias. Em 2018, a Comissão integrou representantes das áreas de negócio dos mercados de Portugal, Angola, Argélia e Brasil.

Alinhadas com a necessidade de desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores como forma privilegiada de resposta aos muitos, diversos, exigentes e complexos desafios, que enfrentam numa economia cada vez mais global, competitiva, tecnológica, as empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte, S.A. realizaram, em 2018, atividades

qualificantes (adiante, atividades) que abrangeram 42.385 formandos e que totalizaram 155.117 horas de volume de formação registado, o que, comparando com 2017, representa uma quebra deste, de 8%, compensada com o aumento do número de formandos, que se cifrou nos 2%.

Apresentam-se de seguida os principais indicadores relacionados com a Qualificação Profissional dos colaboradores, por mercado e setor de atividade. Note-se que, para a contabilização destes indicadores em 2018, o Grupo Teixeira Duarte passou a considerar o mercado onde o colaborador se encontra, independentemente da localização da empresa a que o colaborador está afeto, tendo conseqüentemente refletido esse critério também na contabilização relativa a 2017.



Formação de Colaboradores TDHotels  
ANGOLA

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação						
Portugal	147	4.860	471		66	191	32	23	5.790	7.921
Angola	143	4.348	3.962	224	283	5.268	8.276	1.648	24.152	26.550
Argélia	2	2.721							2.723	1.236
Brasil	150	7.226	42		193				7.611	2.988
Espanha	33	40	572						645	829
Moçambique	28	312	128			985			1.453	1.941
Outros Mercados		11							11	7
<b>Total</b>	<b>503</b>	<b>19.518</b>	<b>5.175</b>	<b>224</b>	<b>542</b>	<b>6.444</b>	<b>8.308</b>	<b>1.671</b>	<b>42.385</b>	<b>41.472</b>

N° de formandos abrangidos por atividades de qualificação em 2018

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação						
Portugal	1.351	37.744	2.277		2.918	839	1.210	292	46.631	66.730
Angola	555	9.513	8.092	1.021	1.536	15.639	27.969	9.809	74.134	68.678
Argélia	10	3.429							3.439	3.195
Brasil	343	17.438	89		357				18.226	10.093
Espanha	664	298	5.366						6.327	5.930
Moçambique	73	474	328			5.367			6.241	13.314
Outros Mercados		119							119	61
<b>Total</b>	<b>2.994</b>	<b>69.015</b>	<b>16.151</b>	<b>1.021</b>	<b>4.811</b>	<b>21.845</b>	<b>29.179</b>	<b>10.101</b>	<b>155.117</b>	<b>168.000</b>

N° de horas de volume de formação em 2018

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação						
Portugal	7,8	32,0	4,3		60,8	5,7	10,6	8,3	21,2	30,9
Angola	6,9	9,8	28,0	6,7	14,6	22,7	22,1	27,4	19,1	16,7
Argélia	0,4	2,7							2,6	4,0
Brasil	5,0	11,3	0,5		14,9				10,0	5,8
Espanha	51,0	3,5	8,8						8,9	10,6
Moçambique	1,8	1,7	2,6			23,9			9,2	20,9
Outros Mercados									0,9	0,5
<b>Total</b>									<b>14,4</b>	<b>16,4</b>

Número médio de horas de formação por ano por colaborador.

Em 2018, as empresas participadas realizaram no global 14,4 horas de formação por cada colaborador, sendo de salientar positivamente o desempenho em particular das atividades em Portugal e Angola.

Em Portugal foram desenvolvidas atividades que abrangeram

5.790 formandos, que totalizaram 46.631 horas de volume de formação. 76% deste volume de formação resultou de atividades para aquisição de competências técnicas, em engenharia e construção civil, incluindo em contexto *on-job*, assim como em segurança, higiene e saúde do trabalho.

Ainda respeitante ao mercado português, cabe salientar:

- A continuidade das atividades relativas à aquisição de competências em *Building Information Modeling* (BIM), sendo que em maio de 2018, se realizou no Instituto Superior Técnico a 2ª edição do Congresso Português de BIM (PTBIM), onde a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. marcou presença com a apresentação do trabalho desenvolvido para o Hospital da Luz – Clínica de Oeiras;
- O decurso de atividades respeitantes à aquisição e atualização de conhecimentos na esfera do *compliance*, do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e dos Sistemas de Gestão em vigor, que abrangeram 329 formandos e que totalizaram 655 horas de volume de formação, o que contribui para o cumprimento de inerentes requisitos e obrigações;
- A manutenção da certificação da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. como entidade formadora, concedida pela DGERT - Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

Em Angola, as atividades qualificantes levadas a cabo nas empresas do Grupo Teixeira Duarte, ao longo do ano de 2018, abrangeram 24.152 formandos e totalizaram um volume de formação de 74.134 horas registadas, sendo que 61% delas se inseriram no perímetro das áreas técnicas dos negócios.

O Centro de Desenvolvimento Profissional Teixeira Duarte continua a ser um dos principais pilares do Grupo na construção de um ecossistema de aprendizagem ao longo da vida dos colaboradores em Angola, concentrando grande parte das atividades qualificantes desenvolvidas pelas empresas do Grupo neste mercado.

Reunindo condições muito favoráveis às aprendizagens promovidas, quer pela abrangência conseguida, quer também pela qualidade pedagógica impressa, em 2018, o Centro de Desenvolvimento Profissional (CDP) de Angola viu certificados pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP) 7 novos cursos de qualificação desenvolvidos de acordo com a nova matriz de Desenvolvimento de Competências. Com estes novos cursos, o CDP ultrapassou em 2018 o marco de 30 ofertas formativas licenciadas por esta entidade.

2018 foi também um ano de consolidação de novas metodologias de aprendizagem em Angola, nomeadamente através de plataformas de *e-learning*, através das quais se realizam a avaliação de conhecimentos no final das sessões e ainda iniciativas de *assessment centre* promovidas pelos diferentes negócios existentes no Grupo, com o objetivo de avaliar conhecimentos,

competências e perfis de candidatos a recrutar, de forma a permitir uma seleção mais rigorosa dos futuros colaboradores.

Nos âmbitos da empregabilidade, qualificação profissional e da responsabilidade social do Grupo em Angola, deu-se continuidade ao Projeto “Fazer Pescar”, onde se proporcionaram atividades que qualificaram 64 participantes, fazendo com que desde o início deste projeto, há 6 anos, se tenham graduado 364 jovens. Destaque para a diversidade das matérias lecionadas neste Programa com a participação de 88 formadores de várias especialidades.

## O CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL TEIXEIRA DUARTE



**1.500 m<sup>2</sup> de área total de construção aproximada.**

**6 salas para formações teóricas.**

**1 sala de informática.**

**2 laboratórios (Eletricidade e Eletrónica e Engenharia Civil).**

**2 oficinas para formações práticas na área Automóvel e na área da Distribuição.**

**1 auditório e um refeitório com capacidade para mais de 100 pessoas.**

**Destaque para:**

**7 negócios com atividades formativas:** Construção, *Facilities Management*, Educação, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

**30 cursos de formação certificados pelo INEFOP.**

**1º Centro Certificado pela Renault na África Subsariana.**

**800.000 horas de potencial de formação anual.**

INICIATIVA EM DESTAQUE

## FAZER PESCAR



### Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



#### Âmbito(s)

- Empregabilidade
- Qualificação Profissional
- Responsabilidade Social

#### Destinatários

Jovens que vivem em situação de carência social.

#### Desafio

Tirar partido dos meios e instrumentos focados na formação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores das várias empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte para formar os destinatários, dando-lhes também a oportunidade de se iniciarem no mercado de trabalho.

#### Caracterização

*“Ensina um Homem a pescar e estarás a alimentá-lo para o resto da vida”, Lao Tzu*

O “Fazer Pescar” é uma iniciativa que tem como objetivo criar oportunidades para jovens, formando-os para, autonomamente, serem uma parte fundamental no desenvolvimento das co-

munidades onde estão inseridos.

Programa educativo com duração de 3,5 meses, que inclui uma componente de integração social, de integração na empresa e de integração no trabalho.

A frequência é gratuita e os formandos beneficiam de refeições diárias, subsídio diário de transporte, seguro de acidentes pessoais, uniformes e roupa para uso individual, material escolar e vigilância médica regular.

Terminado o curso, os formandos com avaliação positiva são integrados em empresas do universo do Grupo em Angola.

#### Setores/empresas do Grupo envolvidos

Todos os setores a operar em Angola.

#### Impactos

- 26 edições realizadas desde 2013 (6 edições em 2018);
- 364 jovens graduados integrados nas empresas do Grupo desde 2013;



Academia Maxi  
ANGOLA

Na **Argélia** foram desenvolvidas atividades em diferentes geografias do país, através de formadores internos, que abrangem 2.723 formandos, que totalizaram 3.439 horas de volume de formação registado, resultados que, face ao ano transato, representaram, respetivamente, um acréscimo de 120% e de 8%.

No que se refere às áreas das atividades empreendidas, salientam-se 1.995 horas de volume de formação em segurança, higiene, saúde no trabalho e ambiente, matérias que, inclusive, incorporaram processos de integração de novos colaboradores, o que contribuiu para um melhor acolhimento e, paralelamente, para o cumprimento de exigências de diversa natureza.

No **Brasil** foram desenvolvidas atividades que abrangeram 7.611 formandos, totalizando 18.226 horas de volume de formação registado, o que revela, face a 2017, acréscimos de 155% e 81%, respetivamente.

Relativamente às áreas das atividades ministradas, sobressaem 15.596 horas de volume de formação centradas na aquisição de competências no domínio da segurança, higiene e saúde no trabalho, bem como no que respeita ao exercício da atividade profissional, com treinamento *on-job*.

Em **Espanha** foram desenvolvidas atividades que abrangeram 645 formandos, que totalizaram 6.327 horas de volume formação, sendo que 5.048 se inseriram nos domínios da segurança, higiene e saúde do trabalho, ambiente, equipamentos, línguas e sistemas de informação.

Em **Moçambique** foram ministradas atividades que abrangeram 1.453 formandos, totalizando 6.241 horas de volume de formação.

Deste volume, 6.037 horas corresponderam a atividades que se inseriram nos domínios da profissionalização (*on-job*), nas áreas específicas da hotelaria, bem como nas áreas da segurança, higiene e saúde do trabalho.

## DESEMPENHO SOCIOECONÓMICO

As atividades das empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte, independentemente do setor de atuação, têm impactos no desenvolvimento socioeconómico dos locais onde operam.

Para potenciar esses impactos positivos e, por outro lado, mitigar os negativos, o Grupo promove junto das participadas uma cultura de ética, de qualidade, de aposta na contratação local e no desenvolvimento de subcontratados e fornecedores locais, de fortalecimento das suas capacidades tecnológicas e da responsabilidade social, sobretudo em países em desenvolvimento, que contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

### Combate à corrupção e suborno, ao branqueamento de capitais e ao financiamento de terrorismo

A corrupção e suborno são riscos inerentes a qualquer atividade económica. A ferramenta que norteia a gestão das empresas participadas do Grupo neste domínio é o programa de *compliance*. Este visa estabelecer e implementar um conjunto de medidas e procedimentos assentes na Política de *Compliance*, no Código de Ética e Conduta e na Missão e Valores da Teixeira Duarte com vista a assegurar com maior eficácia e evidência o cumprimento da lei e das normas internas, contribuindo com um clima de integridade e de cultura ética no desenvolvimento das atividades das empresas do Grupo Teixeira Duarte.

O sistema de *compliance* prevê processos de avaliação de risco e procedimentos de controlo interno financeiros e não financeiros, que incluem diligências prévias de terceiros e de quadros de elevada responsabilidade, um Canal de Ética para onde todos os colaboradores e entidades terceiras devem comunicar eventuais irregularidades identificadas relativamente a quaisquer normativos externos ou internos, entre outras medidas.

### O Canal de Ética da Teixeira Duarte pode receber denúncias através de:

- Correspondência dirigida à empresa em seus endereços respetivos;
- Mensagem de correio eletrónico para o endereço [compliance@teixeiraduarte.pt](mailto:compliance@teixeiraduarte.pt);
- Mensagem enviada a partir do site Teixeira Duarte ([www.teixeiraduarte.com](http://www.teixeiraduarte.com));
- Mensagem enviada a partir do Portal do Colaborador da Teixeira Duarte.

O sistema também assegura a implementação e avaliação da eficácia do Código de Ética e Conduta, segundo o qual os co-

No âmbito socioeconómico, o desempenho das empresas participadas tem permitido à Teixeira Duarte contribuir principalmente para 3 ODS:



laboradores devem agir por forma a avaliar e evitar eventuais situações de conflitos de interesse, bem como impedir quaisquer comportamentos corruptivos, na forma ativa ou passiva, incluindo pagamentos ou recebimentos de facilitação, ou a criação, manutenção ou promessa de situações irregulares ou de favor.

Cabe-lhes a obrigação de reportar informação sobre quaisquer ações que constituam comportamento incorreto, incluindo aquelas que configurem possíveis práticas ilegais ou ilícitas em matérias financeiras e contabilísticas, fraude, corrupção e branqueamento de capitais, bem como quaisquer atuações relacionadas, direta ou indiretamente, com entidades terroristas ou que possam visar ou apoiar práticas de terrorismo.

Cabe-lhes também promover que os destinatários indiretos deste Código também o façam.

Os colaboradores devem pautar a sua atuação de forma a combater ativamente eventuais tentativas de branqueamento de capitais, recusando participar em qualquer ato que como tal possa ser considerado, ao abrigo das normas legais e regulamentares em vigor, bem como em qualquer tentativa, cumplicidade, facilitação ou aconselhamento à sua prática.

De igual modo, devem agir de forma a impedir que a atividade de qualquer empresa do Grupo Teixeira Duarte possa, de alguma forma, fornecer, recolher ou deter fundos ou bens que possam vir a ser usados para o financiamento e apoio de atividades criminosas, nomeadamente terroristas.

### Relações com pessoas e organizações impactadas pelas atividades das empresas do Grupo

Uma das medidas relevantes de 2018 no que toca à gestão da relação com pessoas e organizações foi a implementação de Sistemas de Gestão de Proteção de Dados Pessoais (SGPD) nas empresas participadas do Grupo, implicando o desenvolvi-

mento de um conjunto de procedimentos e práticas orientados para a defesa da privacidade e dos direitos e liberdades dos titulares de dados pessoais e evidenciando o cumprimento com as determinações do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Em 2019, os SGPD serão sujeitos a auditorias independentes por forma a avaliar a sua efetividade, solidez, adequação e conformidade, com base nos requisitos das normas internacionalmente aceites sobre sistemas de gestão da privacidade/proteção de dados e nos requisitos legais em matéria de proteção de dados (RGPD).

#### a) Clientes

O foco na qualidade, em melhorar continuamente o desempenho global e a intenção de satisfazer as necessidades e expectativas dos seus clientes e aumentar a sua satisfação, tem levado empresas do Grupo Teixeira Duarte a apostar na implementação e certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade de acordo com a norma ISO 9001, enquanto fator de fortalecimento e sustentabilidade do negócio, contribuindo para o pilar económico, o que por sua vez permite ter a capacidade e os meios para outras iniciativas de sustentabilidade.

Mercados de atuação onde as empresas do Grupo Teixeira Duarte têm, a 31 de dezembro de 2018, implementados Sistemas de Gestão da Qualidade (ISO 9001):

- **Construção:** Portugal, Argélia, Brasil e Moçambique;
- **Concessões e Serviços:** Portugal, Espanha e Moçambique;
- **Imobiliária:** Portugal;
- **Distribuição:** Angola.

A CND – Companhia Nacional de Distribuição, Lda, em Angola, foi a **primeira empresa do retalho alimentar neste país a implementar um sistema de gestão da qualidade certificada segundo a norma ISO 9001.**

#### b) Parceiros, fornecedores e subcontratados

Em Portugal, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., e em conformidade com a Norma SA 8000, promove o respeito pelos direitos laborais e ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos os trabalhadores junto de fornecedores e subempreiteiros, exigindo o cumprimento de requisitos no âmbito da responsabilidade social, onde se salientam:

- Não utilização ou apoio à utilização de trabalho infantil, de trabalho forçado ou compulsório;
- Proporcionar um ambiente seguro e saudável para a prestação do trabalho;

- Não obstar à liberdade de associação e direito de negociação coletiva;
- Não praticar ou apoiar atos discriminatórios sob qualquer forma;
- Não exercer ou apoiar o exercício de práticas disciplinares rudes ou desumanas;
- Agir em conformidade com as leis aplicáveis e com os padrões da respetiva área de atividade, em matérias relacionadas com o horário de trabalho;
- Remuneração considerada adequada pelo trabalho efetivamente prestado, respeitando sempre o legalmente estipulado.

Com base na zona geográfica onde se enquadra o fornecedor, no tipo de atividade que desenvolve e na capacidade de influência da Empresa quanto ao mesmo, é avaliado o potencial risco social dos fornecedores face ao risco expetável, sendo depois monitorizados os casos de maior risco. Entre 2017 e 2018 foram efetuadas 10 monitorizações em Portugal, dentro de um universo de 450 empresas com os quais a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. mantém relações de fornecimento.

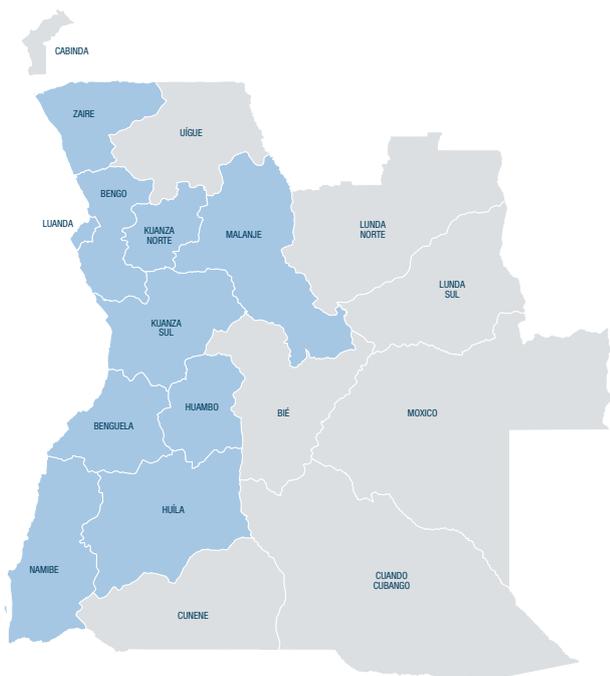
No caso particular dos subempreiteiros, as empresas do Grupo na atividade da Construção, têm instituídas disposições contratuais específicas obrigatórias, para além das legais, em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, incluindo seguros de acidentes de trabalho, equipamentos de proteção individual, sinistralidade, formação e informação, prevenção e controlo do alcoolismo, entre outros.

No âmbito da implementação dos Sistemas de Gestão de Dados Pessoais foram igualmente definidos os procedimentos para assegurar a privacidade e os direitos dos titulares de dados pessoais nas relações com parceiros, fornecedores e subcontratados sempre que nestas possa haver lugar a tratamento de dados pessoais.

Já no setor da Distribuição, em Angola, a participada CND tem em curso, desde 2012, um programa – “Fazenda Maxi” - que visa apoiar as atividades produtivas agrícolas e pecuárias, a criação de emprego e o empreendedorismo, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas. Através da “Fazenda Maxi”, a CND estabelece parcerias com produtores nacionais, apoiando-os e assegurando a compra e distribuição das suas produções, ao mesmo tempo que coloca nas suas lojas e à disposição da população produtos nacionais seguros e de qualidade.

Em 2018, o Programa “Fazenda Maxi” manteve uma rede de 35 produtores associados em 10 províncias. Apesar da conjuntura

económica adversa do país, a quantidade de produtos adquiridos pela CND aumentou face ao ano anterior.



Localização geográfica dos produtores associados à “Fazenda Maxi” a 31 de dezembro de 2018

O Programa “Fazenda Maxi” que, originalmente era de caráter agrícola, é hoje um programa no âmbito da agropecuária que reúne uma comunidade de fazendeiros experientes e autônomos, e onde a automatização e mecanização da produção serão o próximo passo.

De realçar ainda que se encontra desenhado um projeto na área da agroindústria, tendo a CND celebrado um contrato de investimento com a UTAIP (Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado). Com a atividade da agroindústria, os produtores associados à “Fazenda Maxi” passarão a incluir cereais e leguminosas no calendário produtivo das suas fazendas, permitindo aumentar as áreas produtivas trabalhadas e desenvolver esta nova área no âmbito do Programa “Fazenda Maxi”.

Em coordenação com o Governador da Província do Kwanza Sul, a Administração do Município do Wako Kungo já atribuiu um terreno, com a área de 10 ha, para a implementação do Polo Industrial onde estão previstas 3 unidades de produção para (1) secagem e armazenagem de cereais e legumes; (2) moagem e (3) seleção e embalagem de cereais e legumes secos.

A vertente da agroindústria da “Fazenda Maxi” tem como objetivos os mesmos princípios que estiveram na origem da criação

deste programa em 2012:

- Aumento da produção nacional;
- Diminuição da dependência de importações: em velocidade de cruzeiro, estima-se que com a operacionalização deste projeto, por cada 1 USD investido, sejam poupados pelo menos 4 USD em importações de produtos para Angola;
- Redução e estabilização dos preços no setor alimentar;
- Oferta à população de produtos com Qualidade e Segurança Alimentar;
- Desenvolvimento das economias locais;
- Criação de emprego, contribuindo para o desenvolvimento da microeconomia rural.

Numa primeira fase serão produzidos milho amarelo em grão, fuba de milho amarelo e farelo para a indústria pecuária e feijão para o retalho alimentar.

O projeto do Polo agroindustrial prevê um crescimento ao longo de 5 anos de cerca 500 postos de trabalho fixos, estando este aumento relacionado com os aumentos das áreas produtivas e do volume de produção em toneladas.



**INICIATIVA EM DESTAQUE**

## FAZENDA MAXI



### Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



### Âmbito(s)

- Empregabilidade
- Economia inclusiva
- Qualidade e Segurança Alimentar
- Qualificação Profissional
- Práticas responsáveis na cadeia de valor

### Destinatários

Produtores agropecuários, com ênfase nos de pequena e média dimensão.

Consumidores em geral.

### Desafio

Reduzir as dificuldades do negócio de retalho alimentar da CND na obtenção de produtos agropecuários de qualidade, a preços acessíveis a todos, de forma consistente e sustentável, tirando partido dos seus meios e instrumentos focados na formação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores direta e indiretamente ligados a esta atividade.

### Caracterização

Programa criado em 2012 e promovido pela CND através da sua insígnia “Maxi”, que estabelece parcerias com produtores, com o objetivo de desenvolver a produção nacional e tornar acessíveis os melhores produtos agrícolas nacionais a toda a população.

A “Fazenda Maxi” garante aos produtores o escoamento dos produtos para as lojas da Maxi, recolhendo-os e transportando-os, prestando também aconselhamento técnico durante todo o processo produtivo e ações de formação especializada com vista à melhoria da qualidade e regularidade da sua produção.

As poupanças obtidas por via da redução da cadeia distribuidora são repassadas para o cliente final.

No âmbito deste programa, a CND garante o acompanhamento técnico dos produtores, aprovisionamento, logística e Qualidade e Segurança Alimentar dos produtos, alocando-lhe uma frota de viaturas refrigeradas com capacidade para 8 toneladas, caixas de transporte especialmente desenvolvidas e suporte operacional da sua estrutura central, incluindo do moderno centro de distribuição da empresa localizado em Morro Bento.

### Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setor da Distribuição em Angola.

### Impactos

- 14.700 toneladas compradas aos produtores em 5 anos;
- 12% de taxa de crescimento médio anual na produção;
- Representa 70% do volume da categoria de Frutas & Legumes das lojas “Maxi”;
- Diminuição da taxa de importações na categoria de Frutas & Legumes das lojas “Maxi” de 65% em 2011 para 15% em 2018;
- 42% das compras são efetuadas a pequenos e médios produtores;
- 5.550 empregos permanentes e sazonais em média por ano;
- 46 produtos diferentes produzidos;
- Transferência de conhecimento e “know-how”;
- Fortalecimento das capacidades técnicas dos produtores para avançar no sentido de padrões de produção mais sustentáveis;
- Desenvolvimento profissional de pequenos empresários agrícolas;
- Criação de emprego;
- Maior bem-estar económico das famílias e consequente promoção da sua fixação em zonas rurais;
- Oferta de produtos nacionais mais diversificada e de alta qualidade.

Ainda na vertente do apoio a fornecedores locais, há a salientar, em 2018, o lançamento de mais uma iniciativa da CND, empresa do setor da Distribuição do Grupo Teixeira Duarte em Angola. Através da insígnia de retalho especializado em mobiliário e decoração “Dakaza”, a CND estabeleceu parcerias com artistas e

artesãos angolanos promovendo a aproximação destes com o cliente particular, através da exposição, promoção e dinamização dos seus artigos nas lojas e demais canais de comunicação da insígnia. Neste primeiro ano da iniciativa, participaram 10 criadores tendo sido vendidos cerca de 1.700 artigos.

## INICIATIVA EM DESTAQUE

## RAÍZES



### Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



#### Âmbito(s)

- Reforço da identidade cultural nacional
- Empreendedorismo
- Economia inclusiva

#### Destinatários

Artistas e pequenos e médios artesãos nacionais.  
Consumidores em geral.

#### Desafio

Aumentar os fatores de diferenciação do negócio de retalho especializado da CND através da inclusão da oferta de artigos originais manufaturados localmente, integrando artistas e artesãos nacionais no retalho organizado.

### Caracterização

Programa criado em 2018 e promovido pela CND através da sua insígnia “Dakaza”, que estabelece parcerias com artistas e artesãos angolanos, com o objetivo de promover a criatividade, inovação e empreendedorismo dos criadores nacionais.

Aos clientes da “Dakaza”, o Programa “Raízes” torna acessível a aquisição de peças de arte e de artesanato nacionais.

Aos artistas e artesãos, é concedido espaço nas lojas da insígnia para exposição dos artigos e realização de demonstrações e *workshops* com participação dos clientes. A “Dakaza” promove também a notoriedade dos criadores, para além da venda dos seus artigos.

#### Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setor da Distribuição em Angola.

#### Impactos:

- 10 artistas e respetivas exposições em 2018;
- 1.700 artigos vendidos;
- 30.000 visitantes impactados;
- Oferta de produtos nacionais mais diversificada e de alta qualidade.

#### d) Apoios às comunidades

A Missão e Valores acima enunciados, particularmente o valor “Compromisso”, espelham a preocupação do Grupo Teixeira Duarte para com a Responsabilidade Social que é reforçada também pelos princípios e regras estabelecidos no Código de Ética e Conduta aplicáveis sobretudo ao capital humano e pela visão e modelo de sustentabilidade que afirma o desígnio de contribuir para o desenvolvimento das comunidades.

No âmbito do apoio a projetos sociais e organizações de solidariedade social, note-se que a Teixeira Duarte tem entendido adotar uma posição institucionalizada através de iniciativas não exclusivas nem centralizadas na decisão do Conselho de Administração, mas antes que envolvam todos os colaboradores numa ação direta.

Foi com este desígnio que em 2015 se promoveu pela primeira vez o Programa **TODOS DAMOS**, um projeto preparado para as empresas deste Grupo que visa apoiar pessoas, através do cofinanciamento a instituições de cariz social que os seus próprios colaboradores apoiem diretamente.

Em 2018, foram deferidas 40 candidaturas (envolvendo 37 colaboradores de Portugal, Angola, Brasil e Moçambique). No total,

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., em Portugal, é uma **empresa certificada em responsabilidade social** de acordo com o referencial SA 8000.

entre donativos dos colaboradores e donativos das empresas do Grupo Teixeira Duarte, foram reunidos cerca de 37.449,00€, distribuídos por 35 instituições.

Em Angola, empresas do Grupo Teixeira Duarte criaram e mantêm vários programas no âmbito do apoio às comunidades, nomeadamente nas vertentes da promoção da saúde (Programa “MaxiSaúde”), da produção agroindustrial nacional (Programa “Fazenda Maxi”) e da valorização da cultura local (Programa “Raízes”).

O Programa “MaxiSaúde”, lançado em 2016 pela empresa CND – Companhia Nacional de Distribuição, Lda, tem como objetivo promover a Saúde dos angolanos através de ações de sensibilização, prevenção, rastreio e tratamento nas comunidades envolventes das lojas “Maxi”, com especial ênfase em escolas. Em 2018, foram abrangidas cerca de 8.000 crianças através das ações do programa, nomeadamente nas temáticas da malária e higiene oral.



Programa “MaxiSaúde” - Ação Saúde Oral ANGOLA

INICIATIVA EM DESTAQUE

## TODOS DAMOS



### Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



### Âmbito(s)

- Responsabilidade Social

### Destinatários

Instituições de cariz social que apoiam pessoas nos mercados de atuação das empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte.

### Desafio

Apoiar projetos e instituições de solidariedade social através de iniciativas que envolvam os colaboradores numa ação direta e não exclusivas nem centralizadas na decisão do Conselho de Administração.

### Caracterização

O Programa TODOS DAMOS é um projeto preparado para as empresas do Grupo Teixeira Duarte que visa apoiar pessoas, através do cofinanciamento a instituições de cariz social que os seus próprios colaboradores apoiem diretamente.

A candidatura ao TODOS DAMOS dá aos colaboradores a pos-

sibilidade de reforçarem o seu apoio a instituições, juntando ao valor dos seus donativos duas vezes a quantia com a qual contribuem diretamente.

Qualquer colaborador das empresas do Grupo pode candidatar-se ao Programa indicando uma instituição de cariz social para a qual pretende contribuir ou já contribuiu. Em caso de deferimento da candidatura, a empresa com a qual o colaborador tem o seu vínculo profissional disponibiliza uma comparticipação para as instituições decididas apoiar no valor de duas vezes a quantia que os colaboradores pretendam contribuir para com elas.

A entrega da quantia com que o colaborador entender contribuir para a instituição pode ser feita diretamente pelo próprio ou através da dedução da mesma no valor do próximo vencimento mensal.

O Programa TODOS DAMOS relativo a 2018 esteve em vigor entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018.

Entre donativos dos colaboradores e donativos das empresas do Grupo Teixeira Duarte, o orçamento total disponibilizado pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte para o programa em 2018 foi de 100.000,00€.

### Setores/empresas do Grupo envolvidos

Todas as empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte.

### Impactos

- 40 candidaturas em 2018;
- 35 instituições apoiadas em Portugal, Angola, Brasil e Moçambique em 2018;
- Entre donativos dos colaboradores e donativos das empresas do Grupo Teixeira Duarte foram reunidos 37.449,00€ em 2018;

INICIATIVA EM DESTAQUE

## MAXISAÚDE



### Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



#### Âmbito(s)

- Saúde pública
- Informação
- Responsabilidade Social

#### Destinatários

Comunidades angolanas desfavorecidas.

Parceiros.

#### Desafio

Criar impacto positivo nas comunidades tirando partido dos meios humanos e logísticos da “Maxi” e da capacidade técnica inerente à rede de lojas “Farmácia Popular”, ambas pertencentes à participada CND.

#### Caracterização

Programa de responsabilidade social criado em 2016 e promovido pela CND através das suas insígnias “Maxi” e “Farmácia Popular”, que atua em comunidades desfavorecidas nas áreas de influência destas lojas, realizando ações preventivas, de aconselhamento, rastreio e tratamento de doenças, para além de ações de informação e consciencialização acerca de hábitos alimentares e de higiene, procurando contribuir para uma melhoria da qualidade de vida das populações visadas.

As principais temáticas do “MaxiSaúde” são a malária – principal causa de morte em Angola -, diabetes, doenças cardiovasculares, saúde oral e alimentação saudável.

Este programa é desenvolvido com o apoio de colaboradores voluntários da empresa CND, contando com outras entidades como parceiras.

#### Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setor da Distribuição em Angola.

#### Impactos

- 8.000 pessoas impactadas pelo programa em 2018;
- 16.000 pessoas impactadas nas mais de 40 ações realizadas desde o início do programa;
- Estreitamento das relações com escolas, igrejas e comunidades locais no geral;
- Alargamento das parcerias; em 2018, a Clínica Girassol associou-se pela primeira vez;

### Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI)

O Grupo Teixeira Duarte promove fortemente a investigação e inovação, proporcionando junto das empresas participadas condições para a adoção de vários instrumentos e infraestruturas que potenciem os resultados dessa aposta.

No caso particular das empresas que operam no setor da Construção, nomeadamente em Portugal, é de salientar a atuação do **Centro de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (CIDT)**, que tem como missão dinamizar as atividades de IDI, identificando matérias suscetíveis de serem integradas como projetos de IDI e que poderão ter um efeito útil para uma área de atuação.

Estes projetos poderão ser desenvolvidos dentro do universo de empresas participadas e/ou em parceria com Universidades e Laboratórios de Investigação nacionais e internacionais.

No exercício de 2018, foram submetidos no CIDT 8 projetos de IDI. Entre estes, há a salientar a recuperação de um projeto de 2015, que foi entretanto re-submetido e aprovado no âmbito do Portugal 2020: o projeto **SHELTER - Structural Hyper-resisting Element for Life Threatening Earthquake Risk** (Abrigo estrutural salva-vidas para proteção em sismos severos).

O projeto envolve internamente as áreas da Metalomecânica, no desenvolvimento dos protótipos, e das Edificações, na construção de modelos parciais de edifícios de alvenaria da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.. Externamente, para além do copromotor Instituto Superior Técnico (IST), serão envolvidos o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), para a realização de ensaios em mesa sísmica, e o IADE – Universidade Europeia, no *design* e integração arquitetónica do abrigo.

O objetivo do projeto SHELTER é desenvolver uma solução de abrigo sísmico para frações de edifícios existentes (casas, escritórios, centros de saúde, apartamentos turísticos, etc.), que possa ser completamente integrada de forma individual e autó-

Em Portugal, as empresas Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, EPOS, SOMAFEL e TDGI utilizam um sistema de gestão de IDI segundo a Norma Portuguesa 4457, que lhes permite canalizar todo o seu conhecimento e criatividade, materializando-os de forma mais eficiente em inovação.

noma, não implicando intervenções ao nível do reforço estrutural dos edifícios, resultando numa instalação expedita e de custos reduzidos.

#### a) Propriedade intelectual

Com o propósito de garantir a proteção de todos os direitos de propriedade intelectual gerados pelas atividades de IDI, assim como de construir um *portfolio* de invenções, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. tem concedidas várias patentes em Portugal, entre as quais se destacam:

- Um sistema de montagem de tabuleiros de pontes e/ou viadutos por avanço incremental, com reação nas vigas de apoio provisórias no encontro e deslizamento sobre material plástico;
- Um método de proteção da fixação da borracha-caleira nas juntas de dilatação de pontes/viadutos e sua montagem;
- Bailéu suspenso nos cabos funiculares de uma ponte suspenso dotado de meios que permitem a sua deslocação e a transposição das braçadeiras existentes nos cabos pendurais da referida ponte;

No exercício de 2018, não foram submetidas para registo novas patentes de invenção.

Já no que diz respeito a marcas, no universo das empresas do Grupo Teixeira Duarte há um vasto número de **marcas protegidas** de uso exclusivo das mesmas em diversos países. O somatório de marcas protegidas por estas empresas é, desde 2017, superior a 500 marcas.

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação						
Portugal	2	2	8		55	8	27	1	103	98
Angola	8	7	2	1	37	3	160	68	286	282
Argélia	1	1	1			1			4	4
Brasil		4	1		22	17	8		52	52
Espanha									0	0
Moçambique	8	6	2		6	3	2		27	27
Outros Mercados	20	8	2		8	1	7		46	46
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>28</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>128</b>	<b>33</b>	<b>204</b>	<b>69</b>	<b>518</b>	<b>509</b>

Processos de registo de marcas concluídos e em curso a 31 de dezembro de 2018

### b) Contribuição para a atividade normativa do setor da Construção

A normalização constitui um meio de diferenciação concorrencial, privilegiando as empresas que exercem a sua atividade em consonância com as regras de arte e com as normas nacionais e internacionais em detrimento das empresas que operam em sentido contrário.

No âmbito normativo, destaca-se a participação da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. nos grupos de trabalho da *European Federation of Foundation Contractors (EFFC)* e *CO2 Foundations – Geotechnical Carbon Calculator* orientados para o cálculo da pegada de carbono nas obras geotécnicas, assim como na *Technical Working Group (TWG)* que visa a cooperação e desenvolvimento de guias e normas de execução de obras geotécnicas.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. participa também nas atividades de normalização da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização CT156 - Geotecnia em Engenharia Civil, presidindo a subcomissão SC10, órgão técnico que visa a emissão de pareceres normativos e tradução de normas europeias da CEN no domínio de Ensaios de Estruturas Geotécnicas e Execução de Obras Geotécnicas Especiais e integra ainda o grupo de trabalho WG3 da Comissão Técnica TC182 da ISO, responsável pela elaboração da norma ISO 22477-5 *Geotechnical investigation and testing - Testing of geotechnical structures - Part 5: Testing of grouted anchors*, cujo texto final foi publicado em agosto de 2018.

### c) Parcerias com entidades do sistema científico e tecnológico do setor da Construção

Ciente do papel ativo na inovação e desenvolvimento tecnológico do setor onde se insere, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. desenvolve atividades de IDI em parceria com instituições do sistema científico e tecnológico e com outras empresas congéneres.

Principais parcerias em Portugal:

#### PTPC - Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção

A PTPC agrega empresas, projetistas, universidades e outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e entidades públicas, com a missão de promover a reflexão sobre o setor da Construção, implementar iniciativas e projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, contribuir para

**A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. detém a Presidência da PTPC desde a data da sua constituição (2011).**

o incremento da respetiva competitividade no quadro geral da economia e promover a cooperação entre empresas, entidades do SCTN, associações, federações, confederações, entidades públicas ou privadas, do setor da Construção e Obras Públicas ou a ele ligadas.

Em 2016, a PTPC foi reconhecida pelo Governo de Portugal como entidade gestora do Cluster AEC – Arquitetura, Engenharia e Construção.

A PTPC tem em curso projetos financiados que, em 2018, totalizaram 583 mil euros.

#### Cluster AEC – Arquitetura, Engenharia e Construção

Constituem objetivos do Cluster AEC a atuação no setor económico da Arquitetura, Engenharia e Construção e respetiva fileira ou cadeia de valor, favorecendo a obtenção de níveis elevados de inovação, desenvolvimento tecnológico e capacidade competitiva, a cooperação e o funcionamento em rede e a promoção da internacionalização do cluster através, nomeadamente, da participação em redes internacionais.

#### Associação Portuguesa de Engenharia de Estruturas (APEE), que constitui o grupo português da International Association for Bridge & Structural Engineer (IABSE)

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., por via da PTPC, participa nesta associação que visa o desenvolvimento e a promoção da engenharia de estruturas, a nível internacional. Tem a cargo a organização de grandes congressos e conferências internacionais.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. tem ainda protocolos estabelecidos com as seguintes entidades do sistema científico e tecnológico nacional: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), Instituto Superior Técnico (IST), Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e Universidade do Minho (UM).

Principais parcerias internacionais:

#### ENCORD - European Network of Construction for Research and Development

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. foi admitida no ENCORD em 2014. No entanto, devido a uma alteração estatutária, é considerada sócio fundador do ENCORD, associação fundada em 1989.

O ENCORD é a associação de contacto com a Comissão Europeia, em matéria de inovação na construção, e supervisiona (*High Level Group*) a atividade da *ECTP - European Construc-*

**A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. é membro do Conselho Estratégico do ENCORD e participa, entre outros, no grupo de “Foresight”.**

*tion Technology Platform.* O seu papel inclui a Vigilância Tecnológica (*Foresight*), troca de experiências e boas práticas, definição das prioridades europeias para IDI em Construção, fundamentar o retorno económico dos investimentos em IDI na Construção (promovendo a inovação e a captação de fundos Europeus).

Nesta associação participam as maiores empresas de Construção da Europa na promoção da inovação e competitividade.

#### ECTP – European Construction Technology Platform

Na qualidade de Presidente da PTPC, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. participa no *Steering Comité* da ECTP, no *Vision Group* e no *Working Group Heritage and Regeneration*. A ECTP é uma associação semelhante à PTPC ao nível europeu.

#### GESTÃO AMBIENTAL

A gestão dos aspetos ambientais no Grupo Teixeira Duarte está diretamente relacionada com os impactos ambientais das atividades das empresas suas participadas e com o desempenho ambiental dos edifícios e infraestruturas que estas constroem e, muitas vezes mantêm, para os seus clientes, nomeadamente no setor da Construção.

Destaca-se, nesse âmbito, a obrigação de cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas.

No âmbito do Código de Ética e Conduta, extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão, o Grupo manifesta que a preservação e o respeito pelo ambiente devem constituir princípios essenciais na atuação dos colaboradores das participadas, que os deverão transmitir também aos destinatários indiretos deste instrumento.

Dada a grande diversidade de atividades destas empresas, bem como o facto de a atividade mais representativa – construção – estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para re-

fletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada.

A gestão do desempenho ambiental das empresas participadas tem permitido à Teixeira Duarte contribuir principalmente para 3 ODS:



#### Sistemas de gestão ambiental

Os transversais princípios da atuação dos colaboradores das empresas participadas em relação ao ambiente, que se encontram consagrados no Código de Ética e Conduta, materializam-se em várias destas empresas através da adoção de sistemas de gestão ambiental, que permitem uma gestão eficaz dos riscos ambientais e contribuem para os objetivos das áreas de atividade.

A ISO 14001 é uma referência mundial para sistemas de gestão ambiental, na qual várias empresas do Grupo Teixeira Duarte apoiam as suas práticas com vista à melhoria contínua do seu desempenho ambiental, incorporando processos específicos para identificar e gerir os principais riscos ambientais.

As empresas do setor da Construção, *Facilities Management* e Ambiente (setor das Concessões e Serviços) detinham, em 2018, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001, nos seguintes países:

- **Construção:** Portugal, Argélia e Brasil; em fase de alargamento para Angola;
- **Concessões e Serviços:** Portugal e Espanha.

Nas realidades das restantes empresas do Grupo, os riscos ambientais parametrizados e salvaguardados são essencialmente os que estão indexados aos aspetos legais, no entanto, para além da gestão indexada ao controlo dos riscos de conformidade legal, do ponto de vista da eficiência operacional são também implementadas medidas/investimentos que se refletem em ganhos, nomeadamente no que respeita ao consumo de energia, gestão de resíduos, entre outros.

#### Provisões e garantias financeiras sobre riscos ambientais

No decurso normal das suas atividades, as empresas do Grupo

que operam no setor da Construção e áreas complementares, estão expostas a riscos ambientais. A este propósito, refira-se que, de forma a dar cumprimento às obrigações legais no âmbito da responsabilidade por danos ambientais, decorrentes da Diretiva n.º 2004/35/CE, alterada pela Diretiva n.º 2006/21/CE, as empresas do Grupo Teixeira Duarte abrangidas por esta legislação optaram, em Portugal, por constituir garantias financeiras que totalizam um valor de 114.300,00€.

Em Espanha, apenas uma empresa é abrangida por esta legislação, tendo subscrito um seguro de responsabilidade civil cobrindo danos ambientais.

Considera-se assim que o risco da ocorrência de eventuais danos ambientais originados nas atividades daquelas empresas se encontra devidamente acautelado.

### Energia

Com a eficiência operacional como foco, particularmente no seio das empresas ambientalmente certificadas, onde a esta eficiência se agrega a procura contínua pela melhoria do desempenho ambiental, as empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte têm atuado com vista a minimizar os consumos energéticos e, conseqüentemente, a emissão de gases de efeito estufa.

Neste sentido, têm sido implementadas medidas de racionalização energética para proporcionar a redução do consumo específico por utilizador nas instalações fixas das empresas, nomeadamente nos escritórios e polos operacionais, que incluem a sensibilização dos colaboradores para a utilização regrada da energia e boas práticas a ter em conta.

Também nos projetos em desenvolvimento no âmbito da atividade imobiliária das empresas do Grupo, são escolhidas soluções energéticas cada vez mais eficientes, no sentido da otimização dos consumos nas fases de exploração dos empreendimentos.

### Recursos hídricos

No âmbito dos sistemas de gestão ambiental, várias empresas do Grupo Teixeira Duarte avaliam os impactos ambientais resultantes da utilização de recursos hídricos, procurando atuar na redução do consumo e na minimização da carga poluente descarregada em solo ou meio hídrico.

No desenvolvimento das atividades de Construção das empresas participadas, os recursos hídricos podem ser consumidos a partir de diversas origens - rede de abastecimento público, captação águas subterrâneas, recolha da chuva, cisterna abastecida a partir do exterior e embalada - estando esse consumo

sujeito a significativas flutuações em função do tipo, quantidade e fase de cada obra.

É prática comum, nas atividades de construção, a reutilização de água para atividades paralelas como rega/aspersão sobre superfícies pulverulentas, lavagem de rodados à saída do estaleiro, na lavagem de betoneiras, entre outras. Esta temática é amplamente divulgada em ações de formação e sensibilização, com o objetivo de eliminar desperdícios e maximizar os recursos disponíveis em obra. Ainda assim, a água consumida é maioritariamente aquela que provém da rede de abastecimento.

As atividades que por norma decorrem junto a linhas de água são alvo de monitorização dos recursos hídricos superficiais com o objetivo de identificar qualquer alteração a nível quantitativo ou qualitativo. Paralelamente são efetuadas monitorizações das captações e descargas de água em solo ou meio hídrico, sempre que se verifiquem potenciais impactos no meio envolvente.

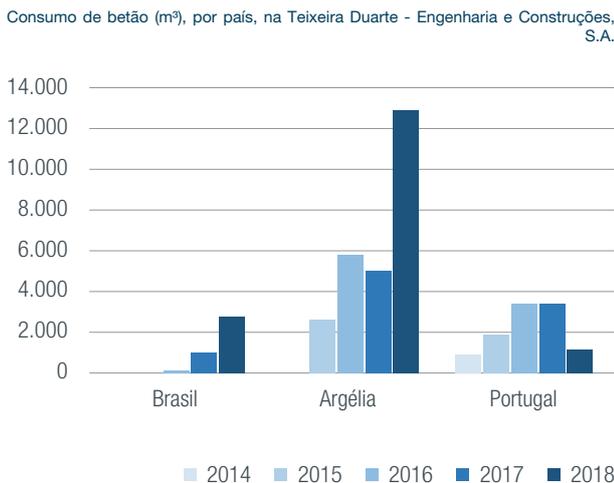
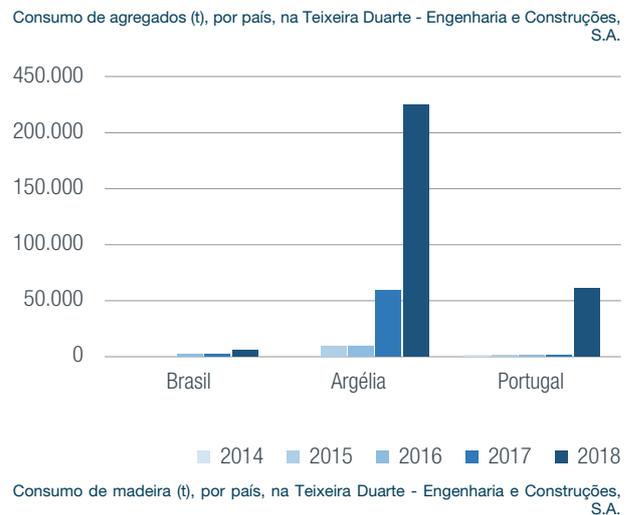
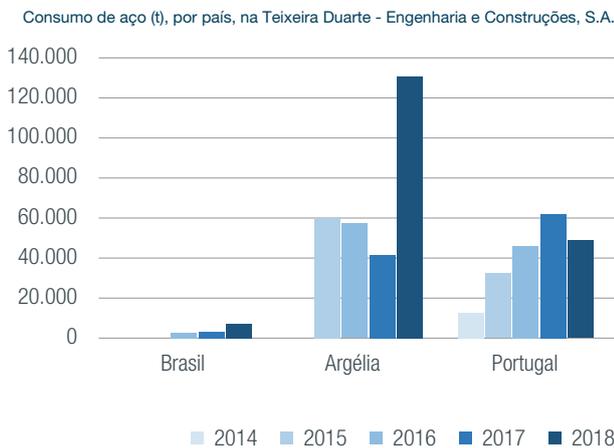
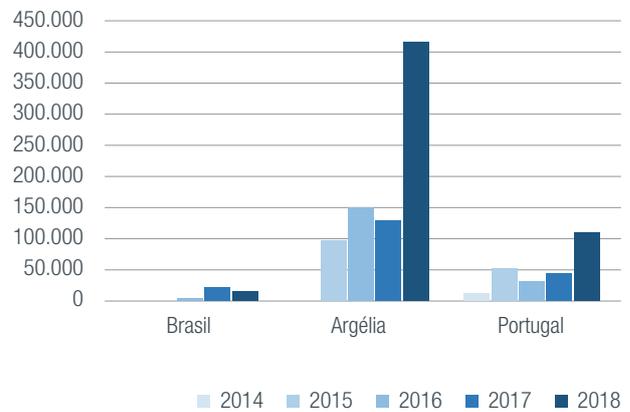
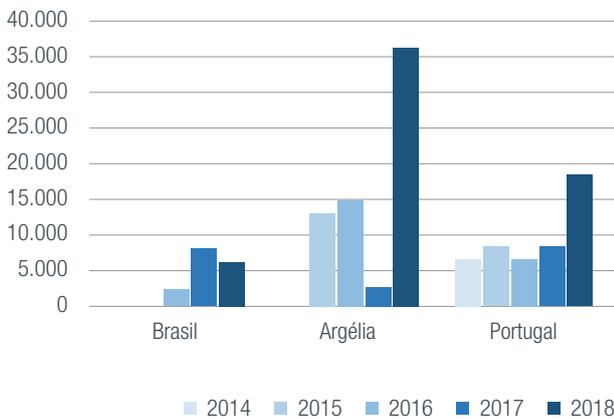
A implementação de boas práticas e procura de melhoria constante na redução e reutilização de água tem-se traduzido na implementação de boas práticas, que incluem medidas de reutilização de água, otimização dos momentos de consumos e ações de sensibilização dos colaboradores.

Nos projetos em desenvolvimento pelas empresas do setor imobiliário do Grupo, está cada vez mais enraizada a preocupação na escolha de equipamentos que permitam a redução do consumo de água (ex. retretes com descargas controladas, areadores nas torneiras) que proporcionem consumos mais eficientes ao longo do ciclo de vida dos mesmos.

### Consumo de Materiais

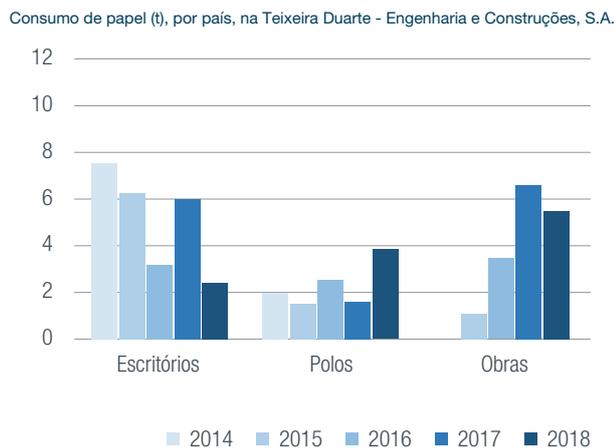
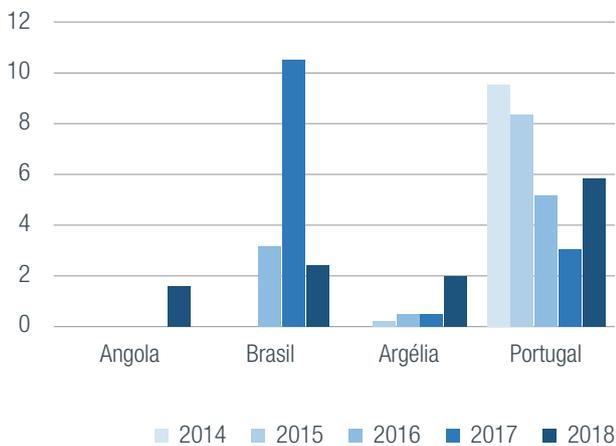
Também o consumo de materiais no setor da Construção está diretamente relacionado com a quantidade, dimensão e tipo de obras executadas.

No âmbito dos seus sistemas de gestão ambiental, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. tem monitorizado a evolução deste consumo em três mercados - Portugal, Argélia e Brasil - evidenciando-se a forma como as variações na atividade influenciam os consumos de matérias-primas.



Destaca-se, no ano em análise, o aumento do consumo dos vários materiais na Argélia, dado o retomar das atividades da empresa neste mercado.

Verificou-se, no âmbito global da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., uma diminuição do consumo de papel nos seus escritórios e nas obras. Esta redução foi conseguida apesar da inclusão dos dados de Angola, cuja implementação do sistema de gestão ambiental se encontrava neste ano em fase de alargamento.



Quanto ao consumo do papel, as empresas do Grupo têm dado continuidade a um conjunto de medidas com vista à redução do consumo de papel.

**Ruído**

Na atividade de Construção, o ruído pode constituir um fator de risco ambiental e social, em algumas fases e tipos de obra. Deste modo, as atividades mais ruidosas que sejam realizadas na proximidade de recetores sensíveis são planeadas de modo a minimizar o respetivo impacto - sempre que possível as atividades ruidosas são planeadas para serem realizadas em período diurno e fora de sábados, domingos e feriados.

Caso tal não seja de todo possível, é solicitada uma licença especial de ruído para a realização das mesmas.

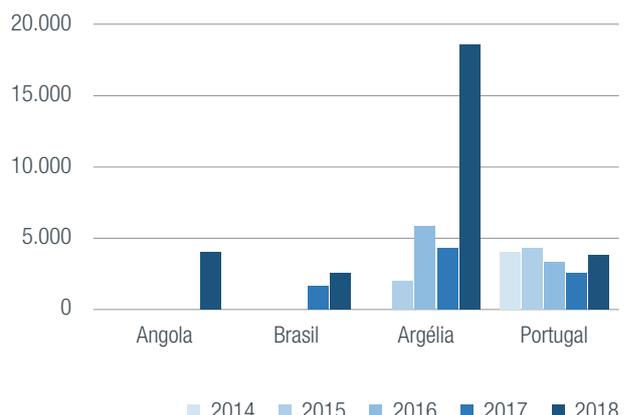
No âmbito da atividade imobiliária está patente a preocupação com o ruído nos projetos em que existam fontes de ruído elevado próximo. Nestes casos os projetos são elaborados no sen-

tido de que haja a menor transmissão de ruído para o interior dos edifícios.

**Emissões**

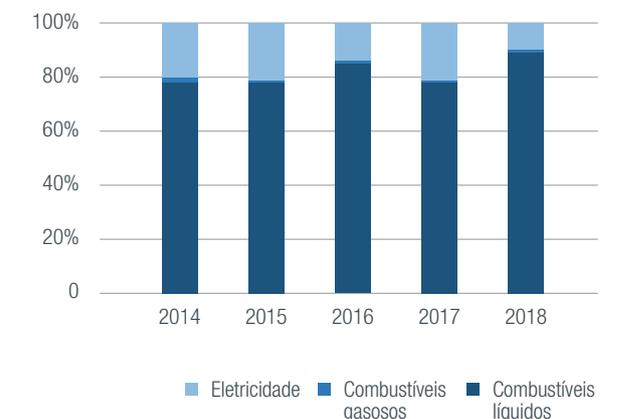
Seja nos escritórios ou nas instalações operacionais, as empresas do Grupo Teixeira Duarte trabalham para reduzir a sua pegada ecológica, através da redução das emissões de CO2e inerentes às suas atividades.

No âmbito dos sistemas de gestão ambiental da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., iniciou-se em 2018, a recolha de dados relativos às emissões de CO2e a partir de duas grandes fontes: deslocações feitas ao serviço da Empresa (avião, comboio e carro) e consumo de energia (eletricidade, combustíveis gasosos e líquidos).



Total de emissões por país das empresas incluídas no perímetro de certificação da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

A fonte de energia que maior peso representa nas emissões produzidas pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. são os combustíveis líquidos, de origem fóssil, utilizados para a realização das obras.



Total de emissões por tipo de fonte de energia das empresas incluídas no perímetro de certificação da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

Para fazer face às emissões de CO<sub>2</sub>e provenientes dos transportes utilizados pelos ocupantes dos seus empreendimentos, as principais apostas das empresas do setor Imobiliário do Grupo Teixeira Duarte são as soluções de mobilidade inovadoras e o diálogo com as autoridades locais.

Por exemplo, no Lagoas Park, centro empresarial construído e atualmente gerido por empresas do Grupo, foram tomadas várias medidas em 2018 para promover a adoção de soluções mais sustentáveis de mobilidade por parte dos seus 6.000 utilizadores, onde se incluem os colaboradores das empresas do Grupo Teixeira Duarte sedeadas neste mesmo *office park*.

Entre estas novas opções encontram-se:

- *Carsharing*: “DriveNow”; em 2017, a “24/7 City by HERTZ” já se tinha instalado no parque em 2017;
- *Carpooling*: Aplicação Móvel “Be Lagoas”;
- Autocarros partilhados: BusUp;
- Transportes públicos: acesso ao sistema de informação multimodal da Área Metropolitana de Lisboa através da Aplicação Móvel “Be Lagoas”;

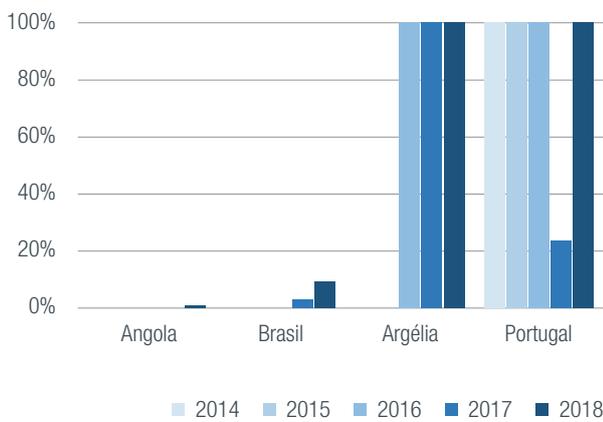


**Resíduos**

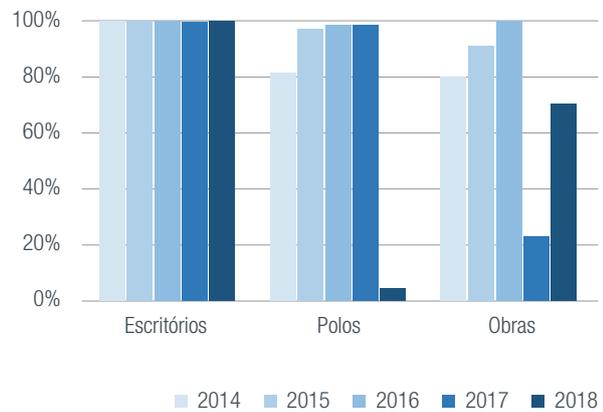
A produção de resíduos é um dos aspetos ambientais com maior relevância ao nível do setor da Construção. As empresas do Grupo Teixeira Duarte nesta área têm desenvolvido nos últimos anos campanhas de sensibilização e formação, com o objetivo de promover a segregação de resíduos e, consequentemente, a sua valorização. Estas campanhas são direcionadas não só para os colaboradores do Grupo, como também para todas as partes interessadas e intervenientes na gestão de resíduos, nomeadamente subempreiteiros e fornecedores.

Quando não é possível garantir soluções de reciclagem e/ou valorização os resíduos são encaminhados para locais devidamente autorizados e licenciados no quadro da realidade de cada geografia.

No perímetro certificado da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. a evolução da percentagem de resíduos valorizados está retratada nos gráficos seguintes.



Percentagem de resíduos valorizados por país nas empresas incluídas no perímetro de certificação da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.



Percentagem de resíduos valorizados por tipo de estabelecimento nas empresas incluídas no perímetro de certificação da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

De notar que a significativa diminuição da taxa de valorização de resíduos em Portugal e nas obras, em 2017, foi originada fundamentalmente por uma obra relevante, onde, e de acordo com a legislação, uma parte significativa dos solos não foi passível de valorizar. Não considerando esta obra, a valorização de resíduos teria sido de 83%.

Por outro lado, a significativa diminuição da taxa de valorização de resíduos nos Polos e Obras da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., em 2018, foi originada pelo início da incorporação dos dados de Angola onde as soluções de valorização de resíduos se encontram em fase de desenvolvimento.

**Cidades sustentáveis**

Mais de metade da população mundial vive hoje em áreas urbanas, pelo que é imperativo encontrarem-se estratégias que lhes permitam continuar a crescer proporcionando maior progresso social, e garantido, simultaneamente, uma redução da poluição e uma utilização sustentável dos recursos naturais.

Cientes deste desafio global, as empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte, em particular as empresas de Construção, Facilities Management e Imobiliária, cooperam com as comunidades locais, com o poder local e outros stakeholders para conseguirem identificar formas de gerir os desafios sociais e ambientais das cidades.

**Parcerias na investigação ambiental**

Enquanto membro da *European Federation of Foundation Contractors* (EFFC), a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. participou nos grupos de trabalho desta associação para criação de uma ferramenta que calcula as emissões de CO2 dos trabalhos de fundações e geotecnia. A *CO2 Foundations - Geotechnical Carbon Calculator* é a primeira ferramenta padronizada para calcular as emissões de CO2 para estes tipos de obras. A calculadora permite comparar diferentes abordagens técnicas ao mesmo projeto, prevendo as respetivas emissões de CO2. Além disso, pode ser usada durante todo o desenvolvimento de um projeto para comparar o desempenho real com o previsto.

## IV. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

### FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO

As empresas do Grupo Teixeira Duarte prosseguiram a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atuam, destacando-se, desde o encerramento do exercício até esta data, os seguintes factos:

A Carteira de Encomendas do Grupo Teixeira Duarte para o setor de construção evoluiu positivamente desde 31 de dezembro até esta data, tendo sido adjudicadas obras de cerca de 50 milhões face a 31 de dezembro de 2018.

A TDGI celebrou um contrato com a rede de lojas de moda “H&M” no Luxemburgo, para execução da manutenção preventiva e corretiva das 10 lojas que a multinacional sueca detém neste país. Os serviços incluem a manutenção das instalações elétricas, instalações de AVAC, instalações sanitárias, elementos de arquitetura e construção civil.

No Brasil, foi lançado o empreendimento “Loomi Paulista”, na região da Aclimação, cidade de São Paulo, com 98 unidades.

Inauguração de “flagship store” da Dakaza, numa localização premium no centro da cidade de Luanda.

A Nissan continua a ser uma das mais importantes marcas automóveis em Angola, tendo atingido em março de 2019 a liderança de vendas em Angola, com uma quota de mercado de 17%.

### PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

Pre vemos que venha a ocorrer em 2019 um crescimento da atividade em vários países com expressão na atuação da Teixeira Duarte no mercado externo.

Para além de eventuais novos contratos, o Grupo tem assegurado adequados níveis de atividade na Construção no mercado externo que permitem que, apesar da Carteira de Encomendas do Grupo Teixeira Duarte para o setor de construção ter diminuído 4,8% face ao final de 2017, a mesma tenha atingido, na sua globalidade, 1.794.498 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018, dos quais 548.932 milhares de euros são para 2022 e seguintes.

Para uma análise mais detalhada relativamente aos períodos mais próximos, ou seja, para os restantes 1.245.566 milhares de euros já contratados e previstos executar nos anos de 2019, 2020 e 2021, apresenta-se de seguida um mapa com elementos adicionais sobre a sua distribuição por países de atuação:

	2019		2020		2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Portugal	158.362	25,1%	36.702	8,8%	18.961	9,6%
Angola	59.785	9,5%	49.538	11,9%	1.441	0,7%
Argélia	173.752	27,5%	204.969	49,2%	101.582	51,4%
Brasil	167.407	26,5%	85.698	20,6%	66.703	33,7%
Moçambique	28.406	4,5%	27.786	6,7%	8.259	4,2%
Outros Mercados	43.207	6,8%	12.137	2,9%	871	0,4%
Total	630.918	100%	416.831	100%	197.817	100%

Para 2019, a Teixeira Duarte prevê atingir proveitos operacionais consolidados de cerca de 1.100 milhões de euros.

## V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

### **DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES**

Em face do propósito assumido relativamente à distribuição aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração de parte dos resultados apurados no exercício, procedeu-se, em cumprimento dos normativos contabilísticos atualmente em vigor, ao registo do montante de 950.000,00€ (novecentos e cinquenta mil euros) como gasto do exercício de 2018, com a consequente redução da rubrica de resultados líquidos apurados nas demonstrações financeiras anexas a este Relatório e também sujeitas a aprovação em Assembleia Geral.

Deste modo, com a aprovação deste Relatório e Contas, fica também aprovada pelos Senhores Acionistas a mencionada distribuição de resultados aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, neste último caso a ser deliberada pela Comissão de Remunerações.

Refere-se ainda a este propósito que sociedades suas subsidiárias, nomeadamente a TD-EC, assumiram o propósito de distribuir parte dos resultados por elas apurados no exercício de 2018 aos membros dos seus conselhos de administração e aos seus colaboradores, num total de 4.764.000,00€ (quatro milhões setecentos e sessenta e quatro mil euros), tendo as mesmas também procedido ao registo contabilístico desse montante como gasto do exercício de 2018, com as consequentes reduções das respetivas rubricas de resultados líquidos.

### **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Uma vez que o montante de 950.000,00€ (novecentos e cinquenta mil euros), previsto como passíveis de distribuir aos colaboradores e aos administradores, foi, em cumprimento dos normativos aplicáveis, registado como gasto do próprio exercício de 2018 nas demonstrações financeiras que integram este Relatório de Gestão, com a aprovação destes documentos os Senhores acionistas confirmam, por um lado o seu acordo em distribuir resultados aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração e, por outro, que o Resultado Líquido que é objeto de proposta de aplicação de Resultados é de 4.671.723,84€ (quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e vinte e três euros e oitenta e quatro cêntimos).

Acresce ao acima referido que é também política da Teixeira Duarte privilegiar o reforço dos capitais próprios da sociedade através do reforço das outras reservas, tendo presente que a Teixeira Duarte já preencheu a totalidade da reserva legal.

Com esses pressupostos, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos da "TEIXEIRA DUARTE, S.A." apurados no exercício de 2018, no montante de 4.671.723,84€ (quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e vinte e três euros e oitenta e quatro cêntimos) sejam retidos para reforço das outras reservas.

Lagoas Park, 22 de abril de 2019

O Conselho de Administração,

*Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte*

*Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte*

*Joel Vaz Viana de Lemos*

*Carlos Gomes Baptista*

*Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo*

## VI. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### NÚMERO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelos diversos normativos em vigor, a Teixeira Duarte, S.A. apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2018, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida:

#### I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2017:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	-
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(a) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

**II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018:**

Nome	Operação	Sociedade	Data	Nº de ações	Preço por ação
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	03/12/2018	(b) 1.000	0,17
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	04/12/2018	(b) 1.000	0,1615
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	05/12/2018	(b) 1.000	0,15
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	06/12/2018	(b) 1.000	0,145
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	07/12/2018	(b) 1.000	0,142
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	10/12/2018	(b) 1.000	0,139
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	12/12/2018	(b) 2.000	0,147
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	13/12/2018	(b) 5.000	0,16
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	13/12/2018	5.000	0,16
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	14/12/2018	(b) 5.000	0,154
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	14/12/2018	(b) 5.000	0,154
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	17/12/2018	(b) 10.000	0,151
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	17/12/2018	500	0,153
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	17/12/2018	4.500	0,1505
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	18/12/2018	(b) 5.000	0,152
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	19/12/2018	(b) 5.000	0,148
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	20/12/2018	(b) 5.000	0,144
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	21/12/2018	(b) 2.152	0,1385
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	21/12/2018	(b) 2.848	0,139
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	24/12/2018	(b) 5.000	0,134
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	27/12/2018	(b) 5.000	0,135
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Alienação	Teixeira Duarte, S.A.	27/12/2018	(c) 35.000	Permuta por ações da TD-SGPS

**II. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2018:**

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Pedro Poiães Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	(a) 60.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.030.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	-
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(b) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

(a) 42.000 ações por si detidas diretamente e 18.000 ações detidas pela sociedade por si dominada "PACIM - Gestão e Investimentos, Lda.", a qual, já em 2019, trocou todas essas ações por ações da Teixeira Duarte - SGPS, S.A.

(b) detidas em regime de compropriedade com a sua mulher.

### LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, é com base nos registos da Sociedade e nas informações recebidas que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. divulga aqui a lista dos titulares de participações qualificadas no seu capital social à data de 31 de dezembro de 2018, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

	N.º de ações em 31.12.2018	% Capital social com direito a voto
<b>Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.</b>		
Diretamente	202.201.978	48,14%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."	9.058.048	2,16%
Total imputável	211.260.026	50,30%
<b>Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte</b>		
Diretamente	198.070	0,05%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."	43.510.000	10,36%
Total imputável	43.708.070	10,41%
<b>Banco Comercial Português, S.A. *</b>		
Diretamente	-	-
Através do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português por si detido	33.752.363	8,04%
Total imputável	33.752.363	8,04%
<b>Eng.º João Afonso Calainho de Azevedo Teixeira Duarte</b>		
Diretamente	9.717.325	2,31%
Total imputável	9.717.325	2,31%

\* - Informa-se que, em 5 de abril de 2019, o Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português reduziu a participação no capital social da sociedade Teixeira Duarte, S.A., de 21.078.470 ações representativas de cerca de 5,018% do capital social e dos direitos de voto respetivos, para 20.929.397 e cerca de 4,983% respetivamente.



S2

BOLIVAR

ZPMC

S2

VIKING MERLIN

Habag-Lloyd  
Habag-Lloyd  
Habag-Lloyd

**Teixeira Duarte**

Relatório e Contas 2018

# Relatório sobre o Governo da Sociedade 2018

# I. INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

## A. ESTRUTURA ACIONISTA

### I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da "Teixeira Duarte, S.A." (adiante abreviadamente designada por TD,SA), no valor global de 210.000.000,00€ (duzentos e dez milhões de Euros) encontra-se totalmente realizado e é representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50€ (cinquenta cêntimos) cada uma.

As ações são todas ordinárias, escriturais, nominativas e estão admitidas à negociação em mercado regulamentado (EU-RONEXT LISBON). As ações pertencem a uma categoria única, a cada uma corresponde um voto, e não existem ações com direitos ou deveres especiais.

De acordo com os elementos apurados, as ações que representam o capital social da TD,SA estavam, ao final do exercício de 2018, distribuídas por um total de 4.697 acionistas da seguinte forma:

- Acionistas titulares de até 42.000 ações: 4.398
- Acionistas titulares de entre 42.001 a 420.000 ações: 248
- Acionistas titulares de entre 420.001 a 4.200.000 ações: 41
- Acionistas titulares de entre 4.200.001 a 42.000.000 ações: 8
- Acionistas titulares de mais de 42.000.000 ações: 2

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações, nomeadamente cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

Não existem ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seria-

mente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).

A TD,SA não é parte de acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, excetuando as situações previstas em contratos de financiamento, de acordo com a prática normal do mercado, alguns dos quais prevêm, em caso de mudança de controlo da Sociedade, a possibilidade de a instituição financeira solicitar o reembolso antecipado.

5. Regime a que se encontra sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevêm a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existe qualquer previsão estatutária nem foram adotadas quaisquer medidas defensivas que prevêm a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art. 245.º-A, n.º 1, al. g)).

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer acordos parassociais, nomeadamente os que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Refira-se ainda que não são adotadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela TD,SA em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração nem medidas que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

### II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Art. 245.º-A, n.º 1, al. c) e d) e Art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Informa-se que, a 31 de dezembro de 2018, as participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, eram as seguintes:

	N.º de ações em 31.12.2018	% Capital social com direito a voto
<b>Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.</b>		
Diretamente	202.201.978	48,14%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."	9.058.048	2,16%
<b>Total imputável</b>	<b>211.260.026</b>	<b>50,30%</b>
<b>Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte</b>		
Diretamente	198.070	0,05%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."	43.510.000	10,36%
<b>Total imputável</b>	<b>43.708.070</b>	<b>10,41%</b>
<b>Banco Comercial Português, S.A. *</b>		
Diretamente	-	-
Através do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português por si detido	33.752.363	8,04%
<b>Total imputável</b>	<b>33.752.363</b>	<b>8,04%</b>
<b>Eng.º João Afonso Calainho de Azevedo Teixeira Duarte</b>		
Diretamente	9.717.325	2,31%
<b>Total imputável</b>	<b>9.717.325</b>	<b>2,31%</b>

\* - Informa-se que, em 5 de abril de 2019, o Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português reduziu a participação no capital social da sociedade Teixeira Duarte, S.A., de 21.078.470 ações representativas de cerca de 5,018% do capital social e dos direitos de voto respetivos, para 20.929.397 e cerca de 4,983% respetivamente.

#### 8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

[NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do Art. 447.º CSC]

A TD,SA apresenta de seguida a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2018, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida.

**I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2017:**

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Pedro Poiães Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.149.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	-
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(a) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

**II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018:**

Nome	Operação	Sociedade	Data	Nº de ações	Preço por ação
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	03/12/2018	(b) 1.000	0,17
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	04/12/2018	(b) 1.000	0,1615
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	05/12/2018	(b) 1.000	0,15
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	06/12/2018	(b) 1.000	0,145
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	07/12/2018	(b) 1.000	0,142
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	10/12/2018	(b) 1.000	0,139
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	12/12/2018	(b) 2.000	0,147
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	13/12/2018	(b) 5.000	0,16
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	13/12/2018	5.000	0,16
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	14/12/2018	(b) 5.000	0,154
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	14/12/2018	(b) 5.000	0,154
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	17/12/2018	(b) 10.000	0,151
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	17/12/2018	500	0,153
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	17/12/2018	4.500	0,1505
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	18/12/2018	(b) 5.000	0,152
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	19/12/2018	(b) 5.000	0,148
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	20/12/2018	(b) 5.000	0,144
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	21/12/2018	(b) 2.152	0,1385
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	21/12/2018	(b) 2.848	0,139

Nome	Operação	Sociedade	Data	Nº de ações	Preço por ação
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	24/12/2018	(b) 5.000	0,134
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	27/12/2018	(b) 5.000	0,135
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Alienação	Teixeira Duarte, S.A.	27/12/2018	(c) 35.000	Permuta por ações da TD-SGPS

(b) Estas operações foram realizadas pela sociedade por si dominada PACIM – Gestão e Investimentos, Lda.  
(c) Esta operação foi realizada pela sociedade por si dominada PACIM – Gestão e Investimentos, Lda., a qual, por cada 35 ações TEIXEIRA DUARTE, S.A. alienadas, recebeu 1 ação representativa do capital social da TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

### III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2018:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Pedro Poiães Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	(a) 60.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.030.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	-
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(b) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

(a) 42.000 ações por si detidas diretamente e 18.000 ações detidas pela sociedade por si dominada "PACIM - Gestão e Investimentos, Lda., a qual, já em 2019, trocou todas essas ações por ações da Teixeira Duarte - SGPS, S.A.  
(b) detidas em regime de compropriedade com a sua mulher.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Para além de outras atribuições e competências que por Lei, pelos Estatutos ou por delegação da Assembleia Geral lhe sejam conferidas, cabe, nomeadamente, ao Conselho de Administração:

- exercer os mais amplos poderes de administração da Sociedade e praticar todos os atos e operações tendentes à

realização do seu objeto social;

- negociar e outorgar todos os contratos, seja qual for o seu alcance, forma e natureza, em que a Sociedade seja parte;
- representar a Sociedade, em juízo e fora dele, ativa e passivamente, promover, contestar, transigir ou desistir em quaisquer processos e comprometer-se em todo o tipo de arbitragens;
- elaborar, se assim o entender, o seu regulamento interno, definindo as regras e procedimentos respeitantes ao seu funcionamento;
- proceder à distribuição de pelouros pelos seus membros e encarregar qualquer um deles de se ocupar especialmente de certas matérias da competência do Conselho;

- delegar em quaisquer dos seus membros os poderes necessários para, conjunta ou individualmente, desempenharem certas tarefas ou atuações específicas;
- nomear procuradores ou mandatários da Sociedade para a prática de determinados atos ou categorias de atos, com os poderes e atribuições que constarem das respetivas procurações que para o efeito outorgar;
- designar o Secretário da Sociedade e o seu Suplente;
- deslocar a sede social para outro local, dentro do território nacional, bem como criar, transferir ou extinguir delegações, agências, sucursais, ou quaisquer outras formas de representação da sociedade, no País ou no estrangeiro, nos termos, onde e quando entender conveniente;
- deliberar que a Sociedade adquira, aliene e onere quaisquer bens imóveis e direitos de propriedade industrial, licenças e alvarás, bem como quotas, ações, obrigações ou outros títulos;
- deliberar que a Sociedade participe na constituição, subcreva capital, assuma interesses ou tome parte em outras sociedades, empresas, agrupamentos complementares ou associações de qualquer espécie e coopere, colabore ou se consorcie com quaisquer outras entidades, bem como preste serviços técnicos de administração e gestão ou apoio em recursos humanos e financeiros a sociedades participadas ou com as quais tenha celebrado contrato de subordinação; e
- prestar cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, nomeadamente avales ou fianças.

O Conselho de Administração assegura que a Sociedade atue de forma consentânea com os seus objetivos e não delega poderes no que respeita a i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco e características especiais.

Os Estatutos da Sociedade não conferem quaisquer poderes ao Conselho de Administração sobre eventuais aumentos de capital social.

#### **10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.**

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Considerando o acionista com participação qualificada no capital da TD,SA "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", a sua participação tem sido imputada ao "Banco Comercial Português, S.A."

Sucedo que desde 1985 que as entidades que integram o Grupo Teixeira Duarte mantêm relações comerciais correntes com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, em termos e condições normais de mercado, sendo que, em 31 de dezembro de 2018, o valor global de financiamentos contraídos junto desta instituição ascendia a cerca de 246 milhões de Euros, que correspondem a 28% do total do passivo bancário do Grupo.

Relativamente à contratação de garantias bancárias com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, informa-se que as mesmas totalizavam 26 milhões de euros, representando 6% do valor global das garantias contratadas pelo Grupo.

Não existem quaisquer outras relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Face à natureza das únicas relações serem as supra identificadas e pelo facto do âmbito de as mesmas ser circunscrito a áreas já muito regulamentadas e supervisionadas por várias entidades, entende-se não existir razão que justifique que o órgão de fiscalização estabeleça procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários -, nem tão pouco que a realização de negócios de relevância significativa dependa de parecer prévio daquele órgão.

## **B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES**

### **I. ASSEMBLEIA GERAL**

#### **a) Composição da Mesa da Assembleia Geral**

#### **11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).**

Atualmente, a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelos seguintes membros:

Presidente: Senhor Dr. Rogério Paulo Castanho Alves, advogado, com domicílio profissional na Avenida Álvares Cabral, 61 - 4º, 1250-017 Lisboa, Portugal;

Vice-Presidente: Senhor Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla, advogado, com domicílio profissional na Avenida Álvares Cabral, 61 - 4.º, 1250-017 Lisboa, Portugal; e

Secretário: Senhor Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira, advogado, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, Oeiras, Portugal.

Todos os identificados membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2015/2018.

#### b) Exercício do direito de voto

**12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f)).**

Não existem quaisquer restrições em matéria de direito de voto, nomeadamente limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, sendo que, quanto aos prazos impostos para o exercício do direito de voto, as únicas limitações são as indicadas para o caso de voto por correspondência.

Mais se informa, que, de acordo com o teor do artigo 13.º do Pacto Social, poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que lhe confirmam pelo menos um voto.

A cada ação, nas condições supra referidas, corresponde um voto. Embora os Estatutos prevejam no seu artigo 7.º a possibilidade de existirem ações sem o direito de voto, a verdade é que esta categoria de ações não existe nem nunca existiu.

Para o exercício do direito de voto por correspondência e para a execução dos demais procedimentos constantes dos Estatutos, a Sociedade implementou os meios indispensáveis para o efeito, disponibilizando no seu sítio da Internet e na sede social todos os formulários necessários, nomeadamente minutas de cartas e do boletim de voto, bem como as instruções para o respetivo preenchimento.

A TD,SA entende que as específicas exigências de segurança inerentes ao processo de voto por meios eletrónicos, ou de participação por meios telemáticos de acionistas na Assembleia Geral, são muito significativas, nomeadamente no que se refere aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade

das correspondentes declarações de voto, ou de participações por meios telemáticos nas Assembleias Gerais, e à garantia da integridade e confidencialidade dos respetivos conteúdos, do mesmo modo que reconhece o elevado nível de segurança e de fiabilidade operacional necessário na receção das mencionadas declarações.

Adicionalmente, a TD,SA considera que a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais tem sido plenamente assegurada mesmo no caso de não poderem estar presentes, quer através do voto por correspondência, quer através dos mecanismos de representação existentes, sendo que nunca recebeu qualquer solicitação de implementação deste sistema, nem qualquer reparo à eventual dificuldade de participação nas Assembleias Gerais e no exercício dos direitos de voto.

A ponderação do quanto acima se refere e o facto de as Assembleias Gerais da TD,SA terem tradicionalmente uma muito alta representação de capital social constituem a razão pela qual a Empresa não implementou a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

Por fim, refira-se ainda que a TD,SA não estabeleceu qualquer tipo de sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial ou de mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

**13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Art. 20.º.**

Os Estatutos da TD,SA não fixam uma percentagem máxima ou número máximo de direitos de voto que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista (de forma individual ou em concertação com outros acionistas) ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

**14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.**

Não existem disposições estatutárias que imponham quóruns de maiorias qualificadas para deliberações dos acionistas sobre determinados temas, para além das regras legalmente previstas.

Com efeito, dispõe o artigo 16.º dos Estatutos que "as delibera-

ções da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos votos emitidos, sem prejuízo das disposições legais que, para certos casos, possam exigir maiorias qualificadas ou estabelecer outras formas de vencimento das propostas".

## II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)

### a) Composição

#### 15. Identificação do modelo de governo adotado.

Desde a sua constituição, em 30 de novembro de 2009, a TD,SA adotou um modelo de Governo da Sociedade conhecido por latino reforçado, tendo como órgãos sociais, além da Assembleia Geral e respetiva Mesa, um Conselho de Administração e dois Órgãos de Fiscalização autónomos: o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Entende-se importante referir aqui a colaboração existente entre todas essas estruturas do Grupo, bem como as vantagens resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

O modelo societário adotado dá integral cumprimento aos objetivos que lhe serviram de base, ou seja, manter a TD,SA com bons níveis de funcionamento e eficiência no desempenho das funções de cada órgão social, autonomamente e na interligação entre eles, revelando-se portanto este modelo societário adequado ao *modus operandi* da TD,SA, das suas estruturas e dos membros que compõem os órgãos sociais, nomeadamente os do Conselho de Administração.

**16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h).**

Quanto às regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração, recorde-se que estes são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades.

Ao abrigo das regras especiais de eleição previstas na Lei, a TD,SA adotou o sistema que permite que um dos Administradores possa ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas, des-

de que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e menos de dez por cento do capital social. Em conformidade com tal opção, o Administrador assim eleito substitui automaticamente aquele que figurar em último lugar na lista que faça vencimento na eleição dos Administradores.

Os Estatutos não preveem a existência de qualquer Administrador suplente, mas fixam em cinco o número de faltas a reuniões, seguidas ou intercaladas, por mandato, sem justificação aceite pelo Conselho, que conduz à situação de falta definitiva de um Administrador, com as consequências previstas na Lei.

Para além das referidas circunstâncias, os Estatutos não fixam qualquer regra específica para a substituição dos membros do Conselho de Administração, pelo que será aplicável o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, o Conselho de Administração poderá proceder à substituição do Administrador que deixe de desempenhar funções por qualquer uma das causas previstas na Lei, nomeadamente por renúncia ou acumulação de faltas, procedendo, se assim o entender e nos termos e condições aplicáveis, à correspondente cooptação, a qual deverá ser ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte.

**17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.**

Ao abrigo do disposto no artigo 17.º dos Estatutos, o Conselho de Administração será composto por um número mínimo de cinco e máximo de onze membros. Acresce que a Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, determinará o número de Administradores que, dentro desses limites, o deverá preencher em cada mandato e designará, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente. Os estatutos não preveem a existência de membros suplentes.

Nos termos do número 2 do artigo 10.º dos Estatutos, os membros dos órgãos sociais são eleitos por períodos de quatro anos, conforme já acima foi referido.

Durante todo o exercício de 2018, o Conselho de Administração foi composto por cinco membros, todos efetivos, contando com um Presidente e quatro vogais:

**Presidente:**

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

**Administradores:**

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte  
Joel Vaz Viana de Lemos  
Carlos Gomes Baptista  
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

O Presidente do Conselho de Administração Pedro Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e os Administradores Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, Joel Vaz Viana de Lemos e Carlos Gomes Baptista foram designados pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010. Foram depois reeleitos para o mandato 2011/2014 e em Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, novamente reeleitos para exercerem funções durante o mandato agora em curso 2015/2018.

O Administrador Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo foi eleito pela primeira vez na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, para exercer funções durante o mandato 2011/2014, tendo sido depois reeleito em Assembleia Geral de 30 de maio de 2015 para exercer funções durante o mandato agora em curso 2015/2018.

Não foram eleitos desde então quaisquer outros membros do Conselho de Administração ou dos demais órgãos sociais, pelo que não se aplica à TD,SA a Recomendação V.4.1..

**18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.**

**18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:**

- a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta

ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;

- c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.

O Conselho de Administração é constituído exclusivamente por membros executivos, o que se traduz na eficácia, operacionalidade e proximidade das matérias que lhes são cometidas.

A TD,SA tem optado por manter todos os seus Administradores com funções executivas uma vez que aquelas funções que seriam atribuídas a eventuais Administradores não executivos - nomeadamente de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos - são desenvolvidas pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pela Assembleia Geral.

Com efeito, a total independência e ausência de incompatibilidades dos membros do Conselho Fiscal permite uma intervenção isenta e útil na fiscalização da atividade da Sociedade, não só do ponto de vista contabilístico - onde conta com a intervenção regular da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - mas também na perspetiva política, neste caso com os limites e alcance adequados à essencial salvaguarda do cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, tudo com vista a assegurar uma constante transparência e o cumprimento de níveis adequados de divulgação de informação ao mercado, em geral, e aos acionistas, em especial, em sede de Assembleia Geral.

Face ao modelo societário adotado e à composição e ao modo de funcionamento dos seus órgãos sociais - nomeadamente o carácter executivo do Conselho de Administração e a independência do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem que, entre eles ou para outras Comissões existam delegações de competências - a TD,SA considera que a designação de membros não executivos para exercerem funções no Conselho de Administração não traria valias significativas para o bom funcionamento do modelo adotado, o qual se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

Assim se justifica a opção da TD,SA de não ter no Conselho de Administração membros não executivos para acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão, sendo que, considerando que todos os membros do Conselho de Administração exercem funções executivas, a presente norma regulamentar não é aplicável à realidade da TD,SA.

Ainda assim e a este propósito, cumpre informar que, no que se refere à independência dos seus membros, o Conselho de Administração considera que nenhum deles se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Cumpre realçar também a boa interligação entre todos os órgãos sociais, não só entre a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Conselho Fiscal, que reúnem periodicamente, mas também entre estes e o Conselho de Administração, sendo que todos os Administradores têm prestado em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações solicitadas pelos outros membros dos órgãos sociais, e a todos são disponibilizado, pela Sociedade, os elementos e documentos essenciais para análise e decisão sobre matérias que lhes competem no exercício dos respetivos cargos.

O revisor oficial de contas colabora com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Refira-se ainda que, no respeito pelo princípio da estreita colaboração entre os órgãos sociais, o Presidente do Conselho Fiscal é convocado para todas as reuniões periódicas e de aprovação dos documentos de prestação de contas do Conselho de Administração, a ele lhe sendo remetidas cópias das convocatórias e das atas de todas as reuniões deste órgão.

Todavia, estes documentos não são remetidos diretamente pelo Presidente do Conselho de Administração. Essas tarefas são desempenhadas, por indicação do Presidente do Conselho de Administração, pelo Secretário da Sociedade, que, por indicação daquele, entrega ao Presidente do Conselho Fiscal as cópias das convocatórias e das atas das reuniões do Conselho de Administração, depois de devidamente assinadas.

Acrescente-se que, embora o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, uma vez que não existem Administradores não executivos – nem nenhum deles é, de acordo com os critérios de Regulamento da CMVM, considerado independente –, não é aplicável à TD,SA o disposto na Recomendação n.ºIII.1. que prevê que, tendo o presidente do órgão de

administração funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

**19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.**

**Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte**

Licenciado em Gestão de Empresas pela "Universidade Católica Portuguesa", em 1977, onde exerceu o cargo de assistente da cadeira de Matemáticas Gerais até 1981.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, foi a última vez eleito em 2015 para exercer funções para o mandato 2015/2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 1987 que é Administrador da sociedade de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Presidente do Conselho de Administração, cabia-lhe exercer em 31 de dezembro de 2018, entre outras, as seguintes funções:

- assegurar o funcionamento do Conselho de Administração, nomeadamente na coordenação do desempenho dos seus membros e realização das respetivas reuniões;
- coordenar a articulação da atuação dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e os membros do Conselho de Administração da acionista única TD,SA;
- supervisionar, acompanhado pelo Assessor da Administração Senhor Dr. António Manuel Costeira Faustino, a atuação da Direção Central de Jurídicos;
- acompanhar e reportar, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração, as atividades desenvolvidas pelas participadas no Setor da Construção;
- acompanhar e reportar, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração, as atividades desenvolvidas pelas participadas no Setor das Concessões e Serviços nas áreas do *Facilities Management* e do Ambiente;

Em 1978 integrou os quadros da "Teixeira Duarte - Engenharia

e Construções, S.A.", tendo em 1987 passado a ser Administrador-Delegado dessa que era então a sociedade de topo do Grupo e na qual passou a desempenhar o cargo de Presidente do Conselho de Administração desde 2008.

Em 2009 e logo por ocasião da sua constituição, assumiu em paralelo, o cargo de Presidente do Conselho de Administração da TD,SA, que viria a ser a sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte a partir de 2010.

Desempenhou ao longo dos anos múltiplos cargos sociais em diversas outras entidades dos quais se entende adequado indicar:

- Por diversas vezes e desde 1991, cumpriu mandatos como membro do Conselho de Administração da Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – sociedade detida por membros da família Teixeira Duarte à qual é imputada uma participação superior a 50% no capital da TD,SA – e da qual foi Presidente desde 2011 a 11 de abril de 2019;
- O cargo de topo do órgão de gestão da PASIM – Sociedade Imobiliária, Lda. desde a sua constituição até esta data;
- Membro do Conselho de Administração da "CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A." entre 2001 e agosto de 2009; e
- Diversas funções nos Corpos Sociais do "Banco Comercial Português, S.A." entre 1985 e 2013, em particular como Vice-Presidente do Conselho Superior, Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

**Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte**

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da "Universidade de Lisboa", em 1989.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, foi eleito em 2015 para exercer funções para o mandato 2015/208.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial do Conselho de Administração e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador esta-

va em 31 de dezembro de 2018 encarregue de:

- supervisionar as atividades desenvolvidas pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, bem como pelos Serviços de Secretaria Corporativa, de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna;
- acompanhar e reportar, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração, as atividades desenvolvidas pelas participadas no Setor da Construção;
- acompanhar e reportar, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração, as atividades desenvolvidas pelas participadas no Setor das Concessões e Serviços nas áreas do *Facilities Management* e do Ambiente;
- acompanhar e reportar as atividades do Setor das Concessões e Serviços em relação à atuação das sociedades com participação em projetos de pequenas centrais hidroelétricas no Brasil, à "MMK Cement", à "CPM – Companhia de Parques de Macau, S.A.";
- acompanhar e reportar as atividades desenvolvidas pelas participadas no do Setor da Hotelaria;
- acompanhar e reportar as Outras Participações Financeiras.

Foi advogado/consultor jurídico em escritório próprio de 1989 a 1996.

Foi Administrador da "TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.", de 30.06.1992 a 22.04.2005, com funções de supervisão e controlo e em matéria de decisões de investimento, no âmbito das competências que aos membros do Conselho de Administração são atribuídas pelo Código das Sociedades Comerciais e pelos estatutos da Sociedade, bem como função no que respeita a relações com a CMVM.

Desde 1993 que passou a integrar os quadros do Grupo Teixeira Duarte, atuando como consultor jurídico e gestor em várias empresas, nomeadamente no setor imobiliário.

Integrou os corpos sociais de múltiplas sociedades do Grupo Teixeira Duarte, sendo que desde abril de 2005 passou também a ser membro do Conselho de Administração da sociedade cotada de topo do Grupo - àquela data a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e atualmente a TD,SA -, cargos que ainda hoje exerce.

Por diversas vezes e desde 1991, cumpriu mandatos como membro do Conselho de Administração da Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – sociedade detida por membros da família Teixeira Duarte à qual é imputa-

da uma participação superior a 50% no capital da TD,SA – e da qual foi Administrador desde 2011 a 11 de abril de 2019.

**Administrador: Joel Vaz Viana de Lemos**

Licenciado em Engenharia Civil pela "Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto", em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, foi a última vez eleito em 2015 para exercer funções para o mandato 2015/2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial do Conselho de Administração e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2018 encarregue de:

- supervisionar as atividades desenvolvidas pela Direção Central de Informática – relativamente à qual será acompanhado pelo Administrador Diogo Bebianho Branco de Sá Viana Rebelo –, pela Direção Central de Recursos Humanos – relativamente à qual será acompanhado pelo mesmo Senhor Eng. Diogo Bebianho Branco de Sá Viana Rebelo na Área da Qualificação Profissional – e ainda acompanhar a participação das Sociedades do Grupo, em especial as que atuam no sector da Construção, junto das Associações a que as mesmas estejam ligadas, nomeadamente representando-as ou acautelando a respetiva representação;
- acompanhar e reportar, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração, as atividades desenvolvidas pelas participadas no Setor da Construção;
- acompanhar e reportar, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração, as atividades desenvolvidas pelas participadas no Setor das Concessões e Serviços nas áreas do *Facilities Management* e do Ambiente;

Após ter concluído o curso de especialização em Mecânica dos Solos/Geotecnia pela Universidade Nova de Lisboa no ano letivo 1977/1978, iniciou a sua carreira profissional logo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." em 1978, sendo que até 1983 foi Diretor de Obra e Projetista na área da Geotecnia e Fundações.

Nos anos de 1983 e 1984 integrou o Departamento Técnico Comercial, elaborando e colaborando em múltiplos estudos e propostas, incluindo pontes, barragens e ampliações de in-

fraestruturas aeroportuárias.

De 1984 a 1992 esteve destacado pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." no importante Agrupamento Complementar de Empresas "FERDOURO, ACE", constituído para a construção da ponte de São João, sobre o Rio Douro, tendo, neste âmbito, desempenhado as funções de Chefe do Gabinete Técnico (1984/88), de Diretor Técnico/Diretor de Produção (1988/89) e de Diretor Geral Adjunto com direção técnica e de produção (1989/92).

De 1992 a 1997 assumiu, na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", o cargo de Diretor de Centro de Produção da área então designada por "Obra Pública", coordenando diversas empreitadas de obras hidráulicas (barragens, estações de tratamento de águas residuais, estações elevatórias), hospitais, estradas e de infraestruturas gerais.

A partir de 1997 passou a Diretor de Centro de Exploração nessa mesma área da "Obra Pública".

Desde então passou também a desempenhar cargos sociais em várias Empresas, Agrupamentos, Consórcios e Associações em que o Grupo Teixeira Duarte participa, alguns dos quais ainda mantém mesmo após assumir o cargo de Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." em 2005.

Não exerce qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

**Administrador: Carlos Gomes Baptista**

Bacharel em Engenharia pelo "Instituto Industrial de Lisboa", em 1973.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, foi a última vez eleito em 2015 para exercer funções para o mandato 2015/2018.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que era Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Em novembro de 2013, deixou de ser membro do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", cargo para o qual voltou a ser eleito em 2018.

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial do Conselho de Administração e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador estava em 31 de dezembro de 2018 encarregue de:

- acompanhar e reportar, juntamente com os demais mem-

bros do Conselho de Administração, as atividades desenvolvidas pelas participadas no Setor da Construção;

- acompanhar e reportar, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração, as atividades desenvolvidas pelas participadas no Setor das Concessões e Serviços nas áreas do *Facilities Management* e do Ambiente;

Destaca-se na sua carreira profissional a passagem pela "M.S.F., S.A.", onde esteve de 1975 a 1979 como Chefe de Serviços, colaborando em diversas obras, nomeadamente de natureza hidráulica (conduta e barragem).

Em fevereiro de 1980 entrou para a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", como Diretor de Obras, na área das edificações, então designada de "Construção Civil".

Nos anos de 1982 e 1983 esteve destacado na Venezuela, onde acompanhou várias empreitadas de edifícios de habitação e escritórios.

Já de novo em Portugal, assumiu em 1984 as funções de Diretor de Zona, com responsabilidades em múltiplos empreendimentos nas áreas de turismo, estradas, habitação, edifícios, com especial destaque para as entidades bancárias.

Em 1989, passou a Diretor de Centro de Produção e em 1992 a Diretor de Centro de Exploração da então designada área da "Construção Civil", da qual foi coordenador de 1998 a 2005, altura em que passou a administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", cargo que exerceu até novembro de 2013.

Desde 2000 que acompanha a atuação da empresa do Grupo Teixeira Duarte que opera na área do Facilities Management, designada "TDGI - Tecnologias e Gestão de Imóveis, S.A.", da qual é Presidente do Conselho de Administração.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

#### **Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo**

Licenciatura em Engenharia Civil pelo "Instituto Superior Técnico", em 1992.

Designado a primeira vez para o cargo em 2011, por deliberação da Assembleia Geral, foi a última vez eleito em 2015 para exercer funções para o mandato 2015/2018.

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial do Conselho de Administração e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador esta-

va em 31 de dezembro de 2018:

- acompanhar o Administrador Joel Vaz Viana de Lemos na supervisão das atividades desenvolvidas pela Direção Central de Informática e na Área da Qualificação Profissional;
- acompanhar e reportar, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração, as atividades desenvolvidas pelas participadas no Setor da Construção;
- acompanhar e reportar, juntamente com os demais membros do Conselho de Administração, as atividades desenvolvidas pelas participadas no Setor das Concessões e Serviços nas áreas do *Facilities Management* e do Ambiente;
- acompanhar e reportar as atividades desenvolvidas pelas participadas no Setor das Concessões e Serviços, nomeadamente em relação à atuação da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A." e da "EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda.;
- acompanhar e reportar as atividades desenvolvidas pelas participadas no do Setor da Imobiliária;
- acompanhar e reportar as atividades desenvolvidas pelas participadas no do Setor da Distribuição;
- acompanhar e reportar as atividades desenvolvidas pelas participadas no do Setor do Setor do Automóvel.

Trabalhou na "PROFABRIL, S.A." como Engenheiro Projetista na Divisão de Edifícios, participando em projetos de Estruturas de betão armado - Outubro 1992 a Maio 1993.

Já no Grupo Teixeira Duarte:

De outubro de 1993 a novembro de 1999, integrou as equipas da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." no Centro de Exploração das Edificações - então denominado Construção Civil -, tendo desempenhado as funções de Diretor Adjunto de Obra e Diretor de Obra de várias empreitadas em Portugal.

De novembro de 1999 a maio de 2011, integrou as equipas do setor imobiliário do Grupo Teixeira Duarte, sendo responsável pela área técnica com funções no desenvolvimento de projetos imobiliários, nomeadamente análise de viabilidade, conceção das soluções imobiliárias, coordenação dos projetos, licenciamento, coordenação das empreitadas, definição dos produtos de marketing associados, gestão do património sobre arrendamento, coordenação das equipas de vendas.

A sua responsabilidade incluiu todos os segmentos do setor, desde o residencial, a escritórios, a espaços comerciais, hotelaria, saúde e lazer, indústria/logística e parques de estaciona-

mento, bem como a dedicação à expansão de espaços afetos a outras atividades do Grupo, com destaque para a Construção, a Hotelaria, a Distribuição e o setor Automóvel.

Em 2010 começou também a coordenar a atuação do Grupo nos setores da Distribuição e Automóvel e a partir de maio de 2011 foi eleito Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte - a TD,SA.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

**20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.**

O Presidente do Conselho de Administração, Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, é acionista da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." e irmão do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte. Declara-se ainda que as relações comerciais por si estabelecidas com o "Banco Comercial Português, S.A." não têm um carácter significativo.

O Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, é acionista da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." e é primo do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte. Declara-se ainda que as relações comerciais por si estabelecidas com o "Banco Comercial Português, S.A." não têm um carácter significativo.

Relativamente aos restantes membros do Conselho de Administração, informa-se que nenhum deles mantém relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

**21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.**

Os Estatutos da Sociedade definem as competências de cada um dos órgãos sociais, designadamente nos seus artigos 12.º (Assembleia Geral) 19.º (Conselho de Administração) e 23.º (Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

Não existe repartição ou delegação de competências por nenhum dos órgãos sociais, nomeadamente pelo Conselho de Ad-

ministração, em quaisquer comissões específicas, em particular numa Comissão Executiva.

Tal circunstância resulta, essencialmente, do facto de o Conselho de Administração ser exclusivamente composto por membros executivos, o que se traduz numa eficácia de operacionalidade e proximidade das matérias da sua competência, tornando-se redundantes e contraproducentes quaisquer delegações neste âmbito.

Cabe, pois, ao Conselho de Administração assegurar que a Sociedade atue de forma consentânea com os seus objetivos, pelo que este órgão não delega poderes no que respeita a i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco e características especiais.

Com efeito é o Conselho de Administração que define as linhas genéricas organizacionais para o Grupo, as quais se encontram refletidas no organograma seguinte:

## ÁREA CORPORATIVA

---

Auditoria Interna

Contabilidade

Finanças

Jurídicos

Recursos Humanos

Secretaria Corporativa

Tecnologias de Informação

## SETORES DE ATIVIDADE

---

### Construção

---

Geotecnia e Reabilitação

Obras Marítimas

| Centros de Exploração

| Direção de Estudos  
e Projetos

Edificações

| Centros de Exploração

| Direção de Estudos

Infraestruturas

| Centros de Exploração

| Direção de Estudos

Metalomecânica

Obras Subterrâneas

Obras Ferroviárias

Cofragens e Pré-Esforço

Aprovisionamentos

Gestão de Equipamento

Sistemas de Gestão  
e Tecnologia

Logística das Propostas

### Concessões e Serviços

---

Facilities Management

Ambiente

Educação

---

### Imobiliária

---

### Hotelaria

---

### Distribuição

---

### Automóvel

---

## b) Funcionamento

**22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.**

Não existe qualquer regulamento de funcionamento.

Atendendo ao modelo societário escolhido, à composição do Conselho de Administração (todos os membros são executivos) e ao facto de as competências e responsabilidades deste órgão não serem delegáveis em quaisquer outros, nem em comissões especializadas ou departamentos, o modo de funcionamento do Conselho de Administração é bastante simplificado, acrescentando ainda o facto do número de membros que integram esse órgão não ser alargado o suficiente para justificar a estipulação, em regulamento, de regras adicionais de operacionalidade.

As competências individuais de cada um dos seus membros são fixadas por deliberação do próprio Conselho de Administração e a sua interligação é mantida de forma regular nos termos legalmente estipulados e considerados bastantes para o efeito.

Sem prejuízo do acima referido, informa-se que por deliberação do Conselho de Administração da TD,SA em 5 de fevereiro de 2018, foi aprovado o novo "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", de aplicação obrigatória também a todos os Administradores, sem que, contudo, em parte alguma deste código existem disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito.

São sempre elaboradas atas detalhadas das reuniões do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais da TD,SA.

Embora tal não esteja estabelecido nos Estatutos ou noutros mecanismos específicos para o efeito, garante-se que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

**23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.**

Durante o exercício de 2018, o Conselho de Administração da TD,SA reuniu 33 vezes.

Para os devidos efeitos, informa-se que a assiduidade de cada um dos membros daquele órgão foi a seguinte:

O Presidente do Conselho de Administração, Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, esteve presente em todas as reuniões deste órgão.

O Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte esteve presente em trinta e uma reuniões do Conselho de Administração, tendo sido representado pelo Presidente do Conselho de Administração nas duas reuniões em que não esteve presente.

O Administrador Joel Vaz Viana de Lemos esteve presente em vinte e nove reuniões do Conselho de Administração, tendo sido representado pelo Presidente do Conselho de Administração em três das quatro reuniões em que não pôde estar presente, tendo a sua falta sido previamente anunciada e justificada por outros compromissos profissionais antes assumidos, tudo em articulação com os demais membros do Conselho.

O Administrador Carlos Gomes Baptista esteve presente em trinta e duas reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar pelo Presidente do Conselho de Administração na única reunião em que não esteve presente.

O Administrador Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo esteve presente em trinta e uma reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar pelo Presidente do Conselho de Administração nas duas reuniões em que não pôde estar presente.

**24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

O órgão competente para a avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade, todos eles executivos, é a Assembleia Geral, a qual, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, procede anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

O Conselho Fiscal acompanha, nos termos previstos e descritos neste documento, a atuação do Conselho de Administração, acautelando o cumprimento de uma série de matérias e emitindo parecer anual sobre relatório e contas que submete à apreciação dos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações procede à ava-

liação da atividade desenvolvida por cada um dos Administradores, para efeitos de fixação da respetiva remuneração, tendo por base a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral.

Mais se informa que, em função do modelo organizativo e funcional estabelecido entre os diversos órgãos sociais, se entendeu que não se justifica criar comissões para efeitos de assegurar uma competente e independente avaliação de desempenho dos Administradores executivos e do seu próprio desempenho global (de quaisquer comissões que, conforme descrito, não existem).

Com efeito, atendendo ao modelo adotado e à estrutura e composição dos membros dos Órgãos Sociais, tais funções encontram-se expressamente cometidas à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Remunerações, nos termos acima indicados.

Do mesmo modo e pelas mesmas razões, se entendeu que não se justifica criar comissões para refletir sobre o sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Estas atribuições são desempenhadas por cada um dos Órgãos Sociais que, melhor que qualquer outro organismo criado apenas para esse efeito, conseguem identificar eventuais constrangimentos e dificuldades com que se tenham deparado, do mesmo modo que vão colaborando entre si na avaliação do modelo de governo da sociedade adotado, reportando e ultrapassando eventuais dificuldades de funcionamento e interligação.

Em última análise, a avaliação global da atuação dos órgãos sociais caberá sempre aos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

#### 25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação ou autoavaliação de desempenho dos Administradores Executivos. Com efeito, todos os Administradores são avaliados de acordo com a respetiva prestação durante o exercício, tendo por base os objetivos fixados e atingidos, os resultados da Empresa e diversos outros parâmetros que, pela sua diversidade e variação ao longo dos anos, se entende que não deverão ser taxativos mas sim adaptáveis às circunstâncias de cada período e de cada situação concreta, tendo por base a política de remunerações que é anualmente aprovada em Assembleia Geral.

A este propósito, remete-se para a política de remunerações dos órgãos sociais reproduzida *infra* em 69.

#### 26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Todos os membros do Conselho de Administração da TD,SA têm dezenas de anos "de casa", com percursos profissionais feitos quase exclusivamente dentro do Grupo Teixeira Duarte, sendo que foi em função das áreas e setores de atuação do Grupo que supervisionam ou acompanham que foram designados para outros cargos sociais, permitindo-lhes inclusivamente o reporte de informação para a TD,SA sobre as atuações dessas mesmas entidades.

Existem, contudo, algumas situações pontuais de cargos sociais assumidos noutras entidades fora do Grupo Teixeira Duarte, sendo que em nenhuma delas qualquer Administrador auferiu remuneração ou mantém um vínculo profissional, ou está sujeito a qualquer situação que obste à disponibilidade total para o desempenho do cargo de membro do Conselho de Administração da TD,SA.

#### Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2018, exercia os seguintes cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Gerente da "PACIM - Gestão e Investimentos, Lda.";
- Gerente da "PASIM - Sociedade Imobiliária, Lda.";
- Gerente da "PACIM - CAXALP, Gestão e Investimentos, Lda.";
- Gerente da "Fors dos Olivais, Lda.";
- Gerente da "Mourinha de Cima - Atividades Imobiliárias e Turísticas, Lda.";

- Gerente da "Terras da Mourinha, Lda.";
- Gerente da "Terras da Mourinha de Baixo, Lda.";
- Gerente da "Terras da Serrinha - Atividades Agrícolas, Lda.";
- Gerente da "Terras do Pico - Atividades Agrícolas, Lda.";
- Gerente da "Terras de Montoito, Lda.";
- Gerente da "Sociedade Agrícola Monte da Casa Alta, Lda.";
- Gerente da "SOPOGAR - Sociedade Portuguesa de Gado de Raça e de Agricultura, Lda."; e

**Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte**

Em 31 de dezembro de 2018, desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

- Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Lagoas Hotel, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDH - Sociedade Gestora de Participações, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL -

Participações e Distribuição, S.A.";

- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL II - Distribuição e Investimentos, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL III - Automóveis e Investimentos, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL IV - Participações e Automóveis, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";
- Administrador de "AVIA PORTUGAL - Produtos Petrolíferos, S.A."
- Administrador da "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.";
- Administrador da "TDAP - Atividades Portuárias, S.A."
- Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Limitada";
- Gerente da "DPLG - Desenvolvimento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, Sociedade Unipessoal Lda."

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

- Administrador da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."; e
- Presidente do Conselho da Administração de "ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A."

**Administrador: Joel Vaz Viana de Lemos**

Em 31 de dezembro de 2018 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, todas do Grupo Teixeira Duarte:

- Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Groupement

Maritime Portugais GMP - ORAN";

- Administrador Suplente do "AVIAS - Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE";
- Administrador da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";

**Administrador: Carlos Gomes Baptista**

Em 31 de dezembro de 2018 desempenhava o seguinte cargo noutra sociedade do Grupo Teixeira Duarte:

- Administrador de "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

**Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo**

Em 31 de dezembro de 2018, desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

- Presidente do Conselho de Administração da "BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "IMOPE-DROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Quinta de Cravel Imobiliária, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Investimento e Gestão, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "V8 - Gestão Imobiliária, S.A.";
- Administrador da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Administrador da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.";
- Administrador da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";
- Gerente da "BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda."; e

- Gerente da "Malanga - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.";

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

- Administrador da "ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A."

**c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados**

**27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.**

Não existem atualmente quaisquer Comissões específicas em matéria de administração ou fiscalização, nem mesmo a Comissão Executiva prevista poder ser constituída ao abrigo do artigo 20.º dos Estatutos.

Considerando o reduzido número de membros do Conselho de Administração e o facto de todos eles serem executivos e pessoas que acompanham a atividade das empresas do Grupo há mais de 25 anos e, dessa forma, a atuação dos quadros dirigentes, a designação das pessoas que integram estes cargos é feita diretamente pelo Conselho de Administração, dispensando-se, também neste caso, a criação de quaisquer comissões, nomeadamente para acompanhamento e apoio de tais designações, conforme sugerido na Recomendação V.4.2..

Por não estar constituída qualquer comissão de nomeações, não se aplica à TD,SA a Recomendação V.4.4., sendo, pois, o Conselho de Administração que concretiza processos de seleção os quais são, conforme previsto nessa mesma Recomendação, transparentes e incluem mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, sendo escolhidos os que apresentem maior mérito, melhor se adequam às exigências da função e promovem, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.

**28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).**

Considerando que não existe uma Comissão Executiva nem Administradores Delegados, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

**29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.**

Considerando que não existem comissões criadas no seio do Conselho de Administração, conforme referido em 27. *supra*, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

### III. FISCALIZAÇÃO

#### (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)

##### a) Composição

#### 30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

O modelo societário adotado é o habitualmente designado por latino reforçado, tendo-se optado portanto pela designação de um Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º18.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º dos Estatutos da TD,SA, o Conselho Fiscal é constituído, necessariamente, por três membros efetivos e um suplente, os quais deverão obedecer aos requisitos e disporão dos poderes estabelecidos na lei. A Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, designará obrigatoriamente, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

À semelhança dos demais membros dos órgãos sociais e nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Pacto Social, os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por períodos de quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos.

O Conselho Fiscal é atualmente composto pelos seguintes membros:

Presidente: Óscar Manuel Machado de Figueiredo  
Vogais: Mateus Moreira  
Miguel Carmo Pereira Coutinho  
Suplente: Rui Pedro Ferreira de Almeida

O Senhor Presidente do Conselho Fiscal foi eleito pelos Senhores Acionistas em 31 de maio de 2014 como Suplente desse

órgão, tendo vindo a ocupar a posição de membro efetivo em 7 de novembro de 2014 - na sequência da renúncia apresentada pelo anterior Presidente - e sido designado como Presidente do Conselho Fiscal em reunião desse Órgão de 5 de dezembro de 2014, tendo sido eleito como Presidente do Conselho Fiscal na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercer funções durante o mandato agora em curso 2015/2018.

Os Vogais do Conselho Fiscal, Senhor Dr. Mateus Moreira e Senhor Miguel Carmo Pereira Coutinho, foram designados pela primeira vez aquando da constituição da sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010, tendo sido reconduzidos nos respetivos cargos na Assembleia Geral Anual de 30 de maio de 2015, para exercerem funções durante o quadriénio agora em curso 2015/2018.

O membro Suplente do Conselho Fiscal, Senhor Dr. Rui Pedro Ferreira de Almeida, foi eleito para o cargo na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, igualmente para o mandato 2015/2018.

Acrescente-se que todos eles possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções, conforme *infra* descrito em 33.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do Art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º19.

Todos os atuais membros do Conselho Fiscal cumprem integralmente os requisitos de independência, sendo que não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo por cada um deles, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Os factos referidos no parágrafo anterior são objeto de averiguação periódica em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º21.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são os que se descrevem de seguida:

**Óscar Manuel Machado de Figueiredo** (Presidente do Conselho Fiscal)

- Licenciatura em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.
- Curso Avançado de Gestão da Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.
- É Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- É Presidente do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve.
- Vogal do Conselho Fiscal da Sociedade Gestora de Fundos de Pensões do Banco de Portugal;
- Foi Vice-Presidente da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística de Portugal (2015-2017).
- Foi consultor em vários projetos em Angola e Moçambique relativos a matérias de contabilidade e auditoria e formador nas mesmas áreas em Portugal e nos PALOP.
- Integrou a Ernst & Young em janeiro de 1979 tendo feito parte do Partnership entre 1992 e 2006.

**Mateus Moreira** (Vogal do Conselho Fiscal)

- Licenciatura em Finanças pelo "Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras" (1972).
- Aposentado em 30 de setembro de 2003 do Millennium BCP, onde desempenhava o cargo de Diretor Central - Adjunto.
- Foi vogal do Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." de 2 de maio de 2007 a 20 de maio de 2011.

**Miguel Carmo Pereira Coutinho** (Vogal do Conselho Fiscal)

- Frequência do 2º ano do "Instituto Superior de Agronomia" (1952).
- Foi empresário.
- Atualmente está aposentado.
- Foi vogal do Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." de 2 de maio de 2007 a 20 de maio de 2011.

**Rui Pedro Ferreira de Almeida** (Suplente do Conselho Fiscal)

- Licenciado em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (1997);
- Frequentou o Curso Avançado em *Human Behaviour in Organisations* (AESE) (2007);
- Frequentou a Pós-graduação em Fusões e Aquisições (EGP-UPBS) (2009);
- É Presidente da Comissão Executiva e Membro do Conselho de Administração de MONERIS, SGPS, S.A.;
- É membro do *Board of Directors da British-Portuguese Chamber of Commerce*;
- É Suplente do Conselho Fiscal da EDP Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.;
- É membro do Conselho Consultivo da Start-Up Portimão.

**b) Funcionamento**

**34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.**

Conforme acima descrito no n.º 22 do presente Relatório, não existe qualquer regulamento de funcionamento dos órgãos sociais.

Sem prejuízo do acima referido, informa-se que por deliberação do Conselho de Administração da TD,SA de 5 de fevereiro de 2018, foi aprovado o novo "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", de aplicação, nos termos daquele documento, também aos órgãos de fiscalização, ainda que, em parte alguma do mesmo existam disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito.

**35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº25.**

Durante o exercício de 2018, o Conselho Fiscal reuniu oito vezes, contando, em todas elas, com a participação de todos os seus membros efetivos.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

Todos os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada para o desempenho das suas funções na TD,SA, nomeadamente para participação nas reuniões periódicas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e para o acompanhamento da atividade da Sociedade e da elaboração e publicação dos documentos de prestação de contas, em articulação com atuação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

De seguida, indica-se os cargos exercidos por cada um dos membros do Conselho Fiscal, em sociedades dentro e fora do Grupo:

**Óscar Manuel Machado de Figueiredo** (Presidente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2018, exercia os seguintes cargos:

- Presidente do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve;
- Vogal do Conselho Fiscal da Sociedade Gestora de Fundos de Pensões do Banco de Portugal;
- Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

**Mateus Moreira** (Vogal do Conselho Fiscal)

- Em 31 de dezembro de 2018, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

**Miguel Carmo Pereira Coutinho** (Vogal do Conselho Fiscal)

- Em 31 de dezembro de 2018, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

**Rui Pedro Ferreira de Almeida** (Suplente do Conselho Fiscal)

- Em 31 de dezembro de 2018, era Presidente da Comissão Executiva e Membro do Conselho de Administração de MONERIS, SGPS, S.A., membro do *Board of Directors da The British-Portuguese Chamber of Commerce* e Suplente do Conselho Fiscal da EDP Ventures - Sociedade de Capital de

Risco, S.A. e membro do Conselho Consultivo da Start-Up Portimão.

#### c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Não são contratados serviços ao auditor externo que não os de revisão legal de contas e auditoria pelo que a presente norma não é aplicável à realidade da TD,SA.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não exercem outras funções que não as acima descritas e legalmente definidas.

#### IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O cargo de revisor oficial de contas é exercido pela "Moore Stephens & Associados - SROC", representada pelo Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O revisor oficial de contas foi designado pela primeira vez para o cargo na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercer as respetivas funções durante o quadriénio 2015/2018.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O revisor oficial de contas não presta outros serviços que não os de revisão legal de contas e auditoria à TD,SA.

#### V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do Art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O auditor externo designado, nos termos do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários, é a sociedade de revisores oficiais de contas "Moore Stephens & Associados - SROC", representada pelo Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro e registada na OROC sob o número 173 e na CMVM sob o número 20161476.

**43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.**

O auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem este cargo na TD,SA desde a sua eleição na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, ou seja, há cerca de quatro anos.

**44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.**

Não existe uma política definida sobre a rotatividade do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções. Mas refira-se a este propósito que o auditor externo em exercício de funções foi eleito para o cargo a primeira vez para o mandato 2015/2018.

**45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.**

A atuação do auditor externo tem vindo a ser avaliada pelo Conselho Fiscal e por todos os demais órgãos sociais da TD,SA numa base anual, sendo que nunca se verificou qualquer circunstância que pudesse motivar a sua destituição ou resolução do contrato de prestação dos seus serviços com justa causa.

A este propósito, refira-se que o Conselho de Administração da TD,SA e os serviços dele dependentes têm vindo a assumir o compromisso de zelar para que sejam asseguradas as condições adequadas à prestação dos serviços por parte do auditor externo, dentro da Empresa, uma vez que o Conselho de Administração e os serviços dele dependentes se enquadram diretamente na estrutura operacional da TD,SA e dispõem dos meios físicos e da informação e documentação necessária para proporcionarem ao auditor externo as condições adequadas para o exercício das suas funções.

O interlocutor principal e primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo não é o Conselho Fiscal, conforme indicado na Recomendação n.º VII.2.2., mas sim o Conselho de Administração, uma vez que é este o interlocutor da Empresa por excelência e, conforme ficou descrito supra, é também este o órgão que se encontra diretamente enquadrado na estrutura operacional da empresa, facilitando as comunicações e a divulgação de informação entre os diversos órgãos e entidades, sem que alguma vez a independência do auditor tenha sido prejudicada.

Cumprido no entanto referir que tais procedimentos estão acertados e articulados com o Conselho Fiscal que, sem prejuízo

disso, obtém também do auditor externo e da sua equipa as informações e elementos que entende necessários para o exercício das suas funções.

A remuneração do auditor externo é fixada pela Comissão de Remunerações da Empresa, nos termos previstos nos Estatutos, à semelhança do que sucede para os demais órgãos sociais, não se encontrando, por ora, qualquer fundamento para a interferência do Conselho Fiscal nesta matéria.

Este modelo, implementado há já alguns anos no âmbito do Grupo Teixeira Duarte, tem-se vindo a revelar adequado ao bom funcionamento dos órgãos sociais e à garantia da transparência.

**46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.**

Informa-se que nem o auditor externo, nem quaisquer outras entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, prestam à TD,SA serviços diversos dos serviços de auditoria.

**47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio):**

A retribuição paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede é determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

Pela Sociedade*		
Valor dos serviços de revisão de contas	61.000,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-
Por entidades que integram o Grupo*		
Valor dos serviços de revisão de contas	260.710,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-

## C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### I. ESTATUTOS

#### 48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h)).

Não existem regras específicas para eventuais alterações dos Estatutos da Sociedade, aplicando-se o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais, em especial os termos constantes dos seus artigos 85.º, 383.º, n.º 2 e 386.º.

### II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

#### 49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Em 2018, a política de comunicação de alegadas irregularidades antes existente foi ajustada, no âmbito do reforço do sistema de *compliance* que já vinha a ser desenvolvido ao longo do ano de 2017 e, nessa sequência, da aprovação, em 5 de fevereiro de 2018, do já referido novo "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", pelo que o procedimento atualmente aplicável se encontra descrito naquele Código que, a propósito da monitorização da aplicação das suas normas, dispõe que "Cabe aos Colaboradores – e aos Destinatários Indiretos, nos termos e âmbitos acima enunciados – zelar pelo cumprimento deste Código de Ética e Conduta, divulgando-o, invocando-o em sua defesa, aplicando-o e reclamando junto das hierarquias a sua aplicação, incluindo pelas próprias, bem como proceder à comunicação de eventuais irregularidades identificadas através dos meios e procedimentos próprios, desenvolvidos por cada Empresa para esse efeito e tendencialmente definidos como Canal de Ética.

Sem prejuízo desses meios, assume-se também neste Código

que tais eventuais irregularidades identificadas relativamente a quaisquer normativos externos ou internos deverão ser reportadas através dos seguintes meios:

- Correspondência dirigida ao órgão de gestão ou de fiscalização da Empresa;
- Correspondência dirigida ao Conselho de Administração ou ao Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte, S.A.";
- Mensagem de correio eletrónico dirigida a um órgão independente constituído no âmbito do Grupo Teixeira Duarte cujo endereço é [compliance@teixeiraduarte.pt](mailto:compliance@teixeiraduarte.pt).

A Empresa garante a confidencialidade das comunicações recebidas, a ausência de quaisquer represálias aos denunciante por denúncias de boa-fé e a proteção dos dados pessoais do denunciante e do suspeito da prática da infração. As represálias praticadas contra os denunciante são condenadas pela Empresa e poderão dar lugar a processos disciplinares levantados aos seus autores e às pessoas que permitiram estas represálias."

### III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Os Serviços de Auditoria Interna do Grupo Teixeira Duarte têm vindo a desempenhar um papel fundamental em matéria de implementação de sistemas de controlo interno.

A 31 de dezembro de 2018, estes serviços contavam com cinco colaboradores e encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, sendo que a coordenação destes trabalhos foi também articulada em reuniões com a participação dos membros dos Órgãos de Fiscalização.

A este propósito, sublinha-se ainda o relevante contributo prestado pelos serviços corporativos de Consolidação de Contas e Secretaria Corporativa no processo de reporte e divulgação de informação financeira.

Destaque-se ainda o Sistema de *Compliance* implementado no Grupo Teixeira Duarte.

#### 51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Conforme acima referido, a 31 de dezembro de 2018, os serviços de auditoria interna encontravam-se na dependência hierár-

quica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, o qual não era considerado independente ao abrigo das disposições normativas aplicáveis.

Contudo, considera-se que este Administrador não se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Acrescente-se que, desde a sua criação no âmbito da orgânica do Grupo Teixeira Duarte, os Serviços de Auditoria Interna não só sempre se encontraram na dependência hierárquica do Conselho de Administração como sempre reportaram funcionalmente ao Administrador titular do pelouro da área financeira. Tal modelo tem-se vindo a revelar adequado uma vez que é facilitada a comunicação, colaboração e troca de informações entre os aludidos Serviços enquadrados na estrutura organizativa da empresa e o Administrador responsável, sem que, reitera-se, a isenção de nenhum deles seja alguma vez posta em causa.

É, pois, neste enquadramento que se informa que é o Conselho de Administração - e não o Conselho Fiscal, como consta da Recomendação n.º III.12. - que se pronuncia sobre os planos de trabalho e os recursos afetos ao Serviço de Auditoria Interna e é o destinatário de todos os relatórios realizados por este serviço, mesmo quando estão em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades, sem prejuízo da realização de reuniões de acompanhamento pelo Conselho Fiscal dos trabalhos efetuados pelos Serviços de Auditoria e acesso do Conselho Fiscal aos documentos emitidos por estes Serviços e ao plano de atividades por eles previstos desenvolver para o ano seguinte.

No que respeita aos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável, em primeiro lugar, pelo conhecimento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção.

Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento.

Acrescente-se que cabe ainda ao Conselho de Administração - e não aos órgãos de fiscalização conforme referido na Recomendação n.º III.11.Recomendação n.º II.2.4 - a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da TD,SA, uma vez que esta é uma matéria que, pela sua natureza e pelas especi-

ficidades acima descritas, se enquadra no âmbito de atuação próprio do Conselho de Administração e no controlo e supervisão deste órgão sobre as diversas Direções das sociedades do Grupo, sistema este que se tem revelado adequado para os respetivos fins.

Esta realidade é, contudo, seguida de próximo pelos membros dos órgãos de fiscalização que, para além do regular acompanhamento da atividade do Grupo, se fazem representar nas reuniões mensais do Conselho de Administração onde se disponibiliza um vasto conjunto de elementos de diferentes naturezas com informação de reporte e previsão da atuação do Grupo nos vários mercados e setores.

#### **52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.**

Não existem quaisquer outras áreas com competências exclusivas no âmbito do controlo de risco, sendo que, face àquele que é modelo em vigor no Grupo sobre esta matéria, todas as áreas têm essa quota-parte de responsabilidade nos termos acima descritos e a todas se aplica o Sistema de *Compliance* implementado no Grupo Teixeira Duarte.

#### **53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.**

Os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade são os seguintes:

- alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Argélia, Brasil, Moçambique e Venezuela;
- flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos *spreads* de crédito e das taxas de câmbio, bem como disponibilidade de divisas convertíveis nos mercados em que o Grupo opera;
- alterações nas políticas governamentais;
- enquadramento regulamentar e financeiro da atividade bancária; e,
- alterações no ambiente competitivo dos setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera.

Acresce que a atividade do Grupo Teixeira Duarte está dependente do enquadramento económico e das consequências que determinada situação macroeconómica possa vir a ter nos níveis de confiança dos vários agentes económicos, nos volumes

de investimento, exportações e comércio global, bem como nos níveis de emprego e padrões de consumo.

A evolução das áreas de atividade onde o Grupo opera, nomeadamente da área da construção, está historicamente correlacionada, de uma forma mais ou menos direta, com o desempenho macroeconómico dos países ou mercados onde o Grupo Teixeira Duarte atua, designadamente, com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e dos respetivos preços de mercado. Deste modo, a atividade do Grupo, bem como os seus resultados, podem ser significativamente afetados pelo desempenho das economias onde o Grupo Teixeira Duarte opera, nomeadamente por efeito do crescimento ou retração do mercado da construção, área de negócio com maior representatividade nos proveitos operacionais do Grupo.

Sendo o negócio da construção a principal atividade do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente nas áreas da Geotecnia e Reabilitação, das Edificações, das Infraestruturas e da Metalomecânica, Obras Subterrâneas, Ferroviárias e Marítimas, apresenta-se, de seguida, uma descrição dos principais riscos inerentes ao referido negócio:

O negócio da construção de elevada escala e dimensão envolve uma grande afetação de recursos humanos e materiais, que implica uma estrutura de custos fixos elevada, não só pela necessária aposta nas equipas e na sua formação, mas também pelo investimento significativo que é necessário para a aquisição, manutenção e adaptação de equipamentos.

Os custos associados a muitos dos concursos, tanto na elaboração de propostas, como nos seguros e nas garantias e cações por vezes necessárias prestar, também constituem outro fator de risco inerente à atividade, sobretudo se atendermos também às penalizações muitas vezes associadas às grandes empreitadas públicas em que o Grupo Teixeira Duarte participa.

Acresce que a retração do investimento público, bem como do privado de maior volume, têm afetado as receitas, que são também por vezes prejudicadas pelos prazos e atrasos nos pagamentos.

Por outro lado, a natureza do serviço prestado implica muitas vezes alterações das circunstâncias inicialmente negociadas, fruto das vicissitudes das empreitadas em causa (alterações climáticas; descoberta de características de natureza adversas e diferentes do previsto; fenómenos naturais, sociais e económicos resultantes do impacto da obra) e das alterações dos projetos, muitas vezes por novas opções dos donos de obra que obrigam a uma grande agilidade na eficiência da execução das mesmas.

Outro aspeto importante resulta do significativo número de fornecedores de bens e equipamentos e de prestadores de serviços com que a empresa lida nesta área de atuação e que podem implicar riscos por ações ou omissões a eles imputáveis, incluindo interrupções e atrasos no serviço prestado ou no fornecimento de bens.

Do ponto de vista comercial, a globalização tem viabilizado a entrada de outros grandes grupos construtores nos principais e mais antigos mercados de atuação da Teixeira Duarte - nomeadamente em Portugal e Angola - obrigando a um maior esforço na apresentação de soluções e propostas, bem como a uma otimização de custos que permita acompanhar a força da competitividade dessas entidades.

As Concessões são normalmente projetos de longo prazo que envolvem cada vez mais vertentes, como as ligadas a projeto, conceção, construção, financiamento e exploração e que, quer por tal complexidade e necessidade de parcerias, quer pela longevidade dos processos, implicam um risco forte na avaliação de ativos e projetos a longo prazo, num mundo cada vez mais dinâmico e com alterações inesperadas.

A atividade Imobiliária do Grupo é afetada pelas exigências para novos projetos que aumentam a todos os níveis (administrativo, económico, social, ambiental, entre outros), e por variações da procura decorrentes da variação das taxas de juro e das disponibilidades de financiamento.

A Hotelaria em Portugal tem sofrido pequenas oscilações, sendo que os hotéis em África estão naturalmente expostos às características dos respetivos países e à concorrência que aumenta numa dimensão nunca antes verificada.

A Distribuição em Angola está muito exposta às características próprias do país e às dificuldades logísticas de abastecimento, de transporte e de deslocação.

O setor Automóvel está atualmente sujeito a forte concorrência, em particular no mercado de Angola, no qual a competitividade está a aumentar bastante e o investimento efetuado pelo Grupo obriga a uma forte otimização de processos e custos, num mercado que está cada vez mais exigente e muito dependente do acesso a divisas necessárias aos processos de importação.

Relativamente às participações financeiras, o risco a considerar é o relativo à participação detida no "Banco Comercial Português, S.A.", risco esse que resulta da atual volatilidade dos mercados financeiros e do possível impacto das respetivas variações de cotações nas contas do Grupo Teixeira Duarte, o que, em certas circunstâncias, pode afetar os resultados.

Os riscos descritos, a ocorrerem, poderão vir a ter um impacto negativo sobre os resultados do Grupo Teixeira Duarte e sobre a sua situação financeira.

A TD,SA encontra-se exposta a riscos de estratégia, existindo a possibilidade de tomar decisões estratégicas inadequadas, de ocorrerem falhas na implementação de decisões ou de se verificar a falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

O negócio internacional do Grupo Teixeira Duarte representa uma fatia significativa do volume de negócios do Grupo (73,3% em 2018). Não é possível garantir o pleno sucesso das operações nos mercados externos nos quais o Grupo opera. Adicionalmente, tais operações estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível económico nos países em que estão estabelecidas. Estes fatores poderão afetar de forma adversa a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte atua em diversos setores de atividade, dos quais se destaca, pela sua contribuição para os proveitos operacionais do Grupo, o setor da Construção, mas também outros como a Distribuição e Automóvel que podem descrever-se como sendo setores muito competitivos. Este quadro concorrencial, quando associado a ciclos negativos nas áreas de atividade onde o Grupo opera, pode ter um efeito negativo nas margens de comercialização da empresa e nos seus resultados e, por conseguinte, na sua situação financeira.

A capacidade do Grupo Teixeira Duarte de implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade de recrutar e reter colaboradores qualificados e competentes para cada função. Apesar de a política de recursos humanos do Grupo Teixeira Duarte estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. Tal circunstância poderá limitar ou atrasar a execução da estratégia delineada, o que poderá ter um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Um agravamento das condições económicas globais ou das adversidades que afetam as economias a uma escala local podem originar a incapacidade de os clientes do Grupo Teixeira Duarte saldarem as suas obrigações ou atrasar de forma significativa o cumprimento das mesmas, levando a que as linhas de crédito existentes entrem em *default*. Este cenário resultaria em perdas que afetariam a atividade, situação financeira e os resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá, no futuro, ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcial-

mente, e que possam vir a ser objeto de recurso ou ação de anulação pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças. O Grupo Teixeira Duarte não pode garantir que venha a ganhar quaisquer ações respeitantes às suas atividades e uma decisão negativa nas mesmas poderá ter um efeito adverso que seja significativo para a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

As atividades da TD,SA exigem investimentos. O Grupo financia uma parte destes investimentos fazendo uso dos fluxos de caixa gerados pelas suas atividades operacionais. No entanto, a TD,SA e as suas participadas financiam uma proporção maior dos investimentos fazendo uso de fontes externas, incluindo empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais.

O Grupo Teixeira Duarte está exposto a um conjunto de riscos, tal como riscos de liquidez, riscos de taxa de juro ou riscos de taxa de câmbio, entre outros, sendo que, perante a ocorrência de cenários excecionalmente adversos, as políticas e procedimentos utilizados pela TD,SA na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos poderão não se revelar totalmente eficazes.

Como qualquer outro grupo económico integrado numa envolvente competitiva, o Grupo Teixeira Duarte encontra-se igualmente sujeito a riscos relacionados com liquidez. O Grupo considera estar adequadamente provido dos meios necessários para um efetivo controlo de risco da sua atividade, considerando eficaz a ação desenvolvida pela administração com reporte de elementos que lhe são facultados pelos Serviços de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna, bem como pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, a quem, sob supervisão direta do Administrador do pelouro e acompanhamento pelos órgãos de fiscalização, está especialmente cometido o controlo da liquidez do Grupo Teixeira Duarte.

A TD,SA gere o risco de liquidez do Grupo atuando através de duas vias: garantindo que a dívida financeira do Grupo tem uma elevada componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas à capacidade esperada de geração de fundos e de negociação de facilidades de crédito.

No decurso normal da atividade, o Grupo está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço prestado ou atrasos na prestação de serviços, fraudes, omissões, erros e atrasos na implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Estes riscos são acompanhados pelo Grupo de uma forma contínua, através de sistemas administrativos e de informação, entre outros, estando alguns riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

As operações desenvolvidas pelo Grupo Teixeira Duarte estão dependentes do processamento informático. O processamento informático envolve a manutenção de registos, o reporte financeiro e outros sistemas, incluindo sistemas de monitorização e controlo das várias operações do Grupo, nomeadamente na gestão de recursos humanos, contabilística e ainda logística, administrativa e de armazenamento. Apesar da avaliação que tem vindo a ser efetuada aos sistemas computacionais e da convicção de que as suas capacidades são adequadas, não é possível garantir a potenciais investidores a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, nem o êxito sistemático na implantação de melhorias tecnológicas.

O custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo Teixeira Duarte está indexado a taxas de referência variáveis, estando a TD,SA, por essa via, exposta ao risco de taxa de juro.

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras moedas, nomeadamente, o dólar americano, o kwanza angolano, o dinar argelino, o real brasileiro, o metical moçambicano e o bolívar venezuelano, pode ter impacto na situação financeira da TD,SA. O Grupo Teixeira Duarte desenvolve operações em diversos mercados e regista proveitos em moeda estrangeira, tendo igualmente ativos e passivos monetários denominados em moeda que não o Euro, pelo que se encontra, deste modo, exposto a variações nas respetivas divisas.

Em termos indiretos, referem-se ainda as circunstâncias de o Grupo Teixeira Duarte adquirir bens diversos, com relevância nas áreas da construção, da distribuição e do automóvel, em moedas distintas daquela em que os mesmos são posteriormente vendidos, nomeadamente em Angola, sendo que tal facto pode influenciar em parte os resultados obtidos pelo Grupo na atividade que desenvolve nestes setores.

Destaca-se a importação e exportação de materiais para construção e de produtos essencialmente de consumo para as sociedades de direito Angolano que operam na área da distribuição, bem como de veículos automóveis, peças e equipamentos para as diversas participadas locais que atuam no setor automóvel em Angola.

Variações adversas no preço do petróleo e das matérias-primas poderão afetar significativamente os resultados e situação financeira do Grupo Teixeira Duarte.

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo Teixeira Duarte, afetando a atividade operacional da área de negócio da construção, embora seja pontualmente mitigado através de contratos com fornecedores com preços

fixos e contratos com clientes que permitam repercutir estas alterações no valor pago por estes.

Em particular, o Grupo Teixeira Duarte tem uma exposição indireta ao preço do petróleo. A capacidade do Grupo em fazer refletir nos preços dos bens finais e dos serviços que presta aumentos do preço do petróleo é reduzida, pelo que poderão surgir consequências negativas nas margens diretas dos bens finais vendidos e no contributo líquido dos serviços prestados. Adicionalmente, um aumento do preço do petróleo tem um impacto direto nos custos de transporte associados ao desenvolvimento das atividades do Grupo, pelo que variações adversas nos preços do petróleo poderão exercer um efeito material negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Mais concretamente, a evolução do preço do petróleo poderá afetar significativamente os resultados do Grupo Teixeira Duarte por três razões:

- o custo de transporte é uma das rúbricas de custos mais importantes nas contas de exploração do Grupo;
- os custos energéticos têm ainda algum significado no preço dos fornecimentos e serviços externos;
- a evolução do preço do petróleo condiciona o desenvolvimento da própria economia dos mercados em que o Grupo Teixeira Duarte opera, alguns deles de forma bastante significativa, pela força que tal produto representa no PIB desses países.

O aumento de impostos ou a redução de benefícios fiscais poderá ter um efeito adverso na atividade do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá ser afetado por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.

As demonstrações financeiras do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciadas pela valorização das participações financeiras detidas.

A situação líquida, os capitais próprios e até, em certas situações de imparidade, os resultados do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciados pela valorização/desvalorização das participações financeiras detidas, o que, no caso da participação detida em sociedades admitida à negociação em mercado regulamentado (Banco Comercial Português, S.A.), depende diretamente da cotação de mercado das respetivas ações, bem como por alterações da legislação tributária aplicável relacionada com a detenção e ou transação de tais participações.

As entidades do Grupo Teixeira Duarte estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na respetiva atividade. Da mesma forma, estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo Teixeira Duarte, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de modo a garantir o nível de volume de negócios, ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

#### 54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

Os procedimentos implementados ao nível do controlo interno e da gestão de riscos caracterizam-se por promover a autonomia dos quadros da Sociedade na direção e acompanhamento dos assuntos, inculcando uma postura de responsabilidade e forte estímulo ao comportamento empreendedor.

Esta constante relação entre autonomia e sentido de responsabilidade impõe, de uma forma realista, um rigoroso e ponderado cumprimento das tarefas que estão atribuídas a cada um dos colaboradores, integrando, por si só, um sólido, sustentado e eficaz sistema de controlo de riscos, com resultados práticos considerados satisfatórios.

Tem-se sempre presente a importância da ponderação dos custos de controlo em relação às matérias que se pretende controlar. Da avaliação que se faz da Sociedade, da forma como é gerida, da composição dos quadros e gestores das sociedades que integram o Grupo Teixeira Duarte e dos princípios e conceitos fundamentais que são aplicados, conclui-se que os custos de eficiência e de controlo com a criação de eventuais comissões de controlo seriam amplamente superiores aos benefícios que poderiam resultar de um controlo realizado através de tais comissões. Acresce que a simples criação de comissões para o efeito, do ponto de vista formal, acaba por implicar mais entraves do ponto de vista burocrático que não encontram reflexo na sua concretização prática.

Pese embora o sistema de controlo interno e de gestão de riscos implementado na sociedade não cumpra integralmente os requisitos enumerados na Recomendação n.º VI.2., a TD,SA mantém a sua convicção na opção pelo modelo acima descrito, pois entende que as principais linhas desta recomendação são desajustadas relativamente ao regular funcionamento da Empresa, podendo vir a criar diversos obstáculos do ponto de vista meramente formal e burocrático que não são compatíveis com a execução dos procedimentos já implementados nem com a responsabilização das estruturas organizacionais do Grupo.

Embora o Conselho de Administração debata o plano estratégico e a política de risco da sociedade e definição de níveis de risco considerados aceitáveis, incluindo através da implementação de um Sistema de *Compliance* e de uma abordagem ao tema feita nos termos acima descritos, a verdade é que não o reflete num documento nem o aprova formalmente, pois até esta data tem sido eficiente o modelo em vigor.

O Conselho de Administração avalia regularmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do controlo e gestão de riscos, bem como a perspetiva de alterações dos quadros de risco, os quais genericamente são, inclusivamente, divulgados anualmente neste Relatório do Governo da Sociedade.

#### 55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art. 245.º-A, n.º 1, al. m)).

O processo de divulgação de informação financeira é coordenado pelo Conselho de Administração e acompanhado sempre pelos Órgãos de Fiscalização, nele trabalhando as equipas dos Serviços de Consolidação de Contas e da Secretaria Corporativa, respetivamente, na elaboração e apuramento de contas e demais informes contabilísticos e financeiros e na preparação e divulgação do documento final.

Ambos os aludidos serviços acompanham a evolução dos normativos aplicáveis, tanto nas áreas financeiras como jurídicas, e trabalham em articulação com a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários para atualização de informes e regulamentos complementares sobre estas matérias, e reportam diretamente ao Conselho de Administração.

Todos os colaboradores que integram os Serviços de Consolidação de Contas e aqueles que nos Serviços da Secretaria Corporativa participam na preparação e divulgação do documento final são integrados na listagem prevista no n.º 7 artigo 248.º-A do Código de Valores Mobiliários e do artigo 18.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 - ou seja, de colaboradores com acesso a informação privilegiada -, sendo todos eles notificados, por carta entregue pessoalmente, da sua inclusão na referida listagem e das consequências legais decorrentes da divulgação ou utilização abusiva de informação privilegiada.

Embora tal não conste de regulamento interno do órgão de fiscalização – que não existe – este acompanha através das reuniões que programa com o auditor externo e revisor oficial de contas, a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das es-

timativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

#### IV. APOIO AO INVESTIDOR

**56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.**

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada e com o objetivo de promover o contacto permanente com o mercado e a resposta às solicitações dos investidores em tempo útil, assegurando o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os acionistas e no intuito de prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, que funciona sob a tutela do Administrador Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, coordenado pelo Senhor Dr. José Pedro Poiães Cobra Ferreira, Representante para as Relações com o Mercado devidamente registado junto da CMVM.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais diretivas aplicáveis é prestada por este Gabinete, podendo o acesso ao mesmo ser feito através dos seguintes meios de comunicação:

Morada:

Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265, Porto Salvo, Oeiras

Telefone: + 351 217 912 415

Fax: + 351 217 941 108

E-mail: [representantemercado@teixeiraduarte.pt](mailto:representantemercado@teixeiraduarte.pt)

O Gabinete de Apoio ao Investidor assegura ainda a manutenção de um registo dos pedidos apresentados pelos diversos *stakeholders* e do tratamento que lhes foi dado.

Acresce que o aludido Representante para as Relações com o Mercado é também Secretário da Sociedade e, em articulação com o Conselho de Administração promove a divulgação de informação aos membros o órgão de gestão e de fiscalização.

**57. Representante para as relações com o mercado.**

Conforme referido em 56. *supra*, o cargo de Representante para as Relações com o Mercado é exercido pelo Senhor Dr. José Pedro Poiães Cobra Ferreira.

**58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.**

O prazo médio de resposta a pedidos de informação no ano de 2018 foi de 4 dias.

#### V. SÍTIO DE INTERNET

**59. Endereço(s).**

O sítio de internet da TD,SA tem o seguinte endereço:

[www.teixeiraduarte.pt](http://www.teixeiraduarte.pt).

Neste sítio, a Sociedade disponibiliza, em português e inglês, as informações consideradas relevantes e que permitem o conhecimento sobre a sua evolução e realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

**60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.**

Estes elementos podem ser consultados em:

[www.teixeiraduarte.pt/investidores/identificacao-da-sociedade](http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/identificacao-da-sociedade).

**61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.**

Os Estatutos da Sociedade podem ser consultados em: [www.teixeiraduarte.pt/investidores/estatutos](http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/estatutos).

Conforme já foi previamente referido, não existem regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais e/ou comissões.

**62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.**

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada em:

[www.teixeiraduarte.pt/investidores/orgaos-sociais](http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/orgaos-sociais).

A informação sobre o representante para as relações com o mercado e o Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser consultada em:

[www.teixeiraduarte.pt/investidores/gabinete-apoio-investidor](http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/gabinete-apoio-investidor).

**63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo,**

entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Os documentos de prestação de contas desde a constituição da sociedade, em 2009 podem ser consultados em:

[www.teixeiraduarte.pt/investidores/informacao-financeira](http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/informacao-financeira).

O calendário semestral de eventos societários pode ser consultado em:

[www.teixeiraduarte.pt/calendario-do-investidor](http://www.teixeiraduarte.pt/calendario-do-investidor).

**64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.**

Todos os elementos referentes às Assembleias Gerais da TD,SA podem ser consultados em:

[www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais](http://www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais).

**65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.**

Todos estes elementos podem ser consultados em:

[www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais](http://www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais).

## D. REMUNERAÇÕES

### I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

**66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.**

Ao abrigo do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da TD,SA e nos termos fixados na Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, compete à Comissão de Remunerações determinar a remuneração dos órgãos sociais.

Refira-se ainda que, conforme já ficou esclarecido, não existe uma comissão executiva ou Administrador Delegado, pelo que, nesta parte, esta questão não é aplicável à realidade da TD,SA.

Contudo e tomando por base o critério fixado na alínea 25) do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, os únicos Dirigentes da TD,SA são os seus próprios Dirigentes. Porque não existem administradores não executivos, não está

prevista qualquer regra sobre esta matéria.

### II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

**67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.**

Atualmente, a Comissão de Remunerações é composta pelas seguintes pessoas, eleitas na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para desempenho de funções no mandato 2015/2018:

- Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
- António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte não é considerado independente em relação aos membros do Conselho de Administração, uma vez que é também o Presidente daquele órgão de gestão.

Sendo a TD,SA controlada por sociedades detidas por membros da família Teixeira Duarte, é natural que estes integrem a respetiva Comissão de Remunerações. Tradicionalmente, e durante décadas, tem sido esta a prática seguida, estando sempre em consonância com as regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela CMVM em cada momento, pelo que não se vislumbram quaisquer motivos para a alterar.

Reitere-se que se trata de uma Sociedade que, seguindo o exemplo da anterior holding do Grupo ("Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."), com a sua peculiar forma de atuação e o seu vincado cunho empresarial, adotou uma muito própria forma de estar e uma saudável política de gestão que, perante o público e o mercado, têm sido reconhecidas como tal.

Acrescente-se que, embora a Sociedade tenha disponibilidade para o efeito, não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções, por opção da própria Comissão.

Mais se informa que cabe ao auditor externo, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, conforme consta da Recomendação n.º VII.2.4..

Para efeitos do disposto na Recomendação n.º V.2.5., informa-se que o Presidente da Comissão de Remunerações e tenden-

cialmente os demais membros estão sempre presentes nas Assembleias Gerais Anuais da Sociedade.

#### 68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os Senhores Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte têm conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração, tendo em conta que exerceram essas funções durante vários anos noutras sociedades.

### III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

#### 69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

A Comissão de Remunerações da TD,SA emitiu a respetiva declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, a qual foi aprovada por unanimidade em Assembleia Geral daquela sociedade, realizada em 26 de maio de 2018, declaração essa cujo teor aqui se deixa reproduzido:

#### ENQUADRAMENTO NORMATIVO

*De acordo com as disposições conjugadas da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e do artigo décimo primeiro dos Estatutos da Sociedade, cabe a esta Comissão submeter, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização desta Sociedade, devendo ter em consideração, para além daquele diploma o artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais e demais regulamentação aplicável.*

#### ÂMBITO DA DECLARAÇÃO:

*Em função do modelo societário adotado pela “Teixeira Duarte, S.A.”, a presente declaração abrange todos os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.*

#### INTRODUÇÃO:

*A presente “Declaração Sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização” foi elaborada tendo em conta, para além das disposições legais aplicáveis, a realidade histórica e o enquadramento do tema no Grupo Teixeira Duarte ao longo dos anos, em particular na sociedade sua participada “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.”.*

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

*No que se refere ao Conselho de Administração, a Comissão de Remunerações deverá determinar os valores da componente fixa e variável das suas remunerações, segundo orientações que os ligam ao desempenho e aos resultados da Empresa no seu todo, bem como à atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da “Teixeira Duarte, S.A.” e da sociedade por si detida a 100% “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”.*

*A política de remunerações e a sua concretização nos termos aqui descritos deverá ter em conta o desempenho a longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.*

*O quantitativo variável deverá ser fixado a cada um dos membros do Conselho de Administração a título de remuneração complementar e de prémio de desempenho, sendo que tal componente nada terá que ver com a cotação das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos, que vem privilegiando o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.*

*Não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver atribuição em concreto por esta Comissão de Remunerações, do mesmo modo que não está prevista a possibilidade de o pagamento da componente variável ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato. Também não existirão mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.*

*Porém, a Comissão deverá ponderar se uma parte significativa da remuneração variável deverá ser diferida por um período não inferior a três anos e se o seu pagamento deverá ou não ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:*

- Aumento dos capitais próprios;
- Média EBITDA nos exercícios de 2018 a 2020 superior ao EBITDA registado em 2017;

- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2018 a 2020 superior aos resultados líquidos Consolidados no exercício de 2017.

Não existirá nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba será paga sob a forma de participação nos lucros.

Os Administradores da “Teixeira Duarte, S.A.” não deverão receber qualquer remuneração, seja a que título for, paga por entidades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não deverão existir quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por esta Comissão.

Aos membros do Conselho de Administração serão pagas ajudas de custo nos termos e quantitativos determinados para os demais colaboradores da “Teixeira Duarte, S.A.” e da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, nomeadamente por força de deslocações em serviço da Empresa.

Não foram pagas, nem está prevista a exigibilidade de quaisquer pagamentos, de quantias relativas à destituição ou cessação de funções de Administradores.

#### CONSELHO FISCAL:

Todos os membros do Conselho Fiscal deverão, em sintonia com o atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, auferir uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada por esta Comissão de Remunerações, sendo que nenhum deles deverá receber qualquer outra retribuição da “Teixeira Duarte, S.A.” ou de outra entidade que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, em especial por quaisquer outros serviços prestados a estas entidades.

Do mesmo modo, e à semelhança do que se referiu em cima sobre o Órgão de Administração, não deverá existir nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações, nem nenhuma verba paga sob a forma de participação nos lucros, nem tão-pouco quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários.

#### REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

deverá ser determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

No caso da “Teixeira Duarte, S.A.”, compete a esse órgão de fiscalização proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, para o que se deverá fixar uma quantia como valor global anual a ser paga nos termos e prazos definidos com o Conselho de Administração em função da sua sensibilidade e acompanhamento dos negócios e da atividade deste Órgão de Fiscalização.

De referir, a este propósito, que a mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas presta também serviços, exclusivamente da mesma natureza de Revisão Legal de Contas e Auditoria, a outras entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte, delas auferindo as correspondentes retribuições, cujo quantitativo global será divulgado nos termos da Lei, em especial através da publicação do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Uma vez que o Conselho Fiscal tem um papel ativo no acompanhamento do trabalho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, aquele deverá ser consultado para se pronunciar sobre a fixação das remunerações desta.

#### CONCLUSÃO:

Será, pois, com base na política de remunerações acima exposta que esta Comissão deverá proceder à fixação, em concreto, dos quantitativos exatos das remunerações dos membros dos indicados órgãos de administração e fiscalização da sociedade, de acordo com o juízo pessoal dos membros que a integram, expresso em deliberação lavrada em ata e cujo conteúdo será depois comunicado ao Conselho de Administração para implementação, nos estritos termos que ficarem definidos.

Tais montantes serão anualmente divulgados sempre que a lei assim o exija, em especial no âmbito do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Em conclusão, reforça-se que muitos dos aspetos acima fixados visam o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, podendo os mesmos ser suscetíveis de eventuais alterações que tais regras possam sofrer.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A acrescer às obrigações inerentes ao exercício da própria fun-

ção, a remuneração dos Administradores cumpre também complementarmente com o alinhamento dos interesses destes com os da Sociedade. Com efeito, a remuneração é determinada por uma Comissão eleita em Assembleia Geral, que fixa esses valores segundo orientações relacionadas com o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como com a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100%, a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

A fixação das remunerações tem ainda em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

**71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.**

A remuneração dos Administradores compreende uma componente variável, - designada de "prémios de desempenho" - cuja atribuição é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Tal componente variável da remuneração nada tem a ver com a evolução das cotações das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando também o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Nessa conformidade, não existe um limite máximo para cada componente, mas sim uma atribuição em conformidade com os parâmetros acima identificados, com a política de remunerações definida para a Sociedade e com a avaliação do desempenho e execução das funções por cada um, sendo que a componente variável da remuneração tem sido sempre globalmente razoável em relação à componente fixa.

Apesar de parte da componente variável atribuída pela Comissão de Remunerações ser diferida no tempo, cumpre referir que não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver qualquer atribuição em concreto, pela Comissão de Remunerações, nos termos e com os fundamentos por ela fixados.

Mais se informa que os membros do órgão de administração não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tivessem por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela sociedade.

**72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.**

Conforme deliberado pela Comissão de Remunerações, parte da componente variável será paga a partir de 2021 em data a determinar pela Comissão de Remunerações, ficando tal pagamento dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2018 a 2020.

**73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.**

Não aplicável. A retribuição variável não é atribuída em ações nem foram celebrados quaisquer contratos com as características supra descritas.

**74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.**

Não aplicável. A retribuição variável não é concedida em opções.

**75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.**

A atribuição dos prémios - designados "prémios de desempenho" - é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos

Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Deste modo, a Comissão de Remunerações tem em consideração, na atribuição de prémios anuais, o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores.

Os prémios anuais foram fixados tendo em conta ainda o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado, conforme já havia sido referido.

Acrescenta-se que não foram concedidos quaisquer benefícios não pecuniários relevantes aos Administradores da Sociedade.

**76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.**

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à mencionada Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for. Cabe igualmente à mencionada Comissão de Remunerações rever anualmente os quantitativos atribuídos.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

"ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM - Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:

- a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";
- b) Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

DOIS - O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efetivos.

TRÊS - Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões."

À Assembleia Geral reserva-se a atribuição de proceder à eleição dos membros da Comissão de Remunerações que têm a competência exclusiva de decidir sobre estes temas.

A *supra* citada determinação do pacto social não invalida que a Comissão de Remunerações possa vir a submeter tal matéria à Assembleia Geral, o que, não foi feito, por tal nunca se ter revelado necessário ou adequado face à norma estatutária fixada.

Para os devidos efeitos, informa-se que, desde a constituição da sociedade, em 2009, até esta data, não foram aprovados em Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais, uma vez que essa competência se encontra expressamente atribuída à Comissão de Remunerações, nos termos das disposições estatutárias acima citadas.

#### IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

No exercício de 2018, as remunerações, em sentido amplo, auferidas individualmente pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Conselho de Administração	Remuneração fixa	Remuneração variável			Sub-Total	Compensações por deslocações	Total
		Atribuída em 2018	Atribuída em 2013	Atribuída em 2012			
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	70.000,00	25.000,00	-	25.000,00	120.000,00	-	120.000,00
Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	137.200,00	32.000,00	33.500,00	44.500,00	247.200,00	17.630,15	264.830,15
Engº Joel Viana de Lemos	137.200,00	32.000,00	33.000,00	45.000,00	247.200,00	2.712,15	249.912,15
Engº Carlos Gomes Baptista	137.200,00	32.000,00	28.000,00	50.000,00	247.200,00	14.768,75	261.968,75
Engº Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	137.200,00	32.000,00	28.000,00	50.000,00	247.200,00	6.608,70	253.808,70
	618.800,00	153.000,00	122.500,00	214.500,00	1.108.800,00	41.719,75	1.150.519,75

Em 2018, o montante global das remunerações variáveis pagas pela TD,SA, atribuídas no exercício e em exercícios anteriores, representou 42,6% do valor total auferido.

Em complemento da informação acima indicada sobre os valores pagos, informa-se que em 2018 foi deliberado pela Comissão de Remunerações atribuir aos membros do Conselho de Administração montantes de remuneração variável, da qual parte foi paga neste mesmo ano - e que está acima indicada no mapa - e parte, foi diferida para 2021, ficando o respetivo pagamento desta parte dependente da continuação do exercício de funções por parte de cada um dos membros do Conselho de Administração em causa e do desempenho positivo da "Teixeira Duarte, S.A." ao longo desse período, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios, em relação a 31 de dezembro de 2017;
- Média EBITDA nos exercícios de 2018 a 2020 superior ao EBITDA registado em 2017;
- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2018 a 2020 superior a 10 milhões de euros.

Mais se deixa esclarecido que as remunerações variáveis atribuídas em 2018 foram a título de prémio extraordinário e não de prémio de desempenho.

Conselho de Administração	Remuneração variável atribuída em 2018		
	Para 2018	Para 2021	Total
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	25.000,00	30.000,00	55.000,00
Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	32.000,00	35.000,00	67.000,00
Engº Joel Viana de Lemos	32.000,00	35.000,00	67.000,00
Engº Carlos Gomes Baptista	32.000,00	35.000,00	67.000,00
Engº Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	32.000,00	35.000,00	67.000,00
	153.000,00	170.000,00	323.000,00

**78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.**

No exercício de 2018, os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer remuneração, seja a que título for, paga por outras sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com a TD,SA.

**79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.**

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba é paga sob a forma de participação nos lucros.

Com efeito, aos membros do Conselho de Administração é paga uma quantia a título de prémio - designado "prémio de desempenho" - cuja atribuição é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Em 2018, a fixação dos prémios pagos – tanto a título de prémios extraordinários (atribuídos em 2018), como a título de prémios de desempenho (atribuídos em 2012 e em 2013) foi motivada pelo desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como pela atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo tido em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores.

Foi também tido em conta, para a fixação dos prémios, o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das

normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

**80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.**

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

**81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.**

Todos os membros do Conselho Fiscal auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, e conforme determinado pela Comissão de Remunerações da Sociedade, remunerações fixas pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos.

Assim, em 2018, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da TD,SA foram distribuídas da seguinte forma:

Conselho Fiscal	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração total
Dr. Óscar Manuel Machado Figueiredo	30.000,00	-	30.000,00
Dr. Mateus Moreira	18.000,00	-	18.000,00
Miguel Carmo Pereira Coutinho	18.000,00	-	18.000,00
	66.000,00	-	66.000,00

O valor global dos honorários anuais da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A." e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, respeitante aos serviços por esta prestados, ou seja, os de Revisão Legal de Contas e Auditoria, foi de:

	Remuneração
Serviços de revisão legal de contas ao Grupo	321.710,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-
Serviços de consultoria fiscal	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-
	321.710,00

Todos os valores acima enumerados referentes à remuneração dos membros do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram pagos no decurso do exercício de 2018, pelo que não existem parcelas cujo pagamento seja di-

ferido no tempo.

Acrescente-se ainda que, conforme previsto na Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

#### 82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

Com exceção do indicado Secretário da Mesa da Assembleia Geral, os demais membros deste órgão, auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente do disposto no 422.º-A, por remissão do número 3 do artigo 374.º-A, uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada pela Comissão de Remunerações prevista no artigo 11.º dos Estatutos.

Nestes termos, informa-se que a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, durante o exercício de 2018, foi de 5.000,00€ (cinco mil euros).

#### V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

#### 83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de um membro do Conselho de Administração, considerando, desde logo, que não é celebrado qualquer contrato para o exercício do cargo de Administrador, nem tão pouco qualquer acordo sobre eventual compensação a pagar por destituição com ou sem justa causa. A existência de uma limitação contratual nos termos acima referidos seria incoerente, tendo em conta as características da relação existente entre a Sociedade e os membros do seu órgão de Administração.

Refira-se que, para efeitos do disposto na Recomendação n.º V.3.6, não estão fixados quaisquer mecanismos jurídicos - para além dos legalmente estabelecidos - para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível quando a destituição de Administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho.

Recorde-se que os Administradores da sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte - anteriormente a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e atualmente a TD,SA - sempre foram "gente da casa", que desenvolveram o seu percurso pro-

fissional no Grupo Teixeira Duarte e não gestores vindos de outras empresas ou grupos, nunca se tendo verificado qualquer situação de destituição de um Administrador desde a sua constituição, nem tão pouco o pagamento de qualquer compensação pela cessão do contrato, pelo que se entende ser desajustada a fixação de quaisquer mecanismos jurídicos no sentido acima descrito.

#### 84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem quaisquer acordos com estas características. É política da Sociedade a não realização de quaisquer pagamentos ligados à cessação antecipada do exercício das funções pelos Administradores ou demais dirigentes, bem como a não celebração de quaisquer acordos a respeito destas matérias.

#### VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ("STOCK OPTIONS")

#### 85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações.

#### 86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

#### 87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ("stock options") de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

#### 88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

## E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

**89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).**

Todas as transações entre entidades do Grupo Teixeira Duarte com partes relacionadas são efetuadas a preços de mercado. O conceito é claro e assumido por todos os gestores de negócio das diversas áreas do Grupo que lidam com partes relacionadas.

Esta postura é transversal a todas as transações desta natureza, ou seja, em quaisquer transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver um débito de preço.

Acresce a tais orientações generalizadas, que todas as transações entre partes relacionadas são registadas informaticamente num suporte global do grupo, ao qual, para além dos próprios gestores de negócio, têm também acesso as equipas de finanças e contabilidade, de consolidação de contas e de auditoria, assim como a própria administração e, complementarmente, os próprios órgãos de fiscalização da Sociedade e do Grupo.

Recorde-se a este propósito que, em 5 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da TD,SA aprovou o novo "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", obrigatório para todos os Administradores, trabalhadores e outros representantes daquelas entidades, nos termos definidos naquele documento.

Cita-se aqui um excerto desse texto sobre "Clientes e Fornecedores":

#### 5.2.2. Critérios de Seleção

*Os Colaboradores devem agir – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também ajam –, por forma a que as decisões tomadas pelos clientes e a tomar relativamente aos fornecedores sigam critérios de seleção objetivos, técnicos e profissionais, que visem a eficiência da decisão e a salvaguarda dos interesses das entidades que representam, repudiando-se quaisquer eventuais critérios que privilegiem interesses pessoais ou difusos, bem como quaisquer atuações que consubstanciem abusos de poder ou posição.*

#### 5.2.3. Conflitos de Interesse, Corrupção e Denúncias de Ilícitos

*Os Colaboradores devem agir – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também ajam –, por forma a avaliarem eventuais situações de conflitos de interesse, que se devem evitar, bem como a proibição de quaisquer comportamentos corruptivos, na forma ativa ou passiva, incluindo pagamentos ou recebimentos de facilitação, ou a criação, manutenção ou promessa de situações irregulares ou de favor.*

*Mais caberá aos Colaboradores a obrigação de reportar – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também reportem – informação sobre quaisquer ações que constituam comportamento incorreto, incluindo aquelas que configurem possíveis práticas ilegais ou ilícitas em matérias financeiras e contabilísticas, fraude, corrupção e branqueamento de capitais, bem como quaisquer atuações relacionadas, direta ou indiretamente, com entidades terroristas ou que possam visar ou apoiar práticas de terrorismo.*

Recorda-se que o Código de Ética e Conduta é obrigatório a todos os colaboradores (incluindo-se neste conceito, os administradores, trabalhadores e outros representantes das entidades do Grupo Teixeira Duarte) e que a sua não aplicação é passível de procedimentos e sanções disciplinares. Pelo que, face a esta abrangência e vinculação efetiva – que se tem considerado eficiente – o órgão de administração não definiu, conforme sugerido pela Recomendação I.5.1., o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.

#### 90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Neste enquadramento e face aos mecanismos acima indicados, todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo nos termos referidos, podendo as transações com partes relacionadas e respetivos saldos e informações complementares serem consultados na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018.

**91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.**

Não existem procedimentos e critérios nos termos acima mencionados uma vez que o tipo de operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada são de carácter

corrente e para exercício da atividade, nomeadamente para financiamentos junto do Banco Comercial Português, S.A., o que se considera ser uma matéria da exclusiva responsabilidade e competência do Conselho de Administração e que, naturalmente, tem por objeto operações realizadas em condições normais de mercado, considerando-se mesmo desadequado sujeitar estes negócios ao parecer prévio dos órgãos de fiscalização.

## II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, encontra-se reproduzida na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018.

### 1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Deverá ser identificado o Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontre sujeita ou se tenha decidido voluntariamente sujeitar, nos termos e para os efeitos do Art. 2.º do presente Regulamento.

Para além dos normativos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e os Regulamentos da CMVM, em especial o Regulamento n.º 4/2013, a TD,SA optou por adotar o Código do Governo das Sociedades do Instituto Português do Corporate Governance (IPCG).

Deverá ainda ser indicado o local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito (Art. 245.º-A, n.º 1, al. p).

O mencionado Código do Governo das Sociedades emitido pelo IPCG pode ser consultado em [www.cgov.pt](http://www.cgov.pt).

### 2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Nos termos do Art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.

A informação a apresentar deverá incluir, para cada recomendação:

- a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página);
- b) Justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial;
- c) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

Estas alíneas são objeto de desenvolvimento simultâneo, dada a sua interligação.

Das 60 Recomendações integradas no referido Código do Governo das Sociedades da do IPCG, a Sociedade não adota dezanove e adota parcialmente seis.

Na tabela *infra* está reproduzido o texto dessas Recomendações com a numeração constante do aludido Código do Governo das Sociedades, seguido da indicação da sua adoção ou não e da remissão para o ponto deste Relatório em que tal matéria se desenvolve ou em que, respeitando o princípio "comply or explain", se justifica a sua eventual não adoção.

Recomendação	Adoção	Remissão
<b>I. PARTE GERAL</b>		
<b>I.1. Relação da sociedade com investidores e informação</b>		
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais <i>stakeholders</i> , aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Sim	56.
<b>I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade</b>		
I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Sim	92.3
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respectivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros —, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respectivas reuniões.	Não	22.
I.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.	Não aplicável	22.
I.2.4. A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Sim	23.
I.2.5. Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, bem como a adopção de uma política de comunicação de irregularidades ( <i>whistleblowing</i> ) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que esta seja solicitada.	Sim	49.
<b>I.3. Relação da sociedade com investidores e informação</b>		
I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Parcial	22. e 10.
I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Sim	22.
<b>I.4. Conflitos de interesses</b>		
I.4.1. Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respectivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Sim	89.
I.4.2. Deverão ser adoptados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos membros lhe solicitarem.	Sim	89.
<b>I.5. Transações com partes relacionadas</b>		
I.5.1. O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.	Não	10. e 89.
I.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.		

	Recomendação	Adoção	Remissão
<b>II.</b>	<b>ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL</b>		
II.1.	A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Sim	1. e 12.
II.2.	A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	14.
II.3.	A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via electrónica.	Parcial	12.
II.4.	A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos.	Não	12.
II.5.	Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	5. e 13.
II.6.	Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Sim	6.
<b>III.</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO</b>		
III.1.	Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador ( <i>lead independent director</i> ) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Não aplicável	18.
III.2.	O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.	Sim	18.
III.3.	Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	Não	18.
III.4.	Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;</li> <li>ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</li> <li>iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</li> <li>iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</li> <li>v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</li> <li>vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</li> </ul>	Não	18.
III.5.	O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos ( <i>cooling-off period</i> ).	Não aplicável	18.

	Recomendação	Adoção	Remissão
III.6.	Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Não aplicável	18.
III.7.	O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Não aplicável	18.
III.8.	Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.	Não	51.
III.9.	As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.	Parcial	24. e 66.
III.10.	Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.	Sim	50. e 51.
III.11.	O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Não	51.
III.12.	O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i> ) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Não	51.
<b>IV.</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA</b>		
IV.1.	O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Não	22.
IV.2.	O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Sim	9. e 21.
IV.3.	O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.	Sim	53.
IV.4.	O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Não	51. e 54.
<b>V.</b>	<b>AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES</b>		
<b>V.1.</b>	<b>Avaliação Anual de Desempenho</b>		
V.1.1.	O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Parcial	24. e 25.
V.1.2.	O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Parcial	24. e 51.
<b>V.2.</b>	<b>Remunerações</b>		
V.2.1.	A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.	Sim	66. e 67.

Recomendação	Adoção	Remissão
V.2.2. A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respectivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respectivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou ações da própria sociedade.	Sim	69.
V.2.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente: <ul style="list-style-type: none"> <li>i. A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;</li> <li>ii. As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;</li> <li>iii. O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;</li> <li>iv. Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;</li> <li>v. Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excecionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;</li> <li>vi. Informações quanto à exigibilidade ou inexistência de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.</li> </ul>	Sim	69.
V.2.4. Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respectiva cessação de funções.	Não	76.
V.2.5. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respectiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Sim	67.
V.2.6. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respectivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.	Sim	67.
<b>V.3. Remunerações dos Administradores</b>		
V.3.1. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Sim	70. e 71.
V.3.2. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Sim	70., 71. e 72.
V.3.4. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	74.
V.3.5. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Não aplicável	66.
V.3.6. A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.	Não	83.
<b>V.4. Nomeações</b>		
V.4.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Não aplicável	17.

	Recomendação	Adoção	Remissão
V.4.2.	A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Não	27.
V.4.3.	Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	Não aplicável	27.
V.4.4.	A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Não aplicável	27.
<b>VI.</b>	<b>GESTÃO DE RISCO</b>		
VI.1.	O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.	Não	54.
VI.2.	Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adoptar tendo em vista a respetiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.	Parcial	54.
VI.3.	A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Sim	54.
<b>VII.</b>	<b>INFORMAÇÃO FINANCEIRA</b>		
<b>VII.1.</b>	<b>Informação financeira</b>		
VII.1.1.	O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Parcial	55.
<b>VII.2.</b>	<b>Revisão legal das contas e fiscalização</b>		
VII.2.1.	Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir: <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas;</li> <li>ii. A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas;</li> <li>iii. Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas;</li> <li>iv. Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.</li> </ul>	Não	45.
VII.2.2.	O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Não	45.
VII.2.3.	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	45.
VII.2.4.	O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.	Sim	51. e 67.
VII.2.5.	O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.	Sim	41.

### 3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Por o mesmo ter sido diversas vezes referido e invocado ao longo do texto deste Relatório do Governo da Sociedade e porque se entende importante que se transmita a obrigatoriedade da aplicação do Código de Ética e Conduta pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte, informa-se que o mesmo foi adotado por deliberação de cada um dos órgãos de gestão dessas entidades e comunicado a todos os trabalhadores, deixando-se aqui também a citação do seguinte ponto:

#### 6.1. Cumprimento

*Este Código de Ética e Conduta é aplicável a todos os Colaboradores da Empresa, que o deverão conhecer, cumprir e promover – no âmbito das suas atuações – o seu cumprimento, bem como divulgar a sua existência e conteúdo junto de outros Colaboradores e dos Destinatários Indiretos deste Código.*

*O incumprimento do Código de Ética e Conduta poderá implicar a instauração de procedimento disciplinar aos Trabalhadores que o incumpram, bem como a apresentação de eventuais reclamações, incluindo por via judicial, e de eventuais denúncias às autoridades competentes, relativamente a todos os Colaboradores que o incumpram.*

Na assembleia geral anual da TD,SA foi aprovada a política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e fiscalização, cuja descrição é, em cumprimento do estabelecido no Artigo 245.º-A, n.º 1, Alínea r) do Código de Valores Mobiliários, aqui divulgada:

#### INTRODUÇÃO:

*A TEIXEIRA DUARTE, S.A. reconhece as vantagens decorrentes da diversidade na composição dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais.*

*Tais benefícios resultam, principalmente, no enriquecimento dos modelos de gestão, numa maior eficiência nos processos de avaliação e decisão através da ponderação de diferentes perspetivas, tirando proveito da pluralidade de conhecimentos, experiências, capacidades e competências dos membros daqueles órgãos sociais.*

*Paralelamente, o respeito de tais diferenças vem evidenciar a consolidação da estrutura de Recursos Humanos do Grupo*

*empresarial liderado pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., através da valorização de aptidões e de competências diversas, tornando a própria Empresa um reflexo da comunidade em que se insere e dos diversos mercados e setores em que atua.*

*A presente “Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Teixeira Duarte, S.A.” foi elaborada tendo em conta, para além das disposições legais aplicáveis, a realidade histórica da sociedade e de todo o Grupo TEIXEIRA DUARTE, que lidera.*

*Exposto isto, esclarece-se que embora a diversidade nos termos acima indicados seja um critério importante, não é um critério absoluto, nem sobreposto a outros que se consideram também adequados ao sustentável desenvolvimento da atividade da Sociedade e do Grupo e ao simultâneo cumprimento dos normativos legais aplicáveis.*

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

*O critério privilegiado para a seleção e nomeação dos membros do Conselho de Administração da sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte – atualmente a Teixeira Duarte, S.A. – tem sido o de apostar (i) em membros executivos e por isso ligados à atividade do Grupo; e, dentro destes (ii) naqueles que se têm designado internamente como “pessoas da casa”; uma aposta de confiança na identificação com os mesmos valores, com uma história partilhada e que privilegia essa ligação mais idiossincrática do que a escolha de um perito exterior em qualquer setor de atividade, mercado de atuação, ou área corporativa.*

*Daí que agora todos os membros dos órgãos de administração tenham, mais de vinte cinco anos ao serviço do Grupo Teixeira Duarte, o mesmo sucedendo com muitos dos membros da Alta Direção do Grupo.*

*Por esse motivo, entende-se que todos os compromissos a assumir e medidas a implementar deverão ter em consideração aquele que tem vindo a ser o critério privilegiado para a seleção e nomeação dos membros do Conselho de Administração, bem como a respetiva adequação às atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial que a Teixeira Duarte, S.A. lidera, e às realidades dos mercados e setores em que atua.*

*É pois neste enquadramento que a Teixeira Duarte, S.A. se compromete a enviar os seus melhores esforços no sentido da promoção da diversidade na composição do Conselho de Administração, designadamente através de:*

- *Cumprimento das disposições normativas em vigor em matéria de diversidade, nomeadamente de não discriminação e de igualdade de oportunidades, que decorram da Lei e*

demais normativos aplicáveis, bem como das regras constantes do “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte” e dos demais documentos nele fundados e aplicáveis a todo o Grupo;

- Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento, nomeadamente em função da idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais;
- Não exercer qualquer tipo de ação discriminatória em função de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, em cumprimento do disposto no “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte” sobre esta matéria;
- Continuar a apostar na diversidade de idades, privilegiando o equilíbrio resultante da conjugação dos conhecimentos e experiência dos mais velhos com a perspetiva inovadora dos mais novos;
- Garantir o cumprimento das normas legais relativas à diversidade de géneros, assegurando uma representação adequada entre mulheres e homens no Conselho de Administração, tendo sempre por base as suas competências, aptidões, experiência e qualificações;
- Assegurar que o Conselho de Administração continue a integrar pessoas com diversas habilitações de base, desde que apropriadas ao cargo a exercer e em consonância com as características, a dimensão e as atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial liderado pela Teixeira Duarte, S.A.;
- Manter a aposta nas “pessoas da casa” como critério privilegiado, valorizando contudo a combinação de pessoas com experiência em diferentes setores, países e áreas corporativas.

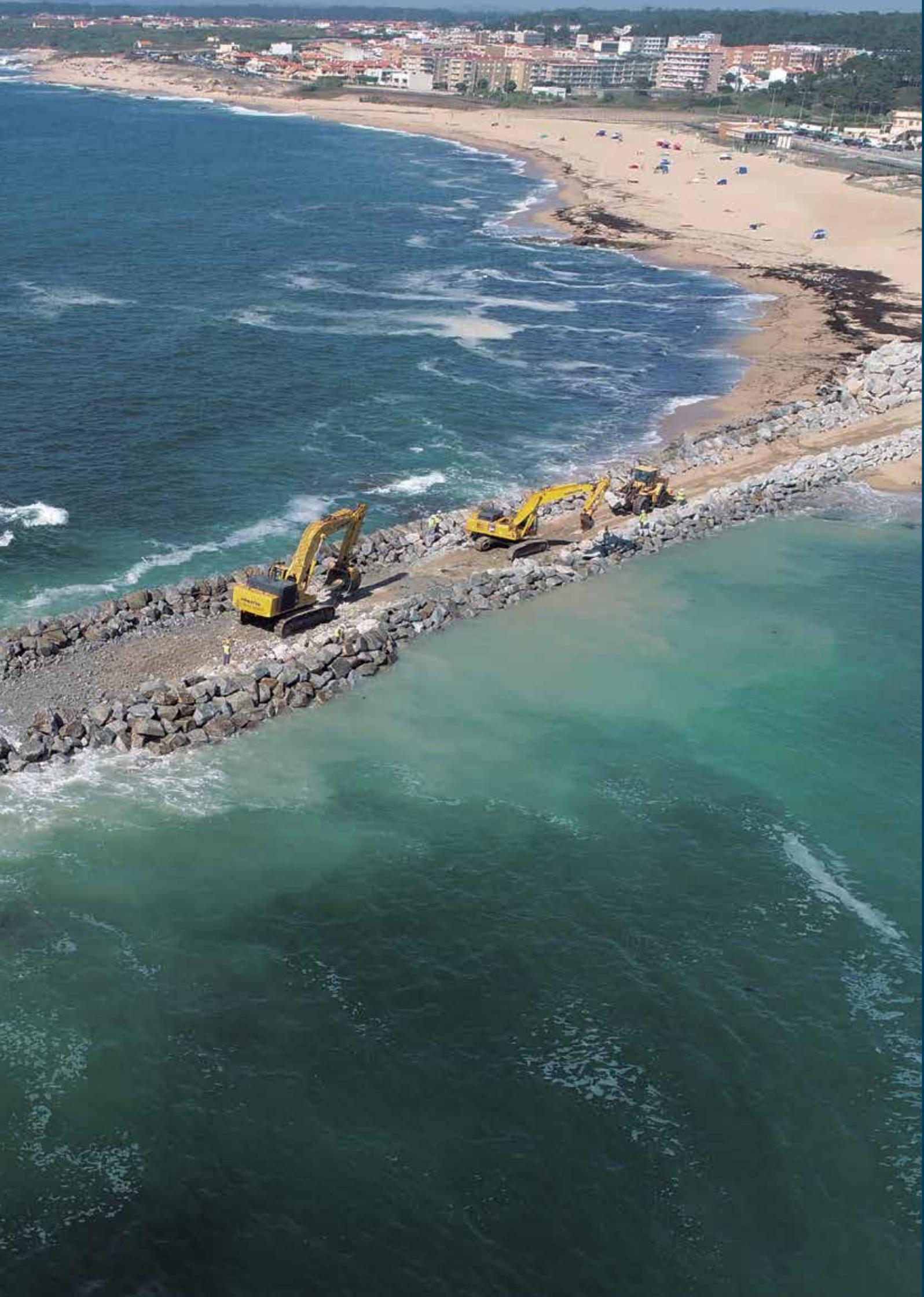
#### ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO:

Em função do modelo societário em vigor na Teixeira Duarte, S.A., os órgãos de fiscalização são o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Não sendo a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas um órgão colegial por natureza, e portanto não integrando uma pluralidade de membros, fica este órgão excluído da presente “Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Teixeira Duarte, S.A.”.

Relativamente ao Conselho Fiscal, atualmente composto por três membros efetivos e um suplente, assume-se os seguintes compromissos, na promoção da diversidade da respetiva composição:

- O cumprimento das disposições normativas em matéria de diversidade, nomeadamente de não discriminação e de igualdade de oportunidades, que decorram da Lei e demais normativos que venham a ser aplicáveis, bem como das regras constantes do “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte” e dos demais documentos nele fundados e aplicáveis a todo o Grupo;
- Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento nomeadamente em função da idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais;
- Não exercer qualquer tipo de ação discriminatória em função de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, em cumprimento do disposto no “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte” sobre esta matéria;
- Continuar a apostar na diversidade de idades, privilegiando o equilíbrio resultante da conjugação dos conhecimentos e experiência dos mais velhos com a perspetiva inovadora dos mais novos;
- Desenvolver esforços tendentes a promover uma representação adequada entre mulheres e homens no Conselho Fiscal, tendo sempre por base as suas competências, aptidões, experiência e qualificações;
- Assegurar que o Conselho Fiscal continue a integrar pessoas com diversas habilitações de base, desde que apropriadas ao cargo a exercer e em consonância com as características, a dimensão e as atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial liderado pela Teixeira Duarte, S.A.;
- Prosseguir a aposta na valorização da diversidade de antecedentes profissionais dos membros do Conselho Fiscal, promovendo a nomeação de pessoas com experiências profissionais diferenciadas, desde que enquadradas no âmbito da atividade do Grupo e adequadas às funções a exercer.



**Teixeira Duarte**

Relatório e Contas 2018

# Demonstrações Financeiras Individuais 2018

## I. BALANÇO

Rúbricas	Notas	2018	2017
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	745	763
Goodwill	8 e 9	22.753	26.003
Ativos intangíveis	6	134	75
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	1.131.984	1.117.703
Outros investimentos financeiros	15.1	12	6
Ativos por impostos diferidos	14	8.387	-
		<b>1.164.015</b>	<b>1.144.550</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Clientes	15.1	16.602	11.629
Estado e outros entes públicos	15.1	1.548	79
Outros créditos a receber	15.1	59.489	14.805
Diferimentos	15.1	286	37
Ativos não correntes detidos para venda	15.1	-	30.133
Caixa e depósitos bancários	4	1.603	189
		<b>79.528</b>	<b>56.872</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.243.543</b>	<b>1.201.422</b>
<b>Capital próprio e Passivo</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital subscrito	23	210.000	210.000
Reservas legais	23	42.000	42.000
Outras reservas	23	230.000	243.660
<b>Resultados transitados:</b>			
Resultados transitados		6.116	7.806
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		(287.212)	(258.250)
<b>Ajustamentos /outras variações no capital próprio:</b>			
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		287.212	258.250
Outros ajustamentos em ativos financeiros	9	(38.774)	(23.683)
		<b>449.342</b>	<b>479.783</b>
Resultado líquido do período		4.672	(15.359)
<b>Total do Capital próprio</b>		<b>454.014</b>	<b>464.424</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Financiamentos obtidos	15.2	221.625	116.677
Outras dívidas a pagar	15.2	259.506	302.006
		<b>481.131</b>	<b>418.683</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	15.2	44.421	28.416
Estado e outros entes públicos	15.2	1.060	846
Financiamentos obtidos	15.2	44.862	114.233
Outras dívidas a pagar	15.2	218.055	174.820
		<b>308.398</b>	<b>318.315</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>789.529</b>	<b>736.998</b>
<b>Total do Capital próprio e Passivo</b>		<b>1.243.543</b>	<b>1.201.422</b>

## II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e gastos	Notas	2018	2017 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	11	13.910	13.232
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	9 e 10	34.862	30.182
Fornecimentos e serviços externos	19	(6.407)	(4.651)
Gastos com o pessoal	18	(11.996)	(9.773)
Outros rendimentos	20	3.094	1.504
Outros gastos	21	(1.768)	(7.740)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>31.695</b>	<b>22.754</b>
Gastos de depreciação e de amortização	6, 7 e 9	(3.466)	(3.343)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>28.229</b>	<b>19.411</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11 e 17	1.001	482
Juros e gastos similares suportados	17	(26.884)	(30.675)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2.346</b>	<b>(10.782)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14	2.326	(4.577)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>4.672</b>	<b>(15.359)</b>

### III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital							Total
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros de subsidiárias	Resultado líquido do período		
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1	210.000	36.500	242.908	(209.880)	235.534	7.093	522.155	
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial	9	-	-	-	(40.565)	(967)	-	(41.532)	
Aplicação de resultados	2	-	5.500	752	-	-	(6.253)	(1)	
Resultado líquido do período	3	-	5.500	752	(40.565)	(967)	(6.253)	(41.533)	
Resultado integral do período	4=2+3							(56.892)	
Operações com detentores de capital no período:									
Distribuições	5	-	-	-	-	-	(840)	(840)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6=1+2+3+5	210.000	42.000	243.660	(250.445)	234.567	(15.359)	464.423	
Saldo em 1 de janeiro de 2018	7	210.000	42.000	243.660	(250.445)	234.567	(15.359)	464.423	
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial	9	-	-	-	(28.962)	13.881	-	(15.081)	
Aplicação de resultados	23	-	-	-	(15.359)	-	15.359	-	
Outras operações reconhecidas em capital próprio	8	-	-	(13.660)	13.670	(10)	-	-	
Resultado líquido do período	9	-	-	(13.660)	(30.651)	13.871	15.359	(15.081)	
Resultado integral do período	10=8+9						4.672	4.672	
Operações com detentores de capital no período:									
Distribuições	11	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12=7+8+9+11	210.000	42.000	230.000	(281.096)	248.438	4.672	454.014	

## IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2018	2017
<b>Atividades Operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		18.795	8.940
Pagamentos a fornecedores		(9.604)	(8.203)
Pagamentos ao pessoal		(6.184)	(5.211)
Caixa gerada pelas operações		3.003	(4.474)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(828)	430
Outros recebimentos/pagamentos		(7.727)	(5.483)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(5.552)	(9.527)
<b>Atividades de investimento:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
- Ativos fixos tangíveis		(333)	(9)
- Ativos intangíveis		-	(26)
- Investimentos financeiros	4	(15.000)	(30.000)
- Partes relacionadas		(130.564)	(22.985)
Recebimentos provenientes de:			
- Investimentos financeiros	4	33.449	15.000
- Juros e rendimentos similares		123	835
- Dividendos	4	5.577	12.250
- Partes relacionadas		86.959	39.417
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(19.789)	14.482
<b>Atividades de financiamento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
- Financiamento obtidos		212.746	58.694
- Partes relacionadas		182.710	110.768
Pagamentos respeitantes a:			
- Financiamento obtidos		(131.491)	(53.970)
- Juros e gastos similares		(8.822)	(8.372)
- Partes relacionadas		(228.388)	(111.130)
- Dividendos		-	(840)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		26.755	(4.850)
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		1.414	105
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	189	84
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	1.603	189

## ANEXO

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. (adiante designada por “Empresa”), número de pessoa coletiva 509.234.526, tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de janeiro de 2009 e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu grupo empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo, bem como prestando serviços de administração, gestão, consultoria, assistência operacional ou apoio em recursos humanos, técnicos e financeiros a participadas ou a entidades com as quais tenha celebrado contrato para esse efeito.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros em empresas subsidiárias sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.2.a).

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de euros.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que veio introduzir no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) as alterações consideradas indispensáveis para garantir a sua conformidade com a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, sendo conseqüentemente alteradas as Portarias e os Avisos relativos aos instrumentos contabilísticos que compõem o SNC.

Com referência a 31 de dezembro de 2018, na transposição das demonstrações financeiras das suas subsidiárias em Angola, tratando-se de uma economia hiperinflacionária, a Empresa aplicou a *International Accounting Standard 29* - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

Não foram derogadas quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade, pelo que não há quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes desta situação.

## 2.1 NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 A EMPRESA PROCEDEU ÀS SEGUINTE “REEXPRESSÕES”

### Demonstração de resultados

Para efeitos comparativos com o período homólogo, as “reexpressões” efetuadas relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

	2017	“Reexpressão”	2017 “Reexpresso”
Rendimentos e gastos			
Vendas e serviços prestados	13.232	-	13.232
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	30.182	-	30.182
Fornecimentos e serviços externos	(4.651)	-	(4.651)
Gastos com o pessoal	(9.773)	-	(9.773)
Outros rendimentos	184	1.320	1.504
Outros gastos	(378)	(7.362)	(7.740)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>28.796</b>	<b>(6.042)</b>	<b>22.754</b>
Gastos de depreciação e de amortização	(3.343)	-	(3.343)
<b>Resultado operacional ( antes de gastos de financiamento e impostos )</b>	<b>25.453</b>	<b>(6.042)</b>	<b>19.411</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	482	-	482
Juros e gastos similares suportados	(30.675)	-	(30.675)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(4.740)</b>	<b>(6.042)</b>	<b>(10.782)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(10.619)	6.042	(4.577)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(15.359)</b>	<b>-</b>	<b>(15.359)</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a reexpressão é referente á reclassificação dos montantes de estimativa de imposto e de retenções de impostos sobre o rendimento no estrangeiro da rubrica “Imposto sobre o rendimento do período” para a rubrica “Outros gastos” e “Outros rendimentos”.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 3.1 BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC.

### 3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

#### Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC.

#### a) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido da diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e a parte do investidor no justo valor líquido dos ativos e passivos contingentes identificáveis da subsidiária, se positivas, são registadas como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada (*Goodwill* negativo) é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição, na rubrica “Outros rendimentos e ganhos”.

As amortizações são calculadas, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para o *Goodwill* em causa. A amortização é realizada de acordo com a seguinte vida útil estimada:

	Anos de vida útil
<i>Goodwill</i>	10

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica de “Outros ajustamentos em ativos financeiros”, bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Quando as perdas em subsidiárias excedem o investimento efetuado nessas entidades é reconhecida uma provisão até ao limite da participação nas mesmas.

#### b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos são alienados ou passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamento administrativo	3 - 10

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

#### c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem direitos contratuais sobre programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis pela empresa e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstra-

ção dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para os ativos em causa. A amortização é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3

#### d) Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados.

Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de “Outros créditos a receber” e “Diferimentos” no ativo e “Outras dívidas a pagar” e “Diferimentos” no passivo.

#### e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, ou final de produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

#### f) Rédito

Os réditos decorrentes de vendas de bens são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- A empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- A empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

#### g) Saldos e transações expressas em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em ganhos e perdas de financiamento do período em que são geradas.

#### h) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

#### Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

#### Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do

seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

#### Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

#### Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre respetivo valor contabilístico ou o seu justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

Os Ativos não correntes detidos para venda são mensurados, com base nos pressupostos presentes no primeiro parágrafo da NCRF 8, pelo menor valor entre a quantia escriturada e o justo valor deduzido dos custos associados à venda, bem como merecem distinção da sua apresentação no balanço.

#### Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

#### Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo

justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal.

#### Financiamentos

Os financiamentos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

Os financiamentos são registados inicialmente e reconhecidos no ativo pelo valor nominal pago, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

#### **i) Responsabilidades com pensões**

A Empresa proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva da Administração que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas são registadas como gasto na data em que são devidas.

Sem prejuízo da sua génese facultativa, a disponibilidade das contribuições efetuadas pela Empresa são exclusivamente as previstas na legislação fiscal aplicável.

#### **j) Imposto sobre o rendimento**

A Empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, do qual é a Teixeira Duarte, S.A. (Empresa-mãe), desde 1 de janeiro de 2012, a sociedade dominante.

O “Imposto sobre o rendimento do período” registado na demonstração dos resultados representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Os resultados tributáveis podem diferir dos resultados contabilísticos, uma vez que podem excluir diversos gastos e rendimentos que apenas sejam dedutíveis ou tributá-

veis em períodos futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos contabilizados, sendo o montante dos mesmos ajustado em função das expectativas de utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

#### k) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

### 3.3 JUÍZOS DE VALOR DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber; iii) acréscimos e diferimentos; iv) investimentos financeiros; e v) *goodwill*.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

#### 4. FLUXOS DE CAIXA

##### Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	2018	2017
Numerário	2	2
Depósitos à ordem	1.601	187
	1.603	189

##### Fluxos das atividades de investimento

Os pagamentos relativos a investimentos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respeitam às seguintes operações:

	2018	2017
Acordo de Resolução com TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	15.000	-
Contrato de promessa de compra e venda de ações LAGOAS PARK, S.A.	-	30.000
	15.000	30.000

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi celebrado com a Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., o acordo de resolução o qual estabelece a devolução de 15.000 milhares de euros recebidos no exercício de 2017 a título de sinal pelo contrato de promessa de compra e venda da participação na Lagoas Park, S.A.

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respeitam às seguintes operações:

	2018	2017
Alienação da participação na LAGOAS PARK, S.A.	33.449	-
Aumento de Capital LAGOAS PARK, S.A.	-	15.000
	33.449	15.000

Os recebimentos provenientes de dividendos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram como segue:

	2018	2017
LAGOAS PARK, S.A.	77	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	1.500	1.500
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	4.000	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	-	10.750
	5.577	12.250

## 5. PARTES RELACIONADAS

### Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais e da alta direção da empresa

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram as seguintes:

	2018	2017
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	1.151	870
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	61
	1.278	997

As remunerações atribuídas aos membros da alta direção da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram as seguintes:

	2018	2017
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	1.943	1.067

### Saldos e transações

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, empresas subsidiárias, e outras partes relacionadas podem ser detalhados como segue:

	Clientes		Fornecedores		Financiamentos obtidos		Outros créditos a receber / Outras dívidas a pagar	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Subsidiárias:</b>								
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	2.976	1.887	43.258	27.727	-	54.760	(373.577)	(444.345)
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Sucursal de Angola)	2.252	1.894	-	-	-	-	90	61
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Estabelecimento Estável da Argélia)	162	159	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	129	103	209	-	10.962	1.880	(26.456)	(22.433)
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	514	480	30	28	-	-	3.110	1.221
	<b>6.033</b>	<b>4.523</b>	<b>43.497</b>	<b>27.755</b>	<b>10.962</b>	<b>56.640</b>	<b>(396.833)</b>	<b>(465.496)</b>
<b>Outras partes relacionadas:</b>								
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	516	355	-	-	-	-	7	185
AUTO COMPETIÇÃO ANGOLA, Lda.	189	104	-	-	-	-	16	28
BONAPARTE, S.A.	33	23	-	-	-	-	659	183
C+PA - Cimento e Produtos Associados, S.A.	6	4	-	-	-	-	2.212	967
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	3.318	2.180	-	-	-	-	254	844
COMERCIO DE AUTOMÓVEIS, Lda.	252	150	-	-	-	-	-	38
DCG - Distribuição e Comercio Geral, Lda.	126	52	-	-	-	-	24	67
EDUCARE - Actividades Educativas e Culturais, Lda.	337	213	-	-	-	-	24	47
EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.	184	67	-	-	-	-	116	231
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	193	219	-	-	-	-	2.385	(1.022)
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	51	104	-	-	-	-	601	175
GO CORP - Travel Solutions, S.A.	21	22	3	-	-	-	980	423
HOTEL BAÍA, Lda.	605	338	-	-	-	-	26	235
HOTEL TRÓPICO, S.A.	235	104	-	-	-	-	8	39
IMOPREDOUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	4	5	-	-	-	-	4.823	45
IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	7	11	-	-	-	-	862	255
LAGOAS HOTEL, S.A.	75	75	2	20	-	-	5.019	2.453
OCC - Operador Central de Comercio, Lda.	182	114	-	-	-	-	-	61
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	7	9	-	-	-	-	518	293
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	54	69	-	-	-	-	-	126
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	26	21	-	-	-	-	302	64
SMOTORS, S.A.	25	44	-	-	-	-	(388)	(57)
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	261	293	-	9	-	-	(27)	280
TEIXEIRA DUARTE (Moçambique), Lda.	152	81	-	-	-	-	102	400
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	1.255	1.251	-	-	-	-	120	546
TDE, S.A.	6	7	-	-	-	-	(42)	29
TDGI, Lda.	354	187	-	-	-	-	-	135
TDH, S.A.	5	5	-	-	-	-	(118)	(116)
TDO, Lda.	119	80	-	-	-	-	1.504	74
TEIXEIRA DUARTE - Distribuição, S.A.	169	159	-	-	-	-	2.779	666
Outros	1.647	655	12	467	-	-	(870)	(1.002)
	<b>10.414</b>	<b>7.001</b>	<b>17</b>	<b>496</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.896</b>	<b>6.692</b>
	<b>16.447</b>	<b>11.524</b>	<b>43.514</b>	<b>28.251</b>	<b>10.962</b>	<b>56.640</b>	<b>(374.937)</b>	<b>(458.804)</b>

As principais transações realizadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, empresas subsidiárias e outras partes relacionadas foram como segue:

	Vendas e prestações de serviços		Prestações de serviços intragrupo		Rendimentos e ganhos financeiros		Compras e serviços obtidos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Subsidiárias:</b>								
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	4.824	2.284	2.419	1.197	425	-	966	1.671
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Sucursal de Angola)	195	215	162	178	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Sucursal de Brasil)	81	60	9	7	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Estabelecimento Estável da Argélia)	3	2	-	152	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	1.736	113	169	81	278	827	209	1.862
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	910	617	687	343	-	8	122	360
	<b>7.749</b>	<b>3.291</b>	<b>3.446</b>	<b>1.958</b>	<b>703</b>	<b>835</b>	<b>1.297</b>	<b>3.893</b>
<b>Outras partes relacionadas:</b>								
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	54	10	107	42	-	-	-	-
ANGOÍMO, Lda.	-	19	-	69	-	-	-	-
AUTO COMPETIÇÃO ANGOLA, Lda.	35	-	50	13	-	-	-	-
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	57	6	76	26	-	-	-	-
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	23	4	55	19	-	-	-	-
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	751	195	365	137	-	-	-	-
COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, Lda.	34	-	68	18	-	-	-	-
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	-	19	-	143	-	-	-	-
EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda.	33	1	91	63	-	-	-	-
EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.	270	142	173	40	-	-	-	-
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	258	183	412	198	3	-	-	-
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	349	332	67	33	5	-	-	-
GO CORP Travel Solutions, S.A.	11	1	54	18	-	-	5	-
HOTEL BAÍA, Lda.	152	16	115	51	-	-	-	-
HOTEL TRÓPICO, S.A.	42	23	89	84	-	-	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	67	23	125	76	-	-	26	41
OCC - Operador Central de Comercio, Lda.	8	-	61	50	-	-	-	-
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	135	104	103	26	-	-	-	-
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	22	9	61	21	-	-	-	-
SMOTORS, S.A.	22	14	57	35	-	-	-	-
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	345	242	480	235	5	-	-	45
TD - Distribuição, S.A.	410	292	220	84	-	-	-	-
TD (Moçambique), Lda.	349	201	143	95	-	-	-	-
Outros	1.053	581	1.333	704	52	-	1.216	379
	<b>4.480</b>	<b>2.417</b>	<b>4.305</b>	<b>2.280</b>	<b>65</b>	<b>-</b>	<b>1.247</b>	<b>465</b>
	<b>12.229</b>	<b>5.708</b>	<b>7.751</b>	<b>4.238</b>	<b>768</b>	<b>835</b>	<b>2.544</b>	<b>4.358</b>

**6. ATIVOS INTANGÍVEIS**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Adições	Transferências e abates	Saldo final
Ativo bruto:				
Programas de computador	94	59	18	171
Ativos intangíveis em curso	65	15	(18)	62
	159	74	-	233
Amortizações acumuladas:				
Programas de computador	84	15	-	99
	84	15	-	99
Valor líquido dos Ativos intangíveis	75			134

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Ativo bruto:			
Programas de computador	94	-	94
Ativos intangíveis em curso	26	39	65
	120	39	159
Amortizações acumuladas:			
Programas de computador	54	30	84
	54	30	84
Valor líquido dos Ativos intangíveis	66		75

**7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Ativo bruto:			
Edifícios e outras construções	612	-	612
Equipamento de transporte	11	-	11
Equipamento administrativo	243	183	426
	866	183	1.049
Depreciações acumuladas:			
Edifícios e outras construções	24	61	85
Equipamento de transporte	-	6	6
Equipamento administrativo	79	134	213
	103	201	304
Valor líquido dos Ativos fixos tangíveis	763		745

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Adições	Transferências e abates	Saldo final
Ativo bruto:				
Edifícios e outras construções	-	277	335	612
Equipamento de transporte	-	11	-	11
Equipamento administrativo	108	69	66	243
Ativos fixos tangíveis em curso	400	-	(400)	-
	508	357	1	866
Depreciações acumuladas:				
Edifícios e outras construções		24		24
Equipamento administrativo	42	37		79
	42	61	-	103
Valor líquido dos Ativos fixos tangíveis	466			763

## 8. GOODWILL

As quantias referentes a *Goodwill* nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram:

	2018		
	Quantias brutas	Amortizações acumuladas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias	32.504	(9.751)	22.753

	2017		
	Quantias brutas	Amortizações acumuladas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias	32.504	(6.501)	26.003

No exercício findo a 31 de dezembro de 2018, com base no plano de negócio previsional da subsidiária, a gestão não identificou indícios de imparidade.

## 9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa tinha registrado na rubrica Participações financeiras – método da equivalência patrimonial os seguintes montantes distintos por investimentos:

	2018	2017
	Quantias líquidas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias	1.131.984	1.117.703

### Investimentos em subsidiárias

No período findo em 31 de dezembro de 2018 a Empresa apresentava as seguintes participações financeiras em subsidiárias, mensuradas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Porto Salvo - Oeiras	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Porto Salvo - Oeiras	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Porto Salvo - Oeiras	100,00%

A principal informação financeira relativa às empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é a seguinte:

	Ativos		Passivos		Rendimentos		Resultado líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	1.469.431	1.610.124	966.219	1.097.778	531.216	483.054	9.975	16.004
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	859.872	970.483	233.912	391.602	45.455	163.474	8.748	42.536
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	19.173	21.644	14.254	17.769	40.161	40.573	2.857	1.749
	2.348.476	2.602.251	1.214.385	1.507.149	616.832	687.101	21.580	60.289

Esta informação corresponde às contas estatutárias das empresas, tendo as mesmas sido ajustadas para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial.

As partes de capital em empresas subsidiárias tiveram os seguintes movimentos no período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1.141.436	29.254	1.170.690
Aumento	30.000	-	30.000
Redução	(30.133)	-	(30.133)
Amortização	-	(3.251)	(3.251)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício	30.182	-	30.182
- Efeito em capitais próprios	(41.532)	-	(41.532)
- Dividendos recebidos	(12.250)	-	(12.250)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.117.703</b>	<b>26.003</b>	<b>1.143.706</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2018	1.117.703	26.003	1.143.706
Amortização	-	(3.250)	(3.250)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício	34.862	-	34.862
- Efeito em capitais próprios	(15.081)	-	(15.081)
- Dividendos recebidos	(5.500)	-	(5.500)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.131.984</b>	<b>22.753</b>	<b>1.154.737</b>

No exercício findo de 31 de dezembro de 2018 e 2017, o efeito líquido em capitais próprios, da aplicação do método de equivalência patrimonial, resulta dos seguintes impactos:

	2018	2017
Desvalorização significativa de moedas funcionais de subsidiárias e outros	(207.330)	(41.532)
Aplicação da IAS 29	30.164	-
Revalorização de ativos fixos tangíveis	162.085	-
	(15.081)	(41.532)

O detalhe dos investimentos em subsidiárias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como se segue:

	Partes de capital	
	2018	2017
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	488.314	553.526
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	638.751	560.354
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	4.919	3.823
	1.131.984	1.117.703

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser detalhados como segue:

	Ganhos / Perdas		Ajustamentos de capital próprio		Dividendos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	3.247	(9.142)	(68.459)	(21.759)	-	(10.750)
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	28.758	37.491	53.640	(20.107)	(4.000)	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	2.857	1.749	(262)	324	(1.500)	(1.500)
Lagoas Park, S.A.	-	84	-	10	-	-
	34.862	30.182	(15.081)	(41.532)	(5.500)	(12.250)

## 10. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS ÀS SUBSIDIÁRIAS

Nos períodos findos de 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Empresa apresentava as seguintes variações nos investimentos em participações financeiras subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

	2018	2017
Rendimentos:		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	34.862	39.324
	34.862	39.324
Gastos:		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-	(9.142)
	-	(9.142)
	34.862	30.182

## 11. RÉDITO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o rédito reconhecido pela empresa tinha a seguinte decomposição:

	2018	2017
Prestações de serviços	13.910	13.232
Juros	1.001	482
	14.911	13.714

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o volume de negócios da Empresa estava geograficamente distribuído da seguinte forma:

	2018	2017
	Prestação de serviços	Prestação de serviços
Angola	1.744	2.413
Argélia	3	154
Bélgica	17	23
Brasil	569	507
Espanha	120	200
Moçambique	362	597
Portugal	11.094	9.338
Venezuela	1	-
	13.910	13.232

## 12. PASSIVOS CONTINGENTES

### Processos fiscais

Na sequência de inspeções aos exercícios de 2012 e 2013, realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade detida diretamente a 100% do seu capital social pela Empresa, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2012	13.294	3.965
2013	26.221	5.280

Natureza das correções efetuadas:

### (a) Encargos financeiros não aceites

Com exceção das situações elencadas no ponto seguinte, as correções resultam da desconsideração, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações acessórias sujeitas ao regime das prestações suplementares.

A correção relativa ao exercício de 2012 foi objeto de liquidação adicional à sociedade dominante daquele exercício, a Empresa, tendo a mesma entregue contestação nos prazos legais.

Esta correção, com os exatos termos e fundamentos, foi também efetuada pela AT durante os anos de 2007 a 2011 à participada Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., que por ser tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), tais correções foram objeto de Demonstrações de Liquidação de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante naqueles exercícios, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A..

No decorrer de 2018 a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante do exercício de 2007, foi notificada de Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Administrativo, determinando a anulação da liquidação adicional emitida pela AT com referência àquele exercício.

### (b) Aplicação do artigo 51.º do Código do IRC

A correção ao prejuízo fiscal apurado no exercício de 2013 integra o montante de 5.000 milhares de euros, relativo à aplicação incorreta, segundo a AT, do artigo 51.º do Código do IRC. Esta correção foi objeto de impugnação judicial pela Empresa, na qualidade de sociedade dominante.

### (c) Aplicação do artigo 90.º do Código do IRC

No seguimento de diversas inspeções realizadas pela AT ao cálculo do IRC dos exercícios de 2013, 2014 e 2015 devido pelo grupo de sociedades de que a Empresa é a sociedade dominante, foram efetuadas as seguintes correções:

	Imposto corrigido
2013	811
2014	1.097
2015	559

Estas correções resultam da AT ter um entendimento diferente quanto à utilização das deduções à coleta previstas no artigo

90.º do Código do IRC na Derrama Municipal e Derrama Estadual apuradas no âmbito de aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS).

**(d) Gastos de Financiamento Líquidos (artigo 67.º do Código do IRC)**

No decorrer do exercício de 2018 a Empresa foi notificada do Relatório de Conclusões incidente sobre a inspeção realizada pela AT ao IRC devido pelo RETGS no exercício de 2015, tendo determinado uma correção à matéria coletável apurada, no montante de 22.710 milhares de euros.

Esta correção, incidente sobre a utilização, em 2015, de “folga” apurada em exercícios anteriores no âmbito do artigo 67.º do Código do IRC, irá ser objeto de contestação pela Empresa, na qualidade de sociedade dominante.

**13. EFEITOS DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO**

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	Câmbio de fecho		
	2018	2017	Variação
Dólar Americano (USD)	1,1450	1,1993	-5%

**14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. Sobre o lucro tributável de IRC, a Empresa está sujeita a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros encontra-se sujeita a Derrama Estadual, às taxas de 3%, 5% e 9%, respetivamente.

A Empresa está igualmente sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre os encargos, despesas e gastos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

No processo de apuramento do resultado tributável da Empresa, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico, montantes que não concorrem fiscalmente. Estas diferenças entre resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do Código do IRC, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos para os gerados no

período de tributação de 2017 em diante, sendo suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis apurados a posteriori, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tributável apurado no período de tributação em que se realize.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

Relativamente a entidades com presença noutros países, o prazo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os cinco anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/ inspeções fiscais a períodos de tributação passíveis de revisão não terão um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2018.

O encargo de imposto registado nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser apresentado do seguinte modo:

	2018	2017 Reexpresso
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	(1.627)	11.158
	(1.627)	11.158
Imposto diferido:		
Imposto diferido em Portugal	(699)	(6.581)
	(699)	(6.581)
	(2.326)	4.577

A relação, em Portugal, entre o gasto e o lucro contabilístico, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

	2018	2017 Reexpresso
Resultado líquido do período	4.672	(15.359)
Ajustamentos para o lucro tributável:		
Diferenças definitivas:		
- A acrescer	28.153	22.105
- A deduzir	(35.561)	(38.083)
Prejuízo fiscal	(2.736)	(31.337)
Matéria coletável	-	-
Outras componentes do imposto sobre o rendimento:		
Outros	(1.627)	11.158
Imposto corrente	(1.627)	11.158
Imposto diferido	(699)	(6.581)
Rendimento / Gasto de imposto sobre o rendimento	(2.326)	4.577

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de (1.627) milhares de euros corresponde ao rendimento líquido de financiamento apurado no âmbito do RETGS.

As diferenças definitivas incluem, essencialmente, a anulação dos efeitos da equivalência patrimonial (Nota 9).

A taxa de imposto efetivo nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, era como segue:

	2018	2017 Reexpresso
Imposto corrente	(1.627)	11.158
Resultados antes de impostos	2.346	(10.782)
Taxa de imposto efetiva	-	-

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram como segue:

	2018			
	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	-	575	7.812	8.387

	2017			
	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	5.224	6.581	(11.805)	-

As constituições e reversões verificadas foram reconhecidas como ganho ou rendimento do período na rubrica "Imposto sobre o rendimento".

## 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, correntes e não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a seguinte decomposição:

### 15.1 ATIVOS FINANCEIROS

#### Cientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte decomposição:

	2018			2017		
	Não Grupo	Grupo	Total	Não Grupo	Grupo	Total
Cientes conta corrente	155	16.447	16.602	105	11.524	11.629

#### Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Outros créditos a receber" corrente tinha a seguinte decomposição:

	2018	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.573	8.121
Outros devedores:		
Adiantamentos a fornecedores	354	354
RETGS	11.831	6.311
Outros	43.731	19
	<b>55.916</b>	<b>6.684</b>
	59.489	14.805

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Devedores por acréscimo de rendimentos" diz respeito essencialmente ao e prestações de serviços realizados e não faturados à data de reporte.

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outros devedores - Outros" é referente a partes relacionadas.

#### Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os restantes ativos correntes tinham a seguinte decomposição:

	2018	2017
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas - IRC		
- Estimativa de imposto	(176)	(1.489)
- Retenção na fonte	302	424
- Pagamentos por conta	1.422	1.144
	<b>1.548</b>	<b>79</b>
Diferimentos:		
Gastos a reconhecer	286	37

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Imposto sobre o rendimento" é referente ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS).

#### Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda tinha a seguinte decomposição:

	2018	2017
Ativos não correntes detidos para venda:		
Investimentos financeiros	-	30.133

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa procedeu à alienação da participação detida na sociedade Lagoas Park, S.A..

#### Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Outros ativos financeiros" líquidos de imparidades tinha a seguinte decomposição:

	2018	2017
Fundo de Compensação do Trabalho	12	6

## 15.2 PASSIVOS FINANCEIROS

### Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte decomposição:

	2018			2017		
	Não Grupo	Grupo	Total	Não Grupo	Grupo	Total
Fornecedores conta corrente	907	43.514	44.421	165	28.251	28.416

### Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Outras dívidas a pagar" tinha a seguinte decomposição:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Credores por acréscimo de gastos	10.664	-	9.472	-
Outros credores:				
Pessoal	2.838	260	2.187	260
Acionistas/sócios	77	-	-	-
RETGS	31.094	-	20.510	-
Outros	173.382	259.246	142.651	301.746
	<b>207.391</b>	<b>259.506</b>	<b>165.348</b>	<b>302.006</b>
	218.055	259.506	174.820	302.006

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Outros credores - Outros" de 2018 inclui o montante de 429.246 milhares de euros referente à aquisição da participação financeira da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., verificada no exercício de 2015, sendo 170.500 milhares de euros passivo corrente e 259.246 milhares de euros não corrente.

### Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte decomposição:

	2018	2017
Estado e outros entes públicos:		
Retenção de impostos sobre rendimentos	153	192
Imposto sobre o valor acrescentado	707	460
Contribuições para a Segurança Social	196	194
Outras tributações	4	-
	<b>1.060</b>	<b>846</b>

### Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de financiamentos obtidos (correntes e não correntes) tinha a seguinte decomposição:

		2018			2017		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	a)	33.900	208.904	242.804	37.506	69.019	106.525
Descobertos bancários	a)	-	3.871	3.871	19.837	38.808	58.645
Mercado de valores mobiliários - Outros financiamentos	b)	-	8.850	8.850	250	8.850	9.100
Subsidiárias	Nota 5	10.962	-	10.962	56.640	-	56.640
		44.862	221.625	266.487	114.233	116.677	230.910

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos nos financiamentos obtidos, foram os seguintes:

	2018			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Empréstimos bancários	106.525	208.875	(72.596)	242.804
Descobertos bancários	58.645	3.871	(58.645)	3.871
Mercado de valores mobiliários - Outros financiamentos	9.100	-	(250)	8.850
Subsidiárias	56.640	-	(45.678)	10.962
	230.910	212.746	(177.169)	266.487

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos nos financiamentos obtidos, foram os seguintes:

	2017			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Empréstimos bancários	115.217	50	(8.742)	106.525
Descobertos bancários	43.628	58.645	(43.628)	58.645
Mercado de valores mobiliários - Outros financiamentos	10.700	-	(1.600)	9.100
Subsidiárias	57.002	-	(362)	56.640
	226.547	58.695	(54.332)	230.910

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Financiamentos obtidos", respeita a diversas operações contratadas junto de várias instituições financeiras e partes relacionadas, vencendo juros a taxas normais de mercado.

#### (a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos bancários referente a descobertos bancários e contas caucionadas venciam juros a taxas normais de mercado.

Os empréstimos bancários contratados pela Empresa, correspondem essencialmente a:

Banco	Tipo de financiamento	Data de início	Data de vencimento	Financiamento	Montante total financiamento - (€)	Plafond utilizado Empresa - (€)	Plafond utilizado restante Grupo - (€)
Banco do Brasil S.A.	Empréstimo bancário	22 de janeiro de 2016	10 de janeiro de 2019	Individual	1.167	1.167	-
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	27 de novembro de 2017	31 de dezembro de 2033	Grupo	31.777	32	31.745
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	30 de janeiro de 2018	15 de junho de 2021	Grupo	13.650	50	13.600
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	5 de janeiro de 2009	15 de dezembro de 2033	Grupo	141.020	141.020	-
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	22 de setembro de 2014	15 de dezembro de 2033	Grupo	83.000	67.805	15.195
Banco Santander, S.A.	Conta caucionada	31 de outubro de 2012	30 de dezembro de 2021	Individual	12.160	12.160	-
Banco BIC, S.A.	Conta caucionada	6 de agosto de 2015	5 de agosto de 2019	Grupo	21.742	20.570	1.172
Novo Banco, S.A.	Descoberto bancário	1 de fevereiro de 2007	31 de dezembro de 2033	Grupo	15.396	3.871	3.857
					319.912	246.675	65.569

#### (b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Banco	Tipo de financiamento	Data de início	Data de vencimento	Financiamento	Montante total financiamento - (€)	Plafond utilizado Empresa - (€)	Plafond utilizado restante Grupo - (€)
Novo Banco, S.A.	Papel comercial	28 de dezembro de 2015	15 de junho de 2027	Grupo	95.000	8.850	86.150

Os financiamentos obtidos acima indicados são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	2018	2017
Menos de um ano	44.862	114.233
1 a 2 anos	42	1.906
2 a 3 anos	10.217	8.543
3 a 4 anos	11.437	8.543
4 a 5 anos	15.877	8.543
Mais de 5 anos	184.052	89.142
	266.487	230.910

Para garantia dos financiamentos obtidos atrás descritos foram constituídas hipotecas e prestados diversos penhores.

## 16. GARANTIAS E COMPROMISSOS

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa tinha prestado garantias bancárias e seguros de caução a terceiros, como segue:

	2018	2017
Garantias bancárias	28.726	26.073

As garantias bancárias em vigor em 31 de dezembro de 2018 incluem:

- Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., relativo a dívida de IRC do período de 2010, a Empresa apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.
- Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à Empresa, e relativo a dívida de IRC do

período de 2013, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias no montante global de 1.125 milhares de euros.

- Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à Empresa, e relativo a dívida de IRC do período de 2014, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias no montante global de 1.528 milhares de euros.
- Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à Empresa, e relativo a dívida de IRC do período de 2015, foi emitida, a favor da AT, uma garantia bancária no montante de 898 milhares de euros.

Para efeitos de garantir o pagamento em prestações de uma liquidação adicional de IRC do período de 2013 da Empresa, foi emitida, a favor da AT, uma garantia bancária no montante de 582 milhares de euros. Esta garantia bancária foi cancelada no decorrer de 2018.

#### Compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa tem emitidas cartas-conforto prestadas a favor de empresas do grupo conforme segue:

	Valor em divisa	Divisa	Valor em milhares de euros
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	1.891.400.000,00	AON	5.358
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	4.390.650.000,00	AON	12.438
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	30.000.000,00	USD	26.201
RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.	2.000.000,00	EUR	2.000
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	1.000.000,00	EUR	1.000
RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.	4.500.000,00	EUR	4.500
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	17.000.000,00	EUR	17.000
RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.	2.150.000,00	EUR	2.150
RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.	512.579,00	EUR	513
RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.	584.758,00	EUR	585
			71.745

#### 17. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os resultados financeiros estavam discriminados como segue:

	2018	2017
Gastos e perdas financeiros:		
Juros suportados	(23.555)	(29.044)
Outros gastos de financiamento	(3.329)	(1.631)
	(26.884)	(30.675)
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	1.001	482
	1.001	482
	(25.883)	(30.193)

#### 18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número médio de empregados contratado diretamente por Portugal foi de 192 e 180 pessoas, respetivamente.

Nos períodos findos naquelas datas, os gastos com pessoal tinham a seguinte decomposição:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	1.123	893
Remunerações do pessoal	8.433	6.709
Indemnizações	813	541
Encargos sobre remunerações	1.811	1.410
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	65	167
Outros gastos com o pessoal	(249)	53
	11.996	9.773

#### 19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte decomposição:

	2018	2017
Subcontratos	53	38
Serviços especializados	5.372	3.577
Materiais	316	184
Energia e fluídos	3	2
Deslocações, estadas e transportes	446	684
Serviços diversos	217	166
	6.407	4.651

## 20. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os outros rendimentos e ganhos eram como segue:

	2018	2017 Reexpresso
Aluguer de equipamento	83	102
Excesso de estimativa para imposto	-	1.320
Ganhos com alienação de ativos financeiros	1.588	-
Outros ganhos com ativos financeiros	26	-
Outros	1.397	82
	3.094	1.504

## 21. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os outros gastos e perdas eram como segue:

	2018	2017 Reexpresso
Impostos e taxas	26	65
Correções relativas a períodos anteriores	-	165
Insuficiência da estimativa para impostos	1.646	7.362
Outros	96	148
	1.768	7.740

## 22. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

### Princípios gerais

A Empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;
- Risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da empresa;
- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da Empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da Empresa.

Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

### (a) Risco da taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o passivo financeiro é composto única e exclusivamente por taxa de juro variável.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido inferiores em 1% durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os resultados financeiros daqueles períodos teriam diminuído em 9 861 milhares de euros e 8 657 milhares de euros, respetivamente. Caso as mesmas taxas de juro de mercado tivessem, ao contrário, sido superiores em 1% durante os mesmos períodos, os resultados financeiros dos mesmos já teriam aumentado em 9 861 e 8 657 milhares de euros, respetivamente.

### (b) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos de contas a receber de clientes para as quais não foram registados ajustamentos, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

	2018	2017
Saldos:		
Não vencidos	6.338	4.449
Até 180 dias	1.051	1.010
De 180 a 360 dias	2.623	757
Mais de 360 dias	6.590	5.413
	16.602	11.629

### (c) Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que

se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é conforme segue:

	2018				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	44.421	-	-	-	44.421
Financiamentos obtidos	44.862	43	10.217	211.365	266.487
Estado e outros entes públicos	1.060	-	-	-	1.060
Outras dívidas a pagar	218.055	42.560	42.560	174.386	477.561
	308.399	42.602	52.777	385.751	789.529

	2017				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	28.416	-	-	-	28.416
Financiamentos obtidos	114.233	1.906	8.543	106.228	230.910
Estado e outros entes públicos	846	-	-	-	846
Outras dívidas a pagar	174.820	42.560	42.560	216.886	476.826
	318.315	44.466	51.103	323.114	736.998

## 23. CAPITAL

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital realizado da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420 000 000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

### Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

### Outras reservas

As outras reservas são compostas única e exclusivamente por reservas livres.

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 26 de Maio de 2018, foi aprovada a transferência do montante de 13.660.115,78 € (treze milhões, seiscentos e sessenta mil, cento e quinze euros e setenta e oito cêntimos) da rubrica de “Outras reservas” para a rubrica de “Resultados transitados”.

### Aplicação de resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 26 de Maio de 2018, foram aprovadas as contas do período 2017 e foi decidido que o Resultado Líquido apurado no montante negativo de 15.359.540,30 € (quinze milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e quarenta euros e trinta cêntimos) tivesse a seguinte aplicação:

	Valor
Resultados transitados	(15.359.540,30)

Conforme apresentado no Relatório de Gestão a proposta de aplicação de resultados para o exercício findo de 31 de dezembro de 2018, no montante de 4.671.723,84 € (quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e vinte e três euros e oitenta e quatro cêntimos) é como se segue:

	Valor
Outras reservas	4.671.723,84

## **24. OUTRAS INFORMAÇÕES**

O Conselho de Administração aprovou e autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício 2018 no dia 27 de maio de 2019.

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

A Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### **Divulgações adicionais**

Os honorários totais faturados por sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras, bem como a outros serviços de garantia de fiabilidade, a título de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria, fazem parte das notas do Anexo consolidado da Teixeira Duarte, S.A..

## **25. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.





AVENIDA

627

**Teixeira Duarte**

Relatório e Contas 2018

# Demonstrações Financeiras Consolidadas 2018

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Rúbricas	Notas	2018	2017
<b>Ativos não correntes:</b>			
Goodwill	19	12.271	12.316
Ativos intangíveis	20	65.013	77.509
Ativos fixos tangíveis	21	552.632	406.577
Propriedades de investimento	22	194.091	217.647
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 23	16.821	20.296
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 e 25	-	1.841
Outros investimentos	26	-	27.413
Outros investimentos financeiros ao custo amortizado	45	4.219	-
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7 e 45	16.930	-
Ativos por impostos diferidos	27	149.435	155.032
Clientes	28	23.441	39.784
Outros devedores	28	11.091	10.985
Outros ativos não correntes	31	-	5.626
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>1.045.944</b>	<b>975.026</b>
<b>Ativos correntes:</b>			
Inventários	9 e 10	192.645	241.057
Clientes	28	186.103	260.407
Outros devedores	28	22.194	42.805
Outros investimentos financeiros ao custo amortizado	45	14.665	-
Caixa e equivalentes a caixa	30	171.991	154.265
Outros ativos correntes	31	189.262	165.819
		<b>776.860</b>	<b>864.353</b>
Ativos detidos para venda	24	34.897	454.980
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>811.757</b>	<b>1.319.333</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>7</b>	<b>1.857.700</b>	<b>2.294.359</b>
<b>Capital próprio:</b>			
Capital	33	210.000	210.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	23	(673)	215
Ajustamentos de conversão cambial	47	(303.790)	(67.455)
Reservas e resultados transitados	34	450.960	229.456
Resultado líquido consolidado	17	11.127	(4.650)
<b>Capital próprio atribuível a acionistas</b>		<b>367.624</b>	<b>367.566</b>
Interesses não controlados	35	35.736	41.277
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>403.360</b>	<b>408.843</b>
<b>Passivos não correntes:</b>			
Empréstimos	36	730.200	708.718
Provisões	37	43.946	35.797
Locações financeiras	39	3.814	4.768
Passivos por impostos diferidos	27	112.548	35.043
Outros passivos não correntes	40	63.654	32.161
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>954.162</b>	<b>816.487</b>
<b>Passivos correntes:</b>			
Empréstimos	36	124.076	299.560
Fornecedores	38	139.646	155.625
Locações financeiras	39	2.794	3.879
Outros credores	38	21.472	28.186
Outros passivos correntes	40	188.629	231.903
		<b>476.617</b>	<b>719.153</b>
Passivos detidos para venda	24	23.561	349.876
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>500.178</b>	<b>1.069.029</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>7</b>	<b>1.454.340</b>	<b>1.885.516</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.857.700</b>	<b>2.294.359</b>

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Rúbricas	Notas	2018	2017
<b>Proveitos operacionais:</b>			
Vendas e prestações de serviços	7 e 8	873.712	1.035.638
Outros proveitos operacionais	8	140.551	64.361
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>8</b>	<b>1.014.263</b>	<b>1.099.999</b>
<b>Custos operacionais:</b>			
Custo das vendas	9	(247.195)	(303.637)
Varição da produção	10	(18.812)	4.373
Fornecimentos e serviços externos	11	(286.677)	(316.526)
Custos com o pessoal	12	(221.976)	(239.984)
Amortizações e depreciações	7, 20 e 21	(43.546)	(56.223)
Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e Goodwill	7 e 37	(15.258)	8.614
Outros custos operacionais	14	(96.922)	(62.871)
<b>Total de custos operacionais</b>		<b>(930.386)</b>	<b>(966.254)</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>7</b>	<b>83.877</b>	<b>133.745</b>
Custos e perdas financeiros	7 e 15	(150.250)	(170.416)
Proveitos e ganhos financeiros	7 e 15	77.228	65.765
<b>Resultados relativos a atividades de investimento:</b>			
Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 15	220	2.217
Outros	7 e 15	18.100	(9)
<b>Resultados financeiros</b>	<b>7 e 15</b>	<b>(54.702)</b>	<b>(102.443)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>7</b>	<b>29.175</b>	<b>31.302</b>
Imposto sobre o rendimento	16	(19.679)	(34.534)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>9.496</b>	<b>(3.232)</b>
<b>Resultado líquido atribuível a:</b>			
Detentores de capital	17	11.127	(4.650)
Interesses não controlados	35	(1.631)	1.418
<b>Resultado por ação:</b>			
Básico (euros)	17	0,03	(0,01)
Diluído (euros)	17	0,03	(0,01)

(valores em milhares de euros)  
As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS E DOS OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Rúbricas	Notas	2018	2017
Resultado líquido consolidado do exercício		9.496	(3.232)
Rendimentos e gastos que não serão subsequentemente reclassificados para resultados			
Alienação de interesses não controlados	35	-	(7.207)
Outras variações de capital		9.191	7.591
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquido de impostos	45	598	-
Excedente de revalorização, líquido de impostos	21	166.473	-
		176.262	384
Rendimentos e gastos que podem ser subsequentemente reclassificados para resultados			
Ajustamentos de conversão cambial	47	(247.986)	(35.140)
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	23	(888)	(634)
Impacto da aplicação da IAS 29 em Angola e Venezuela em 1 de janeiro de 2018	48	59.405	-
Impacto da aplicação da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018		(1.772)	-
Instrumentos financeiros derivados de cobertura		-	3.495
		(191.241)	(32.279)
Resultado reconhecido diretamente no capital próprio		(14.979)	(31.895)
Rendimento integral do exercício		(5.483)	(35.127)
Rendimento integral atribuível a:			
Detentores de capital		58	(27.363)
Interesses não controlados		(5.541)	(7.764)

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Rúbricas	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados					Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
					Reserva legal	Outras reservas	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados	Reserva de justos valores - investimentos financeiros				
Saldo em 1 de janeiro de 2017	33	210.000	849	(34.826)	36.500	194.461	(11.985)	(19.377)		20.147	395.769	49.041	444.810
<b>Rendimento integral do exercício:</b>													
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	-	-		(4.650)	(4.650)	1.418	(3.232)
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	47	-	-	(32.629)	-	-	-	-		-	(32.629)	(2.511)	(35.140)
Efeito de operações de cobertura		-	-	-	-	-	3.495	-		-	3.495	-	3.495
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	(634)	-	-	-	-	-		-	(634)	-	(634)
Alienação de interesses não controlados		-	-	-	-	-	-	-		-	-	(7.207)	(7.207)
Outros		-	-	-	-	-	-	7.055		-	7.055	536	7.591
<b>Operações com detentores de capital no exercício:</b>													
Aplicação do resultado consolidado de 2016:													
Transferência para reserva legal, outras reservas e resultados transitados		-	-	-	5.500	752	-	13.055		(19.307)	-	-	-
Dividendos distribuídos	18	-	-	-	-	-	-	-		(840)	(840)	-	(840)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		210.000	215	(67.455)	42.000	195.213	(8.490)	733		(4.650)	367.566	41.277	408.843

Rúbricas	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados					Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total	
					Reserva legal	Outras reservas	Reserva de justos valores - investimentos financeiros	Reserva de revalorização - imóveis	Reserva de operações de cobertura					
Saldo em 1 de janeiro de 2018	33	210.000	215	(67.455)	42.000	195.213	-	-	(8.490)	733	(4.650)	367.566	41.277	408.843
<b>Rendimento integral do exercício:</b>														
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	-	-		-	11.127	11.127	(1.631)	9.496
Impacto da aplicação da IAS 29 em Angola e Venezuela em 1 de janeiro de 2018	48	-	-	-	58.113	-	-	-		-	-	58.113	1.292	59.405
Impacto da aplicação da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018		-	-	-	-	-	-	(1.572)		-	(1.572)	(200)	(1.772)	
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	47	-	(236.335)	-	-	-	-	-		-	(236.335)	(11.651)	(247.986)	
Variação do justo valor de outros investimentos através de outro rendimento integral, líquidos de impostos	45	-	-	-	-	598	-	-		-	-	598	-	598
Excedente de revalorização, líquido de impostos	21	-	-	-	-	-	162.085	-		-	162.085	4.388	166.473	
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	(888)	-	-	-	-	-		-	(888)	-	(888)	
Outros		-	-	-	-	-	-	8.490	(1.560)	-	6.930	2.261	9.191	
<b>Operações com detentores de capital no exercício:</b>														
Aplicação do resultado consolidado de 2017:														
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	-	(4.650)		4.650	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		210.000	(673)	(303.790)	42.000	253.326	598	162.085	-	(7.049)	11.127	367.624	35.736	403.360

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Rúbricas	Notas	2018	2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		900.503	1.036.937
Pagamentos a fornecedores		(567.711)	(575.589)
Pagamentos ao pessoal		(219.319)	(232.972)
Fluxo gerado pelas operações		113.473	228.376
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(29.664)	(35.262)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(27.748)	(11.446)
Fluxos das atividades operacionais (1)		56.061	181.668
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	30	169.663	28.817
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		15.987	5.451
Ativos intangíveis		-	1
Juros e proveitos similares		7.145	10.608
Dividendos	30	1.423	2.728
		194.218	47.605
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	30	(214)	(440)
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(28.245)	(25.168)
Ativos intangíveis		(916)	(2.383)
		(29.375)	(27.991)
Fluxos das atividades de investimento (2)		164.843	19.614
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	36	1.817.989	2.010.598
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	36	(1.962.354)	(2.150.776)
Juros e custos similares		(27.077)	(65.962)
Dividendos	18	-	(840)
		(1.989.431)	(2.217.578)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(171.442)	(206.980)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		49.462	(5.698)
Efeito das diferenças de câmbio		(31.736)	(8.338)
Caixa e seus equivalentes - alteração perímetro		-	(111)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	30	154.265	180.908
Transferência para ativos detidos para venda		-	(12.496)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	30	171.991	154.265

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

# NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

## 1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. ("Empresa" ou "TD, S.A.") tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009, com capital social de 210.000.000 euros, representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros (Nota 33), e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu Grupo empresarial.

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo são as seguintes: Construção; Concessões e Serviços; Imobiliária; Hotelaria; Distribuição e Automóvel (Nota 7).

Decorrente da aplicação da "IAS 29 – Economias Hiperinflacionárias", a partir de 2018, às empresas do Grupo sedeadas em Angola e na Venezuela, as demonstrações financeiras consolidadas e respetivas notas em 2018 não são diretamente comparáveis com as demonstrações financeiras em 2017

Refira-se ainda o facto de dentro do Grupo Teixeira Duarte se terem reposicionado duas das sociedades detidas a 100%, a "ANGOPREDIAL - Empreendimentos Imobiliários, Lda." do setor da Imobiliária para o setor da Hotelaria e da "Global Net Distributors (Pty) Ltd." do setor da Distribuição para o setor da Construção, sendo que neste documento, as notas às demonstrações financeiras consolidadas de 2017 foram – apenas em relação a estes quatro setores – reclassificados para permitir o adequado nível de comparabilidade.

Em 31 de dezembro de 2017 as empresas "BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A." (proprietária do "Shopping Cidade do Porto"), a "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A." e a "LAGOAS PARK, S.A." foram classificadas como "Detidas para Venda" e, como tal, já não foram consolidadas desde aquela data. Este facto tem impacto na comparabilidade dos diversos indicadores adiante expostos uma vez que tais sociedades integravam o perímetro de consolidação em 2017 e contribuíram para esses mesmos indicadores apurados no final desse período do ano passado.

Os valores indicados serão expressos em milhares de euros, salvo quando expressamente indicado. As operações realizadas no estrangeiro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita nas Notas 2.9 e 2.10.

## 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2018. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, foram efetuados ajustamentos de conversão para as IFRS.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações, emitidas pelo *IFRS Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), respetivamente, cuja adoção foi aprovada pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, modificados pela aplicação do justo valor para as propriedades de investimento e para os ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral. O Grupo adotou também o modelo de revalorização para determinadas de classes de ativos fixos tangíveis, conforme nota 21.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o Grupo considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

**Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício**

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2018:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
Melhoria às normas 2014 - 2016	01/jan/18	Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1 (esta melhoria elimina as isenções temporárias para a IFRS 7, IFRS 10 e IAS 19, por já não serem aplicáveis), IFRS 12 (esta melhoria tem por objetivo clarificar que o seu âmbito inclui os investimentos classificados no âmbito da IFRS 5, e que a única isenção refere-se à divulgação do resumo da informação financeira dessas entidades) e IAS 28 (esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados ao justo valor de acordo com a IFRS 9, de forma individual, e também esclarece que uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas detém investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos que são entidades de investimento, pode manter a mensuração ao justo valor da participação na associada ou no empreendimento conjunto nas suas próprias subsidiárias);
IAS 40 - Propriedades de investimento (transferência de propriedades de investimento)	01/jan/18	Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimento quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.
IFRS 2 - Pagamentos baseados em ações (classificação e mensuração de transações de pagamento baseadas em ações)	01/jan/18	Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamento baseadas em ações liquidadas financeiramente (“ <i>cash-settled</i> ”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamento baseado em ações, que altera a sua classificação de liquidado financeiramente (“ <i>cash-settled</i> ”) para liquidado com capital próprio (“ <i>equity-settled</i> ”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamento baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“ <i>equity-settled</i> ”) quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
IFRS 4 - Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	01/jan/18	Esta alteração atribui à entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no outro rendimento integral, em vez de reconhecer na demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre os contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente, é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora.
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	01/jan/18	A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39 relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidades sobre créditos a receber (através do modelo de perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.
IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	01/jan/18	Esta norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”.

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
Emenda à IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	01/jan/18	Esta emenda inclui indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão de indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e os novos regimes previstos para simplificar a transição.
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	01/jan/18	Trata-se de uma interpretação à IAS 21 - Os efeitos de alterações em taxas de câmbio - e referem-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo aplicou a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e as emendas relacionadas que se encontram efetivas para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.

As disposições transitórias da IFRS 9 permitem às entidades não reexpressar comparativos. O Grupo elegeu essa opção na adoção da norma, e não reexpressou comparativos relativamente à classificação e mensuração dos instrumentos financeiros.

Adicionalmente, o Grupo adotou as emendas consecutivamente emitidas à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, que foram aplicadas às divulgações para o exercício de 2018.

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para:

- 1) A classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros;
- 2) Imparidade de ativos financeiros; e
- 3) Contabilidade de cobertura.

O detalhe dos novos requisitos e o seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são abaixo descritos.

O Grupo aplicou a IFRS 9 de acordo com as disposições transitórias nela definidas, conforme segue:

#### (a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

A data de aplicação inicial (i.e. a data na qual o Grupo avaliou os ativos financeiros e passivos financeiros existentes nos termos dos requisitos da IFRS 9) foi 1 de janeiro de 2018. Em conformidade, o Grupo aplicou os requisitos da IFRS 9 a instrumentos existentes a 1 de janeiro de 2018 e não aplicou os mesmos a instrumentos já desconhecidos a essa data.

Todos os ativos financeiros do Grupo reconhecidos e abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou ao justo valor na base do modelo de

negócio da entidade para gerir os seus ativos financeiros e em função das características dos fluxos de caixa contratuais de cada ativo financeiro.

O Conselho de Administração reviu e avaliou os ativos financeiros existentes em 1 de janeiro de 2018, baseados nos factos e circunstâncias que existiam a essa data, e concluiu que a aplicação inicial da IFRS 9 não tinha impacto na classificação e mensuração dos ativos financeiros do Grupo - contas a receber comerciais e outras contas a receber de terceiros - que no âmbito da IAS 39 eram mensuradas ao custo amortizado, e que continuarão a ser mensuradas ao custo amortizado pela IFRS 9 uma vez que são detidas no âmbito do modelo de negócio do Grupo tendo em vista a sua normal cobrança nos termos contratualmente estabelecidos para os respetivos fluxos de caixa.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda, os mesmos passaram a ser registados ao justo valor e classificados na categoria “ao justo valor através de outro rendimento integral”. Desta reclassificação não resultou qualquer impacto no capital próprio.

No que diz respeito aos outros investimentos, foram analisados e registados ao justo valor e ao custo amortizado. Destas reclassificações não resultaram quaisquer impactos no capital próprio.

#### (b) Imparidade de ativos financeiros

No que respeita às imparidades de ativos financeiros, a IFRS 9 requer um modelo de perdas de crédito esperadas, por oposição ao modelo de perdas de crédito incorridas previsto na IAS 39.

O modelo de perdas de crédito esperadas requer que o Grupo contabilize as perdas de crédito esperadas e alterações nessas perdas esperadas em cada data de reporte para refletir alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Desta forma, deixou de ser necessário que ocorra um evento de crédito para que o reconhecimento de perdas por imparidade, sejam reconhecidas.

Especificamente, a IFRS 9 requer que o Grupo reconheça uma perda por imparidade para perdas de crédito esperadas para todos os ativos financeiros que, no Grupo, respeitam essencialmente a clientes e outras contas a receber.

Em particular, a IFRS 9 requer que o Grupo mensure as perdas por imparidade para um instrumento financeiro num montante equivalente às perdas esperadas na vida do instrumento (*lifetime*) se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro respeita a um crédito em circunstâncias de imparidade no momento da sua constituição.

No entanto, se o risco de crédito não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial (exceto caso o crédito tenha sido originado ou adquirido já em circunstância de imparidade), o Grupo deve reconhecer a perda por imparidade para o respetivo instrumento por um montante equivalente às perdas esperadas no período de doze meses após o reporte financeiro (12-months).

A IFRS 9 prevê a existência de um modelo simplificado para mensurar as perdas esperadas por um montante equivalente às perdas *lifetime* para contas a receber comerciais e outras contas a receber de terceiros, modelo esse que o Grupo adotou.

Uma vez que o Grupo elegeu não reexpressar comparativos, não foi necessário efetuar qualquer avaliação do risco de crédito dos ativos financeiros numa data diferente do 1 de janeiro de 2018. Desta forma, em 1 de janeiro de 2018 o Grupo reconheceu uma perda por imparidade por contrapartida direta de resultados transitados, líquida do respetivo efeito fiscal de imposto diferido, resultando nessa data uma redução do capital próprio no montante de 1.772 milhares de euros, repartidos conforme segue:

	01/01/2018
Perdas por imparidade reconhecidas (Nota 28)	2.456
Ativos por impostos diferidos reconhecidos (Nota 27)	(684)
	1.772

A reconciliação entre o valor de imparidades para ativos financeiros de acordo com o IAS 39 e o valor de imparidades para ativos financeiros de acordo com o IFRS 9 encontra-se divulgado na nota 28.

**(c) Classificação e mensuração de passivos financeiros**

Não ocorreram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo relativos à classificação e mensuração de passivos financeiros.

No âmbito da implementação da IFRS 15 – Rébito de contratos com clientes a qual substituiu as normas IAS 18 – Rébito, IAS

11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rébito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade, foram avaliados e registados, com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2018, os impactos de adoção daquela norma.

O Grupo aplicou o método de transição retrospectiva simplificada na data da transição, o que não originou impactos em 1 de janeiro de 2018 na Demonstração dos resultados consolidada de 2017 apresentada para efeitos comparativos. Adicionalmente, utilizou os expedientes práticos para contratos completados e modificados e para divulgações relativas a obrigações de desempenho ainda por cumprir e ao reconhecimento de rébito apresentado antes da data de aplicação inicial, i.e., 1 de janeiro de 2018.

A IFRS 15 aplica os termos “ativo do contrato” e “passivo do contrato” para descrever conceitos habitualmente denominados por “acréscimos de rendimentos” e “rendimentos diferidos”. No entanto, a norma não proíbe a entidade de usar descrições alternativas na demonstração consolidada da posição financeira. Desta forma, o Grupo adotou a terminologia anteriormente adotada, não alterando qualquer rubrica das demonstrações financeiras consolidadas.

As políticas contabilísticas do Grupo para o reconhecimento da receita encontram-se divulgadas na Nota 2.21.

O Conselho de Administração avaliou as diferentes linhas de receitas referidas na Nota 2.21 e, para além dos requisitos de divulgação mais extensos requeridos pela IFRS 15 no que respeita às transações reconhecidas, concluiu que não existem impactos nas demonstrações financeiras consolidadas.

**Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros**

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
IFRS 16 - Locações	01/jan/19	Esta norma substitui a IAS 17, com um impacto significativo na contabilidade dos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação equivalente aos pagamentos futuros de locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".
IFRIC 23 - Incertezas sobre o tratamento do imposto sobre o rendimento	01/jan/19	Trata-se de uma interpretação à IAS 12 - Imposto sobre o rendimento, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", com base no valor esperado ou valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.
Alteração à IFRS 9 - Elementos de pré-pagamento com compensação negativa	01/jan/19	Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados.

Estas normas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas em 2018, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

A IFRS 16 estabelece um modelo global para a identificação de contratos de locação e para o seu tratamento nas demonstrações financeiras de locadores e locatários. A IFRS 16 substituirá as normas atualmente em vigor, incluindo a IAS 17 - Locações e respetivas Interpretações quando se tornar efetiva, para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. A data de aplicação inicial da IFRS 16 para o Grupo será 1 de janeiro de 2019.

O Grupo optou pelo modelo de transição retrospectivo modificado do IFRS 16, previsto nos seus parágrafos IFRS 16: C3(b), C7 e C8. Consequentemente, o Grupo não irá reexpressar a informação financeira comparativa, registando na data de transição o passivo relativo às rendas futuras, e um ativo de igual montante.

Em contraste com a contabilização de locações para locatários, a IFRS 16 mantém substancialmente os princípios de registo

de locações para locadores anteriormente previstos na IAS 17.

Impactos da nova definição de locação

O Grupo avaliou o expediente prático disponível na transição para IFRS 16 de não reavaliar se um contrato é ou contém uma locação, tendo efetuado uma avaliação global da nova definição e avaliado a totalidade de contratos por si celebrados ou modificados antes de 1 de janeiro de 2019.

A alteração da definição de locação respeita essencialmente ao conceito de controlo. A IFRS 16 distingue serviços de locações com base na existência ou não de controlo na utilização de um ativo identificável por parte do cliente. Considera-se existir controlo se o cliente tiver, cumulativamente:

- O direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso de um ativo identificado específico; e
- O direito a dirigir o uso desse ativo específico.

O Grupo aplicará a definição de locação estabelecida na IFRS

16 e respetivos guias de aplicação a todos os contratos de locação por si celebrados, como locador ou como locatário, incluindo em ou após 1 de janeiro de 2019.

O Grupo desenvolveu um projeto de implementação na preparação para a primeira aplicação da IFRS 16. O projeto demonstrou que a nova definição de locação prevista na IFRS 16 não alterará significativamente o âmbito de contratos que cumprem a definição de locação para o Grupo.

#### Impactos na contabilização como locatário

##### Locações operacionais

A IFRS 16 irá alterar a forma como o Grupo contabiliza as locações anteriormente classificadas como operacionais à luz da IAS 17, as quais não eram registadas na demonstração consolidada da posição financeira, sendo divulgadas nas respetivas notas anexas como compromissos assumidos não incluídos no balanço.

Na aplicação inicial da IFRS 16, para todas as locações (exceto as abaixo referidas), o Grupo irá:

- a) reconhecer ativos de direitos de uso e passivos de locação na demonstração consolidada da posição financeira, inicialmente mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros de cada locação;
- b) reconhecer depreciações de ativos de direitos de uso e gastos financeiros sobre passivos da locação na demonstração consolidada dos resultados;
- c) separar o montante total pago entre capital e juros (apresentados como atividades de financiamento) na demonstração consolidada de fluxos de caixa.

De acordo com a IFRS 16, os ativos de direitos de uso serão testados por imparidade de acordo com a IAS 36 - Imparidade de Ativos. Este tratamento irá substituir o anterior requisito de reconhecimento de uma provisão para contratos de locação onerosos.

Para locações de curto prazo (prazo de 12 meses ou inferior) e locações de baixo valor (como computadores pessoais ou mobiliário de escritório), o Grupo irá optar por reconhecer um gasto de locação numa base linear como um gasto operacional, conforme permitido pela IFRS 16.

A avaliação preliminar realizada indica que 55.263 milhares de euros respeitam a locações para as quais o Grupo irá reconhecer um ativo por direito de uso de 43.511 milhares de euros e um passivo de locação correspondente de igual

montante. O impacto na demonstração consolidada dos resultados será uma redução dos Fornecimentos e serviços externos no montante de, aproximadamente, 8.255 milhares de euros, e um aumento das depreciações em, aproximadamente 6.849 milhares de euros e dos gastos financeiros em, aproximadamente 2.274 milhares de euros.

A referida avaliação indicou que 440 milhares de euros daqueles compromissos respeitam a locações de curto prazo e locações de baixo valor, cujo tratamento será o acima indicado.

Nos termos da IAS 17, todos os pagamentos de locação de locações operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa operacionais.

O impacto da adoção da IFRS 16 será aumentar os fluxos de caixa operacionais em aproximadamente 8.152 milhares de euros e afetar negativamente os fluxos de caixa de financiamento em igual montante.

##### Locações financeiras

Na aplicação inicial, o Grupo irá apresentar equipamento relativo a locações financeiras anteriormente incluído em Ativos fixos tangíveis na linha de ativos de direitos de uso e o respetivo passivo de locação, anteriormente incluído na rubrica de Locações financeiras, numa linha separada do passivo para passivos de locação.

Baseado na análise das locações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2018, e na base dos factos e circunstâncias existentes a essa data, o Conselho de Administração considerou que o impacto desta alteração não impactará os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

#### **Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia**

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endor-se*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
Melhorias às normas 2015 - 2017	01/jan/19	Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23 (esta melhoria clarifica que os empréstimos específicos obtidos que ainda permaneçam em aberto, após os ativos qualificáveis a que respeitam estarem na sua condição de uso ou venda, devem ser adicionados aos empréstimos genéricos para calcular a taxa de juro média de capitalização nos outros ativos qualificáveis), IAS 12 (esta melhoria clarifica que os impactos fiscais inerentes aos dividendos são reconhecidos na data em que a entidade regista a responsabilidade pelo pagamento de dividendos, aos quais são reconhecidos no resultado do exercício, no outro rendimento integral ou em capital, consoante a transação ou evento que deu origem aos dividendos) e IFRS 3 e IFRS 11 (estas melhorias clarificam que: (i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados aos justo valor, e (ii) quando um investidor numa operação conjunta, que não exerce controlo conjunto, obtém controlo conjunto numa operação que é um negócio, o interesse detido anteriormente não é remensurado).
IAS 19 - Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos	01/jan/19	Esta alteração exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação, e no outro rendimento integral qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling".
Alteração à IAS 28 - Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos	01/jan/19	Esta alteração clarifica que os investimentos de longo prazo em associadas e em empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e em empreendimentos conjuntos) que não estejam a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, devem ser contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitas ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo.
Estrutura conceptual - Alterações na referência a outras IFRS	01/jan/20	Com a publicação da nova estrutura conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.
IFRS 3 (alteração) - Definição de negócio	01/jan/20	Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um <i>input</i> e um substancial que conjuntamente gerem <i>outputs</i> . Os <i>outputs</i> passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos "testes de concentração" para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.
IAS 1 e IAS 8 (alteração) - Definição de material	01/jan/20	Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material. Inclui clarificações quanto à referência a informações pouco claras, correspondendo a situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, no contexto global das demonstrações financeiras; e ainda clarificações quanto ao termo "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como "atuais e futuros investidores, financiadores e credores" que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
IFRS 17 - Contratos de seguro	01/jan/21	Esta norma substitui a IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

## 2.2 – Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes aspetos:

### Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação

dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### Imparidade do goodwill

O goodwill é sujeito a teste de imparidade anual ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o goodwill é atribuído, são determinados com base nos fluxos de caixa esperados. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte do Conselho de Administração relativamente à evolução futura da atividade e taxas de desconto consideradas.

### Vidas úteis dos ativos intangíveis e tangíveis

A vida útil de um ativo é o tempo durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização / depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica é essencial para determinar o montante das amortizações / depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos segmentos operacionais em que o Grupo opera.

### Provisões e passivos contingentes

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade de existência de responsabilidade presente e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados,

quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existem expectativas razoáveis de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício tendo em atenção a expectativa de performance fiscal futura.

#### Perdas por imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas em função da avaliação efetuada pela gestão - dos riscos estimados de cobrança existentes à data da posição financeira, os quais se poderão revelar errados.

Por outro lado, as perdas de imparidade esperadas no crédito concedido são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos, os quais poderão vir a não ser representativos da incobrabilidade futura dos devedores do Grupo.

#### Reconhecimento do rédito em contratos de construção

O Grupo reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o método dos *inputs*, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data da posição financeira e a soma destes custos com os custos estimados para completar o contrato. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os mais recentes indicadores de produção.

#### Revalorização dos Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis. No entanto, para uma classe homogénea de ativos, pode ser adotado o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de amortizações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente desses ativos. Desta forma, a quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data de revalorização.

#### Avaliação de propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas pelo seu justo valor, o qual é determinado com base em avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Estas avaliações são baseadas em dados observáveis de mercado e requerem julgamento por parte do avaliador no que respeita às condições de transação de cada imóvel em mercado, os quais poderão divergir do resultado apurado no futuro.

### 2.3 - Princípios de consolidação

#### a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada exercício contabilístico é efetuada pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, nas respetivas rubricas de "Interesses não controlados".

As transações e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que apropriado, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

#### b) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método da compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos entregues, passivos incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos

contingentes são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória (com um máximo de 12 meses).

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais ("IFRS 3"), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses não controlados face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do exercício em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores considerados podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição é no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data da posição financeira e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses não controlados são identificados em capital próprio separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe. Os interesses não controlados podem ser inicialmente mensurados quer pelo seu justo valor quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial, o valor contabilístico dos interesses não controlados é determinado como o valor inicialmente reconhecido, acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária.

O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos interesses não controlados ainda que os mesmos sejam negativos.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses não controlados são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses não controlados são ajustados e o justo valor do preço da transação é reconhecido diretamente em capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses não controlados. Montantes reconhecidos previamente como outro rendimento integral são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ("IFRS 9") ou, conforme e quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou num empreendimento conjunto.

#### c) Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Associada ou empreendimento conjunto é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e empreendimentos conjuntos por contrapartida de "Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimen-

tos conjuntos", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em associadas e empreendimentos conjuntos que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido responsabilidades por perdas no âmbito dessa associada ou empreendimento conjunto.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos – *goodwill*". Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada e empreendimento conjunto, por contrapartida do investimento nessa mesma associada e empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

#### d) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias, empresas associadas e empreendimentos conjuntos, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses não controlados e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill* (no caso de subsidiárias) ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos" (Notas 19 e 23). Relativamente ao *goodwill* de subsidiárias, anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada dos resultados do exercício e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, o correspondente *goodwill* é incluído na determina-

ção da mais ou menos-valia.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do exercício em que ocorre a aquisição.

## 2.4 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo no período em que são incorridos.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de utilidade esperada pelo Grupo para os ativos em causa.

## 2.5 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

No entanto, para uma classe homogénea de ativos, o Grupo adotou em 31 de dezembro de 2018 o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de depreciações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente desses ativos. Desta forma, a quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data de revalorização.

As revalorizações serão efetuadas de 2 em 2 anos, por avaliadores independentes de forma a assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor no fim do período de relato.

Se a quantia escriturada de um ativo for aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio na conta “Excedente de revalorização”. Porém, o aumento é reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos resultados.

Se a quantia escriturada de um ativo é diminuída em resultado de uma revalorização, a diminuição é reconhecida nos resultados. Porém, a diminuição é reconhecida em outro rendimento integral até ao ponto de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo. A diminuição reconhecida em outro rendimento integral reduz a quantia acumulada no capital próprio, na conta de “Excedente de revalorização”.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor realizável líquido e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”, conforme aplicável.

## 2.6 - Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo, as depreciações / amortizações acumuladas correspondentes e as responsabilidades pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações / amortizações do ativo são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

## 2.7 - Imparidade de ativos não correntes, excluindo goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, a qual é registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *goodwill*”.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor deduzido dos custos de alienação e do valor de uso. O justo valor líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiriam. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *goodwill*" do exercício em que a reversão ocorra. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

## 2.8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que incluem terrenos e edifícios detidos para arrendamento, apreciação de capital, ou ambos, são inicialmente registadas pelo seu preço de compra ou pelo seu custo de construção (caso se trate de investimento de construção própria), incluindo qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, todas as propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em construção, são mensuradas pelo respetivo justo valor que reflete as condições de mercado à data da posição financeira. Todos os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do exercício em que ocorrem e registados na rubrica "Variação no justo valor de propriedades de investimento", incluída em "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", consoante se trate de ganhos ou perdas.

O justo valor de cada propriedade de investimento é determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias ou beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondam à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzem a um acréscimo de benefícios económicos futuros.

## 2.9 - Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, dado que é a moeda da empresa-mãe.

As transações em outras divisas que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" (Nota 47).

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do exercício, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral e dos fluxos de caixa.

Para as moedas do Kwanza e do Bolívar, os câmbios utilizados para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados foi a taxa de câmbio final, por se tratarem de economias hiperinflacionárias, conforme explicado na nota 2.10.

De acordo com a IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio ("IAS 21"), o *goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio na data da posição financeira. As diferenças cambiais assim geradas são registadas no capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" (Nota 47).

## 2.10 - Empresas em economias hiperinflacionárias

Segundo a IAS 29 – "Relato financeiro em economias hiperinflacionárias", as demonstrações financeiras de uma entidade cuja

moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, quer estejam baseadas no custo histórico ou no custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente no final do período de relato.

A norma menciona que a hiperinflação é indicada por características do ambiente económico de um país que incluem nomeadamente as seguintes:

a) a população em geral prefere conservar a sua riqueza em ativos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;

b) a população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda local mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;

c) as vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período de crédito, mesmo que o período seja curto;

d) as taxas de juro, os salários e os preços estão ligados a um índice de preços; e

e) a taxa de inflação acumulada durante três anos aproxima-se ou excede os 100%.

Após uma análise do Grupo, considerou-se que as economias de Angola e Venezuela em 2018 se encaixavam nesses parâmetros pelo que, aplicou-se a IAS 29 em 1 de janeiro de 2018, reexpressando as demonstrações financeiras conforme descrito abaixo:

#### Demonstração da posição financeira

- As quantias da demonstração da posição financeira não expressas ainda em termos de unidade de mensuração corrente à data de referência daquela demonstração foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços;
- Os itens monetários não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos de unidade corrente no fim do período de relato. Os itens monetários representam dinheiro detido e elementos a receber ou a pagar em dinheiro;
- Os ativos e passivos que por acordo estavam vinculados a alterações de preços, tais como obrigações e empréstimos indexados, foram ajustados nos termos do acordo a fim de determinar a quantia em saldo no fim do período de relato;
- Todos os outros ativos e passivos foram considerados como não monetários. Contudo, alguns itens não monetá-

rios foram registados pelas quantias correntes no final do período de relato, tais como o valor realizável líquido e o justo valor, pelo que não foram reexpressos. Todos os outros ativos e passivos não monetários foram reexpressos;

- A maior parte dos itens não monetários encontrava-se escriturada pelo custo ou ao custo deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. Por conseguinte, encontravam-se expressos por quantias correntes à data da sua aquisição. O custo reexpresso de cada item foi determinado pela aplicação ao seu custo histórico e à sua amortização / perda de imparidade acumulada da variação de um índice geral de preços a partir da data da sua aquisição (ou data de alteração de moeda funcional) até à data de relato. Deste modo, os ativos tangíveis e intangíveis, os inventários e o goodwill foram reexpressos a partir das datas da sua aquisição ou de alteração de moeda funcional;
- Quando aplicável, a quantia reexpressa dos itens não monetários é reduzida para a sua quantia recuperável por força do uso futuro estimado do item ou da sua alienação;
- Os itens expressos pelo custo corrente (justo valor) não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos da unidade de mensuração corrente à data da demonstração da posição financeira;
- As rubricas de capital próprio, exceto as de resultados transitados e as de qualquer excedente de revalorização, foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços desde as datas em que os respetivos montantes foram constituídos. Por último, os resultados transitados reexpressos foram determinados a partir de todas as outras quantias da demonstração da posição financeira reexpressas.

#### Demonstração dos resultados

- A demonstração dos resultados, antes da reexpressão, relata geralmente os custos e os proveitos correntes no momento em que ocorreram as transações ou os acontecimentos subjacentes. Deste modo, o custo das vendas e a depreciação dos ativos fixos são registados pelos custos correntes no momento do seu consumo; e os proveitos e outros custos correntes são registados pelas quantias correntes no momento em que foram incorridos;
- A reexpressão das demonstrações financeiras de acordo com a IAS 29 originou diferenças entre o resultado tributável e o resultado contabilístico. Aquelas diferenças foram contabilizadas de acordo com a IAS 12.

#### Posição monetária líquida

Num período de inflação, uma empresa que detenha um excesso de ativos monetários sobre passivos monetários (posição monetária líquida devedora) perde poder de compra e consequentemente gera uma perda; por outro lado, uma empresa que detenha um excesso de passivos monetários sobre ativos monetários (posição monetária líquida credora) ganha poder de compra e consequentemente gera um ganho, até ao ponto em que os ativos e passivos não estejam indexados a um nível de preços.

O ganho ou a perda na posição monetária líquida foi incluído no resultado líquido do exercício.

Para efeitos de determinação do índice geral de preços acima mencionado, o Grupo utilizou a informação divulgada pelo Banco Nacional de Angola sobre os níveis de inflação ocorridos em Angola nos últimos anos. Aqueles índices resumidamente foram como segue:

Data	Índice de Preços
31/12/2018	100,00
30/09/2018	103,45
30/06/2018	109,36
31/03/2018	113,25
31/12/2017	117,72
30/09/2017	123,85
30/06/2017	131,40
31/03/2017	138,54
31/12/2016	148,63
30/09/2016	157,87
30/06/2016	173,30
31/03/2016	190,97
31/12/2015	210,97

Não havendo informação oficial, os índices de preços para a Venezuela foram estimados tendo por base o último índice de preços publicado pelo Banco Nacional da Venezuela (dezembro de 2015) e feita uma avaliação do incremento médio dos últimos três meses de 2015. Nos períodos subsequentes o Grupo estimou em função do incremento apurado.

#### 2.11 - Custos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitaliza-

dos, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

#### 2.12 - Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" (conforme aplicável) e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes de forma consistente e proporcional com as depreciações / amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

#### 2.13 - Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

São registadas perdas por imparidade em inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao valor contabilístico.

#### 2.14 - Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando:

i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

#### 2.15 - Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que efetuam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo apresenta como segmentos operacionais os segmentos de negócio, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz os negócios.

#### 2.16 - Resultados operacionais

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os custos com reestruturações e os custos e proveitos associados a ativos operacionais (ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis). Inclui ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e empreendimentos conjuntos, com os outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

#### 2.17 - Instrumentos financeiros

O Grupo adoptou no exercício de 2018 a IFRS 9 tendo o efeito cumulativo da sua aplicação inicial sido reconhecido como um ajustamento inicial ao saldo da rubrica “resultados transitados” na demonstração consolidada da posição financeira em 1 de janeiro de 2018. Deste modo, a informação comparativa relativa ao exercício de 2017 não foi reexpressa e encontra-se a ser apresentada de acordo com a IAS 39.

#### Política contabilística adotada em 2018 (IFRS 9)

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo torna-se parte na respetiva relação contratual.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, de-

pendendo do modelo adotado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

#### a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

#### b) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida e as contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados na rubrica “Outros custos operacionais”. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

#### c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor, incluindo despesas de transação.

Os investimentos financeiros classificam-se como se segue:

#### Investimentos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral

Os ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda e são classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral são mensurados pelo justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes investimentos financeiros não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de “resultados transitados”.

Os dividendos associados são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Resultados relativos a atividades de investimento”.

#### Investimentos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

#### **d) Instrumentos de capital próprio**

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

#### **e) Contas a pagar**

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

#### **f) Empréstimos**

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

#### **Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017 (IAS 39)**

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo torna-se parte na respetiva relação contratual.

#### **a) Caixa e equivalentes a caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

#### **b) Contas a receber**

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados na rubrica “Outros custos operacionais”. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

#### **c) Investimentos**

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor, incluindo despesas de transação.

Os investimentos classificam-se como se segue:

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda e são classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

#### Outros investimentos

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser favelmente mensurado, são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas, sendo reconhecidos na rubrica de “Outros investimentos”.

Adicionalmente, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Estes ativos encontram-se reconhecidos na rubrica “Outros investimentos” e qualquer variação no seu justo valor é reconhecida na rubrica “Resultados relativos a atividades de investimento - Outros”.

#### **d) Instrumentos de capital próprio**

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

#### **e) Contas a pagar**

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

#### **f) Empréstimos**

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

#### **g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura**

A contratação de instrumentos financeiros derivados tem como objetivo efetuar a cobertura dos riscos financeiros a que o Gru-

po se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro. Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objetivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor e reconhecidos na rubrica “Outros passivos / ativos correntes” ou “Outros passivos / ativos não correntes”, consoante aplicável. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado com referência a valores de cotação. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é determinado com base na análise de fluxos de caixa descontados, os quais incluem pressupostos suportados em preços ou taxas observáveis de mercado.

#### **Contabilidade de cobertura**

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IFRS 9 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (“IFRS 9”), nomeadamente, quanto à respetiva documentação e efetividade.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de justo valor são reconhecidas como resultado financeiro do exercício, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow* são registadas em “Reserva de operações de cobertura” na sua componente efetiva e, em resultados financeiros na sua componente não efetiva.

Os valores registados em “Reserva de operações de cobertura” são transferidos para resultados financeiros no exercício em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, é vendido ou exercido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na “IFRS 9”.

#### **2.18 - Responsabilidades com pensões**

O Grupo proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma.

Este seguro foi constituído no âmbito de uma política social e

de incentivos aos trabalhadores e é da exclusiva iniciativa das empresas participadas onde esses benefícios são atribuídos. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva das respetivas administrações que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração as previsões atuariais de desembolsos e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas pelo Grupo são registadas como custo na data em que são realizadas.

### 2.19 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios ou créditos fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, não são descontados e são reconhecidos em ativos ou passivos não correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura. São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias.

### 2.20 - Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente é (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a eventual saída de recursos não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

### 2.21 - Rédito

O Grupo adotou no exercício de 2018 a IFRS 15, enquanto que os valores de 2017 estão apresentados de acordo com a IAS 11 e a IAS 18, não tendo reexpressados as demonstrações consolidadas de 2017.

### Política contabilística adotada em 2018 (IFRS 15)

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na demonstração dos resultados quando ocorre a transferência de controlo do bem ou serviço prestado para o comprador e o montante dos rendimentos é razoavelmente quantificado. As devoluções dos produtos vendidos são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito.

O Grupo reconhece receitas provenientes de diferentes negócios:

#### Construção:

O negócio de construção incorpora uma obrigação de desempenho única relativa à realização de determinada obra nos termos definidos do respetivo caderno de encargos e da orientação e solicitações realizadas pelos clientes ao longo do seu período de realização. O Grupo considera que a referida obrigação de desempenho é cumprida ao longo do período de execução da obra, uma vez que em situações de construção por encomenda, o ativo não tem um uso alternativo e o Grupo tem o direito de receber uma compensação pelos trabalhos executados até à data de reporte. Desta forma, o *timing* de reconhecimento da obrigação de desempenho ocorre durante aquele período, apurado através do método dos *inputs* (método do grau de acabamento), em função dos gastos incorridos com a mesma e da margem real estimada para cada projeto. Não sendo política conceder garantias de obra superiores às definidas por lei, o Grupo não identificou qualquer obrigação de

desempenho adicional relacionada com extensões de garantia.

#### Imobiliária:

Relativamente à venda de ativos imobiliários, o Grupo considera que a sua obrigação de desempenho se encontra cumprida no momento em que procede à sua entrega e a correspondente transferência de controlo ocorrem, o que se considera ocorrer no momento da escritura pública de compra e de venda, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo, não existindo outras obrigações de desempenho significativas por cumprir a partir desse momento. Em particular, no que respeita a projetos desenvolvidos pelo Grupo de construção e venda de imóveis, onde exista um compromisso do Grupo em vender ativos com determinadas características, o Grupo entende que, apesar do desenvolvimento do ativo e suas características se encontrarem previstas no contrato promessa celebrado, o Grupo detém a capacidade de controlar o processo, não tendo o cliente capacidade de determinar alterações ou considerações sobre o mesmo. Desta forma, o reconhecimento do respetivo rédito ocorre num momento do tempo, após a referida escritura pública de compra e de venda.

Relativamente ao arrendamento de ativos imobiliários detidos pelo Grupo, a obrigação de desempenho da Teixeira Duarte consiste na atribuição do direito de uso, por arrendamento, do imóvel/loja especificamente referido em cada contrato celebrado. O Grupo considera que o reconhecimento da receita deve ser efetuado ao longo do tempo, correspondente ao período de arrendamento, uma vez que o cliente recebe e usufrui simultaneamente dos benefícios decorrentes do desempenho e execução da Teixeira Duarte na atribuição do direito de uso durante esse período.

#### Hotelaria:

No que respeita aos serviços de hotelaria, o Grupo entende que a obrigação de desempenho da prestação do serviço, em função da sua natureza, ocorre ao longo do tempo, à medida que o serviço é prestado. Desta forma, considera que o reconhecimento da receita deve ser efetuado ao longo do tempo, correspondente ao período de duração da estadia em hotel, uma vez que o cliente usufrui dos benefícios associados durante esse período. Quando sejam estabelecidas outras obrigações de desempenho, em particular pela aquisição de outros serviços (*Food & Beverage*, *SPA*, ou outros disponibilizados pelo Grupo), os mesmos são reconhecidos num momento do tempo, quando o cliente obtém os benefícios a ele associados.

#### Distribuição:

Relativamente aos serviços de distribuição, o Grupo considera que a obrigação de desempenho por si assumida com os clientes consiste na venda/entrega de bens em mercado grossista ou retalhista na rede de distribuição (supermercados) detida pelo Grupo Teixeira Duarte. O cumprimento da referida obrigação ocorre quando a entrega do bem adquirido pelo cliente ocorre, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo. Desta forma, o reconhecimento do respetivo rédito é efetuado nesse momento do tempo.

#### Automóvel:

Relativamente à venda de automóveis, o Grupo considera que a sua obrigação de desempenho se encontra cumprida no momento em que procede à sua entrega e correspondente transferência de controlo ocorre, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo. O Grupo considera não existirem outras obrigações de desempenho ou compromissos estabelecidos com os clientes no âmbito dos respetivos contratos estabelecidos.

#### Outros serviços:

Relativamente a outras linhas de receita, em particular serviços prestados a clientes, de carácter continuado ou pontual, entende-se existirem obrigações de desempenho separadas quando tais acordos prevejam diversos ativos a entregar ou serviços a prestar dos quais o cliente possa beneficiar separadamente e se encontrem diferenciados nos termos contratados entre as partes. O Grupo entende que o reconhecimento do rédito atribuído a cada obrigação de desempenho identificada nos contratos, ocorre no momento da transferência do respetivo controlo, em particular ao longo do tempo ou num momento do tempo, em função das suas características, dependente se o cliente beneficia da sua execução ao longo desse mesmo período ou a partir de determinada data.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento, recebimento ou faturação. Os gastos e rendimentos cujos valores não sejam conhecidos são estimados.

#### **Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017 (IAS 11 e IAS 18)**

##### Vendas

Os proventos decorrentes de vendas de ativos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos ativos vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

#### Prestações de serviços

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da posição financeira.

Sempre que o resultado de um contrato de construção possa ser estimado razoavelmente, a receita e os custos correspondentes são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, conforme disposto na IAS 11 - Contratos de construção ("IAS 11"). De acordo com este método, os proveitos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos e os custos totais estimados das obras (custos incorridos adicionados dos custos a incorrer). As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza das diferenças.

As variações nos trabalhos contratados, reclamações e prémios são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com suficiente fiabilidade.

Para que o resultado de um contrato possa ser estimado com razoabilidade, é necessário que se verifiquem as seguintes condições:

- Ser provável que o Grupo obtenha os benefícios económicos previstos no contrato;
- Os custos do contrato são identificáveis e podem ser quantificados com razoabilidade;
- À data da posição financeira tem de ser possível que os

custos necessários para completar a construção, bem como o grau de acabamento da mesma, possam ser quantificados com suficiente razoabilidade, por forma a que os custos reais incorridos se possam comparar com as estimativas iniciais.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o exercício de garantia das obras, o Grupo reconhece uma provisão para fazer face a este risco, a qual é apurada tendo em conta a produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em exercício de garantia.

Quando se torna provável que os custos excedam os proveitos do contrato, a perda prevista é reconhecida na demonstração dos resultados do exercício em que é prevista.

As atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos são contabilizados em concordância com a IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços ("IFRIC 12"), a qual estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos.

#### **2.22 - Especialização de exercícios**

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados independente do momento em que são recebidos ou pagos. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes proveitos e custos são registadas nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

#### **2.23 – Classificação da posição financeira**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data da posição financeira.

#### **2.24 - Imparidade de ativos financeiros**

##### **Política contabilística adotada em 2018 (IFRS 9)**

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes, de outros devedores, e para ativos associados a contratos com clientes.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico de crédito dos clientes do Grupo nos últimos quatro anos (três anos para 2017), ajustada por fatores específicos atribuíveis aos clientes, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Para o efeito, os saldos de clientes e outros devedores foram agrupadas tendo em conta perfis de risco de crédito semelhantes (país, unidade de negócio, tipologia de devedor – público ou privado, e outros) e intervalos de vencimento.

#### Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017 (IAS 39)

O Grupo analisa a cada data da posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados - é removida de capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecida em resultados não são revertidas através da demonstração dos resultados.

#### Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- antiguidade dos créditos;
- dificuldades financeiras do devedor;
- probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da posição financeira do ativo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. Quando um montante a receber de clientes e deve-

dores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da respetiva perda por imparidade acumulada reconhecida. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

#### 2.25 – Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

#### 2.26 - Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa.

#### 2.27 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da posição financeira, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas (Nota 50).

### 3 - ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às con-

sideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com exceção:

- Aplicação da IAS 29 – Economias Hiperinflacionárias às empresas de Angola e Venezuela, e tal como preconizado na IAS 21 e na IAS 29, o efeito da adoção da IAS 29 a exercícios anteriores a 1 de janeiro de 2018 foi refletido na rubrica “Impacto da aplicação da IAS 29 em Angola e Venezuela” na demonstração do outro rendimento integral (Nota 48);
- Aplicação da IFRS 9;
- Adoção do modelo de revalorização para uma classe homogénea de ativos fixos tangíveis.

#### 4 - EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018 foram incluídas na consolidação, pelo método integral, Teixeira Duarte, S.A. e as seguintes empresas controladas:

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
<b>MERCADO INTERNO</b>		
<b>CONSTRUÇÃO</b>		
CONSTRUSALAMONDE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	92,50%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	67,74%
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
<b>CONCESSÕES E SERVIÇOS</b>		
DPLG - Desenvolvimento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, Sociedade Unipessoal, Lda.	Rua das Pretas, 4 - Fração 4 D - Funchal	100,00%
TDAP - Atividades Portuárias, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fração 4 D - Funchal	100,00%
TDGI AÇORES - Unipessoal, Lda.	Zona Industrial Chã do Rego d'Água, Lote 39 - Cabouco, Ilha de São Miguel - Açores	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDGI Manutenção, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
<b>IMOBILIÁRIA</b>		
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
IMOTD – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
MALANGA – Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	93,75%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
<b>HOTELARIA</b>		
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
GO CORP TRAVEL SOLUTIONS – Agência de Viagens, S.A.	Rua Encosta das Lagoas, nº 8 - Porto Salvo	100,00%
LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
LAGOAS HOTEL, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
<b>DISTRIBUIÇÃO</b>		
BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL – Participações e Distribuição, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL II – Distribuição e Investimentos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE – Distribuição, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
<b>AUTOMÓVEL</b>		
SMOTORS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDO - Investimento e Gestão, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL III – Automóveis e Investimentos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL IV – Participações e Automóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
<b>OUTRAS</b>		
C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
<b>MERCADO EXTERNO</b>		
<b>ÁFRICA DO SUL</b>		
<b>CONSTRUÇÃO</b>		
Global Net Distributors (Pty) Ltd.	10 Ninth Avenue - Northmead, Gauteng 1501	100,00%
<b>ANGOLA</b>		
<b>CONCESSÕES E SERVIÇOS</b>		
EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	42,40%
<b>IMOBILIÁRIA</b>		
AFRIMO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	51,00%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
<b>HOTELARIA</b>		
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
ANGOPREDIAL - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
HOTEL TRÓPICO, S.A.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	80,00%
HOTEL BAÍA, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
<b>DISTRIBUIÇÃO</b>		
CND – Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
COM 1 - Comércio e Distribuição, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
DCG – Distribuição e Comércio Geral, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
IMO 1 - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
OCC – Operador Central de Comércio, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	80,00%
<b>AUTOMÓVEL</b>		
AUTO 1 - Comércio Automóvel, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
Auto Competição Angola, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
AUTO 8, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
Comércio de Automóveis, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
VAUCO - Automóveis e Equipamentos, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	51,00%
<b>OUTRAS</b>		
Investipart – Participações e Investimentos, S.A.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	36,00%
<b>ARGÉLIA</b>		
<b>CONSTRUÇÃO</b>		
TEIXEIRA DUARTE ALGERIE, SPA	8 Rooute Ben Aknoun, Rés de Chanssée El Biar - Alger	99,94%
<b>BÉLGICA</b>		
<b>CONCESSÕES E SERVIÇOS</b>		
TDGI, S.A.	Avenue Jean-Monnet, 1, 1348 Louvain-La-Neuve – RPM Bruxelles	100,00%
<b>BRASIL</b>		
<b>CONSTRUÇÃO</b>		
EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
SOMAFEL – Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda.	Rua Iguatemi, n.º 448, 6.º andar conjuntos 602, 604, 606, 608 e 610 Bairro Itaim Bibi, São Paulo	67,74%
<b>CONCESSÕES E SERVIÇOS</b>		
GONGOJI Montante Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
PAREDÃO de Minas Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
TABOQUINHA Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
TDGI FACILITIES E MANUTENCAO DE INSTALACOES LTDA.	Rua Iguatemi, n.º 448, 6.º andar Conjunto 602, sala 18 Bairro Itaim Bibi, São Paulo	100,00%
<b>IMOBILIÁRIA</b>		
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	Rua Irene Ramos Gomes de Matteo, nº 97 - Casa 097 Pina - Recife	100,00%
TDSP - Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 01 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Elisa de Moraes Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 02 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 06 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 03 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Maratona Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 08 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Direitos Humanos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 4 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 19 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Verum Mooca Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 18 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 05 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 20 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 07 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 09 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Dionísio da Costa Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 10 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 11 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 12 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 13 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 14 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 15 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - 16 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 16 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Carolina Ribeiro - Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 17 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
<b>DISTRIBUIÇÃO</b>		
TDD - Distribuição Brasil, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
<b>OUTRAS</b>		
EMES – Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 21 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
<b>COLOMBIA</b>		
<b>CONSTRUÇÃO</b>		
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Colômbia) S.A.S.	Carrera 11 nº 94 – 02 oficina 201 Centro empresarial Manhattan, Bogotá	100,00%
<b>CHIPRE</b>		
<b>OUTRAS</b>		
LEVENEL, Limited	Irakli, 2, Egkomi, 2413 Nicósia	100,00%
<b>ESPAÑA</b>		
<b>CONSTRUÇÃO</b>		
UTE DE VIANA	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
<b>CONCESSÕES E SERVIÇOS</b>		
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A. Sociedade Unipersonal.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
TDGI - Mantenimiento y Servicios Integrales, S.L.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
<b>EQUADOR</b>		
<b>CONSTRUÇÃO</b>		
CONSORCIO PUENTE DAULE - GUAYAQUIL II	Av. Francisco de Orellana, Kilometro uno e medio (1,5) y Juan Tanca Marengo, Edificio Cofin, piso seis (6) Guayaquil, Equador	100,00%
<b>ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA</b>		
<b>CONSTRUÇÃO</b>		
TEIXEIRA DUARTE CONSTRUCTION SERVICES, LLC	1030 Salem Road Union, NJ 07083	100,00%
<b>IMOBILIÁRIA</b>		
TDRE INVESTMENTS, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 310, Dallas Texas 75244	100,00%
TDRE LEE PARK, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 310, Dallas Texas 75244	100,00%
TDRE HOOD, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 300, Dallas Texas 75244	100,00%
<b>MACAU</b>		
<b>CONSTRUÇÃO</b>		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Av. Dr. Mário Soares, nº 25 Edifício Montepio Apr. 26 e 28 – 3º andar Macau	100,00%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
<b>MOÇAMBIQUE</b>		
<b>CONSTRUÇÃO</b>		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	74,46%
<b>CONCESSÕES E SERVIÇOS</b>		
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	69,55%
<b>IMOBILIÁRIA</b>		
IMOPAR - Centro Comercial de Maputo, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
MALANGA - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 4 - R/C Maputo	74,71%
<b>HOTELARIA</b>		
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 627 Maputo	100,00%
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	Av. 25 de Setembro, 1321 Maputo	65,00%
TIVOLI BEIRA - Hotelaria e Serviços, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
<b>PERÚ</b>		
<b>CONSTRUÇÃO</b>		
TEIXEIRA DUARTE PERÚ – Ingeniería y Construcciones, Sociedad Anónima Cerrada	Avenida Arenales, nº 773 Lima	100,00%
<b>RÚSSIA</b>		
<b>CONCESSÕES E SERVIÇOS</b>		
MMK Cement, Limited Liability Company	Tri Rutchia Murmansk	70,00%
<b>VENEZUELA</b>		
<b>CONSTRUÇÃO</b>		
Consorcio Boyacá – La Guaira	Av. San Juan Bosco, Edifício Centra Altamira Piso 5, Oficina 54, Urb. Altamira Caracas	57,20%
TEGAVEN – Teixeira Duarte y Asociados, C.A.	Av. Venezuela del Rosal con Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal - Caracas	100,00%

## 5 - ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, verificaram-se as seguintes saídas face ao perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2017:

- BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.;
- LAGOAS PARK, S.A.;
- TDHOSP – Gestão de Edifício Hospital, S.A..

De referir, que estas empresas foram classificadas como “Detidas para Venda” em 31 de dezembro de 2017.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo alienou a participada detida a 100%, a “LAGOAS PARK, S.A.” e 90% da participação detida na “TDHOSP – Gestão de Edifício Hospital, S.A.”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram dissolvidas as seguintes empresas:

- TDF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.;
- GND Trading ME FZE.

Importa referir as seguintes constituições durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Construção:

- CONSORCIO PUENTE DAULE - GUAYAQUIL II.

Concessões e Serviços:

- TDGI - Mantenimiento y Servicios Integrales, S.L..

Imobiliária:

- MALANGA - Empreendimentos Imobiliários, S.A..

Outras:

- EMES – Participações , Ltda..

**6 - COTAÇÕES**

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio de fecho			Câmbio Médio		
	2018	2017	Var	2018	2017	Var
Dólar Americano	1,1450	1,1993	(4,5%)	1,1803	1,1307	4,4%
Pataca Macaense	9,2365	9,6532	(4,3%)	9,5269	9,0741	5,0%
Metical Moçambicano	70,2400	70,5700	(0,5%)	71,2377	71,7446	(0,7%)
Bolívar Venezuelano	813,5683	0,0401	S.S.	128,2807	0,0235	S.S.
Kwanza Angolano	353,0155	185,4000	90,4%	294,5685	184,8361	59,4%
Dinar Argelino	135,5660	137,6194	(1,5%)	137,5775	125,5197	9,6%
Dirham dos Emirados	4,2058	4,4056	(4,5%)	4,3374	4,1538	4,4%
Dirham Marroquino	10,9560	11,2168	(2,3%)	11,0913	10,9528	1,3%
Real Brasileiro	4,4440	3,9729	11,9%	4,2980	3,6271	18,5%
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	-	110,2650	110,2650	-
Rublo Russo	79,7153	69,3920	14,9%	73,7887	66,0350	11,7%
Dinar Tunisino	3,4485	2,9464	17,0%	3,1193	2,7141	14,9%
Rand Africa do Sul	16,4594	14,8054	11,2%	15,5474	15,0168	3,5%
Novo Sol Peruano	3,8667	3,8846	(0,5%)	3,8807	3,6876	5,2%
Peso Colombiano	3.718,3900	3.579,3100	3,9%	3.512,5138	3.358,9723	4,6%

**7 – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS**

O Grupo encontra-se organizado de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Construção;
- Concessões e serviços;
- Imobiliária;
- Hotelaria;

- Distribuição;
- Automóvel.

As vendas e prestações de serviços e os resultados de cada um dos segmentos operacionais acima mencionados, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

Segmento	Vendas e prestações de serviços						Resultados operacionais	
	2018			2017			2018	2017
	Clientes externos	Intersegmental	Total	Clientes externos	Intersegmental	Total		
Construção (*) (Nota 32)	508.251	17.268	525.519	522.551	16.844	539.395	25.920	30.371
Concessões e serviços	96.578	13.905	110.483	96.298	12.519	108.817	5.153	4.510
Imobiliária (*)	71.528	10.196	81.724	96.593	9.000	105.593	48.257	54.498
Hotelaria (*)	38.853	587	39.440	48.246	13.460	61.706	8.387	8.305
Distribuição (*)	128.343	1.887	130.230	205.014	2.083	207.097	(2.795)	16.822
Automóvel	30.159	3.241	33.400	66.936	5.176	72.112	8.532	24.642
Não afetos a segmentos	-	-	-	-	-	-	(9.902)	(5.404)
Eliminações	-	(47.084)	(47.084)	-	(59.082)	(59.082)	325	1
	873.712	-	873.712	1.035.638	-	1.035.638	83.877	133.745
Custos e perdas financeiros (Nota 15)							(150.250)	(170.416)
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 15)							77.228	65.765
Resultados relativos a atividades de investimento (Nota 15)							18.320	2.208
Resultados antes de impostos							29.175	31.302

(\*) - Valores de 2017 reclassificados conforme explicação na nota introdutória.

As transações intersegmentais são efetuadas em condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

Outras informações:

Segmento	Dispêndios de capital fixo		Amortizações e depreciações em resultados		Provisões e perdas por imparidade	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Construção (*)	17.001	10.109	25.712	31.329	4.295	(8.778)
Concessões e serviços	4.949	40.003	2.572	3.429	444	(4)
Imobiliária (*)	13.744	7.135	2.903	5.738	3.742	-
Hotelaria (*)	3.263	2.392	4.031	5.600	10	(18)
Distribuição (*)	6.888	4.466	6.400	8.342	6.630	-
Automóvel	132	571	1.710	1.690	137	186
Não afetos a segmentos	199	398	218	95	-	-
	46.176	65.074	43.546	56.223	15.258	(8.614)

(\*) - Valores de 2017 reclassificados conforme explicação na nota introdutória.

O ativo e passivo dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são como segue:

Segmento	Ativos								Passivos	
	2018				2017				2018	2017
	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (Nota 45)	Outros ativos	Total	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	Outros ativos	Total		
Construção (*)	2.134	12.978	1.850.492	1.865.604	2.608	-	2.108.465	2.111.073	975.325	1.145.116
Concessões e serviços	1.249	76	117.939	119.264	3.113	-	181.638	184.751	43.351	76.178
Imobiliária (*)	75	1.285	1.124.972	1.126.332	603	1.198	1.641.286	1.643.087	457.749	850.966
Hotelaria (*)	-	12	234.698	234.710	-	-	332.198	332.198	71.653	188.798
Distribuição (*)	-	10	248.399	248.409	-	-	227.494	227.494	145.517	158.679
Automóvel	24	7	207.273	207.304	24	-	167.031	167.055	88.905	72.478
Não afetos a segmentos	13.339	2.562	896.707	912.608	13.948	643	901.828	916.419	841.532	759.545
Eliminações	-	-	(2.856.531)	(2.856.531)	-	-	(3.287.718)	(3.287.718)	(1.169.692)	(1.366.244)
	16.821	16.930	1.823.949	1.857.700	20.296	1.841	2.272.222	2.294.359	1.454.340	1.885.516

(\*) - Valores de 2017 reclassificados conforme explicação na nota introdutória.

As vendas e prestações de serviços e a informação acerca de ativos não correntes não monetários, por segmento geográfico apresentam a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Segmento geográfico	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes não monetários	
	2018	2017	2018	2017
Portugal	233.265	189.999	196.576	215.002
Angola	284.433	398.589	536.284	416.628
Argélia	122.347	91.463	20.451	22.862
Brasil	136.013	235.902	16.529	21.264
Espanha	35.989	30.297	17.528	16.372
Moçambique	30.587	61.035	31.818	19.840
Venezuela	15.651	15.984	1.014	65
Outros	15.427	12.369	3.807	2.016
	873.712	1.035.638	824.007	714.049

Os ativos não correntes não monetários, incluem *goodwill*, ativos intangíveis, ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento.

## 8 - PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os proveitos operacionais, foram como segue:

	2018	2017
<b>Vendas e prestações de serviços:</b>		
Vendas	494.624	575.221
Prestações de serviços	379.088	460.417
	<b>873.712</b>	<b>1.035.638</b>
<b>Outros proveitos operacionais:</b>		
Alienação de ativos a)	47.316	5.425
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 22)	41.098	23.816
Diferenças de câmbio	18.385	-
Proveitos suplementares	7.449	6.841
Trabalhos para a própria empresa b)	3.762	2.235
Reversão de perdas por imparidade em contas a receber (Nota 28)	2.992	13.193
Correções a exercícios anteriores	296	895
Reversão de perdas por imparidade em inventários (Nota 9 e 10)	215	257
Restituição de impostos	89	204
Ganhos em inventários	28	84
Outros proveitos operacionais	18.921	11.411
	<b>140.551</b>	<b>64.361</b>
	<b>1.014.263</b>	<b>1.099.999</b>

a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os ganhos indicados foram obtidos com a alienação de ativos fixos tangíveis em 3.087 milhares de euros (3.829 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017) (Nota 21)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo alienou a “Lagoas Park, S.A.” e a TDHOSP – Gestão de Edifício

Hospital, S.A. tendo registado uma mais-valia global de 44.100 milhares de euros, (Nota 24), empresas que faziam parte do perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2017 e que estavam classificadas como “Ativos e passivos detidos para venda”.

Ainda no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram dissolvidas a TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. e a GND Trading ME FZE, registando ganhos de 129 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo alienou o setor da Energia por 7.820 milhares de euros, tendo registado uma mais-valia de 612 milhares de euros.

De referir ainda, a alienação da “RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.” e da “RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A.” por 1.150 milhares de euros, tendo registado uma mais-valia de 283 milhares de euros, empresas que faziam parte do perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2016 e a dissolução da BETANGOLA – Betões e Pré-Fabricados de Angola, Lda., tendo registado ganhos de 701 milhares de euros.

b) Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a beneficiação de equipamentos.

As diferenças de câmbio líquidas, registadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 deve-se a pagamentos e recebimentos, bem como a atualizações cambiais em saldos, registados por base em moedas diferentes do Euro.

## 9 – CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o custo das vendas foi apurado como se segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
<b>Ativo bruto:</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	13.730	69.502	83.232
Ajustamentos de conversão cambial	(1.256)	(258)	(1.514)
Transferência para ativos detidos para venda	-	(565)	(565)
Regularizações	(79)	(664)	(743)
Compras	99.764	207.237	307.001
Custo do exercício	(98.706)	(204.931)	(303.637)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>13.453</b>	<b>70.321</b>	<b>83.774</b>
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	-	5.382	5.382
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	71	2.648	2.719
Ajustamentos de conversão cambial	1.448	(27.722)	(26.274)
Regularizações	-	(2.424)	(2.424)
Compras	117.380	137.008	254.388
Custo do exercício	(121.078)	(126.117)	(247.195)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>11.274</b>	<b>59.095</b>	<b>70.369</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas em inventários:</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	601	3.804	4.405
Ajustamentos de conversão cambial	(8)	(15)	(23)
Reforços (Nota 14)	207	1.297	1.504
Reduções (Nota 8)	-	(254)	(254)
Regularizações	(12)	(25)	(37)
Transferência para ativos detidos para venda	-	(366)	(366)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>788</b>	<b>4.441</b>	<b>5.229</b>
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	-	1.021	1.021
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	-	479	479
Ajustamentos de conversão cambial	(307)	(2.552)	(2.859)
Reforços (Nota 14)	538	380	918
Reduções (Nota 8)	(28)	(187)	(215)
Regularizações	(5)	(10)	(15)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>986</b>	<b>3.572</b>	<b>4.558</b>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	12.665	65.880	78.545
Valor líquido em 31 de dezembro de 2018	10.288	55.523	65.811

## 10 – VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como se segue:

	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermediários	Total
<b>Ativo bruto:</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	167.959	4.774	172.733
Ajustamentos de conversão cambial	(11.026)	-	(11.026)
Regularizações	(3.107)	(244)	(3.351)
Variação da produção	(5.017)	9.390	4.373
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>148.809</b>	<b>13.920</b>	<b>162.729</b>
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	244	-	244
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	97	-	97
Ajustamentos de conversão cambial	(5.938)	-	(5.938)
Regularizações	(10.185)	78	(10.107)
Variação da produção	(8.663)	(10.149)	(18.812)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>124.364</b>	<b>3.849</b>	<b>128.213</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas em inventários:</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	118	-	118
Ajustamentos de conversão cambial	9	-	9
Reforços (Nota 14)	93	-	93
Reduções (Nota 8)	(3)	-	(3)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>217</b>	<b>-</b>	<b>217</b>
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	46	-	46
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	47	-	47
Ajustamentos de conversão cambial	(109)	-	(109)
Reforços (Nota 14)	1.203	-	1.203
Transferências	(24)	-	(24)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.380</b>	<b>-</b>	<b>1.380</b>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	148.592	13.920	162.512
Valor líquido em 31 de dezembro de 2018	122.985	3.849	126.834

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os inventários apresentam o seguinte detalhe:

	2018	2017
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	10.288	12.665
Mercadorias	55.523	65.880
Produtos e trabalhos em curso	122.985	148.592
Produtos acabados e intermediários	3.849	13.920
<b>Total</b>	<b>192.645</b>	<b>241.057</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os empreendimentos imobiliários, apresentados em produtos e trabalhos em curso, encontram-se a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

	2018	2017
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	40.692	39.158
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	16.596	16.242
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	16.435	16.336
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	6.615	5.809
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	6.161	6.800
TDRE Hood, LLC	5.091	4.383
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	4.896	8.295
TDSP - Carolina Ribeiro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	4.823	-
TDRE LEE Park, LLC	4.483	3.971
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	4.138	6.389
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	3.301	7.514
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	2.908	3.156
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	2.526	3.577
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.482	1.583
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	1.433	1.433
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	833	930
TDSP - Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	51	2.719
TDSP - Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	30	3.080
TDSP - Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	6	3.027
IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	11.814
TDSP - Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	1.440
TDSP - Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	85
Outros	485	851
	122.985	148.592

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 existiam os seguintes inventários dados como penhor de garantia a passivos:

Geografia	2018	2017
Portugal	Hipoteca 10 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District	Hipoteca 10 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District
Portugal	Hipoteca 9 Lotes Mafamude	Hipoteca 9 Lotes Mafamude
Portugal	-	Hipoteca dos imóveis, prédios urbanos, sítos na Rua de Pedrouços
Portugal	Hipoteca de 65 frações - Empreendimento Santa Marinha Design District - Vila Nova de Gaia	Hipoteca de 65 frações - Empreendimento Santa Marinha Design District - Vila Nova de Gaia
Portugal	Hipoteca Terreno Pedregueiras - (14+10) Prédios Rústicos	-
Portugal	Hipoteca Empreendimento Magnólia e Coina	-
Portugal	Hipoteca Vale Figueira	-
Portugal	Hipoteca Empreendimento Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa	-
Brasil	Empreendimento Imobiliário Condomínio Unique Alta Vista - São Paulo / Brasil (168 Unidades Autônomas)	-
Brasil	Empreendimento Imobiliário Condomínio Retrato Pinheiros - São Paulo / Brasil (104 Unidades Autônomas)	-

## 11 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os fornecimentos e serviços externos, foram como segue:

	2018	2017
Subcontratos	130.404	142.331
Trabalhos especializados	33.255	30.607
Conservação e reparação	23.983	22.583
Rendas e alugueres	19.074	22.062
Transporte de mercadorias	7.770	7.577
Combustíveis	7.527	9.357
Deslocações e estadas	4.647	5.362
Electricidade	4.509	6.220
Vigilância e segurança	3.448	4.703
Publicidade	3.103	3.322
Transporte de pessoal	2.498	3.351
Honorários	2.249	3.132
Outros	44.210	55.919
	286.677	316.526

**12 – CUSTOS COM O PESSOAL**

O número médio de empregados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, por segmento operacional, foi o seguinte:

	2018	2017
Construção	5.298	5.125
Concessões e serviços	1.908	2.021
Imobiliária	262	176
Hotelaria	1.079	1.096
Distribuição	1.386	1.417
Energia	-	17
Automóvel	412	504
Não afetos a segmentos	186	204
	10.530	10.560

A rubrica de “custos com o pessoal”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, tem a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações normais	108.695	113.792
Outras remunerações	63.476	64.584
Encargos com remunerações	32.281	31.427
Seguros	2.608	3.516
Benefícios de reforma	8	8
Outros custos com o pessoal	14.908	26.657
	221.976	239.984

**13 - LOCAÇÕES OPERACIONAIS**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram reconhecidos custos de 186 milhares de euros e 172 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional, os quais foram reconhecidos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

As rendas de contratos de locação operacional mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, apresentam as seguintes maturidades:

	2018	2017
2018	-	83
2019	48	6
2020	11	3
2021	1	1
	60	93

**14 - OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS**

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram como se segue:

	2018	2017
Perdas por imparidade em dívidas a receber (Nota 28)	36.331	16.014
Impostos	18.200	20.246
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 22)	14.373	7.777
Dívidas incobráveis	7.416	664
Perdas em inventários	5.544	277
Perdas incorridas na alienação de ativos a)	2.703	1.693
Perdas por imparidade em inventários (Nota 9 e 10)	2.121	1.597
Diferenças de câmbio operacionais	-	2.204
Outros custos operacionais	10.234	12.399
	96.922	62.871

a) As perdas indicadas foram incorridas com a alienação de ativos fixos tangíveis, no montante de 1.419 milhares de euros (1.641 milhares de euros em 2017) (Nota 21).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi dissolvida a Teixeira Duarte Internacional, LTD., tendo registado perdas de 1.284 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo procedeu à dissolução da MARINERTES, S.A., tendo registado perdas de 52 milhares de euros.

**15 - RESULTADOS FINANCEIROS**

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram os seguintes:

	2018	2017
<b>Custos e perdas financeiros:</b>		
Juros suportados	(27.296)	(65.886)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(99.427)	(68.554)
Outros custos e perdas financeiros	(23.527)	(35.976)
	<b>(150.250)</b>	<b>(170.416)</b>
<b>Proveitos e ganhos financeiros:</b>		
Juros obtidos	6.953	10.087
Diferenças de câmbio favoráveis	31.255	53.191
Posição monetária líquida d)	38.445	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	575	2.487
	<b>77.228</b>	<b>65.765</b>
<b>Resultados relativos a atividades de investimento:</b>		
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos a)	220	2.217
Dividendos b)	1.423	2.728
Outros investimentos c)	16.677	(2.529)
Ganhos / perdas na mensuração de ativos disponíveis para venda	-	(208)
	<b>18.320</b>	<b>2.208</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(54.702)</b>	<b>(102.443)</b>

a) Os resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluem o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos no montante de 220 milhares de euros (2.217 milhares de euros em 2017) (Nota 23).

b) Os valores apresentados em 2018 e em 2017 correspondem a dividendos recebidos de "Outros investimentos".

c) Na rubrica "Outros Investimentos" estão contabilizados mais e menos valias na alienação de Ativos financeiros no montante de 16.677 milhares de euros em 2018 ((1.814) milhares de euros em 2017).

De referir ainda, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo registou uma imparidade na participação "VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A." no montante de 715 milhares de euros.

d) O valor apresentado corresponde ao ganho originado na aplicação da IAS 29.

As diferenças de câmbio líquidas, registadas nos exercícios

findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 devem-se a pagamentos e recebimentos, bem como a atualizações cambiais em saldos, registados por base em moedas diferentes do Euro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram capitalizados juros no custo de aquisição de ativos qualificáveis (198 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017).

Para efeitos de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição dos ativos qualificáveis, foi utilizada uma taxa média de 3,9% em 31 de dezembro de 2017.

**16 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

A "TD, SA" é a sociedade dominante de um grupo de sociedades tributado segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), que abrange todas as sociedades em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto e que, simultaneamente, tenham sede e direção efetiva em Portugal e sejam tributadas pelo regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC").

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RETGS, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de IRC, Derrama Municipal e Derrama Estadual aplicáveis.

A "TD, SA" e a generalidade das suas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a IRC, à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros, às taxas de 3%, 5% e 9%, respetivamente.

As referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma, às taxas e sobre as despesas, encargos e gastos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

No processo de apuramento do resultado tributável, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico, montantes que não concorrem fiscalmente. Estas diferenças entre resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 5 (cinco) anos para os gerados no período de tributação de 2018 em diante, sendo suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis apurados a posteriori, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tribu-

tável apurado no período de tributação em que se realize.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

Relativamente a entidades com presença noutros países, o prazo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os cinco anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2018.

O Grupo procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (Nota 27).

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são como se segue:

	2018	2017
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	(10.456)	(31.522)
Imposto sobre o rendimento em outras jurisdições	(11.955)	(23.130)
<b>Imposto corrente</b>	<b>(22.411)</b>	<b>(54.652)</b>
Imposto diferido (Nota 27):	2.732	20.118
	(19.679)	(34.534)

Para além dos montantes de impostos diferidos registados diretamente na demonstração dos resultados, foram registados diretamente nos capitais próprios impostos diferidos no montante de (71.251) milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ((1.009) milhares de euros em 31 de dezembro de 2017) (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a reconciliação entre a taxa nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como se segue:

	2018		2017	
	Taxa %	Imposto	Taxa %	Imposto
Resultado antes de imposto		29.175		31.302
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	(21,0%)	(6.127)	(21,0%)	(6.573)
Diferencial de taxas de imposto de outros países	(54,1%)	(15.796)	(78,1%)	(24.447)
Resultado em associadas e empreendimentos conjuntos em equivalência patrimonial	0,2%	46	1,5%	466
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido imposto diferido ativo	42,7%	12.460	6,4%	1.995
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	9,8%	2.855	28,7%	8.984
Custos não aceites fiscalmente	(21,9%)	(6.389)	(42,3%)	(13.248)
Tributação autónoma	(3,4%)	(996)	(3,4%)	(1.066)
Derrama	(5,2%)	(1.520)	(2,6%)	(818)
Diferenças nas estimativas	5,7%	1.662	(36,7%)	(11.488)
Outras componentes do imposto	(29,5%)	(8.607)	(27,0%)	(8.457)
Imposto diferido do ano	9,4%	2.732	64,3%	20.118
Taxa efetiva e imposto sobre o rendimento	(67,5%)	(19.679)	(110,3%)	(34.534)

## 17 - RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2018	2017
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	11.127	(4.650)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares)	420.000	420.000
Resultado líquido por ação básico	0,03	(0,01)

Pelo facto de nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

## 18 - DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 26 de maio de 2018 foi deliberado a não distribuição de dividendos, tendo em consideração as demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram liquidados dividendos de 840 milhares de euros, referente ao exercício de 2016.

## 19 - GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido nos valores do *goodwill* apurados

na aquisição de empresas subsidiárias, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2018	2017
Ativo bruto:		
Saldo inicial	27.571	29.550
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	55	-
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	25	-
Ajustamentos de conversão cambial	(125)	-
Transferência para ativos detidos para venda	-	(1.979)
Saldo final	27.526	27.571
Perdas por imparidade acumuladas	(15.255)	(15.255)
Ativo líquido:	12.271	12.316

Os valores do *goodwill* em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 respeitam às seguintes entidades:

Participada	Segmento operacional	2018	2017
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Construção	12.107	12.107
Auto Competição Angola, LDA	Automóvel	164	209
		12.271	12.316

Os *goodwill* relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos fazem parte integrante do valor dos correspondentes investimentos e encontram-se evidenciados na Nota 23.

Os valores do *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos

possam estar em imparidade.

A quantia recuperável das unidades geradoras de caixa às quais os *goodwill* estão afetos é determinada com base no cálculo do seu valor de uso, que utiliza as projeções de fluxos de caixa com base nas projeções financeiras mais recentes aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração cobrindo um período de cinco anos, descontados através das taxas de desconto indicadas no quadro seguinte, as quais foram calculadas com base no custo médio ponderado do capital (“WACC”), ajustado pelos riscos específicos do mercado em que cada unidade se insere. Os fluxos de caixa para além desse período de cinco anos foram projetados utilizando as taxas indicadas no mesmo quadro. Estas taxas não excedem, a taxa média de crescimento a longo prazo para os mercados em que aquelas unidades geradoras de caixa se encontram afetos.

Os Conselhos de Administração entendem que qualquer mudança razoavelmente possível nos pressupostos fundamentais em que a quantia recuperável é baseada, não faria com que a quantia escriturada daquelas unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Assim, os principais pressupostos considerados na determinação do valor de uso dos valores de *goodwill*, são os seguintes:

	2018			2017		
	Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Participada						
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	12.107	6,4%	1,25%	12.107	6,1%	1,25%
Auto Competição Angola, Lda.	164	14,3%	1,50%	209	14,3%	1,50%
	12.271			12.316		

## 20 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial	Outros	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta ativos intangíveis	Total
<b>Ativo bruto:</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	45.293	140	3.313	-	48.746
Alteração de perímetro	(47)	-	-	-	(47)
Ajustamentos de conversão cambial	(243)	2	(449)	-	(690)
Adições	40.068	-	72	-	40.140
Transferências e abates	3.697	(53)	-	-	3.644
Alienações	(21)	-	-	-	(21)
Transferência para ativos detidos para venda	(25)	-	-	-	(25)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>88.722</b>	<b>89</b>	<b>2.936</b>	<b>-</b>	<b>91.747</b>
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	9.005	14	-	-	9.019
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	4.078	6	-	-	4.084
Ajustamentos de conversão cambial	(17.705)	(32)	(302)	-	(18.039)
Adições	439	-	131	347	917
Transferências e abates	(8.563)	-	(24)	-	(8.587)
Alienações	(34)	-	-	-	(34)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>75.942</b>	<b>77</b>	<b>2.741</b>	<b>347</b>	<b>79.107</b>
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.652	140	-	-	9.792
Alteração de perímetro	(47)	-	-	-	(47)
Ajustamentos de conversão cambial	(82)	2	-	-	(80)
Transferências e abates	1.094	(53)	-	-	1.041
Reforços	3.577	-	-	-	3.577
Alienações	(20)	-	-	-	(20)
Transferência para ativos detidos para venda	(25)	-	-	-	(25)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>14.149</b>	<b>89</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.238</b>
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	1.420	14	-	-	1.434
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	951	6	-	-	957
Ajustamentos de conversão cambial	(3.011)	(32)	-	-	(3.043)
Transferências e abates	(2.665)	-	-	-	(2.665)
Reforços	3.207	-	-	-	3.207
Alienações	(34)	-	-	-	(34)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>14.017</b>	<b>77</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.094</b>
<b>Valor líquido:</b>					
Em 31 de dezembro de 2017	74.573	-	2.936	-	77.509
Em 31 de dezembro de 2018	61.925	-	2.741	347	65.013

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de “Propriedade industrial” apresenta o montante de 56.641 milhares de euros, referente a direitos de superfície (66.833 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017).

## 21 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativo bruto:</b>										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	31.328	483.317	388.750	85.600	41.656	36.226	10.794	15.061	-	1.092.732
Alteração de perímetro	-	(77)	(7.898)	(2.187)	(265)	(233)	(292)	-	-	(10.952)
Ajustamentos de conversão cambial	(328)	3.752	(9.045)	(1.980)	(624)	(163)	(29)	(51)	-	(8.468)
Adições	-	5.576	7.308	2.022	1.861	894	967	2.921	143	21.692
Transferências e abates	(32)	(16.246)	(5.272)	(1.698)	(135)	(1.634)	(489)	(10.634)	-	(36.140)
Alienações	-	(169)	(9.494)	(3.098)	(500)	(542)	(3)	-	-	(13.806)
Transferência para ativos detidos para venda	(29)	(30.854)	(3.451)	-	(3)	(208)	(11)	-	-	(34.556)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>30.939</b>	<b>445.299</b>	<b>360.898</b>	<b>78.659</b>	<b>41.990</b>	<b>34.340</b>	<b>10.937</b>	<b>7.297</b>	<b>143</b>	<b>1.010.502</b>
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	2.562	87.572	23.957	8.395	136	4.779	1.197	1.071	38	129.707
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	2.422	44.125	11.103	3.489	70	2.221	853	2.161	17	66.461
Ajustamentos de conversão cambial	(6.021)	(220.366)	(48.103)	(18.056)	(1.957)	(10.008)	(2.733)	(2.326)	(86)	(309.656)
Adições	-	5.108	12.964	6.356	2.958	1.048	1.409	5.034	-	34.877
Transferências e abates	(2.705)	35	(7.493)	(2.426)	(1.573)	(988)	(68)	(4.265)	-	(19.483)
Alienações	(40)	(6.616)	(4.787)	(3.219)	(397)	(857)	(412)	-	-	(16.328)
Revalorização	-	473.051	-	-	-	-	-	-	-	473.051
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>27.157</b>	<b>828.208</b>	<b>348.539</b>	<b>73.198</b>	<b>41.227</b>	<b>30.535</b>	<b>11.183</b>	<b>8.972</b>	<b>112</b>	<b>1.369.131</b>
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	164	152.005	305.377	70.009	32.222	30.879	6.289	-	-	596.945
Alteração de perímetro	-	(67)	(7.616)	(1.159)	(262)	(223)	(288)	-	-	(9.615)
Efeito de conversão cambial	-	(258)	(5.092)	(1.875)	(370)	(103)	(11)	-	-	(7.709)
Reforços	-	15.993	25.126	5.556	3.122	1.813	1.036	-	-	52.646
Transferências e abates	-	(410)	(5.710)	(1.701)	(257)	(1.541)	(81)	-	-	(9.700)
Alienações	-	(81)	(8.213)	(2.960)	(403)	(489)	(2)	-	-	(12.148)
Transferência para ativos detidos para venda	-	(3.231)	(3.065)	-	(2)	(196)	-	-	-	(6.494)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>164</b>	<b>163.951</b>	<b>300.807</b>	<b>67.870</b>	<b>34.050</b>	<b>30.140</b>	<b>6.943</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>603.925</b>
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	-	25.111	19.755	7.736	112	4.164	648	-	-	57.526
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	-	18.732	9.115	2.685	60	1.995	430	-	-	33.017
Efeito de conversão cambial	-	(67.718)	(37.406)	(16.622)	(345)	(8.809)	(1.524)	-	-	(132.424)
Reforços	-	17.092	19.343	3.712	2.947	1.325	783	-	-	45.202
Transferências e abates	-	(1.405)	(8.858)	(2.350)	(1.400)	(917)	(65)	-	-	(14.995)
Alienações	-	(1.857)	(4.210)	(3.010)	(306)	(715)	(917)	-	-	(11.015)
Revalorização	-	235.263	-	-	-	-	-	-	-	235.263
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>164</b>	<b>389.169</b>	<b>298.546</b>	<b>60.021</b>	<b>35.118</b>	<b>27.183</b>	<b>6.298</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>816.499</b>
<b>Valor líquido:</b>										
Em 31 de dezembro de 2017	30.775	281.348	60.091	10.789	7.940	4.200	3.994	7.297	143	406.577
Em 31 de dezembro de 2018	26.993	439.039	49.993	13.177	6.109	3.352	4.885	8.972	112	552.632

De acordo com a IAS 16, após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis podem ser mensurados de acordo com dois modelos:

- Modelo do custo
- Modelo de revalorização

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo optou pelo modelo de revalorização para um conjunto restrito de ativos fixos tangíveis, sendo que esta política passou a ser aplicada a toda uma classe homogênea.

A adoção do modelo de revalorização pressupõe que o justo valor pode ser determinado com fiabilidade, sendo o ativo em questão mensurado pelo valor revalorizado, correspondente ao justo valor à data da revalorização, menos qualquer depreciação acumulada e imparidades subsequentes.

Por forma a assegurar que as demonstrações financeiras traduzem de forma mais fiel o justo valor dos ativos líquidos, foi tomada a decisão de, com efeitos a 31 de dezembro de 2018, alterar o modelo de mensuração aplicado a todos os Hotéis, a todas as lojas de Distribuição e ainda a lojas do setor Automóvel, constituindo estes a classe de ativos homogêneos onde se considera que a diferença entre o valor reconhecido nas demonstrações financeiras e o correspondente justo valor é mais significativo.

A mudança do modelo do custo (anteriormente adotado) para o modelo de revalorização constitui uma mudança de política contabilística. Porém, nos termos do IAS 8:17 é estabelecida nesta situação uma exceção à regra geral aplicada às mudanças de políticas contabilísticas. Assim, esta mudança deverá ser enquadrada como uma revalorização na data estabelecida para a mudança ao invés de conduzir a um ajustamento (reexpressão) do período comparativo. O aumento de valor dos ativos deverá ter reflexo direto no capital próprio (ou em resultados no caso de existir uma redução de valor por imparidade)

As revalorizações devem ser efetuadas com suficiente regularidade por forma a assegurar que a quantia escriturada não difere materialmente do correspondente justo valor à data de reporte (IAS 16:31).

Em 31 de dezembro de 2018, o impacto da revalorização dos referidos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor da avaliação	Impacto na reavaliação	Impostos diferidos	Impacto da reavaliação líquida
<b>Hotéis</b>							
Portugal	8.174	(5.140)	3.034	5.770	2.736	(574)	2.162
Angola	87.046	(42.889)	44.157	147.992	103.835	(31.151)	72.684
Moçambique	11.916	(3.655)	8.261	19.487	11.226	(3.592)	7.634
	<b>107.136</b>	<b>(51.684)</b>	<b>55.452</b>	<b>173.249</b>	<b>117.797</b>	<b>(35.317)</b>	<b>82.480</b>
<b>Lojas do setor da Distribuição</b>							
Angola	84.345	(15.200)	69.145	117.640	48.495	(14.549)	33.946
	<b>84.345</b>	<b>(15.200)</b>	<b>69.145</b>	<b>117.640</b>	<b>48.495</b>	<b>(14.549)</b>	<b>33.946</b>
<b>Lojas do setor Automóvel</b>							
Angola	19.583	(4.062)	15.521	87.017	71.496	(21.449)	50.047
	<b>19.583</b>	<b>(4.062)</b>	<b>15.521</b>	<b>87.017</b>	<b>71.496</b>	<b>(21.449)</b>	<b>50.047</b>
	<b>211.064</b>	<b>(70.946)</b>	<b>140.118</b>	<b>377.906</b>	<b>237.788</b>	<b>(71.315)</b>	<b>166.473</b>

Todos os imóveis foram avaliados por avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida e com experiência recente na localização e na categoria dos imóveis valorizados.

De referir ainda, que, não foram alteradas as vidas úteis dos imóveis que foram revalorizados.

As adições de ativos fixos tangíveis realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em instalações e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante dos ativos fixos tangíveis em curso, são essencialmente, edifícios e outras construções em curso.

## 22 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

	2018	2017
Saldo inicial	217.647	547.067
Ajustamentos de conversão cambial	(53.020)	(393)
Aumentos / (alienações)	2.319	2.566
Varição no justo valor (Nota 8 e 14)	26.725	16.039
Transferências para ativos detidos para venda (Nota 24)	-	(354.874)
Transferências de / para ativos fixos tangíveis	420	7.242
Saldo final	194.091	217.647

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a variação de justo valor nas propriedades de investimento por geografia foi o seguinte:

	2018	2017
Portugal	698	17.062
Angola	26.027	(1.023)
	<b>26.725</b>	<b>16.039</b>

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento decorrentes da existência de contratos de locação operacional ascenderam a 4.821 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (32.961 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017). As despesas operacionais diretas com propriedades de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ascenderam a 1.243 milhares de euros (3.424 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017).

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração é periodicamente determinado através de avaliações, efetuadas por entidades especializadas e independentes e de acordo com metodologias de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, nomeadamente os métodos do rendimento, de comparativos de mercado ou de custo de reposição, dependendo das situações concretas de cada imóvel.

Os principais pressupostos e métodos inerentes às avaliações de suporte ao valor de mercado das propriedades de investimento foram os seguintes:

- *Yield:*
  - Portugal entre 6% e 10%;
  - Angola entre 10% e 12%;
  - Moçambique de 12%.
- Média do método comparativo e de múltiplos de rendimento;
- Média do método comparativo e do custo.

A IAS 40 – Propriedades de investimento (“IAS 40”) não exige que se determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização por um avaliador independente. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 todas as propriedades de investimento foram avaliadas por avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida e com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento valorizadas.

Estes avaliadores utilizaram metodologias correntes neste mer-

cado, o qual prevê a utilização do método do rendimento, do custo de reposição ou de comparativos de mercado, consoante as situações concretas de cada imóvel. Tendo em consideração que os ativos se encontram locados, foi utilizado o método do rendimento, tendo igualmente em consideração os restantes métodos para avaliar a razoabilidade dos resultados atingidos por aquele método. Segundo este método, foram utilizados os rendimentos dos atuais contratos nas circunstâncias atuais e, findo o exercício daqueles contratos, a utilização de uma yield adaptada a cada um dos imóveis.

### 23 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos que, em 31 de dezembro de 2018, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
ADOQUINES VARGAS, (ADOQUINVAR), C.A.	Instalaciones de Bolivariana de Puertos Puerto de La Guaria – Parroquia Maiquetia Municipio Vargas del Estado Vargas	49,00%
ALVORADA PETRÓLEO, S.A.	Rua Paraíba, nº 1000, sala 1518 15º andar – Bairro Funcionário Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil	43,21%
ALSOMA, GEIE.	3 Av André Malraux - Levallois Peret - França	30,48%
AVIAS - Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE	Edifício 1, Lagoas Park - Porto Salvo	15,92%
AVIA Portugal - Produtos Petrolíferos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	40,00%
AK10 - Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	Alameda Santos, nº 960, 19º andar, Edifício CYK Cerqueira César – São Paulo	25,00%
CAIS DE CRUZEIROS 2ª FASE, ACE	Rua da Tapada da Quinta de Cima - Linhão – Sintra	16,94%
CONBATE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	20,00%
Consortio Minero Luso Vargas C.A. (CONLUVAR)	Av. Venezuela com Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal – Caracas – Venezuela	49,00%
CONSORCIO OPSUT 2010	Calle 4, Casa nº 4, Urbanizacion Los Laureles Valle de la Pascoa - Venezuela	51,00%
DOURO LITORAL, ACE	Tower Plaza, Rotunda Edgar Cardoso, nº 23, 12º andar, sala F - Vila Nova de Gaia	40,00%
D.L.O.E.A.C.E. – Douro Litoral Obras Especiais, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	40,00%
FERROVIAL/TEIXEIRA DUARTE – Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	Edifício Central Park Rua Alexandre Herculano, Edifício 1 - 4º Piso, Fração B e C - Linda-a-Velha	50,00%
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. Julius Nyerere, 130 - Maputo	49,92%
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	Rua Abranches Ferrão, nº 10 – 5º F - Lisboa	26,80%
NOVA ESTAÇÃO, ACE	Edifício 6 – Piso 1, Lagoas Park - Porto Salvo	25,00%
RPK Gulfstream, Ltd.	Tri Ruchja str. - 183003, Murmansk	42,70%
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	57,30%
TDGISERV Services, LLC	PO Box 7098, Doha - Qatar	49,00%
TRÊS PONTO DOIS – Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Cate- nária de Modernização da Linha do Norte, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C - Lisboa	50,00%

Os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios fin-  
dos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	17.504	-	17.504
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	2.217	-	2.217
Efeito em capital próprio	(634)	-	(634)
Aumentos	435	-	435
Ajustamentos de conversão cambial	571	-	571
Outros	203	-	203
Saldo em 31 de dezembro de 2017	20.296	-	20.296
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	220	-	220
Efeito em capital próprio	(888)	-	(888)
Aumentos (a)	214	-	214
Ajustamentos de conversão cambial	(99)	-	(99)
Outros	(2.922)	-	(2.922)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.821	-	16.821

(a) Aumento de capital da Alvorada Petróleo, S.A..

O detalhe dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como se segue:

Associadas e empreendimentos conjuntos	2018			2017		
	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	13.339	-	13.339	13.948	-	13.948
TDGISERV Services, LLC	770	-	770	2.563	-	2.563
RPK Gulfstream Ltd.	479	-	479	550	-	550
Alvorada Petróleo, S.A.	75	-	75	582	-	582
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	-	-	-	21	-	21
Outros	2.158	-	2.158	2.632	-	2.632
	16.821	-	16.821	20.296	-	20.296

As referidas participações estão relevadas pelo método da equivalência patrimonial que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, teve os seguintes impactos:

Associadas e empreendimentos conjuntos	2018		
	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	Ajustamentos de partes capital	Total
Alvorada Petróleo, S.A.	(50)	(609)	(659)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	(664)	(11)	(675)
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	(39)	-	(39)
TDGISERV Services, LLC	1.152	(268)	884
Outros	(179)	-	(179)
	220	(888)	(668)

Associadas e empreendimentos conjuntos	2017		Total
	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	Ajustamentos de partes capital	
Alvorada Petróleo, S.A.	(27)	31	4
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	1.321	(968)	353
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	9	-	9
TDGISERV Services, LLC	(565)	322	(243)
Outros	1.479	(19)	1.460
	2.217	(634)	1.583

A principal informação financeira a respeito das empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Ativos líquidos totais		Quota parte do Grupo nos ativos líquidos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Alvorada Petróleo, S.A.	1.858	1.905	1.684	558	173	1.347	75	582
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	28.477	34.064	1.756	6.123	26.721	27.941	13.339	13.948
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	-	42	38	-	(38)	42	-	21
TDGISERV Services, LLC	8.535	4.323	6.964	9.786	1.571	(5.463)	770	2.563
Outros	13.751	19.492	7.274	11.957	6.477	7.535	2.637	3.182
	52.621	59.826	17.716	28.424	34.904	31.402	16.821	20.296

#### 24 - ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos detidos para venda têm o seguinte detalhe:

	2018	2017
<b>Ativos detidos para venda:</b>		
Goodwill	1.979	1.979
Ativos fixos tangíveis	441	28.062
Propriedades de investimento	30.548	354.874
Outros investimentos	1.159	7.125
Ativos por impostos diferidos	-	2.572
Inventários	199	199
Clientes corrente	115	6.560
Clientes não corrente	-	40.250
Outros devedores	5	5
Caixa e equivalentes a caixa	24	12.496
Outros ativos	427	858
<b>Total ativos detidos para venda</b>	<b>34.897</b>	<b>454.980</b>
<b>Passivos detidos para venda:</b>		
Empréstimos	21.698	164.886
Passivos por impostos diferidos	(1.848)	1.701
Locações financeiras	2.417	161.808
Fornecedores	212	448
Outros credores	634	1.900
Outros passivos	448	19.133
<b>Total passivos detidos para venda</b>	<b>23.561</b>	<b>349.876</b>
<b>Total líquido</b>	<b>11.336</b>	<b>105.104</b>

Em 31 de dezembro de 2018 estão classificados como “Ativos e Passivos Detidos para Venda” as seguintes empresas:

- BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.;
- AEBT – Vias do Baixo Tejo, S.A.

Em 31 de dezembro de 2017 estavam classificados como “Ativos e Passivos Detidos para Venda” as seguintes empresas:

- BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.;
- LAGOAS PARK, S.A.;
- TDHOSP – Gestão de Edifício Hospital, S.A.;
- LUSOPONTE – Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.;
- AEBT – Vias do Baixo Tejo, S.A.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo alienou as seguintes participações, que se encontravam classificadas como “Ativos detidos para venda”:

- Participada detida a 100% a “LAGOAS PARK, S.A.” que opera no setor da Imobiliária em Portugal;

- Alienação de 90% da participada “TDHOSP – Gestão de Edifício Hospital, S.A.”, que opera em Portugal, na gestão e manutenção do edifício hospitalar, bem como na gestão e exploração do respetivo parque de estacionamento;
- Alienação da totalidade da participação detida (9%) na “LU-SOPONTE – Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.”.

O conjunto destas alienações tem o seguinte detalhe:

Ativos detidos para venda:	
Ativos fixos tangíveis	27.621
Propriedades de investimento	324.326
Outros investimentos	5.606
Ativos por impostos diferidos	2.572
Clientes corrente	6.445
Clientes não corrente	40.250
Caixa e equivalentes a caixa	12.472
Outros ativos	431
<b>Total ativos detidos para venda</b>	<b>419.723</b>
Passivos detidos para venda:	
Empréstimos	143.188
Passivos por impostos diferidos	3.549
Locações financeiras	159.391
Fornecedores	236
Outros credores	1.266
Outros passivos	18.685
<b>Total passivos detidos para venda</b>	<b>326.315</b>
<b>Total líquido</b>	<b>93.408</b>
Valor de realização	162.825
Mais-valia (Nota 8)	44.100
Mais-valia (Nota 15)	17.405
Valor recebido (Nota 30)	162.570
Valor a receber	255

## 25 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos na valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, valorizados pelo respetivo justo valor, foram como se segue:

	2017
Saldo inicial	8.318
Alienações durante o exercício a)	(1.071)
Diminuição no justo valor b)	(5.406)
	1.841

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo detinha 6.766.394 ações do Banco Comercial Português, S.A., correspondentes a 0,04%

do respetivo capital social e direitos de voto, classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os valores apresentados têm o seguinte detalhe:

Alienações de ações de “Ativos financeiros disponíveis para venda”:

Exercício de 2017

Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Menos Valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 1.000.000 ações do “Banco Comercial Português, S.A.”	1.071	264	-	(807)	264
<b>Total</b>	<b>1.071</b>	<b>264</b>	<b>-</b>	<b>(807)</b>	<b>264</b>

b) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores apresentados têm o seguinte detalhe:

Exercício de 2017

Descrição	Imparidade do ano		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados (Nota 15)
Perda por imparidade na participação do “Banco Comercial Português, S.A.”	(5.406)	-	(5.406)
<b>Total</b>	<b>(5.406)</b>	<b>-</b>	<b>(5.406)</b>

Os ativos financeiros disponíveis para venda, e os respetivos valores de custo e de mercado, em 31 de dezembro de 2017, são como seguem:

	2017	
	V. custo	V. mercado
Banco Comercial Português, S.A.	586.331	1.841
	586.331	1.841

## 26 - OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	2017
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda ao custo a)</b>	
Titulos da Dívida Pública do Governo República Popular de Angola	24.561
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	624
MTS - Metro Transporte do Sul, S.A.	570
KUIKILA Investments, Lda.	481
MATADOURO DE MACAU, S.A.R.L.	317
ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	256
CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	205
Outros	125
	<b>27.139</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor</b>	
COLT Resources Inc.	151
Outros	123
	<b>274</b>
	<b>27.413</b>

a) Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fidedelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram recebidos dividendos destes investimentos no montante de 2.728 milhares de euros (Nota 15).

Estes ativos foram reclassificados em 2018 para Outros investimentos financeiros (Nota 45)

## 27 - IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Saldo inicial	Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	Impacto da aplicação da IFRS 9	Constituição		Reversão		Efeito cambial e ajustamentos	Saldo final
				Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)		
<b>2018</b>									
<b>Ativos por impostos diferidos:</b>									
Imparidades de inventários	150	11	-	365	-	(23)	-	(115)	388
Imparidades de clientes	42	-	684	557	-	(10)	-	-	1.273
Imparidades de ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	108.572	-	-	-	66	-	-	-	108.638
Crédito dupla tributação internacional	10.321	-	-	-	-	-	-	921	11.242
Prejuízos fiscais reportáveis	21.954	-	-	4.357	-	(1.498)	-	(5.867)	18.946
Provisão para prejuízos em obras	308	-	-	566	-	(66)	-	(92)	716
Outros	13.685	240	-	7.659	-	(1.429)	(2)	(11.921)	8.232
	155.032	251	684	13.504	66	(3.026)	(2)	(17.074)	149.435
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>									
Ganhos tributados em períodos futuros	974	-	-	70	-	(564)	-	(175)	305
Propriedades de investimento	23.128	-	-	7.954	-	(98)	-	(8.906)	22.078
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	5.059	381	-	-	71.315	(73)	-	(1.562)	75.120
Outros	5.882	23.899	-	640	-	(183)	-	(15.193)	15.045
	35.043	24.280	-	8.664	71.315	(918)	-	(25.836)	112.548

	Saldo inicial	Alteração de perímetro	Transferência para ativos detidos para venda	Constituição		Reversão		Efeito cambial e ajustamentos	Saldo final
				Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)		
<b>2017</b>									
<b>Ativos por impostos diferidos:</b>									
Imparidades de inventários	150	-	-	-	-	-	-	-	150
Imparidades de clientes	4.348	-	-	3	-	(1)	-	(4.308)	42
Imparidades de ativos financeiros disponíveis para venda	129.686	-	-	1.215	2	(22.331)	-	-	108.572
Crédito dupla tributação internacional	10.226	-	-	2.928	-	-	-	(2.833)	10.321
Prejuízos fiscais reportáveis	31.670	-	(107)	18.942	-	(7.249)	-	(21.302)	21.954
Provisão para prejuízos em obras	639	-	-	4	-	(327)	-	(6)	308
Outros	21.468	(57)	(2.465)	1.491	-	(10.876)	(1.015)	5.139	13.685
	198.187	(57)	(2.572)	24.583	2	(40.784)	(1.015)	(23.312)	155.032
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>									
Ganhos tributados em períodos futuros	1.285	-	-	268	-	(329)	-	(250)	974
Propriedades de investimento	59.161	-	(1.701)	2.560	-	(36.771)	-	(121)	23.128
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	4.353	-	-	-	-	(168)	(3)	877	5.059
Outros	8.541	-	-	527	-	(2.406)	(1)	(779)	5.882
	73.340	-	(1.701)	3.355	-	(39.674)	(4)	(273)	35.043

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os mesmos eram reportáveis como se segue:

	2018			2017		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2013	-	-	2018	10.211	2.752	2018
Gerados em 2014	9.486	2.371	2026	638	223	2026
Gerados em 2015	4.447	1.509	2027	6.905	2.344	2027
Gerados em 2016	6.573	1.643	2028	59.820	12.890	2028
Gerados em 2017	48.777	10.564	2022	16.199	3.745	2022
Gerados em 2018	9.450	2.859	2023	-	-	-
	78.733	18.946		93.773	21.954	

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os prejuízos e créditos fiscais que por prudência não foram registados como ativos por impostos diferidos, são detalhados como se segue:

	2018			2017		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2013	-	-	-	-	-	-
Gerados em 2014	-	-	-	-	-	-
Gerados em 2015	-	-	-	-	-	-
Gerados em 2016	3.958	1.187	2028	7.536	2.261	2028
Gerados em 2017	3.492	1.048	2022	6.649	1.995	2022
Gerados em 2018	41.533	12.460	2023	-	-	-
	48.983	14.695		14.185	4.256	

Relativamente aos ativos por impostos diferidos, os mesmos só são registados na medida em que se considera provável que venham a existir lucros tributáveis em períodos de tributação futuros que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, e nas perspetivas de geração de resultados tributáveis.

**28 - CLIENTES E OUTROS DEVEDORES**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Corrente		Não corrente	
	2018	2017	2018	2017
<b>Clientes:</b>				
Clientes conta corrente	190.830	268.358	23.441	80.034
Clientes de cobrança duvidosa	52.747	52.506	18.596	-
	<b>243.577</b>	<b>320.864</b>	<b>42.037</b>	<b>80.034</b>
Perdas por imparidade	(57.474)	(53.897)	(18.596)	-
Transferência para ativos detidos para venda	-	(6.560)	-	(40.250)
	<b>186.103</b>	<b>260.407</b>	<b>23.441</b>	<b>39.784</b>
<b>Outros devedores:</b>				
Pessoal	928	1.670	-	-
Outros devedores	23.711	43.682	11.091	10.985
	<b>24.639</b>	<b>45.352</b>	<b>11.091</b>	<b>10.985</b>
Perdas por imparidade	(2.445)	(2.542)	-	-
Transferência para ativos detidos para venda	-	(5)	-	-
	<b>22.194</b>	<b>42.805</b>	<b>11.091</b>	<b>10.985</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de contas a receber, foram os seguintes:

Perdas por imparidade acumuladas a clientes e outros devedores:	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	54.068
Alteração de perímetro	(101)
Ajustamentos de conversão cambial	(252)
Reforços (Nota 14)	16.014
Reversões (Nota 8)	(13.193)
Regularizações	(97)
Transferência para ativos detidos para venda	(341)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	56.098
Impacto da aplicação da IFRS 9	2.456
Ajustamentos de conversão cambial	(11.674)
Reforços (Nota 14)	36.331
Reversões (Nota 8)	(2.992)
Regularizações	(1.704)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	78.515

Reconciliação de perdas por imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2018:

	2018
Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas segundo IAS 39	73.898
Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas segundo IFRS 9	4.617
	78.515

A exposição do Grupo ao risco de crédito (Nota 42) é atribuível

às contas a receber da sua atividade operacional. Os saldos apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade resultantes de cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber corresponde à melhor estimativa do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

**29 - PARTES RELACIONADAS**

As transações e saldos entre a “TD, S.A.” e as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação, que são partes relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas e empreendimentos conjuntos, relacionadas e indivíduos com poder de voto significativo com empresas próprias, estão detalhados abaixo.

Os termos ou condições praticados entre estas relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, podem ser detalhados como se segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar		Empréstimos concedidos		Outras dívidas	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
ADOQUINES VARGAS, (ADOQUINVAR), C.A.	67	2	-	-	-	-	-	-
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	7	9	-	-	-	1.515	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	8	15	-	-	-	-	-	-
CINTEL - Construção Interceptor Esgotos, S.A.	46	50	-	-	4	4	-	-
CONBATE, ACE	33	15	1	1	-	-	-	-
Consórcio Mineiro Luso Vargas - CONLUVAR	-	17	-	7	-	-	-	-
Consórcio OPSUT 2010	-	7	-	1	-	-	-	-
DOURO LITORAL, ACE	24	9	28	55	-	-	-	-
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	-	-	2	2	-	-	-	-
EIA - Ensino de Investigação e Administração, S.A.	9	9	-	-	-	-	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	35	5.454	21	5	-	-	-	-
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	49	43	-	-	-	150	-	-
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	32	33	-	-	11	-	-	-
MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.	-	-	-	-	-	740	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	267	1.023	88	88	13	13	-	-
Promociones Inmobiliárias 3003, C.A.	-	-	-	-	-	-	(34)	(43)
RPK Gulfstream, Ltd.	-	-	-	-	1.251	1.437	-	-
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	-	3	-	646	-	-	-	-
TDGISERV Services, LLC	-	-	-	-	447	220	-	-
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	7	7	55	58	-	-	-	-
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	-	-	35	35	-	-	-	-
TDGISERV Services, LLC	52	-	-	-	-	-	-	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	224	-	-	-	-	-	-	-
	860	6.696	230	898	1.726	4.079	(34)	(43)

As principais transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 com entidades relacionadas foram como se segue:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	24	24	-	-	-	192
ADOQUINES VARGAS, (ADOQUINVAR), C.A.	65	-	-	-	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	1	-	-	-	-	-
CONBATE, ACE	108	68	-	-	-	-
Consórcio Mineiro Luso Vargas - CONLUVAR	-	2	-	-	-	-
DOURO LITORAL, ACE	74	77	9	32	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	174	1.793	498	148	-	-
Limited Liability Company Cement	-	-	-	-	-	-
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	376	704	-	-	-	-
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	-	4	-	525	-	-
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	-	-	(3)	13	-	-
TDGISERV Services, LLC	50	319	-	-	-	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	1.940	-	-	-	-	-
	2.812	2.991	504	718	-	192

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da “TD, S.A.”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram as seguintes:

	2018	2017
Administradores executivos :		
Benefícios de curto prazo	1.151	870
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	61
	1.278	997

As remunerações dos membros da alta direção da “TD, S.A.”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram as seguintes:

	2018	2017
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	7.144	5.088
	7.144	5.088

### 30 - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

#### Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2018	2017
Depósitos à ordem	129.629	87.219
Depósitos a prazo	22.066	34.667
Outras aplicações de tesouraria	18.332	29.599
Numerário	1.964	2.780
	171.991	154.265

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

### Fluxos das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

	2018	2017
Lagoas Park, S.A.	122.433	-
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	23.011	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospital, S.A.	17.126	-
Titulos da Dívida Pública do Governo República Popular de Angola	5.546	12.940
MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.	1.050	-
AEBT - Auto- Estradas do Baixo Tejo, S.A.	360	-
TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	-	7.820
Banco Comercial Português, S.A.	-	6.269
Recolte, Serviços e Meio Ambiente, S.A.	-	1.150
JÚPITER - Indústria Hoteleira, S.A.	-	538
Moreira & Cunha, Lda.	-	100
Outros	137	-
	169.663	28.817

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respeitam à aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

	2018	2017
Alvorada Petróleo, S.A.	214	-
TDGISERV Services, LLC	-	435
Outros	-	5
	214	440

Os dividendos recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram como se segue:

	2018	2017
CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	984	1.351
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	439	1.377
	1.423	2.728

### 31 - OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os outros ativos correntes e não correntes têm a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2018	2017	2018	2017
<b>Estado e outros entes públicos:</b>				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	9.634	23.264	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8.343	10.476	-	-
Outros	7.499	-	-	-
	<b>25.476</b>	<b>33.740</b>	-	-
<b>Empresas associadas, participadas e outros acionistas:</b>				
Empresas associadas	1.771	1.727	-	-
Empresas participadas	538	461	-	626
Outros acionistas	420	104	-	-
	<b>2.729</b>	<b>2.292</b>	-	<b>626</b>
<b>Acréscimos de proveitos:</b>				
Juros a receber	553	629	-	-
Valores a faturar (Nota 32)	114.743	88.697	-	-
Outros acréscimos de proveitos	4.728	5.509	-	-
	<b>120.024</b>	<b>94.835</b>	-	-
<b>Custos diferidos:</b>				
Seguros pagos antecipadamente	1.713	2.184	-	-
Juros a pagar	5	23	-	-
Outros custos diferidos	14.027	5.629	-	-
	<b>15.745</b>	<b>7.836</b>	-	-
<b>Outros ativos correntes:</b>				
Adiantamentos a fornecedores	25.288	27.110	-	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	-	6	-	5.000
	<b>25.288</b>	<b>27.116</b>	-	<b>5.000</b>
	<b>189.262</b>	<b>165.819</b>	-	<b>5.626</b>

### 32 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os custos e os proveitos reconhecidos relativos a contratos de construção em curso, são como segue:

	2018	2017
<b>Proveitos líquidos:</b>		
Faturação emitida	489.611	478.228
Variação de:		
Proveitos diferidos - obras (Nota 40)	(7.406)	36.394
Acréscimos de proveitos - obras (Nota 31)	26.046	7.929
	<b>508.251</b>	<b>522.551</b>
<b>Custos líquidos:</b>		
Custos faturados	479.502	496.161
Variação de:		
Provisões para garantias (Nota 37)	(2.218)	(2.556)
Provisões para perdas futuras (Nota 37)	5.047	(1.425)
	<b>482.331</b>	<b>492.180</b>
<b>Resultados apurados (Nota 7):</b>	<b>25.920</b>	<b>30.371</b>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as retenções efetuadas por clientes relativas a contratos de construção ascendiam a 1.994 milhares de euros e 5.094 milhares de euros, respetivamente.

### 33 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital subscrito e realizado estava representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2018, a TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 202.201.978 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 48,14% do respetivo capital social.

Em 31 de dezembro de 2017, a TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 202.432.500 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 48,20% do respetivo capital social.

### 34 - RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de justo valor – Investimentos financeiros: A reserva de justo dos investimentos financeiros reflete as variações de justo valor dos ativos financeiros registados ao justo valor por contrapartida do outro rendimento integral e não é passível de ser distribuída ou utilizada para observar prejuízos.

Reserva de revalorização – Imóveis: Esta reserva não pode ser distribuída, excepto se se encontrar totalmente realizada ou se os respetivos bens objeto de revalorização tiverem sido alienados.

Outras reservas : As outras reservas são disponíveis para distribuição, nos termos e limites constantes do Código das Sociedades Comerciais.

### 35 - INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram os seguintes:

	2018	2017
Saldo inicial	41.277	49.041
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	1.292	-
Impacto da aplicação da IFRS 9	(200)	-
Ajustamentos de conversão cambial	(11.651)	(2.511)
Dividendos	(1.091)	(347)
Dissolução de participações financeiras	-	238
Alienação de interesses não controlados	-	(7.207)
Revalorização de ativos tangíveis	4.388	-
Outras variações de capital próprio das empresas participadas	3.352	645
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	(1.631)	1.418
Saldo final	35.736	41.277

### 36 - EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os empréstimos obtidos eram como se segue:

	2018	2017
<b>Passivos não correntes:</b>		
Empréstimos bancários a)	376.100	369.191
Papel comercial b)	343.900	324.600
Empréstimo obrigacionista c)	10.200	14.927
	<b>730.200</b>	<b>708.718</b>
<b>Passivos correntes:</b>		
Empréstimos bancários a)	84.976	188.700
Papel comercial b)	34.000	110.860
Empréstimo obrigacionista c)	5.100	-
	<b>124.076</b>	<b>299.560</b>
	<b>854.276</b>	<b>1.008.278</b>

#### a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual ponderada de 2,44% (3,30% em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos bancários mais significativos contratados pelo Grupo, correspondem essencialmente a:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Moeda	Montante Moeda	Montante (€)
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	05/01/2009	15/12/2033	EUR	141.020	141.020
Portugal	Banco Santander Totta	Empréstimo	13/12/2012	13/12/2019	EUR	561	561
Portugal	Banco Atlântico Europa	Linha Desconto Faturas	08/04/2013	08/01/2019	EUR	1.924	1.924
Venezuela	BOD - Banco Occidental de Descuento (Venezuela)	Empréstimo	29/07/2013	31/12/2019	VES	40.000	49
Venezuela	Banco Mercantil (Venezuela)	Empréstimo	26/11/2013	31/12/2019	VES	103.668	127
Angola	BCGA - Banco Caixa Geral Angola (Angola)	Empréstimo	23/01/2014	30/04/2021	AON	777.777	2.203
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Linha Desconto Faturas	27/01/2014	15/12/2020	EUR	4.321	4.321
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	15/12/2033	EUR	83.000	83.000
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	26/01/2015	15/12/2021	EUR	32.144	32.144
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	04/04/2015	15/12/2019	USD	369	322
Brasil	Banco Bradesco (Brasil)	Empréstimo	26/06/2015	20/02/2019	BRL	7.203	1.620
Portugal	Banco do Brasil	Empréstimo	22/01/2016	10/01/2019	EUR	1.167	1.167
Espanha	Banco Sabadell (Espanha)	Empréstimo	21/04/2016	20/05/2019	EUR	115	115
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	02/06/2016	07/06/2020	EUR	490	490
Portugal	Banco BPI	Empréstimo	05/07/2016	05/11/2021	EUR	10.516	10.516
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	11/07/2016	07/07/2020	EUR	230	230
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	19/07/2016	07/08/2020	EUR	63	63
Espanha	Bankinter (Espanha)	Empréstimo	22/07/2016	22/07/2020	EUR	406	406
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	EUR	10.179	10.179
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	EUR	7.235	7.235
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	EUR	9.722	9.722
Portugal	Banco BAI Europa	Empréstimo	22/09/2016	30/09/2019	USD	1.924	1.681
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	12/12/2016	22/12/2020	EUR	127	127
Portugal	Caixa Económica Montepio Geral	Factoring C/Recurso	17/01/2017	31/12/2019	EUR	4.397	4.397
Espanha	Banco Popular (Espanha)	Empréstimo	16/06/2017	20/07/2021	EUR	1.328	1.328
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	26/07/2017	25/07/2021	BRL	9.777	2.200
Portugal	Banco BAI Europa	Pré-Financiamento à Exportação	04/09/2017	02/02/2019	EUR	1.027	1.027
Espanha	Banco Santander Central Hispano (Espanha)	Empréstimo	22/11/2017	22/11/2022	EUR	533	533
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	27/11/2017	31/12/2033	EUR	31.777	31.777
Espanha	Abanca (Espanha)	Factoring C/Recurso	21/12/2017	30/11/2018	EUR	186	186
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Linha Desconto Faturas	12/01/2018	31/12/2033	EUR	3.690	3.690
Portugal	Novo Banco	Linha Desconto Faturas	12/01/2018	31/12/2033	EUR	8.110	8.110
Portugal	Banco Comercial Português	Linha Desconto Faturas	16/01/2018	31/12/2033	EUR	3.440	3.440
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	30/01/2018	15/06/2021	EUR	13.650	13.650
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	30/01/2018	15/06/2021	EUR	2.600	2.600
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	10/05/2018	09/05/2021	EUR	5.638	5.638
Espanha	De Lage Landen International	Empréstimo	10/10/2018	10/10/2023	EUR	424	424

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os empréstimos bancários incluem ainda as contas caucionadas no montante de 72.316 e 350.679 milhares de euros, respetivamente.

## b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Spread	Moeda	Montante (€)
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	16/12/2005	15/12/2023	1,60%	EUR	42.500
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Papel Comercial	07/07/2010	31/12/2033	2,50%	EUR	20.900
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	30/12/2013	31/12/2033	2,00%	EUR	191.250
Portugal	Banco Finantia	Papel Comercial	02/05/2014	02/05/2020	4,25%	EUR	1.850
Portugal	Banco BIC Português	Papel Comercial	18/11/2014	02/01/2020	3,25%	EUR	5.000
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	28/12/2015	15/06/2027	1,95%	EUR	95.000
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	14/01/2016	31/12/2033	1,55%	EUR	16.900
Portugal	Banco BPI	Papel Comercial	30/01/2018	30/01/2021	2,90%	EUR	4.500
							377.900

Decorrente do compromisso de renovação sucessiva durante o período dos contratos programa, algumas emissões existentes em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 encontram-se classificadas como passivo não corrente.

## c) Empréstimo Obrigacionista

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. assinaram com o Banco Comercial Português um “Contrato de Prestação de Serviços de Assistência e de Colocação de uma Oferta Particular de Emissão de Obrigações”, bem como um “Contrato de Agente Pagador relativo à Emissão Grupada por Subscrição Particular de Obrigações” no montante de 15.300 milhares de euros (1.500 milhares de euros por parte da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e 13.800 milhares de euros por parte da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.) denominada por “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. / Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. – 2014/2021”. Os juros são liquidados trimestralmente à taxa de 4,57% e o reembolso será efetuado ao par em três prestações de igual montante a ocorrerem em 2 de abril de 2019, 2 de abril de 2020 e 2 de abril de 2021.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os empréstimos não correntes têm o seguinte plano de reembolso definido:

	2018	2017
2019	-	19.151
2020	59.485	47.529
2021	65.804	42.832
2022	40.130	41.354
2023	39.547	25.575
2024 e seguintes	525.234	532.277
	730.200	708.718

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os financiamentos em moeda externa encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	2018		2017	
	Divisa	Euros	Divisa	Euros
Bolivar Venezuelano	143.668	177	15.403.809	3.840
Dólar Americano	2.293	2.003	5.935	4.949
Kwanza Angolano	4.962.223	14.057	1.197.014	6.456
Peso Colombiano	6.143	2	6.402	2
Real Brasileiro	17.029	3.832	111.171	27.982

Os empréstimos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, apresentamos a reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Efeito cambial	Saldo final
2018					
Empréstimos	1.008.278	1.817.989	(1.962.354)	(9.637)	854.276
2017				Efeito cambial e reclassificação para passivo detido para venda	Saldo final
Empréstimos	1.314.007	2.010.598	(2.150.776)	(165.551)	1.008.276

## 37 - PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi o seguinte:

	Outras relacionadas com o pessoal	Garantia a clientes (Nota 32)	Processos judiciais	Prejuízos em obras (Nota 32)	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.358	17.666	7	2.447	19.022	43.500
Ajustamentos de conversão cambial	-	(213)	(6)	(20)	(468)	(707)
Reforços	3.463	1.329	-	715	1.762	7.269
Reduções	-	(2.887)	-	(2.123)	(7.112)	(12.122)
Utilizações	(1.457)	(230)	-	-	(96)	(1.783)
Transferências	-	(555)	-	3	192	(360)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.364	15.110	1	1.022	13.300	35.797
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	-	775	2	-	169	946
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	-	176	-	-	1.071	1.247
Ajustamentos de conversão cambial	-	(1.888)	1	32	(709)	(2.564)
Reforços	5.722	3.319	1.812	5.645	4.487	20.985
Reduções	-	(597)	-	(630)	(3.658)	(4.885)
Utilizações	(4.591)	(310)	-	-	-	(4.901)
Transferências	-	(3.693)	-	-	1.014	(2.679)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.495	12.892	1.816	6.069	15.674	43.946

Os reforços e as reduções foram efetuados por contrapartida de:

	2018			2017		
	Reforços	Reduções	Total	Reforços	Reduções	Total
Resultado do exercício:						
Provisões	20.107	(4.849)	15.258	3.185	(11.799)	(8.614)
Custos com o pessoal	5.722	-	5.722	3.503	-	3.503
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	19	-	19	581	-	581
Outros custos operacionais	-	(36)	(36)	-	-	-
Capital próprio	-	-	-	-	(323)	(323)
	25.848	(4.885)	20.963	7.269	(12.122)	(4.853)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registado na rubrica "Provisões e perdas de imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e Goodwill", uma imparidade de 4.863 milhares de euros, referente a ativos fixos tangíveis (Nota 21).

### 38 - FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2018	2017	2018	2017
Outros credores	21.472	28.186	-	-
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	139.646	155.570	-	-
Fornecedores de imobilizado	-	55	-	-
	139.646	155.625	-	-

### 39 - LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o valor líquido dos bens adquiridos com recurso a locação financeira totalizava:

	2018	2017
Equipamento básico	3.471	6.024
Equipamento de transporte	3.625	3.678
Equipamento administrativo	164	176
Outros ativos fixos tangíveis	1.582	1.582
	8.842	11.460

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira era exigível como se segue:

	2018	2017
2018	-	3.879
2019	2.794	2.457
2020	1.573	1.145
2021	1.354	917
2022	688	249
Após 2022	199	-
	6.608	8.647

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela propriedade dos bens locados.

#### 40 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2018	2017	2018	2017
<b>Estado e outros entes públicos:</b>				
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	3.438	5.199	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	12.652	15.268	-	-
Contribuições para a Segurança Social	3.917	4.544	-	-
Outros	4.566	4.504	-	-
	<b>24.573</b>	<b>29.515</b>	-	-
<b>Empresas associadas, participadas e outros acionistas:</b>				
Empresas participadas	14	14	-	-
Outros acionistas	1.620	109	-	-
	<b>1.634</b>	<b>123</b>	-	-
<b>Acréscimos de custos:</b>				
Seguros a liquidar	122	110	-	-
Remunerações a liquidar	14.033	16.403	-	-
Juros a liquidar	2.453	2.169	-	-
Outros custos a pagar	21.094	59.018	-	-
	<b>37.702</b>	<b>77.700</b>	-	-
<b>Proveitos diferidos:</b>				
Trabalhos faturados não executados (Nota 32)	33.950	26.544	-	-
Outros proveitos diferidos	4.227	3.699	-	-
	<b>38.177</b>	<b>30.243</b>	-	-
<b>Outros:</b>				
Adiantamentos de clientes	86.173	93.952	63.628	32.134
Adiantamentos por conta de vendas	370	370	26	27
	<b>86.543</b>	<b>94.322</b>	<b>63.654</b>	<b>32.161</b>
	<b>188.629</b>	<b>231.903</b>	<b>63.654</b>	<b>32.161</b>

#### 41 - PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Na sequência de diversas inspeções aos exercícios de 2007 a 2013, realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade detida diretamente a 100% do seu capital social pela “TD, SA”, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

Exercício	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2007	42.088	29.331
2008	36.573	45.938
2009	46.203	24.807
2010	5.123	6.467
2011	12.779	3.213
2012	13.294	2.299
2013	26.221	5.000

*Infra* apresenta-se a natureza das correções efetuadas:

##### 1. Encargos financeiros não aceites

Com exceção das situações elencadas nos pontos seguintes, as correções resultam da desconsideração, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações acessórias sujeitas ao regime das prestações suplementares.

Dado que a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos exercícios de 2007 a 2011 foram objeto de Demonstrações de Liquidação de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante naqueles exercícios – TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.. Esta sociedade contestou, nos termos da lei, as correções efetuadas pela AT aos exercícios de 2007 a 2011.

Após o fecho do exercício de 2017, a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante do exercício de 2007, foi notificada de Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Administrativo (STA), determinando a anulação da liquidação adicional emitida pela AT, o qual foi objeto de recurso, considerado improcedente pelo STA no decorrer do segundo trimestre de 2018.

A correção relativa ao exercício de 2012 foi objeto de liquida-

ção adicional à sociedade dominante daquele exercício, a “TD, S.A.”, tendo a mesma entregue contestação nos prazos legais.

##### 2. Aplicação do artigo 51.º do Código do IRC

A correção ao prejuízo fiscal apurado no exercício de 2013 respeita integralmente à aplicação incorreta, segundo a AT, do artigo 51.º do Código do IRC. Esta correção foi objeto de impugnação judicial pela “TD, S.A.”, na qualidade de sociedade dominante.

##### 3. Eliminação da dupla tributação económica – rendimentos distribuídos pelo Fundo TDF

Na correção ao prejuízo fiscal de 2008 encontra-se incluído o montante de 611 milhares de euros, que respeita, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário TDF.

A TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante no exercício de 2008, contestou, nos termos da lei, esta correção.

Em consequência de uma inspeção realizada pela AT aos elementos contabilísticos da participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. do exercício de 2008, foi corrigido o respetivo lucro tributável apurado à data naquele exercício, no montante de 35.467 milhares de euros.

Relativamente a esta correção, a participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante do grupo de sociedades vigente à data, contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação do n.º 10 do artigo 22.º do EBF.

Na sequência de uma inspeção ao exercício de 2014 à participada TDO – Investimento e Gestão, S.A., a AT liquidou adicionalmente Derrama Regional no montante de 102 milhares de euros.

Dado que esta participada se encontrava abrangida, em 2014, pelo regime previsto no artigo 36.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, tal correção foi contestada judicialmente.

No seguimento de diversas inspeções realizadas pela AT ao cálculo do IRC dos exercícios de 2013, 2014 e 2015 devido pelo grupo de sociedades tributado no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) de que a “TD, SA” é a sociedade dominante, foram efetuadas as seguintes correções:

### 1. Aplicação do artigo 90.º do Código do IRC

Exercício	Imposto corrigido
2013	811
2014	1.097
2015	559

Estas correções resultam da AT ter um entendimento diferente quanto à utilização das deduções à coleta previstas no artigo 90.º do Código do IRC na Derrama Municipal e Derrama Estadual apuradas no âmbito de aplicação do RETGS.

### 2. Gastos de Financiamento Líquidos (artigo 67.º do Código do IRC)

No decorrer do exercício de 2018 a “TD, SA” foi notificada do Relatório de Conclusões incidente sobre a inspeção realizada pela AT ao IRC devido pelo RETGS no exercício de 2015, tendo determinado uma correção à matéria coletável apurada, no montante de 22.710 milhares de euros.

Esta correção, incidente sobre a utilização, em 2015, de “folga” apurada em exercícios anteriores no âmbito do artigo 67.º do Código do IRC, irá ser objeto de contestação pela “TD,SA”, na qualidade de sociedade dominante.

#### Garantias:

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o conjunto de empresas incluídas na consolidação tinha prestado garantias a terceiros, como segue:

	2018	2017
Garantias bancárias prestadas	275.996	325.889
Seguros de caução	149.676	230.177

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

A TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., a SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., a RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.U., a EMPA - Serviços de Engenharia, S.A., e o Consórcio Boyacá - La Guaira, têm seguros de caução prestados como garantia de boa execução de obras e prestação de serviços.

Para efeitos de suspensão de dois processos de execução fiscal instaurados à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., e relativos a dívida de IRC do período de 2008, cujas liquidações foram contestadas, foram emitidas, a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), garantias ban-

cárias no global que ultrapassam os 27.546 milhares de euros.

Na sequência de decisão favorável relativa ao IRC de 2007, com impacto direto nos prejuízos reportáveis para o exercício de 2008, foi determinado pela AT, no decorrer de 2018, a redução das garantias bancárias referidas no parágrafo antecedente para o montante de 16.887 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., relativo a dívida de IRC do período de 2010, a “TD, S.A.” apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à “TD, S.A.”, e relativo a dívida de IRC do período de 2013, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias no montante global de 1.125 milhares de euros. Ainda relacionado com IRC do período de tributação de 2013 que se encontrava a ser pago no âmbito de um plano prestacional, foi emitida uma garantia bancária no montante de 582 milhares de euros, a qual foi cancelada no decorrer de 2018.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., e relativo a dívida de retenção na fonte de IRC do período de 2014, que se encontra a ser liquidada no âmbito de um plano prestacional, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias no montante global de 4.038 milhares de euros. O montante destas garantias tem sido reduzido em função dos pagamentos efetuados por aquela participada, ascendendo, a 31 de dezembro de 2018, ao montante de 2.089 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TDO – Investimento e Gestão, S.A., e relativo a dívida de IRC do período de 2014, foi emitida, a favor da AT, uma garantia bancária no montante de 181 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à “TD, SA”, e relativo a dívida de IRC do período de 2014, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias no montante global de 1.528 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à “TD, SA”, e relativo a dívida de IRC do período de 2015, foi emitida, a favor da AT, uma garantia bancária no montante de 898 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2018, os colaterais do Grupo, tem o seguinte detalhe:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Colaterais
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	16/12/2005	15/12/2023	Penhor 4.760.000 Ações BCP
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Papel Comercial	07/07/2010	31/12/2033	Penhor 4.675.000 Unidades de Participação Fundo TDF
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Conta Caucionada	07/07/2010	31/12/2033	Penhor 4.675.000 Unidades de Participação do Fundo TDF
Portugal	Banco Santander Totta	Empréstimo	13/12/2012	13/12/2019	Hipoteca de 65 Frações - Santa Marinha - Vila Nova de Gaia
Venezuela	BOD - Banco Occidental de Descuento (Venezuela)	Empréstimo	29/07/2013	31/12/2019	Colateral em Cativo Bancário - USD 420.325,66 no Banco Orinoco
Venezuela	Banco Mercantil (Venezuela)	Empréstimo	26/11/2013	31/12/2019	Colateral em Cativo Bancário - USD 125.000,00 no Mercantil Bank Panamá
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	30/12/2013	31/12/2033	Penhor 12.500.000 Ações EPOS e de 200.000.000 Ações C+PA + Penhor 1.325.000 Unidades de Participação Fundo TDF + Hipoteca Polo Operacional TD Montijo + Hipoteca 9 Lotes Mafamude + Hipoteca 10 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District - Santa Marinha
Angola	BCGA - Banco Caixa Geral Angola (Angola)	Empréstimo	30/04/2014	30/04/2021	Hipoteca Hotel Trópico (Prédio nº 1826) - Ingombotas
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	26/01/2015	15/12/2021	Penhor 2.006.396 Ações BCP
Brasil	Banco Bradesco (Brasil)	Empréstimo	26/06/2015	20/02/2019	Empreendimento Imobiliário Condomínio Unique Alta Vista - São Paulo / Brasil (168 Unidades Autônomas)
Portugal	Banco BIC Português	Conta-Caucionada	06/08/2015	05/08/2019	GB do BIC AO (23M €) ao BIC PT / Hipoteca Prédio nº 2254 - Complexo Comercial e Oficinas Polo Automóvel - Talatona
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	28/12/2015	15/06/2027	Hipoteca Terreno Pedregueiras - (14+10) Prédios Rústicos + Penhor 1.045.610 Ações da Recolte Espanha
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	14/01/2016	31/12/2033	Penhor 1.000.000 Ações TDGI
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	02/06/2016	07/06/2020	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	11/07/2016	07/07/2020	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	19/07/2016	07/08/2020	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	Hipoteca Empreendimento Magnólia e Coia + Vale Figueira, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	Hipoteca Empreendimento Magnólia e Coia + Vale Figueira, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	Hipoteca Empreendimento Magnólia e Coia + Vale Figueira, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	12/12/2016	22/12/2020	Respetivo(s) Equipamento(s)
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	26/07/2017	25/07/2021	Empreendimento Imobiliário Condomínio Retrato Pinheiros - São Paulo / Brasil (104 Unidades Autônomas)
Portugal	Banco Comercial Português	Conta-Caucionada	18/08/2017	31/03/2019	Garantia Bancária Banco BIM ao BCP válida até 30.04.2019 / Penhor Depósito a Prazo em EUR e MZN (Grau Cobertura 130%)
Espanha	RCI Banque (Espanha)	Empréstimo	20/12/2017	20/06/2021	Respetivo(s) Equipamento(s)
Espanha	RCI Banque (Espanha)	Empréstimo	30/01/2018	25/07/2021	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	10/05/2018	09/05/2021	Hipoteca 4 Lotes/Terrenos p/Construção - Bairro Rosário (Cascais)

**Compromissos financeiros:**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as cartas de conforto

prestadas pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. e as suas subsidiárias ascendiam a 344.459 e 372.200 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, estavam vigentes contratos de *factoring* sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 5.024 e 6.037 milhares de euros, respetivamente. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das faturas objeto de *factoring*.

#### 42 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

##### Princípios gerais:

O Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- riscos de taxa de juro decorrentes do passivo financeiro;
- risco de taxa de câmbio resultante, fundamentalmente, da existência de operações e ativos localizados fora da zona Euro, designadamente Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Equador, Macau, Marrocos, Moçambique, Peru, Rússia e Venezuela, bem como, disponibilidade de divisas convertíveis em alguns desses mercados;
- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira do Grupo assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte do Grupo. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

##### Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo financeiro é composto por 97% de taxa de juro variável (94% em 31 de dezembro de 2017) e 3% de taxa de juro fixa (6% em 31 de dezembro de 2017).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1 p.p. durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os resultados financeiros daqueles exercícios teriam (diminuído) aumentado em (9.116) / 9.116 milhares de euros e (12.540) / 12.540 milhares de euros, respetivamente.

##### Risco cambial

As atividades operacionais do Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

Acresce que, tendo em consideração os diversos países onde o Grupo desenvolve a sua atividade, a sua exposição ao risco de taxa de câmbio decorre do facto das suas subsidiárias relatarem os ativos e passivos denominados em moeda diferente da moeda de relato, designadamente, Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Equador, Macau, Marrocos, Moçambique, Peru, Rússia e Venezuela.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo diminuir a sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são como segue:

Moeda	Ativos		Passivo	
	2018	2017	2018	2017
Bolivar Venezuelano	9.347	1.463	19.749	2.575
Dinar Argelino	13.150	11.985	21.616	20.758
Dirham dos EAU	-	-	-	122
Dirham Marroquino	84	-	2.265	3.849
Dinar Tunisino	-	-	-	110
Dólar Americano	176.510	464.735	30.615	117.002
Dólar Australiano	-	5.017	285	4
Escudo Cabo Verdiano	-	-	4	-
Iene Japonês	1.724	2.827	8	13
Libra Esterlina	309	1.699	13	-
Kwanza Angolano	99.939	129.091	189.821	298.342
Metical Moçambicano	57.331	35.102	17.515	17.727
Novo Sol Peruano	5	-	122	-
Pataca Macaense	-	-	24	341
Peso Colombiano	-	-	3.179	1.827
Rand Africa Sul	38	42	35	12
Real Brasileiro	1.317	2.198	4.163	14.013
Rublo Russo	-	-	2.868	3.295
	359.754	654.159	292.282	479.990

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilística relevante.

Os eventuais impactos gerados na rubrica de Ajustamentos de conversão cambial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e no resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, caso ocorresse uma apreciação de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	2018		2017	
	Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Bolivar Venezuelano	(520)	-	(56)	-
Dinar Argelino	(423)	-	(439)	-
Dirham dos EAU	-	-	(6)	-
Dirham Marroquino	(109)	-	(192)	-
Dinar Tunisino	-	-	(6)	-
Dólar Americano	7.295	-	17.387	-
Dólar Australiano	(14)	-	251	-
Iene Japonês	86	-	141	-
Libra Esterlina	15	-	85	-
Kwanza Angolano	(4.494)	-	(8.463)	-
Metical Moçambicano	1.991	-	869	-
Novo Sol Peruano	(6)	-	-	-
Pataca Macaense	(1)	-	(17)	-
Peso Colombiano	(159)	-	(91)	-
Rand Africa Sul	-	-	2	-
Real Brasileiro	(142)	-	(591)	-
Rublo Russo	(143)	-	(165)	-
	3.376	-	8.709	-

No entender do Conselho de Administração a análise de sensibilidade acima exposta, tendo por base a posição nas datas indicadas, pode não ser representativa da exposição ao risco de câmbio a que o Grupo se encontra sujeito ao longo do exercício.

#### Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional do Grupo. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos

negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular;
- as perdas por imparidade em contas a receber, são calculadas considerando:
  - a análise da antiguidade das contas a receber;
  - o perfil de risco do cliente;
  - as condições financeiras dos clientes.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade em contas a receber estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as contas a receber de clientes (Nota 28) para as quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são as seguintes:

	2018	2017
<b>Saldos</b>		
Não vencido	59.891	109.466
Até 180 dias	62.187	40.889
De 180 a 360 dias	4.305	51.268
Mais de 360 dias	83.161	98.568
	209.544	300.191

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

#### Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura contratar novos financiamentos e manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua

dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	2018				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos	124.076	59.485	65.804	604.911	854.276
Fornecedores	139.646	-	-	-	139.646
Locações financeiras	2.794	1.573	1.354	887	6.608
Outros credores	21.472	-	-	-	21.472
Outros passivos	188.629	16.722	34.716	12.216	252.283
	476.617	77.780	101.874	618.014	1.274.285

	2017				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos	299.560	19.151	47.529	642.038	1.008.278
Fornecedores	155.625	-	-	-	155.625
Locações financeiras	3.879	2.457	1.145	1.166	8.647
Outros credores	28.186	-	-	-	28.186
Outros passivos	231.903	13.543	15.937	2.681	264.064
	719.153	35.151	64.611	645.885	1.464.800

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado do programa de papel comercial e linhas de crédito ascendia a 263.712 milhares de euros e 201.461 milhares de euros, respetivamente.

#### 43 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IFRS 9

As políticas contabilísticas previstas na IFRS 9 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

	2018				
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por resultados	Total
<b>Ativos:</b>					
Caixa e equivalentes a caixa	171.991	-	-	-	171.991
Clientes	209.544	-	-	-	209.544
Outros investimentos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	-	16.930	-	-	16.930
Outros investimentos financeiros ao custo amortizado	-	18.884	-	-	18.884
Outros devedores	33.285	-	-	-	33.285
Outros ativos	148.041	-	-	-	148.041
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>562.861</b>	<b>35.814</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>598.675</b>
<b>Passivos:</b>					
Empréstimos	-	-	854.276	-	854.276
Fornecedores	-	-	139.646	-	139.646
Outros credores	-	-	21.472	-	21.472
Outros passivos	-	-	189.533	-	189.533
Locações financeiras	-	-	6.608	-	6.608
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.211.535</b>	<b>-</b>	<b>1.211.535</b>

	2017				
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Total
<b>Ativos:</b>					
Caixa e equivalentes a caixa	154.265	-	-	-	154.265
Clientes	300.191	-	-	-	300.191
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.841	-	-	1.841
Outros investimentos	-	27.413	-	-	27.413
Outros devedores	53.790	-	-	-	53.790
Outros ativos	129.869	-	-	-	129.869
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>638.115</b>	<b>29.254</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>667.369</b>
<b>Passivos:</b>					
Empréstimos	-	-	1.008.278	-	1.008.278
Fornecedores	-	-	155.625	-	155.625
Outros credores	-	-	28.186	-	28.186
Outros passivos	-	-	204.524	-	204.524
Locações financeiras	-	-	8.647	-	8.647
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.405.260</b>	<b>-</b>	<b>1.405.260</b>

#### 44 - MENSURAÇÕES AO JUSTO VALOR

##### Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2018, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos:</b>				
Outros investimentos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	Ações	1.699		
Outros investimentos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	Ações	-	12.398	2.833
Propriedades de investimento	Edifícios e terrenos	-	194.091	-

Exceto no que respeita aos empréstimos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos empréstimos, conforme evidenciado na Nota 36, a generalidade dos mesmos encontra-se contratada a taxas de juro variável. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado.

#### 45 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018, o detalhe dos outros investimentos financeiros era como se segue:

2018	Não correntes	Correntes
Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral		
Aginyo Inversiones Y Gestiones Inmobiliarias S.L.	12.398	-
Banco Comercial Português, S.A.	1.553	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospital, S.A.	768	-
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	624	-
KUIKILA Investments, Lda.	483	-
MATADOURO DE MACAU, S.A.R.L.	317	-
ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	256	-
Macau CPM Holdings	150	-
COLT Resources Inc.	146	-
Outros	235	-
	<b>16.930</b>	<b>-</b>
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Titulos da Dívida Pública do Governo República Popular de Angola	4.219	14.665
	<b>4.219</b>	<b>14.665</b>
	<b>21.149</b>	<b>14.665</b>

Decorrente da aplicação da IFRS 9, a partir de 1 de janeiro de 2018 o Grupo passou a registar os ativos financeiros disponíveis para venda e os outros investimentos nas rubricas de “Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através do outro rendimento integral” e de “Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado”.

Para as participações detidas no “Banco Comercial Português, S.A.” e na “COLT Resources Inc.” o justo valor destes ativos foram pela cotação de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo detinha 6.766.394 ações do Banco Comercial Português, S.A., correspondentes a 0,04% do respetivo capital social e direitos de voto, classificados como ativos financeiros através do outro rendimento integral.

Relativamente à participação adquirida em 2018 na “Aginyo Inversiones y Gestiones Inmobiliarias S.L.”, o seu justo valor foi determinado por uma avaliação independente.

Os restantes ativos financeiros acima indicados (ações em empresas não cotadas), o Conselho de Administração do Grupo entendeu que o seu custo de aquisição, deduzido, se necessário, das respetivas perdas por imparidade correspondia à melhor estimativa do seu justo valor em 31 de dezembro de 2018.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido nos outros investimentos financeiros foi o seguinte:

2018	Não correntes	Correntes
Saldo inicial	27.413	-
Aumentos	11.792	-
Reduções	(6.169)	-
Variação de justo valor	532	-
Variação cambial	2	-
Transferências	(13.897)	14.665
Outras variações	1.476	-
Saldo final	21.149	14.665

#### 46 – HONORÁRIOS E SERVIÇO DOS AUDITORES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os honorários por serviços prestados pelos auditores às sociedades que integram o Grupo (Moore Stephens em Portugal, Brasil, Espanha e Bélgica; Deloitte no Brasil e Angola; Ernst & Young em Portugal, Moçambique e Venezuela e ainda a outros auditores) foram os seguintes:

	2018	2017
Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria	651	735
Outros serviços de garantia e fiabilidade	9	9
Serviços de consultoria fiscal	5	23
Outros serviços	15	14
	680	781

#### 47 – AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ajustamentos de conversão cambial apurados na conversão das demonstrações financeiras de empresas expressas em moeda estrangeira, por geografias, foram as seguintes:

	2018	2017
Angola	(218.700)	(4.717)
Argélia	(9.169)	3.506
Brasil	(14.959)	(28.253)
Moçambique	225	1.957
Venezuela	(5.896)	(5.045)
Outros Mercados	513	(2.588)
Total	(247.986)	(35.140)

#### 48 – IMPACTO DA HIPERINFLAÇÃO EM ANGOLA E NA VENEZUELA

Tal como referido na Nota 2.10, durante o exercício de 2018 as economias Angolana e a Venezuelana foram consideradas como sendo economias hiperinflacionárias. Deste modo, as empresas do Grupo cuja moeda funcional era o Kwanza e o Bolívar procederam à reexpressão das suas demonstrações financeiras para a unidade de mensuração corrente.

Em 31 de dezembro de 2018, o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, tendo em conta a aplicação da IAS 29 às empresas de Angola e da Venezuela pode ser resumido como se segue:

**Demonstração dos Resultados**

Rúbricas	2018 (Antes da aplicação da IAS 29)	Impacto IAS 29	2018 (Após a aplicação da IAS 29)
<b>Proveitos operacionais:</b>			
Vendas e prestações de serviços	841.103	32.609	873.712
Outros proveitos operacionais	131.887	8.664	140.551
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>972.990</b>	<b>41.273</b>	<b>1.014.263</b>
<b>Custos operacionais:</b>			
Custo das vendas	(234.056)	(13.139)	(247.195)
Variação da produção	(18.812)	-	(18.812)
Fornecimentos e serviços externos	(281.202)	(5.475)	(286.677)
Custos com o pessoal	(217.106)	(4.870)	(221.976)
Amortizações e depreciações	(40.703)	(2.843)	(43.546)
Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciables e amortizáveis e <i>Goodwill</i>	(15.317)	59	(15.258)
Outros custos operacionais	(94.066)	(2.856)	(96.922)
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>(901.262)</b>	<b>(29.124)</b>	<b>(930.386)</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>71.728</b>	<b>12.149</b>	<b>83.877</b>
Custos e perdas financeiros	(136.138)	(14.112)	(150.250)
Proveitos e ganhos financeiros	37.054	40.174	77.228
Resultados relativos a atividades de investimento:			
Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos	221	(1)	220
Outros	18.100	-	18.100
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(80.763)</b>	<b>26.061</b>	<b>(54.702)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>(9.035)</b>	<b>38.210</b>	<b>29.175</b>
Imposto sobre o rendimento	(19.715)	36	(19.679)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>(28.750)</b>	<b>38.246</b>	<b>9.496</b>
<b>Resultado líquido atribuível a:</b>			
<b>Detentores de capital</b>	<b>(26.504)</b>	<b>37.631</b>	<b>11.127</b>
Interesses não controlados	(2.246)	615	(1.631)

**Posição Financeira**

Rúbricas	2018 (Antes da aplicação IAS 29)	Impacto IAS 29	2018 (Após a aplicação IAS 29)
<b>Ativos não correntes:</b>			
<i>Goodwill</i>	12.217	54	12.271
Ativos intangíveis	58.018	6.995	65.013
Ativos fixos tangíveis	482.360	70.272	552.632
Propriedades de investimento	194.091	-	194.091
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	16.821	-	16.821
Outros investimento financeiros ao custo amortizado	4.219	-	4.219
Outros investimentos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	16.930	-	16.930
Ativos por impostos diferidos	148.334	1.101	149.435
Clientes	23.441	-	23.441
Outros devedores	11.091	-	11.091
<b>Total de ativos não correntes</b>	<b>967.522</b>	<b>78.421</b>	<b>1.045.944</b>
<b>Ativos correntes:</b>			
Inventários	187.960	4.685	192.645
Clientes	186.103	-	186.103
Outros devedores	22.194	-	22.194
Outros investimento financeiros ao custo amortizado	14.665	-	14.665
Caixa e equivalentes a caixa	171.991	-	171.991
Outros ativos correntes	189.262	-	189.262
	<b>772.175</b>	<b>4.685</b>	<b>776.860</b>
Ativos detidos para venda	34.897	-	34.897
<b>Total de ativos correntes</b>	<b>807.072</b>	<b>4.685</b>	<b>811.757</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.774.594</b>	<b>83.106</b>	<b>1.857.700</b>
<b>Capital próprio:</b>			
Capital	210.000	-	210.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	(673)	-	(673)
Ajustamentos de conversão cambial	(275.574)	(28.216)	(303.790)
Reservas e resultados transitados	392.847	58.113	450.960
Resultado líquido consolidado	(26.504)	37.631	11.127
<b>Capital próprio atribuível a acionistas</b>	<b>300.096</b>	<b>67.528</b>	<b>367.624</b>
Interesses não controlados	34.474	1.262	35.736
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>334.570</b>	<b>68.790</b>	<b>403.360</b>
<b>Passivos não correntes:</b>			
Empréstimos	730.200	-	730.200
Provisões	42.215	1.731	43.946
Locações financeiras	3.814	-	3.814
Passivos por impostos diferidos	99.963	12.585	112.548
Outros passivos não correntes	63.654	-	63.654
<b>Total de passivos não correntes</b>	<b>939.846</b>	<b>14.316</b>	<b>954.162</b>
<b>Passivos correntes:</b>			
Empréstimos	124.076	-	124.076
Fornecedores	139.646	-	139.646
Locações financeiras	2.794	-	2.794
Outros credores	21.472	-	21.472
Outros passivos correntes	188.629	-	188.629
	<b>476.617</b>	<b>-</b>	<b>476.617</b>
Passivos detidos para venda	23.561	-	23.561
<b>Total de passivos correntes</b>	<b>500.178</b>	<b>-</b>	<b>500.178</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.440.024</b>	<b>14.316</b>	<b>1.454.340</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>1.774.594</b>	<b>83.106</b>	<b>1.857.700</b>

O Grupo adotou a IAS 29 às empresas de Angola e da Venezuela em 2018, com seguinte o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 1 de janeiro de 2018:

#### Posição Financeira

Rúbricas	Impacto IAS 29
<b>Ativos não correntes:</b>	
<i>Goodwill</i>	55
Ativos intangíveis	7.585
Ativos fixos tangíveis	72.181
Ativos por impostos diferidos	251
<b>Total de ativos não correntes</b>	<b>80.072</b>
<b>Ativos correntes:</b>	
Inventários	4.559
<b>Total de ativos correntes</b>	<b>4.559</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>84.631</b>
<b>Capital próprio:</b>	
Reservas e resultados transitados	58.113
<b>Capital próprio atribuível a acionistas</b>	<b>58.113</b>
Interesses não controlados	1.292
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>59.405</b>
<b>Passivos não correntes:</b>	
Provisões	946
Passivos por impostos diferidos	24.280
<b>Total de passivos não correntes</b>	<b>25.226</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>25.226</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>84.631</b>

#### 49 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 22 de abril de 2019, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja reunião está prevista realizar-se no próximo dia 27 de maio de 2019.

#### 50 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, não se tendo verificado, desde o encerramento do exercício até esta data, qualquer facto que se justifique enquadrar neste capítulo.



**Teixeira Duarte**

Relatório e Contas 2018

# Relatório, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização 2018



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, e culminando um trabalho de acompanhamento das versões preliminares dos documentos de prestação de contas que vinham sendo elaborados pelo Conselho de Administração, apresentamos o nosso relatório sobre as ações de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório e contas, individuais e consolidadas, da TEIXEIRA DUARTE, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovados pelo Conselho de Administração em 22 de abril de 2019 e a respetiva proposta de aplicação de resultados. O presente documento integra, ainda, a declaração de responsabilidade a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

No âmbito das atribuições e competências cometidas ao Conselho Fiscal acompanhamos as atividades do Grupo, designadamente através da participação regular do presidente do Conselho Fiscal nas reuniões mensais do Conselho de Administração e de outras reuniões e contactos com o Conselho de Administração, quadros e outros responsáveis do Grupo e, ainda, com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. O Conselho Fiscal promoveu, ainda, a realização de reuniões periódicas em que:

- apreciou a atividade e os negócios da Sociedade e do Grupo e o cumprimento da lei e do contrato social;
- analisou os documentos de prestação de contas, incluindo as políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pela Sociedade, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

No âmbito das competências que nos são legalmente conferidas, supervisionamos o processo de preparação e divulgação da informação financeira e:

- verificámos que o relatório de gestão contém uma exposição clara dos aspetos mais significativos da evolução dos negócios, do desempenho financeiro e não financeiro e da situação patrimonial da Sociedade e do Grupo e, em particular, do impacto nos capitais próprios resultante da exposição ao risco de câmbio em mercados onde o Grupo tem atividades significativas e da alteração do critério da mensuração subsequente de uma classe homogénea de ativos do modelo do custo para o modelo de revalorização, conforme referido no relatório de gestão e no Anexo às demonstrações financeiras;
- verificámos que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respetivos anexos proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade e do Grupo TEIXEIRA DUARTE, respetivamente;

- apreciamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais mereceram o nosso acordo, e ainda o Relatório Adicional dirigido ao Conselho Fiscal, emitido nos termos da legislação em vigor, o qual descreve a forma como a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas desenvolveu a auditoria e apurou as conclusões;
- entendemos que a prestação de serviços de auditoria foi feita com independência, nos termos da legislação em vigor, não tendo a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas solicitado a este Conselho a aprovação de outros serviços permitidos nos termos legais para além da auditoria.

Nestes termos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços da Sociedade e, ainda, as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, somos de parecer que:

- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- b) sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2018;
- c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo o referido relatório uma descrição dos principais riscos e incertezas do negócio.

Lisboa, 26 de abril de 2019

*Óscar Manuel Machado de Figueiredo - Presidente*

*Mateus Moreira - Vogal*

*Miguel Carmo Pereira Coutinho - Vogal*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.  
Av. Miguel Bombarda, nº 36 - 6º A  
1050-165 Lisboa - Portugal

T +351 218 471 933

F +351 218 471 932

[www.moorestephens.pt](http://www.moorestephens.pt)

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de TEIXEIRA DUARTE, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.243.544 milhares de euros e um total de capital próprio de 454.015 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 4.672 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade, nos termos da lei, e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

## MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

## SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

**1. Valorização das participações financeiras em subsidiárias**

Conforme divulgado nas notas 3.2.a) e 9 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas subsidiárias, no valor de 1.132 milhões de euros, são mensurados pelo método da equivalência patrimonial. É regularmente efetuada uma avaliação desses investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade o que, a verificar-se, origina o reconhecimento de uma perda na demonstração dos resultados.

As eventuais imparidades das Participações financeiras foram consideradas uma matéria relevante na nossa auditoria, porque o montante escriturado destes ativos é significativo e o processo de avaliação da imparidade é complexo.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Obtenção das demonstrações financeiras das empresas participadas, e respetivas certificações legais das contas ou relatórios de auditoria;
- Pesquisa de existência de indícios de que estes ativos possam estar em imparidade;
- Análise da consistência dos pressupostos usados na elaboração do plano de negócios, face a dados históricos e à informação relevante disponível. Validámos os cálculos aritméticos do modelo utilizado;
- Avaliação da adequada aplicação dos procedimentos de valorização no âmbito do método de equivalência patrimonial, e teste da exatidão dos cálculos realizados;
- Validação das divulgações incluídas no anexo às demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no artigo 451.º, n.ºs 4 e 5 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Todavia, entendemos, dever salientar que a Entidade não preparou um relatório de gestão autónomo sobre a atividade individual uma vez que, conforme habitualmente, toda a informação relevante consta do relatório consolidado de gestão. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

### **Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores de TEIXEIRA DUARTE, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas, realizada em 30 de maio de 2015, para um mandato compreendido entre 2015 e 2018;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos, nos termos do artigo 77.º, n.º 8 do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 24 de abril de 2019

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.  
Av. Miguel Bombarda, nº 36 - 6º A  
1050-165 Lisboa - Portugal

T +351 218 471 933

F +351 218 471 932

[www.moorestephens.pt](http://www.moorestephens.pt)

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de TEIXEIRA DUARTE, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.857.700 milhares de euros e um total de capital próprio de 403.360 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível a acionistas de 11.127 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada dos resultados e dos outros rendimentos integrais, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos abaixo as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

## MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

## SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

### 1. *Exposição Internacional*

Conforme divulgado na nota 7 às demonstrações financeiras, a atividade do Grupo está distribuída por 6 segmentos de negócio, com operações relevantes em 7 países, com diferentes contextos económicos e riscos operacionais.

A atividade exercida pelo Grupo fora de Portugal representa 73,3% do volume de negócios. Tal como referido na nota 42 às demonstrações financeiras, vários territórios onde o Grupo opera, nomeadamente Angola, Venezuela e Brasil, estão sujeitos a variações cambiais significativas das suas moedas face ao euro.

A exposição às divisas dos referidos países acarreta riscos acrescidos para o Grupo, nomeadamente:

- i) *Risco Cambial*, decorrente da forte desvalorização das moedas funcionais locais face ao euro;
- ii) *Risco de Liquidez*, resultante da dificuldade de repatriamento de divisas desses territórios; e
- iii) *Risco de Crédito*, decorrente de dificuldades na recuperação de créditos relacionados com as atividades operacionais do Grupo.

Pelo seu significado e imprevisibilidade, considerámos estes temas como matérias relevantes da nossa auditoria.

A nossa abordagem da auditoria incluiu a execução de diversos procedimentos com vista a mitigar os riscos de distorção material, destacando os seguintes:

- Aferição do grau de exposição do Grupo a geografias de elevado risco cambial e de liquidez;
- Avaliação dos riscos de cobrabilidade e dos níveis de eventuais imparidades em contas a receber;
- Análise da conversão cambial das demonstrações financeiras das subsidiárias das diferentes geografias, por referência às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- Revisão da descrição dos tipos de riscos a que o Grupo está exposto e validação da adequidade das divulgações do Grupo, relativamente à política de gestão dos riscos;
- Indagação junto do órgão de gestão, sobre a estratégia e os planos de ação para a redução da exposição do Grupo em geografias de maior instabilidade e risco de negócio.

### 2. *Reconhecimento do rédito de contratos de construção*

Conforme evidenciado na nota 7 às demonstrações financeiras, o rédito do Grupo provém de diversos segmentos de negócio sendo a construção o segmento com maior relevância representando 60% do rédito do grupo (52% em 2017).

Conforme referido na nota 2.21 os rendimentos e os gastos provenientes do setor da construção são reconhecidos de acordo com as orientações introduzidas pela adoção da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes, sendo que o rédito e margens associados aos contratos de construção em curso são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os gastos incorridos e os gastos totais estimados para cada obra.

Dada a incerteza e julgamento associados às estimativas dos gastos a incorrer até à conclusão das obras, consideramos esta matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Obtenção e conciliação dos mapas das obras com os valores constantes na posição financeira e na demonstração dos resultados;
- Revisão dos contratos que suportam o rédito total dos projetos e seleção de uma amostra de contratos e verificação dos custos de medição e dos orçamentos que suportam a percentagem de acabamento e análise dos custos incorridos e das estimativas de custos para concluir a obra;
- Verificação da adequada aplicação do normativo IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes;
- Revisão da razoabilidade das provisões para garantias e para contratos onerosos;
- Avaliámos a diferenças identificadas pelo Grupo na contabilização dos contratos de construção, nomeadamente na pesquisa da existência, ou não, de componente financeira significativa no preço dos contratos e diferentes obrigações de desempenho, conforme divulgado na nota 2.1.
- Validação das divulgações incluídas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

## MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

## SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

**3. Mensuração e reconhecimento de imparidades em clientes**

Tal como divulgado nas notas 14 e 28 às demonstrações financeiras, as perdas por imparidades em Clientes representam 76.070 milhares de euros, cerca de 26,6% dos saldos de Clientes. No ano de 2018 foram reconhecidas perdas por imparidades no montante de 36.331 milhares de euros.

Decorrente da adoção da IFRS 9, tal como divulgado nas notas 2.1 a) e b), e 28, foram reconhecidas em capital próprio perdas por imparidades no montante de 2.456 milhares de euros.

Com base na análise dos saldos de clientes em contencioso e/ou com mora significativa são apurados os ajustamentos para as imparidades em contas a receber de clientes.

Considerámos este tema como uma matéria relevante de auditoria, sobretudo pelo facto de a recuperação de créditos, em algumas geografias, ser particularmente morosa, a expressão das imparidades reconhecidas são significativas e as estimativas utilizadas pela gestão requerem um elevado grau de julgamento.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Análise da antiguidade e cobrabilidade dos créditos de clientes, bem como das asserções utilizadas pelo órgão de gestão na quantificação das perdas por imparidade reconhecidas;
- Revisão do detalhe e cálculos das imparidades reconhecidas no exercício e na posição financeira de abertura decorrente da adoção da IFRS 9;
- Revisão específica de créditos relevantes com entidades sediadas em geografias de maior risco (Angola e Venezuela);
- Revisão dos cálculos de ajustes reconhecidos ao valor nominal dos créditos e avaliação dos pressupostos utilizados pela gestão, nomeadamente, a estimativa do prazo de recebimento e a taxa de desconto utilizada;
- Revisão da adequação das divulgações constantes das notas 14 e 28 às demonstrações financeiras.

**4. Revalorização de ativos fixos tangíveis**

Tal como divulgado nas notas 2.5 e 21 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, o Grupo adotou o modelo da revalorização como política contabilística para a mensuração subsequente dos edifícios que integram a rubrica de ativos fixos tangíveis e constituem uma classe homogênea de ativos afetos a segmentos de negócios específicos, independentemente da geografia a que respeitam.

A adoção do modelo de revalorização pressupõe que o justo valor pode ser determinado com fiabilidade, sendo o ativo em questão mensurado pelo valor revalorizado, correspondente ao justo valor à data da revalorização, menos qualquer depreciação acumulada e imparidades subsequentes.

Os efeitos desta revalorização representam um aumento dos Ativos fixos tangíveis de 237.788 milhares de euros, dos Capitais próprios de 166.473 milhares de euros, líquidos do efeito do imposto diferido passivo de 71.315 milhares de euros.

As revalorizações foram efetuadas por avaliadores independentes de forma a assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor no fim do período de relato.

Considerámos este tema como uma matéria relevante de auditoria, tendo em consideração a relevância dos efeitos da revalorização destes ativos fixos tangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

Executámos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Verificação do cumprimento dos critérios de classificação do ativo reavaliado como integrante de uma classe homogênea de ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16;
- Discussão com o órgão de gestão relativamente aos critérios e pressupostos que estiveram na base dos julgamentos para reconhecer, ou não, determinados ativos como integrantes das classes homogêneas que foram revalorizadas;
- Análise de avaliações independentes efetuadas e dos efeitos de revalorização para cada elemento incluído nas classes homogêneas de ativos;
- Avaliação da independência e competência dos avaliadores externos contratados pela gestão;
- Revisão dos cálculos dos efeitos da revalorização, quanto à sua exatidão e totalidade dos montantes apurados.
- Análise dos eventuais ajustamentos efetuados para imparidades em ativos, bem como das asserções utilizadas pelo órgão de gestão na quantificação das perdas por imparidade a reconhecer;

Verificámos ainda a adequação das divulgações relativas à revalorização dos ativos fixos tangíveis, apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas.

## MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

## SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

**5. Valorização das Propriedades de Investimento**

O valor das Propriedades de Investimento apresentado em 31 de dezembro de 2018, totaliza 194.091 milhares de euros (217.647 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017). Tal como enunciado na nota 2.8 às demonstrações financeiras, as Propriedades de Investimento são mensuradas pelo justo valor, que é determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas e independentes, conforme referido na nota 22 às demonstrações financeiras.

As Propriedades de Investimento encontram-se localizadas, essencialmente, em Portugal e Angola, estando estas últimas sujeitas aos efeitos da variação cambial da moeda local.

Tendo em consideração a expressão destes ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e o julgamento envolvido nos processos de avaliação, elegemos esta área como matéria relevante da nossa auditoria.

A nossa abordagem ao risco de distorção material nesta área, incluiu:

- Verificação do registo dos avaliadores externos junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e análise da sua independência;
- Análise da informação sobre os imóveis, constante das avaliações, e validação dessa informação com os documentos e registos do Grupo;
- Aferição da razoabilidade dos principais pressupostos utilizados pelos peritos e sua discussão com os Serviços do Grupo;
- Validação do justo valor registado com os valores constantes das avaliações;
- Validação da adequada conversão cambial dos justos valores das Propriedades de Investimento situadas no estrangeiro;
- Revisão das divulgações constantes nas notas às demonstrações financeiras em conformidade com a IAS 40 – Propriedades de Investimento.

**6. Economias hiperinflacionárias**

Conforme divulgado na nota 2.10, durante o exercício de 2018, Angola e Venezuela foram consideradas economias hiperinflacionárias tendo as respetivas demonstrações financeiras das empresas cuja moeda funcional é o Kwanza ou o Bolívar, sido reexpressadas para a unidade de mensuração corrente.

As demonstrações financeiras das subsidiárias do Grupo cuja moeda funcional é o Kwanza foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços, tendo as demonstrações financeiras sido depois transpostas às taxas de câmbio em vigor à data de reporte, para inclusão nas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme divulgado na nota 48, os impactos da adoção da IAS 29 às subsidiárias do Grupo traduziram-se por uma variação positiva de 83.106 milhares de euros no Ativo, de 14.316 milhares de euros no Passivo não corrente e de 68.790 milhares de euros no Capital próprio.

Atendendo à relevância dos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos que a qualificação de Angola como economia hiperinflacionária e os consequentes impactos contabilísticos como uma matéria relevante de auditoria.

A nossa abordagem a este risco consistiu na adoção dos seguintes procedimentos:

- Acompanhamento periódico do trabalho de validação dos ajustamentos decorrentes da aplicação da IAS 29, e verificação da documentação de suporte com vista a garantir que foi utilizado um índice de inflação adequado;
- Verificação de ter sido adequadamente aplicada a metodologia de reexpressão prevista na IAS29 para os itens não monetários, itens de capital próprio, itens da demonstração de outro rendimento integral, considerando separadamente os impactos da reexpressão reconhecidos na demonstração dos resultados e nos resultados transitados.
- Revisão da correta transposição das demonstrações financeiras reexpressas das entidades angolanas e venezuelanas para a moeda de reporte do Grupo, avaliando a adequação dos ajustamentos de consolidação e respetivos julgamentos da gestão;
- Avaliação da adequação da apresentação dos impactos da reexpressão na "Demonstração consolidada do outro rendimento integral", tendo em consideração as políticas contabilísticas definidas;
- Verificação da adequação das divulgações efetuadas.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no artigo 451.º, n.ºs 4 e 5 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

**Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

**Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

**Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores de TEIXEIRA DUARTE, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo na presente data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8 do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 24 de abril de 2019

---

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Representada por António Gonçalves Monteiro



## PORTUGAL

### Sede

Lagoas Park, Edifício 2  
2740-265 Porto Salvo  
Tel.: (+351) 217 912 300  
Fax: (+351) 217 941 120  
E-mail: geral@teixeiraduarte.pt  
Site: www.teixeiraduarte.com

Polo Operacional Teixeira Duarte  
Av. da Indústria, 540  
2870-635 Alto do Estanqueiro - Jardim - Montijo  
Tel.: (+351) 219 948 000  
Fax: (+351) 210 096 888

Rua das Pretas, 4 - 4º Dto.  
9000-049 Funchal - Madeira  
Tel.: (+351) 291 206 930

Edifício Tower Plaza  
Rotunda Engº Edgar Cardoso, nº 23 - Piso 8  
4400-676 Vila Nova de Gaia  
Tel.: (+351) 226 166 180  
Fax: (+351) 226 104 297

## ÁFRICA DO SUL

GLOBAL NET DISTRIBUTORS (PTY) LTD  
Office 08-09 15th Floor Sandton The Forum, Sandton  
Maude Street - Sandton 2196 - Johannesburg  
(+27) 711615033  
(+27) 823760615

## ANGOLA

Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy  
Baixo Morro Bento (Maxipark)  
Edifício Teixeira Duarte, 387 - Luanda  
Tel.: (+244) 222 641 500  
Fax: (+244) 222 641 560

Polo Operacional Teixeira Duarte  
Rua S/N, Zona Industrial Polo Operacional  
de Viana - Edifício Central  
Viana - Luanda

## ARGÉLIA

08 Route Ben Aknoun - El Biar  
16030 Alger  
Tel.: +213 (0) 21 92 74 33  
Fax: +213 (0) 21 92 74 36

## BÉLGICA

TDGI, S.A.  
Avenue Jean Monnet, 1  
1348 LOUVAIN-LA-NEUVE  
Tel.: (+32) 2 318 38 04  
Fax: (+32) 2 318 38 03

## BRASIL

Rua Iguatemi, 448 - 10º Andar  
CEP 01451 - 010  
Itaim Bibi - São Paulo  
Tel.: (+55) 112 144 57 00  
Fax: (+55) 112 144 57 04

Rua Vieira de Moraes, 1111 - 6º andar  
Campo Belo - Conj. 601  
CEP 04617-014 São Paulo  
Tel.: (+55) 113 073 13 03

EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.  
Rua Paraiba, 1000 - 12º Andar-Parte  
Bairro Savassi, CEP 30130-145  
Belo Horizonte - MG  
Tel.: (+55) 313 311 47 88  
Fax: (+55) 313 221 42 56

## CHINA (MACAU)

Avenida Dr. Mário Soares, nº 25  
Edifício Montepio, Ap. 26-28, 3º Andar - Macau  
Tel.: (+853) 28 780 288  
Fax: (+853) 28 780 188

## COLÔMBIA

Carrera 11, 94-02 - Oficina 201  
Edifício Centro de Negócios Manhattan  
Bogotá  
Tel.: (+57) 1 6754530

## EQUADOR

Avenida 12 de Octubre, nº 24-660  
Calle Francisco Salazar, Edifício Concorde, Piso 11  
Quito - Equador

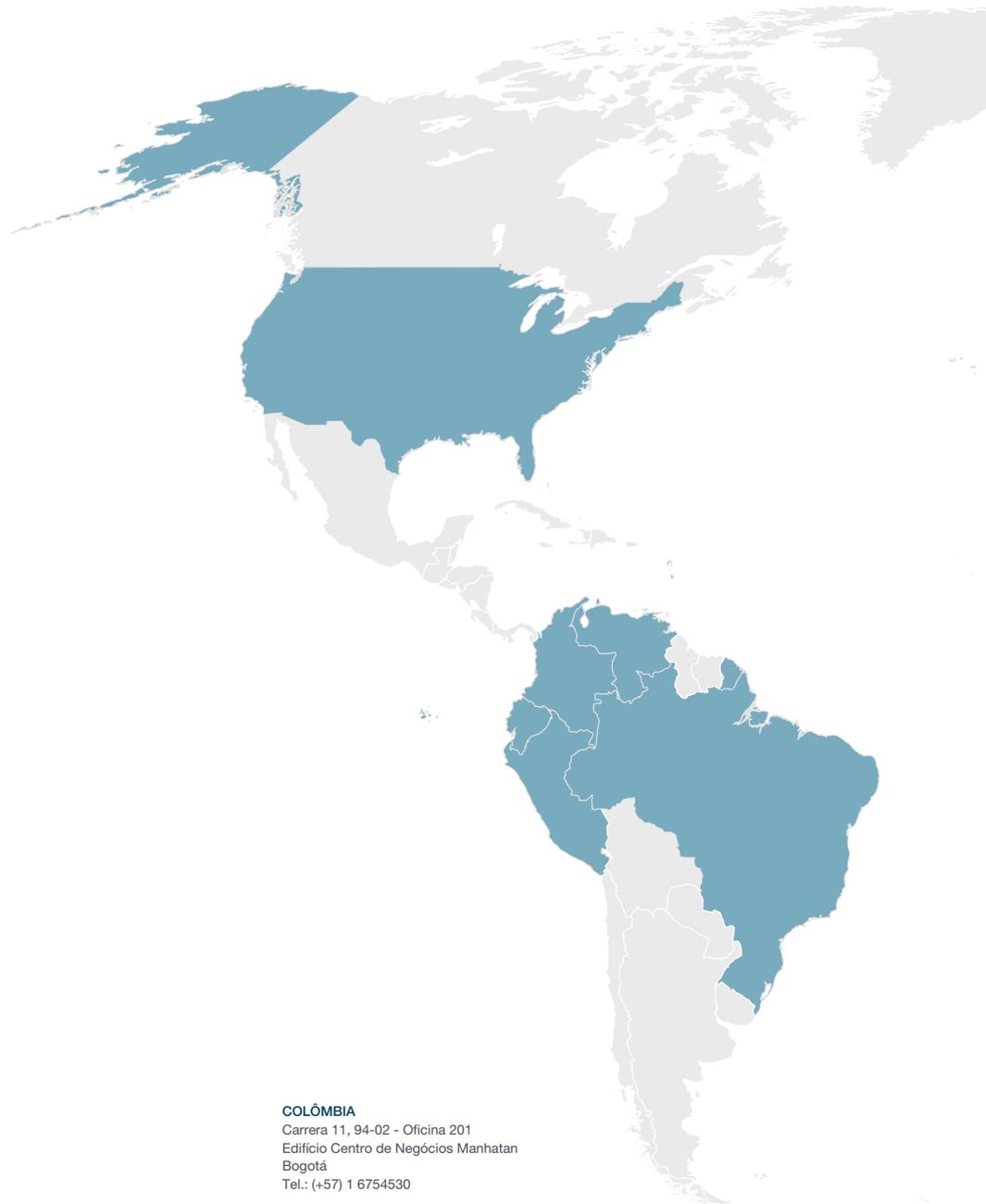
## ESPAÑA

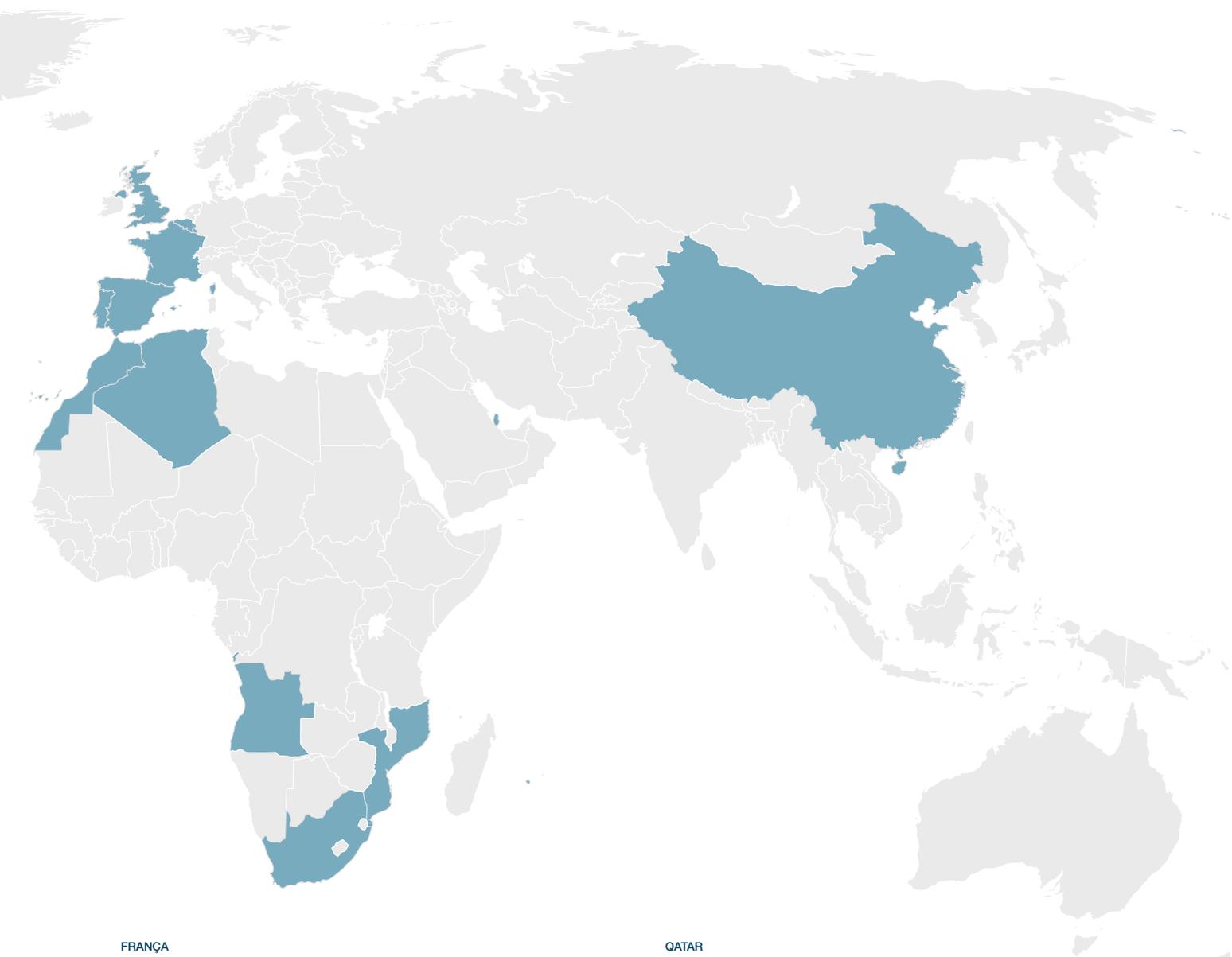
Avenida Alberto Alcocer, nº 24 - 7º C  
28036 Madrid  
Tel.: (+34) 915 550 903  
Fax: (+34) 915 972 834

## ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1030 Salem Road  
Union, NJ 07083

TDRE Investments, LLC  
4100 Spring Valley Rd - Suite 310  
Dallas - TX 75244  
Tel: (+1) 214 253 2553



**FRANÇA**

SOMAFEL, S.A (Sucursal)  
11, Bis, Passage Dartois Bidot  
94100 Saint-Maur des Fosses

**MARROCOS**

SOMAFEL, S.A (Sucursal)  
Angle BD Anfa et Rue Clos de Province,  
N° 2, 6ème Étage, N° 6B  
20040 Casablanca  
Tel.: (+212) 223 62 890  
Fax: (+212) 223 62 647

**MOÇAMBIQUE**

Avenida Julius Nyerere, 4 - R/C  
Maputo  
Tel.: (+258) 214 914 01  
Fax: (+258) 214 914 00

**PERU**

Avenida Javier Prado Este N° 560  
Int.1601  
San Isidro - Lima

**QATAR**

TDGISERV Services WLL  
Al Mana Plaza, 1st Floor, Office 101  
Qatari Bin Fujaah St., Bin Mahmoud  
PO Box 7098  
Doha – Catar  
Tel.: (+974) 4498 9556

**REINO UNIDO**

SOMAFEL - Railway Construction, S.A.  
Davidson House, Forbury Square  
Reading, RG1 3EU  
Telephone - (+44) 1189 001440

**VENEZUELA**

Av. Venezuela del Rosal, con Calle Mohedano,  
Torre JWM, frente al BOD, piso 5, El Rosal  
1060 Caracas  
Tel.: (+58) 212 951 2012  
Fax: (+58) 212 953 7409

